

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Carolina Dalla Chiesa

**A CASA DA CULTURA DIGITAL COMO UMA TRIBO
CONTEMPORÂNEA: ETNOGRAFANDO FORMAS DE SOCIAÇÃO**

PORTO ALEGRE

2014

Carolina Dalla Chiesa

**A CASA DA CULTURA DIGITAL COMO UMA TRIBO CONTEMPORÂNEA:
ETNOGRAFANDO FORMAS DE SOCIAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Neusa Rolita Cavedon

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Chiesa, Carolina Dalla
A CASA DA CULTURA DIGITAL COMO UMA TRIBO
CONTEMPORÂNEA: ETNOGRAFANDO FORMAS DE SOCIAÇÃO /
Carolina Dalla Chiesa. -- 2014.
203 f.

Orientadora: Neusa Rolita Cavedon.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa
de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,
2014.

1. Etnografia. 2. Cultura Digital. 3. Tribo. 4.
Formas de Sociação. 5. Organização. I. Cavedon, Neusa
Rolita, orient. II. Título.

Carolina Dalla Chiesa

**A CASA DA CULTURA DIGITAL COMO UMA TRIBO CONTEMPORÂNEA:
ETNOGRAFANDO FORMAS DE SOCIAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Neusa Rolita Cavedon

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Carmem Ligia Iochins Grisci

Prof.^a Dr.^a Ângela Beatriz Busato Scheffer

Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Neusa Rolita Cavedon

AGRADECIMENTOS

Muitas vezes, durante este ano, senti-me mais imersa em dúvidas do que em clarividências sobre a pesquisa. Acredito que isso faça parte do processo de conhecimento que, certamente, não é algo individual, mas compartilhado. Como a própria Casa da Cultura Digital ensinou-me, a noção de que nossas ideias são somente nossas, é ilusão. São coletivas, antes de tudo. Assim, devo muito a algumas pessoas e instituições que me ouviram, criticaram ou contribuíram, cada uma a sua maneira. Todas elas são fundamentais.

Agradeço ao CNPq e à Escola de Administração da UFRGS que institucionalmente contribuíram para que a pesquisa fosse possível.

À minha orientadora que me acompanha desde a iniciação científica. Acredito que algumas pessoas tem vocação para ensinar, orientar e pesquisar. A Neusa é uma delas e certamente me inspira em muitas ideias e interpretações. Devo muito a sua paciência e dedicação nesse tempo todo. Um imenso obrigada.

Agradeço aos membros da banca, professoras Carmem, Ângela e professor Arlei por concordarem em participar da mesma e pela disponibilidade em contribuir para com o trabalho.

Além da banca, também agradeço às professoras Carmem e Ângela, que me acompanharam durante o mestrado, pelo fato de contribuírem para minha formação, em suas disciplinas, o que me possibilitou aprender com elas.

Agradeço à minha família como um todo, mas, especialmente, minha mãe, por ter sempre me apoiado, mesmo sem saber exatamente o que eu pesquisava.

Algumas pessoas que conheci durante o mestrado também foram importantes, e faço referência à Gabi, principalmente, pelas intensas discussões sempre resultando em muitas ideias.

Ao Marcus, que acompanhou todo o mestrado e, assim, agradeço por ter compreendido como isso foi importante para mim.

Não menos importante, agradeço à CCD por ter me acolhido e colaborado com o trabalho. Uma das consequências dessa experiência é que acabei fazendo amigos para além da atividade de pesquisa.

Agradeço aos técnicos administrativos da EA pela sua paciência em atender aos alunos, especialmente, à Dejanira.

Também agradeço a todos os professores, amigos e conhecidos que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho ou para minha formação.

Os aspectos que nos são mais importantes estão escondidos por causa de sua banalidade e de sua simplicidade.

Ludwig Wittgenstein

RESUMO

O objetivo principal desse trabalho foi o de descrever e compreender a maneira pela qual se constituem em mantêm-se as formas de sociação de uma organização chamada Casa da Cultura Digital em Porto Alegre (CCD). Para tanto, os objetivos específicos foram: descrever as sociabilidades e conflitos como formas de sociação; descrever as peculiaridades da forma se organizar da CCD; e, compreender os significados que a CCD tem para seus integrantes. Estes objetivos estão embasados nos direcionamentos das “lentes teóricas” utilizadas que buscam compreender os estilos de vida e as formas de viver em conjunto permeadas por uma saturação do indivíduo em meio às objetificações da vida moderna, as quais podem lhe constranger. Em certos casos, tais objetificações são chamadas de formas de sociação: maneiras pelas quais as pessoas associam-se umas com as outras e desenvolvem conteúdos – entendidos como motivações ou interesses – que se abrigam em uma determinada “forma”. Quando uma lógica racional-instrumental, que faz parte de tais objetificações, dá sinais de saturação, emerge uma forma de viver em comum estética, lúdica e presenteísta que, de certo modo, opõe-se às institucionalizações, ao gigantismo e ao imperativo da eficiência. Um exemplo dessa expressão acontece em tribos pós-modernas, as quais revelam um modo de ser e estar com os outros dotado de uma razão sensível. Neste trabalho, estão em foco estas duas noções: formas de sociação e tribos contemporâneas à luz do exemplo de uma organização de natureza associativa, que busca realizar eventos, palestras e encontros para informar a população sobre cibercultura, uso dos meios digitais e o universo *hacker* - não restrita a isso. A partir de uma aproximação etnográfica com esse campo, foi possível notar sinais de uma exacerbação das sociabilidades, dos conflitos e de algumas peculiaridades da forma de organizar as tarefas, tais como: a rejeição de formalizações, de hierarquias, certa aversão às relações demasiadamente monetarizadas, bem como o modo de uso dos espaços físicos e do ciberespaço. Tal forma de ser e de organizar-se revela aspectos de um grupo que busca expressar-se em sua criatividade, demonstrando, para além disso, uma tentativa de se opor às formas de trabalho centralizadoras e pouco criativas, formatando um espaço divergente. Nesse jogo de formas, entre proximidades e afastamentos, o sujeito mostra que quando não encontra a satisfação nos ambientes “tradicionais”, este busca maneiras de expressão concretizadas em uma organização que se aproxima da metáfora da tribo contemporânea, constituindo uma forma de sociação, a qual revela negações e rearticulações de formas de gestão.

PALAVRAS-CHAVE: Formas de Sociação – Tribo – Etnografia - Cultura Digital - Organização.

ABSTRACT

The main objective of this work was to describe and comprehend the way through which forms of sociation are constituted and maintained in an organization named Casa da Cultura Digital (CCD) situated in Porto Alegre. Thus, the specific objectives were: to describe sociabilities and conflicts as forms of sociation; to describe the peculiarities of the way CCD is organized; and, comprehend the meanings that CCD plays to its members. These objectives are based on the directions of the “theoretical lenses” which search to comprehend the life styles and forms of living together permeated by a saturation of the individual amidst the objectifications of a modern life, which can constrain him (SIMMEL, 2005b). In certain cases, these objectifications are named forms of sociation: manners through which people associate with one another and develop contents – understood as motivations and interests – that accommodate in a certain form. When an instrumental rationality, which is part of those objectifications, displays signs of saturation, an aesthetic, playful, and presentist way of living emerges in a certain way opposing to an institutionalization, a gigantism, and an efficiency imperative. An example of this expression happens in “post-modern tribes” (MAFFESOLI, 2010b) that reveal a form of being with others permeated by a sensitive reason. In this work, both notions of forms of sociation and contemporary tribes are in focus from an example of organization named Casa da Cultura Digital, an association which seeks to perform events, lectures, meetings to inform the population about cyberculture, the use of digital means and the *hacker* realm – not restricted to these themes. Based on an ethnographic research, it was possible to observe signs of an exacerbation of sociability, of conflicts, and of some peculiarities of the form of organizing tasks, such as: the rejection of formalities, of hierarchies, a certain aversion to relations totally informed by money and manners of using physical space and the cyberspace. This form of being and organizing reveals a group that seeks to express itself in its creativity, sensitiveness, hedonism, and presentist interactions, which demonstrate, beyond that, an attempt to oppose centralized and less creative forms of working, thus, formatting a different space. In this play of forms, between proximities and distances, the individual shows that when the satisfaction is not found in “traditional” realms, he searches for forms to express himself that are actualized in an organization which approaches the metaphor of a contemporary tribe constituting a form of sociation, which reveals denials and re-articulations of ways of managing.

KEY-WORDS: Forms of Sociation – Tribe – Ethnography – Cyberculture – Organization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Primeira reunião de 2013.....	29
Quadro 1: Entrevistas.....	36
Figura 2: Categorias.....	38
Figura 3: Dançarinos de fora da sala.....	86
Figura 4: Pulando a Janela.....	87
Figura 5: Desenhos do quadro-negro.....	88
Figura 6: Os espaços.....	92
Figura 7: Banner do Bloco.....	97
Figura 8: Banner dos Instrumentos.....	100
Figura 9: Pessoas fantasiadas.....	104
Figura 10: Cineclube Aqueles Dois.....	121
Figura 11: Cineclube Go Fish.....	121
Figura 12: Nuvem de Tags.....	126
Figura 13: Banner do Morrostock.....	136
Figura 14: No parque do Morrostock.....	137
Figura 15: Quadro-Negro.....	146
Figura 16: Cartaz.....	149
Figura 17: Dia da Cultura Livre.....	164
Figura 18: Palestra sobre licenças livres.....	165
Figura 19: Apresentação da MIMOSA (Mídia Móvel S.A.).....	166
Figura 20: Oficina de Design com ferramentas livres.....	166
Figura 21: Discussão sobre música e processo criativo.....	167
Figura 22: Terceira semana de oficinas.....	170

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O CAMPO DE PESQUISA: ETNOGRAFANDO UMA “TRIBO DIGITAL”	19
1.1 TEMPO UM: MOTIVAÇÕES E O SURGIMENTO DO CAMPO DE PESQUISA	23
1.2 TEMPO DOIS: O INÍCIO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E SEUS DIRECIONAMENTOS	28
1.2.1 A primeira reunião de 2013: o início da observação participante	28
1.2.2 Direcionamentos da técnica de observação participante	31
1.3 AS ENTREVISTAS.....	35
1.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	37
2 AS FORMAS DE SOCIAÇÃO DE SIMMEL: A FILOSOFIA DO DINHEIRO, AS SOCIABILIDADES E OS CONFLITOS	40
2.1 FORMAS DE SOCIAÇÃO	44
2.2 A TRAGÉDIA DA CULTURA E A FILOSOFIA DO DINHEIRO.....	48
2.3 A FORMA DA SOCIABILIDADE.....	52
2.4 A FORMA DO CONFLITO.....	55
3 TRIBALISMO CONTEMPORÂNEO E AS MANIFESTAÇÕES DO “ESTAR-JUNTO”	58
3.1 A METÁFORA DA TRIBO	63
3.2 ESPAÇO E ENRAIZAMENTO DINÂMICO.....	69
4 A CULTURA DIGITAL E O CIBERESPAÇO: A RELAÇÃO DA TECNOLOGIA COM AS TRIBOS CONTEMPORÂNEAS	71
4.1 PERSPECTIVA CULTURALISTA DO CIBERESPAÇO	74
4.2 UM POUCO DA HISTÓRIA DO HACKER.....	78
5 ONDE AS FORMAS DE SOCIAÇÃO ACONTECEM	84
5.1 A SALA DA CCD NO CENTRO DE PORTO ALEGRE	85
5.2 O BAR NO CENTRO DE PORTO ALEGRE.....	89
5.3 NO CIBERESPAÇO: O FACEBOOK	89
6 ENTRE SOCIABILIDADES E CONFLITOS: O JOGO DAS FORMAS DE SOCIAÇÃO	93
6.1 O BLOCO D’OLHA O PASSARINHO DO MÁRIO: O TRÁGICO DO CARNAVAL	94

6.2 O CONFLITO E A FILOSOFIA DO DINHEIRO	109
6.3 OS CONFLITOS DAS INDEFINIÇÕES DA CCD: DISCUTINDO A RELAÇÃO	115
6.4 A RAZÃO SENSÍVEL DA TRIBO: AS SOCIABILIDADES CONSTITUINDO E MANTENDO A CCD.....	123
6.4.1 As reuniões pós-Cineclube	123
6.4.2 “A gente só funciona por causa desses momentos”: entre cervejas, músicas e conversas	131
7 PECULIARIDADES DA FORMA DE SE ORGANIZAR DA CCD: NOMADISMO, HORIZONTALIDADE E ESPAÇO	140
7.1 UMA FORMA QUE ABRIGA DIVERSOS CONTEÚDOS: O NOMADISMO IDENTITÁRIO E SUAS DECORRÊNCIAS.....	141
7.2 “NÃO EXISTE CACIQUE NESSA TRIBO”: A REJEIÇÃO DAS FORMALIZAÇÕES E HIERARQUIAS.....	150
7.3 SAINDO DA CASA DA MÃE: IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO FÍSICO PARA UMA FORMA MOVEDIÇA	156
8 SIGNIFICADOS DA CASA E DA CULTURA DIGITAL: UMA FORMA DE SOCIAÇÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES.....	161
8.1 OBJETIVAÇÃO DE UMA CIBER-UTOPIA.....	162
8.2 A ORGANIZAÇÃO COMO UMA FORMA DE SOCIAÇÃO DE OPOSIÇÃO: SATURAÇÕES E RE-CRIAÇÕES	171
8.3 QUE POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES ESTE EXEMPLO EVOCA PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS?.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS.....	186
GLOSSÁRIO.....	196
APÊNDICE A – ARTIGOS QUE ABORDAM SIMMEL OU MAFFESOLI NA ADMINISTRAÇÃO	199
APÊNDICE B – ARTIGOS QUE ABORDAM CIBERCULTURA OU CIBERESPAÇO NA ADMINISTRAÇÃO.....	200
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	202
APÊNDICE D – QUESTÕES NORTEADORAS DAS ENTREVISTAS.....	203
APÊNDICE E – QUADRO DE TERMOS USADOS NO TRABALHO.....	204

INTRODUÇÃO

No início do século XX, um filósofo ensaísta preocupado com manifestações cotidianas de sua sociedade dizia que a modernidade estava vivendo uma tragédia, uma saturação das relações sociais em razão das exigências objetivas. Para abordar os fenômenos com os quais se preocupava, este filósofo desenvolvera uma maneira de acercar-se da realidade compreendendo determinadas manifestações como **formas** de sociação: maneiras pelas quais a fluidez e plasticidade de processos culturais cristalizam-se em uma forma de ser e estar com os outros. Em outras palavras, as formas de sociação são maneiras pelas quais as pessoas associam-se umas com as outras tendo em vista determinadas motivações, interesses, ou **conteúdos**.

Este filósofo, Georg Simmel, por vezes chamado de Sociólogo, passara então a observar ambientes que se propunham a inverter tais exigências objetivas, cristalizando formas de sociação “puras”, onde a intenção era tecer relações entre pessoas diferentes, que, porém, naquele momento de suspensão da realidade, pareciam iguais. Estes momentos revelavam um modo de ser e estar com os outros e pelos outros cuja estética remetia a um elemento fundamental, um impulso básico da sociedade, qual seja, o de estar junto socializado pelo prazer da própria forma de sociação que se mantinha como um fim em si mesma.

Sua maneira de acercar-se da realidade através da noção de **forma** pressupunha uma preocupação com a fruição estética, com os símbolos, “jogos sociais” e com os estilos de vida que estavam sendo manifestos em determinados objetos de sua observação microscópica. Este “formismo” serviu de inspiração para que, mais tarde, outro pensador – Michel Maffesoli - fizesse observações semelhantes sobre a contemporaneidade.

Quase meio século mais tarde, tais diagnósticos retornam de uma maneira um tanto diferente, mas, ainda preservando a perspectiva simmeliana. Michel Maffesoli observara, em manifestações bastante banais, ordinárias e cotidianas, um impulso de resistir à ordem normativa, de construir realidades onde houvesse o privilégio da razão sensível, um instante eterno lúdico e trágico – ou dionisíaco como o autor caracteriza – e cujo propósito atendesse ao estar-junto como tal. Maffesoli entende que essas expressões podem incluir sociabilidades, conflitos,

enraizamentos ou desenraizamentos e manifestações cotidianas heterogêneas desvelando-se no interior do que ele denomina de “tribo”: uma metáfora que reúne as características de uma fruição efêmera pós-moderna.

Tanto um pensador quanto outro observaram a tragédia moderna a partir da saturação de um estilo de vida pautado pela impessoalidade. Esta saturação leva as pessoas a buscarem formas de expressarem-se em suas individualidades, criatividade, vontades banais, não necessariamente concatenadas de modo a atender às exigências de uma lógica racional-instrumental. Em grande parte, o que está posto nisso é uma vontade genuína de “estar junto” realizando atividades que satisfaçam às intenções, por vezes, bastante simples, hedonistas, afetuosas que contém em si uma crítica que, fundamentalmente, se expressa na **forma** de se relacionar, no tipo de interação, mais que em discursos e ações demasiadamente concatenados para tal.

Subjacente a tais análises, pode-se perceber uma intenção de criar espaços ou grupos onde a expressão criativa genuína manifeste-se afastada de elementos que venham a constranger o indivíduo. O fato de análises como essas estarem sendo observadas ao longo de um século demonstra uma problemática relativa a alguns ambientes característicos da modernidade, onde as motivações, os interesses e as realizações do indivíduo talvez não sejam possíveis de serem supridas. Desse modo, criam-se alternativas: tribos, espaços públicos ou privados nos quais, em turnos inversos, em momentos esparsos, ou mesmo sistematicamente, as pessoas direcionem-se para realizar aquilo que em outros ambientes haveria restrições de uma lógica impessoal e objetiva.

Uma dessas maneiras de construir realidades diversas acontece por meio da metáfora das tribos contemporâneas, uma forma cujo modo de expressão, em muito, demonstra a saturação das exigências modernas, absolutamente lógicas e racionais. Essas tribos podem estar em diversos lugares ou camadas sociais, podendo constituir-se em torno dos mais variados elementos: música, arte, cultura, tecnologias, para exemplificar. Normalmente, elas são vistas como potenciais consumidoras, às quais as organizações devem adaptar estratégias. Porém, o que acontece quando a metáfora da tribo – tal qual explorada por Maffesoli (2010b) – é vista não como potencial de consumo, mas constituindo simbolicamente uma organização desde as razões de sua existência até sua forma de organizar-se cotidianamente?

Com o intuito de compreender tais expressões contemporâneas no âmbito organizacional, aproximei-me de um grupo de pessoas que trabalha com cultura digital em Porto Alegre, procurando observar cotidianamente como ela constituía-se e mantinha-se em uma determinada forma de ser, de se organizar e de trabalhar. Esta organização chama-se Casa da Cultura Digital (CCD), situa-se em Porto Alegre e trabalha de um modo bastante amplo com a dimensão da cibercultura, considerando desde questões de *software* e *hardware* livres, música, artes visuais, cinema, entre outros, sempre buscando observar, informar e discutir os elementos do universo digital direta ou indiretamente permeando as manifestações artísticas e culturais. Suas tarefas costumam ser organizadas pela *Internet*, à distância, muito embora, o espaço físico presencial se mostrasse vital para manutenção de sua forma de ser. O âmbito do digital, então, interpunha-se tanto como representação de conteúdos veiculados em seus eventos quanto uma forma de organizar bastante “prática”, tendo em vista a distância geográfica de seus participantes.

A atividade de seus membros é voluntária e, portanto, não reverte em ganhos financeiros diretos. A natureza da organização que se apresenta é **associativa**, muito embora não seja formalizada como uma associação sem-fins lucrativos. Para encarar este tipo de manifestação como uma organização, a inspiração está em Fischer (2007), para quem as organizações são espaços simbólicos.

Entretanto, este é o esboço de uma definição sobre suas atividades, algo que - será demonstrado adiante - torna-se bastante controverso dado que seus membros recusam-se a elaborar definições estanques sobre a organização.

Adentrando em seu universo cotidiano, é possível identificar peculiaridades de uma lógica pautada por valores que em muito remetem às tribos contemporâneas. Além de reiterar certa indefinição organizacional, no campo empírico em foco, existem alguns “tabus” na maneira de se organizar, como a recusa de formalizações, hierarquias e do estabelecimento de normas que enrijeçam demasiadamente a ação e criatividade das pessoas. Muitas dessas peculiaridades estão concentradas na intenção de fazer com que a organização não se proponha a remunerar seus participantes, mas, mais que isso, não se assemelhe aos modos de trabalho corporativos, dos quais a busca é por se afastar.

Através dela, reúnem-se pessoas com interesses diversos, mesmo aqueles não preocupados diretamente com a cultura digital estritamente, de modo que, a partir da CCD, possa ser realizado tanto um bloco de carnaval, quanto cineclubes

sobre o universo LGBT, passando por discussões sobre Propriedade Intelectual de bens culturais e ativismo *hacker*. Nessa variedade, formava-se uma “unidade” – semelhante a uma **forma de socição** (SIMMEL, 2006) - no seio da qual, **conteúdos** se realizam. Nela, as pessoas interagem de modos que remetem tanto às sociabilidades quanto aos conflitos, tanto às proximidades quanto às distâncias e tanto aos enraizamentos quanto aos desenraizamentos. Trata-se de um ambiente heterogêneo e movediço que acomoda interesses diversos, porém, permeados por uma forma de se relacionar e de se organizar criada e mantida para ser como tal.

Compreendendo ontologicamente a organização como algo “que está a serviço dos homens, e não acima deles à sua revelia” (CARRIERI e SARAIVA, 2007, p. 2), este trabalho versa descritivamente sobre uma forma de organização constituída e mantida para servir àqueles que estão nela a partir de seus interesses, conteúdos ou motivações de uma maneira análoga à metáfora das tribos contemporâneas (MAFFESOLI, 2010b).

Dadas as características que abordei brevemente sobre esta organização, as lentes teóricas e as inquietações iniciais, a principal pergunta que levou-me aos direcionamentos teórico-empíricos deste trabalho pode ser colocada da seguinte forma: **como são articuladas as formas de socição na constituição e manutenção de uma organização digital contemporânea?**

Por sua vez, os objetivos do trabalho podem ser colocados da seguinte forma: **descrever e compreender a maneira pela qual se constituem e se mantêm as formas de socição da Casa da Cultura Digital.**

Os objetivos específicos são apresentados ao longo do trabalho na ordem colocada abaixo:

- a) Descrever as dinâmicas das sociabilidades e conflitos cotidianos como formas de socição;
- b) Descrever as peculiaridades da forma de se organizar da CCD; e
- c) Compreender os significados que a Casa da Cultura Digital tem para os membros da organização.

O método que utilizei neste trabalho foi o etnográfico, pautado por um olhar interpretativista (GEERTZ, 2008), a partir do qual pude acercar-me da realidade

sobre a qual discorro. Busquei atentar, portanto, para os significados, símbolos, discursos e ações cotidianas que, no conjunto, atendem aos objetivos da pesquisa. É em razão deste modo de aproximação com o objeto de pesquisa que pude definir os direcionamentos do trabalho, quadro teórico e “lentes” através das quais interpretei os dados de campo.

Na etnografia, não é usual contemplar hipóteses iniciais de pesquisa, uma vez que os direcionamentos da pesquisa etnográfica surgem a partir da aproximação com o campo (ROCHA e ECKERT, 2008). Desse modo, cumpre destacar que as elaborações teóricas e as análises dos dados são elementos posteriores à inserção em campo e ao modo como este se deu. É por esta razão - e também por necessitar antes explicitar minha relação com o campo - que inicio com o método etnográfico. As escolhas metodológicas, o modo de entrada no campo e o tipo de interação estabelecida são condições da produção etnográfica e, por isso, estão colocadas logo de início.

Com o decorrer da inserção em campo, as lentes teóricas tomaram corpo e pude estabelecer um quadro teórico que acompanha as análises. Assim, ao longo de todo o trabalho preservo as noções de formas de sociação (SIMMEL, 2006) associadas a uma estética formista pós-moderna cunhada por Maffesoli (2010b) como “tribal” – a qual confere à organização determinadas peculiaridades - bem como à temática da cultura digital (LEMOS, 2013), uma vez que este é mote da CCD.

A postura descritiva e interpretativa do trabalho está em consonância teoricamente com Simmel (2006), Maffesoli (2010b) e Geertz (2008). À luz de Maffesoli (2010a; 1998), é por meio da descrição que se revelam as formas, algo necessário de ser realizado antes de qualquer julgamento sobre as mesmas; por sua vez, à luz de Geertz (2008), a descrição caracteriza a etnografia, em primeiro lugar.

Após esta introdução, apresento o método, autores utilizados, a maneira pela qual me inseri em campo e qual a relação dessa inserção com a própria criação da CCD em Porto Alegre. Desse modo, apresento também um breve histórico da criação da CCD dado que alguns acontecimentos mesclam-se às minhas experiências.

Em seguida ao método, apresento as bases teóricas introduzidas aqui. A sequência de apresentação remete tanto a uma ordem cronológica – de surgimento dos autores – quanto ao fato de que um autor serve de embasamento para o outro

na ordem apresentada: Georg Simmel, Michel Maffesoli e André Lemos, respectivamente. Na última seção de teorias, além de André Lemos, são buscados outros autores para complementar noções sobre a cibercultura e o ciberespaço atentando também para a história desses fenômenos.

Após, as teorias, destaco os espaços onde as interações acontecem: sala da CCD, bares – ambos situados no centro de Porto Alegre – e o ciberespaço. É a partir desses três espaços que as interações foram observadas, demonstrando que a noção de “espaço organizacional” se estende para além daquele formalmente estabelecido como tal.

Em seguida, apresento os dados de campo organizados conforme as categorias que mais sobressaíram e que estão descritas no método. Começo pela descrição das formas de sociação (da sociabilidade e do conflito) para, depois, apresentar peculiaridades da forma de se organizar da CCD. E, por fim, à luz dos dois capítulos anteriores busco revelar a importância da CCD para seus participantes a partir das significações articuladas com a cultura digital.

Ao final, após as descrições, aponto as possíveis contribuições deste campo e desta forma de análise para a Administração e, mais especificamente, para os Estudos Organizacionais, tendo em vista os questionamentos que estão postos nas formas de ser e estar com os outros. Este item direciona-se a discorrer sobre o que a CCD revela mais amplamente sobre uma sociedade que – na visão de Simmel (2005b) – apresenta sinais de saturação, de uma tragédia moderna que encontra um de seus contrapontos em tribos contemporâneas.

Com este trabalho busco contribuir para a compreensão de elementos bastante cotidianos, lúdicos, banais em ambientes organizacionais que, visualizados na forma de uma tribo contemporânea, mostram para além da descrição em si, que quando as pessoas não encontram ambientes nos quais seus desejos, criatividade, interesses e satisfações possam ser concretizados, elas mesmas os criam moldando-os de acordo com seus valores.

Como reitera Fischer (2007), nos espaços de liberdade cerceada, buscam-se saídas e formas de enfrentamento do mundo que, por vezes, podem estar concretizadas em organizações não-convencionais, mostrando outras possibilidades de construção de uma sociedade. Neste caso, é a partir de um exemplo não-convencional de se organizar e de trabalhar que busco contribuir para estas reflexões que não se restringem ao âmbito organizacional, mas, por meio

dela, mostram também um padrão de sociedade onde formas são negadas, criadas e recriadas constantemente. Assim, mais que descrever uma dinâmica organizacional em si, este trabalho versa sobre um modo de ser e estar no mundo que se pretende oposto a outros.

Busco também lançar luz sobre autores cujos escritos contribuem para o desvelamento dos simbolismos das organizações, de forma a abrir espaço para que outros trabalhos com viés interpretativista possam pensar seus dados à luz das “lentes” formistas, estéticas. Georg Simmel e Michel Maffesoli, apesar de pouco utilizados em Estudos Organizacionais, apresentam em suas análises reflexões importantes para se pensar o papel da Administração e sua maneira de interferir no mundo para além das fronteiras organizacionais.

1 O CAMPO DE PESQUISA: ETNOGRAFANDO UMA “TRIBO DIGITAL”

Meus diários são anotações que fiz dia-a-dia, lá nas aldeias, do que via, do que me acontecia e do que os índios me diziam.

Darcy Ribeiro. *Diários Índios.*

Parafraseando os dizeres de Malinowski (1984) sobre sua entrada em campo em uma aldeia na Melanésia, questiono o leitor sobre como ele sentir-se-ia adentrando em um espaço repleto de imagens, dizeres escritos nas paredes, aparentemente desorganizado, onde as interações acontecem normalmente com a presença de um computador e onde são discutidos desde projetos culturais até ativismo *hacker*,¹ passando por relacionamentos amorosos, no mesmo fluxo de conversa.

Ao longo da experiência em campo passei por muitos estranhamentos observando um grupo da cultura digital que - mesmo trabalhando com elementos do digital cotidianos para mim - estão envoltos em discursos e práticas diferentes. Ao me deparar com vocabulários desconhecidos e com uma lógica de organização diferente para mim, de certo modo, o processo de pesquisa contribuiu para modificar meus pontos de vista ao longo da experiência em campo. Nesse encontro com o “Outro” que, em princípio, aparenta ser diferente de mim, construí uma etnografia, a partir de preceitos que buscarei aprofundar, antes de relatar meus primeiros contatos com o campo – ocorridos mesmo antes de este ser escolhido como campo de pesquisa.

O método que utilizei foi o etnográfico por meio da observação participante – principalmente – bem como de entrevistas e fotografias, cujos procedimentos serão explicitados adiante. A escolha deste método possibilitou que eu acessasse os significados compartilhados, símbolos, conceitos e interações entre os participantes do campo, fundamentais para a compreensão de um modo de ser e estar no mundo. O breve estranhamento expresso no parágrafo inicial, o tipo de inserção que obtive em campo e a construção teórica posterior foram possíveis em razão do percurso metodológico que realizei embasado neste método. Por essa razão, inicio com algumas considerações sobre a etnografia e com o modo pelo qual aconteceu meu relacionamento com o campo, uma vez que o conhecimento construído é derivado de uma ética da interação, de intervenção e de participação com o Outro (ROCHA e ECKERT, 2008).

A etnografia, segundo Magnani (2002) é um modo de acercamento sobre a realidade, cujas técnicas - que podem ser as mais variadas - necessariamente incluem o pesquisador no processo de construção do conhecimento. Assim, os anseios, dúvidas, certezas e interpretações do pesquisador fazem parte daquilo que

¹ Ver glossário.

se observa, constituindo uma dialogia (BAKHTIN, 1992) característica do encontro etnográfico.

Busquei, ao longo de minha experiência em campo, afastar-me de certo “realismo etnográfico” (MARCUS e CUSHMAN, 1982), pressupondo que os dados obtidos são sempre construções de uma **interação** com o campo. Assim, minhas interpretações – tanto aquelas expressas em diários de campo, quanto nas análises posteriores – são, de certo modo, textualizações de interpretações acerca do tipo de experiência vivida. A busca por descrever essa experiência em consonância com o campo que abordei, e com as questões teóricas advindas dessa interação, levou-me a assumir uma perspectiva interpretativa da etnografia, que tende a rejeitar generalizações, uma vez que se reconhecem as limitações da do pesquisador em conhecer o Outro, revelando uma interpretação sempre incompleta (GEERTZ, 2008).

Nesse sentido, busco expor dúvidas e clarificar o caminho que levou às interpretações. Em grande parte, o embasamento para tais reflexões encontra-se em Geertz (2008; 1997), para quem o objetivo do etnógrafo é interpretar, produzindo um texto ficcional, no sentido de construção de um texto quase literário que busca experimentar, traduzir e representar a experiência de contínuo vai-e-vem da observação participante.

Geertz (2008) - cujos pressupostos embasam-se em uma proposta hermenêutica - desenvolve a noção de uma “descrição densa” nascida de uma intersubjetividade que encerra o conhecimento do Outro a partir do encontro etnográfico.

[...] a etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. [...] Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 2008, p. 7).

O texto torna-se, então, ele mesmo, uma interpretação de segunda ou terceira mão, no sentido de que é uma interpretação de uma interpretação feita por outrem. Dado o caráter contingente da produção do texto, Geertz (2008) aponta que a coerência não deve ser o teste de validade de uma descrição etnográfica, pois o que

as descrições formais e demasiadamente abstratas fazem com a experiência etnográfica é desacreditar a análise cultural justamente por seu pretensão grau de perfeição. Por essa razão, ao longo do texto, são mescladas interpretações teóricas com os dados de campo imersos em descrições da vivência.

A observação participante, que, juntamente com outras técnicas acionadas pelo pesquisador, o aproxima da realidade em foco, ocorre dialogicamente, na interação dele com seu campo de pesquisa. Nesse sentido, o pesquisador é um ator relevante na pesquisa (CAVEDON, 2003), de forma que suas preocupações, sentimentos e percepções assumem um papel fundamental e devem ser expostos. Cumpre destacar que não somente o pesquisador observa, como também é observado, o que mostra uma negociação de movimentos, códigos e olhares que se interpõem no encontro etnográfico (ROCHA e ECKERT, 2005). Em outras palavras, tal aspecto mostra a dialogia (BAKHTIN, 1992) da experiência em campo traduzida em texto, em que a reflexividade do pesquisador é parte do conhecimento produzido. Entretanto, cabe atentar, com base em Cavedon (2003), que é necessário deixar claras quais são as falas do pesquisador e quais são as falas dos pesquisados para não confundir quem as profere.

Rocha e Eckert (2005) pontuam ainda que o que está em jogo na construção do texto é o ato de configuração e reconfiguração que a ação interpretativa encerra: um paradoxo na produção etnográfica que busca “fazer convergir o tempo da ação e o tempo da narração” (ROCHA e ECKERT, 2005, p. 138).

Tomando de empréstimo a reflexão de Rocha e Eckert (2005) sobre o exercício interpretativo para pensar minha inserção em campo, entendo que, além de uma distensão espaço-temporal entre vivência e escritura, tive uma distensão da vivência, em si mesma, em dois tempos diferentes. Considero que minha experiência com o campo a ser descrito não inicia quando decido pesquisá-lo, porém, em um momento anterior, o que me leva a dividir a entrada em campo em dois tempos diferentes relativos aos contextos por meio dos quais tive contato com o campo.

O primeiro momento aconteceu por meio de uma rede de sociabilidade em comum com fundadores da Casa da Cultura Digital, enquanto que o segundo momento começou com o interesse de pesquisa propriamente. Dado o enfoque deste trabalho na noção de formas de sociação (SIMMEL, 2006), bem como o fato de que estas se embasam em interações, cabe explorar as interações prévias à pesquisa, já que existe uma condição da produção etnográfica.

1.1 TEMPO UM: MOTIVAÇÕES E O SURGIMENTO DO CAMPO DE PESQUISA

Em uma parte de seu trabalho sobre a Imaginação Sociológica, Mills (2009) aborda o trabalho intelectual como um artesanato, no qual o pesquisador, quando escolhe uma determinada abordagem, problema ou objeto empírico passa a enxergá-lo por toda parte, de certo modo, involuntariamente.

Isto significa que deve aprender a usar sua experiência de vida em seu trabalho intelectual: examiná-la e interpretá-la continuamente. Neste sentido, o artesanato é o centro de você mesmo, e você está pessoalmente envolvido em cada produto intelectual que possa trabalhar. [...] seu passado influencia e afeta seu presente, e que ele define sua capacidade de experiência futura (MILLS, 2009, p. 22).

Uma vez que esta pesquisa é marcada por um interesse pessoal no tipo de organização que descreverei e, tendo em vista que, em alguns momentos, a criação da CCD em Porto Alegre se mescla às minhas experiências pessoais, meu objetivo com este item é relatar em que momento essa mescla aconteceu – pois, cheguei ao campo de pesquisa a partir dela - e as razões de meu interesse na CCD.

Quando ingressei no mestrado em Administração, eu buscava um campo de pesquisa que estivesse em acordo com meus interesses por experiências de trabalho ou organizações consideradas “não-convencionais”, que realizassem “leituras divergentes” (VELHO, 1974, p. 27) da sociedade, mas, especificamente, em termos organizacionais. De certo modo, esta intenção pode ser resumida em uma tentativa compreender interações, estilos de vida ou *loci* que buscassem afastar-se de uma racionalidade demasiadamente instrumental e que fossem abertos às expressões de pluralidade e criatividade. Em razão deste interesse – tanto pessoal quanto acadêmico - eu participava de eventos, grupos e tinha contato com pessoas cujos interesses eram parecidos e que faziam parte de minha rede de relações de sociabilidade. Foi por meio dessas relações que tomei conhecimento da Casa da Cultura Digital, a qual não surgiu inicialmente como um objetivo de pesquisa. Em abril de 2012, conheci o paulista Valter² com quem conversava e conhecia através dessas sociabilidades. Naquele momento, pude notar seu interesse por criar, em Porto Alegre, uma versão da CCD, que já existia em São Paulo há três anos³. Por

² Os nomes colocados ao longo do trabalho são fictícios.

³ Atualmente, em 2014, existem mais quatro Casas da Cultura Digital no Brasil, cada uma com enfoques diferentes: duas em São Paulo (capital), uma em Belém do Pará e outra em Campinas.

meio de conversas informais em cafeterias da cidade - aproximadamente em maio de 2012 - eu soube que a intenção de criar a CCD, em Porto Alegre, já estava sendo desenvolvida por ele, juntamente com um grupo que, em grande parte, fundamentava-se em uma rede de sociabilidade de pessoas conhecidas por “coincidências” (BECKER, 2007). Isto revela, de certo modo, um alinhamento de interesses em torno de um tema que viria a ser mais tarde fixado como “cultura digital”, o qual eu, em partes, desconhecia.

Esse grupo, que veio a constituir-se mais tarde como fundador da organização, entretanto, teve início um pouco antes, a partir de conversas informais pautadas por uma interação de sociabilidade entre duas pessoas: Valter e Antônia, que se conheceram em um evento de empreendedorismo ocorrido em abril de 2011 - chamado *Startup Weekend* - onde Antônia estava trabalhando com a produção do evento e Valter era participante.

Antônia, atualmente membro da CCD, relatou-me, quando de minha convivência em campo, que conheceu Valter enquanto este falava sobre seu interesse em criar uma cafeteria *nerd* em Porto Alegre, onde as pessoas pudessem visitar o local e trocar ideias utilizando a *Internet*. A relação entre os dois se intensificou Antônia e comentara sobre sua atividade de *Disc Jockey* (DJ)⁴, bem como sobre o fato de que aprecia música eletrônica - gosto musical do qual Valter também compartilhava. Assim, os dois idealizaram uma festa de música eletrônica em Porto Alegre, reunindo-se em uma cafeteria, com o intuito de conversar sobre as várias ideias trocadas em conversas informais ao longo do evento que participaram.

Dizia Antônia que os dois conversaram um pouco sobre a ideia da festa, mas, mais sobre iniciativas interessantes de São Paulo na área cultural. Isso os levou a ficar, por aproximadamente duas horas, conversando sobre a CCD de São Paulo, que Valter conhecia. As conversas sobre a CCD intensificaram-se até que o interesse mudou: da festa para criação de uma CCD em Porto Alegre. Antônia comentava que eles estavam muito contentes e empolgados com a possibilidade de criar uma iniciativa na área cultural que pudesse ser mesclada ao digital.

Naquele momento, Antônia havia saído de seu emprego na área de produção de eventos e Valter trabalhava como *freelancer* – tipo de atividade de trabalho independente - em Porto Alegre, na área de Planejamento Digital, de modo que ambos dispunham de tempo para conversar e agendar os momentos que se

⁴ Ver glossário.

sucederam. Após outros encontros, em maio de 2012, a ideia evoluíra para a necessidade de a CCD dispor de um local para oportunizar os encontros presenciais que estavam acontecendo em cafeterias da cidade. Nesse ínterim, mais uma pessoa aderiu à ideia quando conheceu Valter em um evento sobre “ativismo digital” na cidade de Porto Alegre: Amanda, que, naquele momento, também estava em processo de saída de seu emprego formal. Assim, Valter, Antônia e Amanda conheceram-se e passaram a articular os próximos encontros – também em cafeterias - que, aos poucos, delineariam o grupo que constituiria a organização futuramente.

Criou-se então o grupo do *Facebook*⁵, chamado “Cultura Digital POA”, onde os integrantes iniciais convidavam pessoas para participar. As pessoas que entravam, por sua vez, podiam convidar amigos, conhecidos ou interessados no tema da cultura digital, uma vez que o grupo era aberto. Neste ponto - também aproximadamente em maio de 2012 - minhas vivências pessoais mesclam-se, pois recebi um convite para participar do grupo que hoje conta com aproximadamente 209 pessoas. Os encontros que aconteceram depois eram, em sua maioria, articulados pelo grupo de *Facebook* que fora criado para esse fim.

Por meio de um convite para ingressar neste grupo aberto, passei a participar deste e, então, fui convidada a comparecer em um dos encontros que aproximou em torno de dez pessoas (reunidas em uma cafeteria de Porto Alegre). Tais pessoas, de algum modo, já se conheciam direta ou indiretamente, por uma rede de sociabilidade em comum, experiências de trabalho semelhantes, ou entusiastas apenas que conheciam a CCD de São Paulo. O fato de o início da organização em foco ter sido em um espaço de sociabilidade, como nas cafeterias (LEWGOY, 2009), mostra a relevância desse tipo de interação na constituição da organização.

Desse modo, minha primeira interação com o grupo aconteceu naquele momento, apesar de ainda não ter a presença de outras pessoas que mais tarde também fundariam a organização. Meu olhar, naquele momento, não estava focado na construção de uma dissertação, muito embora visse o processo de formação daquele grupo com muita curiosidade acadêmica.

O encontro, que aconteceu em junho de 2012, começou enquanto caminhávamos e conversávamos em uma feira de exposições de artesanato que se localizava na rua João Telles em Porto Alegre. Direccionamo-nos a uma cafeteria,

⁵ Ver glossário.

onde quase que diariamente os encontros do grupo interessado em criar a CCD aconteciam, segundo relatos de Antônia. O encontro demorou bastante tempo para iniciar, pois a cafeteria estava fechada naquele dia, um domingo à tarde, de modo que buscávamos outro lugar para conversar. Valter também aguardava outras pessoas além de Antônia e Amanda. Naquele dia, eu tinha outro compromisso e não pude esperar que a reunião se iniciasse em outro lugar. Uma das principais pautas de discussão era a necessidade de conseguir um espaço para que as interações não ficassem restritas apenas ao ambiente do *Facebook*, e para que as pessoas não precisassem mais depender das cafeterias.

Mais reuniões foram realizadas após, das quais eu não tomei parte, pois não era meu interesse naquele momento, participar ativamente da organização ao mesmo tempo em que cursava o mestrado. Entretanto, acompanhei o progresso da ideia, em ambiente *online*⁶, em torno do estabelecimento de um grupo de interesse que se dedicaria, mais tarde, a conseguir um local: uma “casa”, para a Casa da Cultura Digital.

Antônia, então, convidou um amigo seu, Luiz, para fazer parte das reuniões, pois o conhecia de outros eventos de grupos de Porto Alegre. Luiz interessou-se pela ideia e gradativamente foi envolvendo-se mais, assim como Heloísa que, neste momento – junho de 2012 – ingressava assumindo a tarefa de conseguir um local para a CCD. Algumas pessoas ingressavam no grupo, tomavam parte em algumas reuniões e permaneciam; outras, por sua vez, não continuavam. Desse modo, Antônia relatava que os convites abertos para as reuniões traziam pessoas “bem aleatórias”, que não necessariamente conheciam-se antes, mas que através de terceiros, passavam a se conhecer, intermediadas pela *Internet*.

Minha breve participação em um dos encontros é, portanto, semelhante à breve participação de muitas outras pessoas que vinham em um encontro, mas não permaneciam por diversas razões. Nas idas e vindas de pessoas, havia aquelas que eram mais perenes ou mais interessadas em criar a CCD. Assim, havia uma rede de pessoas articuladas via *Internet* que demonstravam interesse em cultura digital, arte, intervenções culturais urbanas. Em geral, tais pessoas eram *designers*, programadores, artistas, publicitários, entre outras profissões, mas que não se

⁶ *Online* está sendo utilizado com referência aos momentos em que se utiliza o ciberespaço, enquanto que o *offline* refere-se aos momentos de interação fora do ciberespaço. Utilizo essas denominações para não recair na dicotomia virtual-real que, na proposta das teorias utilizadas neste trabalho, não se sustenta.

constituíam ainda como um grupo organizado. De certo modo, associava-se a criação de uma organização, como a CCD, à conquista por um local.

Devido às relações pessoais, Heloísa, então, conseguira agendar uma reunião com o intuito de apresentar a CCD para um centro cultural de Porto Alegre – cujo nome aqui será suprimido - iniciativa que fora bem sucedida e que possibilitara que este grupo de pessoas fosse, então, articulado em torno de um local de encontro diferente. Assim, das pessoas descritas até aqui, Valter, Antônia, Amanda, Heloísa e Luiz foram aqueles que deram início a uma nova fase da Casa da Cultura Digital em Porto Alegre, que se iniciou em agosto de 2012, culminando com o momento de entrada no novo espaço, em setembro do mesmo ano.

O fato de ser chamada para uma das reuniões iniciais, de estar em contato – mesmo que de forma não sistemática – com o grupo, desde seu início, e saber previamente suas atividades antes da vontade de pesquisá-los, fez-me obter um contato mais direto com pessoas da CCD. E, assim sendo, no momento em que a CCD realizava um de seus primeiros eventos, o *24 Horas* em dezembro de 2012, propondo-se a ocupar espaços da cidade à noite com arte, música e festa, interessei-me por pesquisá-los.

Incitava minha curiosidade a razão de uma iniciativa como essa estar sendo movimentada na cidade, os motivos desta organização estar se formando, sua forma de gestão e a semelhança que eu via nela em relação a outros grupos que se formavam com propósitos parecidos. Mesmo sem saber concretamente, esses questionamentos - que ainda não se constituíam perguntas direcionadas à pesquisa de dissertação de mestrado – foram tomando forma e levaram-me a buscar uma inserção maior na CCD.

Desse modo, voltei a entrar em contato com o grupo em dezembro de 2012, com a intenção de pesquisá-los especificamente para dois trabalhos que eu realizei durante o mestrado: um artigo de finalização de uma das disciplinas, e outro artigo que escrevi com minha orientadora, Prof^a Dr^a Neusa Cavedon. Efetivamente, minha inserção em campo iniciou-se em janeiro de 2013, após o recesso da CCD em dezembro, quando expandi a pesquisa para tornar-se meu enfoque para dissertação de mestrado, com o consentimento⁷ do grupo obtido por meio do *Facebook*.

Posso dizer que, genuinamente, a presente pesquisa nasceu de curiosidades da minha vivência pessoal. O olhar que era apenas de curiosa foi transformando-se

⁷ Além deste consentimento informal, recolhi termos de aceite para pesquisa, cujo modelo está no Apêndice C.

em uma curiosidade acadêmica. Assim, estranhar o familiar (VELHO, 1978) para adentrar em um nível de significação não compreendido antes, foi o maior desafio etnográfico desse trabalho, dadas as proximidades com o tipo de iniciativas da CCD e o tipo de pessoas que ela reunia: uma classe média, aproximadamente da mesma idade que a minha, estudantes, graduados no ensino superior e pós-graduados, frequentadores de bares e festas portoalegrenses de um circuito “alternativo” da cidade, da qual eu também sou consumidora, o que se mostrou importante para estabelecer as relações de sociabilidade a serem descritas adiante.

Nesse panorama, o que mais me afastava da organização era propriamente o tema da cultura digital desconhecido por mim e que trouxe os estranhamentos que expus no início desse capítulo ao entrar mais diretamente em contato com a “tribo digital”. Na linguagem de Simmel (2011), isso pode ser visto como um processo duplo de proximidades e distanciamentos, neste caso, com o campo. A própria definição do que era “o campo” foi sendo modificada conforme a observação participante avançava a partir do que considero o segundo momento de contato com a CCD, já com diferentes objetivos.

1.2 TEMPO DOIS: O INÍCIO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E SEUS DIRECIONAMENTOS

Esta fase começou com a retomada do contato com a CCD, em início de dezembro 2012, quando comentei sobre meu interesse em pesquisá-los. Neste momento, começou efetivamente a observação participante, de modo que explicito primeiramente o momento em que se deu este aceite e, depois, os direcionamentos da observação.

1.2.1 A primeira reunião de 2013: o início da observação participante

Quando disse aos membros da CCD que eu gostaria de pesquisá-los, em dezembro de 2012, fui, então, convidada a participar de uma reunião que eles fariam em sua sala no início de janeiro de 2013. Heloísa, uma das fundadoras da CCD que

eu conhecera pela AIESEC ⁸, alguns anos antes, me avisara em uma semana anterior acerca da reunião, informando o horário em que ela aconteceria e que eu estava convidada a participar.

Apesar de conhecer previamente algumas pessoas, a maioria daqueles que constituíam o grupo não eram pessoalmente conhecidos por mim; apenas “virtualmente” (LÉVY, 1996). Dirigi-me, então, à reunião marcada um tanto apreensiva por estar oficialmente começando a “inserção em campo”. Preparei-me para este momento, então, refletindo sobre as razões de minha intenção de pesquisa – algo que eu iria explicar a eles - e buscando conhecer as atividades que a CCD havia realizado até então.

Naquele momento, o grupo recentemente completara duas atividades no espaço público da cidade. Uma delas fora o *Cavalete Parade* cujo objetivo era retirar *banners* irregulares de propaganda política do espaço público, transformá-los em arte e devolvê-los à cidade antes da finalização das campanhas políticas, em outubro de 2012. Outro evento, o *24 Horas*, propunha-se a ocupar espaços públicos de Porto Alegre à noite com arte e música. Este evento, que ocorreu em início de dezembro de 2012, fora marcado por grandes conflitos entre membros do grupo, de modo que esta foi uma situação constantemente retomada em conversas ao longo de minha participação.

Quando cheguei à reunião, logo me senti muito à vontade. Ofereceram-me água e um lugar para sentar enquanto as pessoas, reunidas em um círculo, começavam a conversar sobre os itens da pauta de reunião que alguém havia feito. A cadeira fora colocada para mim junto da roda de conversa, onde sentei e me disseram: “Bem-vinda ao caos” (Excerto de diário de campo em 9 de janeiro de 2013).

Figura 1 - Primeira reunião de 2013

⁸ Acrônimo para *Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales*, presente em 125 países e territórios, que objetiva criar relações entre organizações e estudantes promovendo intercâmbios.



Fonte: Casa da Cultura Digital (2013)

Além de Valter, Antônia, Amanda, Luiz e Heloísa citados no item anterior, outras pessoas, também desconhecidas por mim, estavam na reunião: Rodrigo, Bruno, Laura, Júlia e Leandro. Algumas pessoas se apoiavam na janela, um lugar que eu soube mais tarde, virara a “porta” da CCD, pois seus integrantes não queriam contornar o vão que separava a janela da porta da sala, diametralmente opostas.

A reunião já havia começado quando eu cheguei. Cumprimentei a todos e me apresentei dizendo que eu estava ali porque tinha interesse em pesquisar a CCD - se eles concordassem com a minha proposta – e, desse modo, gostaria de participar das atividades, entender como eles se organizavam, como as atividades eram realizadas e saber um pouco sobre cultura digital. Nesse momento, Luiz riu e disse: “não tem organização”. Os demais riram também e disseram que seria interessante ter alguém da Administração ali. Comentei por quanto tempo eu pretendia permanecer em campo para a pesquisa e Luiz novamente me interrompeu dizendo: “pra sempre”. Como as pessoas riram novamente ele disse: “ué, vai que...” (Excertos de diário de campo em 9 de janeiro de 2013). Também falei um pouco que eu usaria um método chamado de etnográfico que implica estabelecer um convívio com eles ao longo de algum tempo. Nesse momento, eu acredito que eles já não prestavam mais tanta atenção, de modo que a pauta da reunião seguiu outros rumos.

Como eu viria a perceber mais tarde, as pautas mudam drástica e dinamicamente de um item a outro, de forma que a minha entrada já não era mais o assunto. Luiz, que estava com um papel onde a pauta parecia ser seguida em um ritmo mais circular do que linear - pois os assuntos iam e voltavam - dizia que a reunião de hoje era muito importante para acertar as coisas. Essas coisas eram, em suma, a CCD toda, pois ele dizia naquele momento: “a gente não tem uma unidade” (Excertos de diário de campo em 9 de janeiro de 2013). Eles questionavam-se, naquele momento, sobre a relação que determinados eventos tinham com a cultura digital, denotando a dificuldade em estabelecer uma “unidade” do que os definia como grupo.

Assim, torna-se difícil explicar o que é a CCD em poucas palavras, fato este que será retomado ao longo das análises, uma vez que essa indefinição é parte das peculiaridades que ela possui. Cabe, entretanto, pontuar o que provisoriamente está posto no *Facebook* como definição: “A Casa da Cultura Digital existe para disseminar a cultura digital. O objetivo é reunir o máximo de conhecimento a partir de encontros virtuais e físicos” (CASA DA CULTURA DIGITAL, 2013).

1.2.2 Direcionamentos da técnica de observação participante

Primeiramente, eu notara que a CCD estabelecia-se e explicava-se em torno de seus projetos que eram organizados tanto em sua sala, quanto no “ciberespaço” (LEMOS, 2013) e, por fim, concretizados no espaço público. Assim, suas ações transitavam entre diferentes espaços, os quais eu passei a acompanhar. Este fato serviu como base para as reflexões que me levaram a ausentar-me do campo por um mês para construir o projeto de dissertação enfocando as preocupações em torno da questão do espaço organizacional que se estendia para além de sua sala.

Com meu retorno ao campo de pesquisa, passei a incluir-me em atividades que não eram somente relativas aos projetos realizados. Pouco a pouco, com as interações que se estabeleciam na sala da CCD, eu era convidada a participar dos momentos de “estar-junto” (MAFFESOLI, 2010b) do grupo que transcendiam seus projetos. Passei a notar que esses momentos, não somente davam sustentação aos projetos, como também estavam densamente inseridos na lógica de trabalho e de organização. Mais que uma discussão do espaço em si, passei a notar que a forma de organização da CCD pautava-se por algumas características como intensas sociabilidades, conflitos e uma configuração organizacional peculiar. Em muitos

momentos do grupo, reiteravam-se as satisfações de estar-junto e de poder expressar sua criatividade em um ambiente aberto e horizontal, frequentemente comparado com empresas ou outros ambientes considerados muito fechados e pouco criativos.

Assim, a forma de a CCD se organizar e trabalhar cotidianamente passou a chamar minha atenção, tendo em vista a comparação com outras formas de organização. Pouco a pouco, notei que as pessoas procuravam estabelecer ali um ambiente de trabalho cuja lógica parecesse, em muitos aspectos, “invertida” em relação aos seus outros ambientes de trabalho “formais”.

Pouco a pouco, então, fui deslocando o enfoque do espaço e dos projetos para as interações mais amplas, por meio de um entendimento sobre **as formas de socialização** que compunham a CCD, tendo em vista o tipo de relação que era estabelecida entre os membros e o que elas significavam para o grupo. Uma das estratégias que Marcus (1995, p. 106) aponta como a “mais óbvia e convencional”⁹ da etnografia já realizada por Malinowski, passou a ser minha estratégia: “seguir as pessoas”. Isso pressupunha não focar o espaço em si, nem os projetos, mas as interações e suas transitoriedades por entre espaços, eventos e projetos que eram concretizados em momentos presenciais e “virtuais”, onde sua forma de trabalhar e de se relacionar era exposta simbolicamente.

Assim, o caminho teórico percorrido à luz da observação participante deu-se como uma “teoria vivida”, como diz Peirano (2008). Para esta autora, etnografia não é apenas um método ou uma prática de pesquisa, mas a própria teoria vivida. “No fazer etnográfico, a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados.” (2008, p. 3), os quais são registrados em cadernos e diários de campo. Com as “lentes teóricas” em formação, fui notando em campo as sociabilidades e conflitos intercalando-se em meio a um modo de organização que, em si mesmo, parecia estabelecer uma forma que abrigava interesses diversos, pautados por temáticas da cibercultura.

Seguindo as orientações de Cavedon (2003), no que tange ao registro da vivência em campo, eu anotava breves comentários, falas ou situações importantes e meus pensamentos em um “caderno de campo”, que não era propriamente um caderno, mas meu computador, na medida em que todos permaneciam com computadores na CCD, fazendo seus trabalhos pessoais, trabalhos em conjunto ou

⁹ Tradução minha. Muito embora Marcus (1995) realize uma digressão sobre etnografias multissituadas - que não estão em foco aqui - me utilizei dessa pequena reflexão.

apenas checando atualizações no *Facebook* (que serviam de pauta para nossas conversas). Nesses momentos presenciais, diversas vezes eu fotografava momentos do grupo, cujos registros estão colocados neste trabalho como ilustrações da vivência em campo.

Os registros da vivência compreendiam não somente os momentos presenciais, como também os acontecimentos no ciberespaço¹⁰, principalmente com o uso do *Facebook*, onde determinadas interações eram registradas por mim - tanto por meio de capturas de telas quanto por anotações de percepções minhas. Esses registros incluíam a divulgação *online* feita para determinados eventos, de forma que, ao longo do trabalho, exponho algumas fotografias da Casa da Cultura Digital e *banners* de divulgação como ilustrações da vivência.

Assim, o campo estendia-se para além do espaço físico presencial demonstrando um “desencaixe espaço-temporal” (ROCHA e ECKERT, 2008), já que todas as interações registradas por mim permanecem ainda armazenadas no grupo do *Facebook*. Isto possibilitava que eu pudesse retornar a elas, como uma memória da vivência *online*¹¹ da CCD, ao contrário da observação participante *offline* em que as falas, respostas, comentários e sentimentos expressos não estão armazenados em seu estado bruto para serem recuperados posteriormente, exceto a partir de reinterpretções de meus diários de campo.

Conforme apontam Recuero, Fragoso e Amaral (2012) a etnografia em meio *online* irá preocupar-se com questões acerca de comportamentos a partir do próprio ponto de vista das pessoas que o utilizam. Na interação, os significados culturais emergem e devem ser anotados em diários de campo, tal qual na observação realizada presencialmente. Assim, as diferenças mais se interpuseram na flexibilização espaço-temporal, do que no tipo de olhar sobre as interações. Com relação à frequência de inserção em campo *online*, eu acompanhava a movimentação do grupo, tendo um direcionamento nas interações do “usuário” da rede social em foco, como sugere Beneito-Montagut (2011).

Após os registros em cadernos de campo – tanto *online* quanto *offline* - eu transpunha tais anotações e outras lembranças que porventura poderiam não estar anotadas articulando-as em um diário de campo. Nele, eu buscava narrar com acuidade os acontecimentos vividos (CAVEDON, 2003). O registro da observação

¹⁰ Para definição de ciberespaço me utilizo das reflexões de autores como Lemos (2013) e Justiça e Silva (2007), cujos pressupostos teóricos serão abordados no capítulo 4.

¹¹ Ver glossário.

participante totalizou setenta diários de campo, de janeiro a dezembro de 2013, onde expus todos os acontecimentos vivenciados por mim em campo atentando para os eventos, discursos, comportamentos, sentimentos meus e, principalmente, significados articulados em campo a partir de expressões concretas que se manifestavam em um conjunto de espaços e de eventos.

O sentimento do viver “lá” e escrever “aqui” em diários de campo foi o principal distanciamento que pude obter, uma vez que em campo a interação era demasiadamente intensa para que, em alguns momentos, meu afastamento de certos acontecimentos fosse possível. Assim, com a escrita do diário de campo, eu pude reavaliar situações, indo e voltando nos registros, repensando o quadro conceitual e os procedimentos éticos que eu deveria tomar (ROCHA e ECKERT, 2008).

Uma vez que minha interação em campo era cada vez maior à medida que o tempo passava, pautei-me pelas reflexões de Cavedon (2003) no que tange ao entendimento de que o pesquisador não deve se transformar em “nativo”, nem ser, no lado oposto, etnocêntrico. A manutenção dessa linha tênue que encontra sua maior dificuldade nas interações cotidianas levou um dos membros da CCD a me chamar de “fotógrafa da banda” (Excerto de diário de campo em 3 de dezembro de 2013), não porque eu fotografava irrestritamente, mas porque – na opinião dele - o fotógrafo da banda é aquele que bebe com a banda, come com a banda, mas ele não é completamente da banda apesar de fazer parte dela em muitos momentos.

Ao longo do período em campo, escrevi dois artigos sobre reflexões teórico-empíricas suscitadas pela vivência em campo. Nesse sentido, como procedimento ético – não restritos a este - eu mostrava os artigos ao grupo, bem como a própria dissertação após estar pronta, enviando-os pelo *Facebook* ou discutindo pessoalmente, para que pudessem comentar e criticar quaisquer aspectos comigo. Tomei essa atitude não somente porque julguei ser eticamente necessário, mas também porque a CCD é informada por pressupostos da cultura digital em torno do compartilhamento de informações e da noção de que qualquer produção é coletiva, e não individual. Sendo assim, tanto a produção dos artigos quanto o trabalho final, são coletivos, mesmo que indiretamente.

Passei a afastar-me a partir do final de outubro de 2013, quando em um evento chamado *Morrostock* – que será descrito adiante - eu havia sido intimada para participar de uma reunião que a CCD teria na Prefeitura de Porto Alegre. Julguei, então, que minha presença estava sendo demandada muito além da

postura de pesquisadora. Esse fato não era, em si mesmo, um problema, mas, demonstrava que, também pelo tempo exíguo, eu deveria me retirar. Entretanto, optei por permanecer mais um mês, tendo em vista que, naquele momento, a CCD perdia sua sala, seu espaço físico principal, e interessava-me entender como esse processo aconteceria.

Assim, o final do período de observação participante culminou relativamente com o final das entrevistas. Sendo esta uma das técnicas que utilizei, exploro no item seguinte, atentando para os diferentes momentos em que elas foram realizadas.

1.3 AS ENTREVISTAS

Em março de 2013, após três meses de inserção em campo, realizei entrevistas com membros da CCD, tendo em vista a construção de meu projeto de pesquisa, bem como a realização de um artigo sobre um evento em específico, o bloco de carnaval da CCD, ocorrido em fevereiro de 2013 (CHIESA e CAVEDON, 2013). Tais entrevistas revelaram aspectos importantes sobre como se deu início à organização e sobre os variados entendimentos acerca da cultura digital. Os entrevistados, àquele momento, foram escolhidos tendo em vista tanto suas disponibilidades de conceder o relato, quanto sua participação na fundação da organização e na criação do bloco de carnaval da CCD, que acontecera em fevereiro de 2013.

Com a entrada de outras pessoas a partir deste evento, realizei novas entrevistas ao final de minha estada em campo. Em ambos os momentos, segui orientações semelhantes no que tange à compreensão dos significados da cultura digital para os membros, à compreensão do sentido que seus eventos tinham na constituição da organização, bem como aos entendimentos sobre sua forma de organizar-se.

Coloco, em seguida, a relação de pessoas com seus nomes fictícios, suas ocupações formais, o local de entrevista e o momento em que foram realizadas, todas no ano de 2013. As idades daqueles que constituem o grupo da CCD variam de 23 a 38 anos, residentes em Porto Alegre e sem suas famílias. Em geral, os integrantes da CCD trabalham na área da cultura, comunicação digital, jornalismo,

design, gestão de projetos culturais e artísticos utilizando-se dos meios digitais para concretizarem suas atividades e dispo de certa flexibilidade de horários.

Ao total, realizei dez entrevistas, uma com cada membro da CCD, que variavam de uma a três horas, aproximadamente, sendo realizadas em locais diferentes, conforme a preferência do entrevistado. Todas elas foram registradas com gravadores.

Quadro 1 - Entrevistas

Nome	Ocupação fora da CCD	Mês da entrevista	Local da entrevista
Amanda	Produtora Cultural	Março	Cafeteria
Antônia	DJ e Gestora Cultural	Novembro	Residência
Bruno	Ciberanalista	Dezembro	Residência
Heloísa	Comunicadora Digital	Março	Cafeteria
Júlia	Produtora Cultural	Março	CCD
Laura	Química	Março	CCD
Leandro	Jornalista	Novembro	Parque da Redenção ¹²
Luana	<i>Designer</i>	Outubro	Cafeteria
Luiz	<i>Designer</i>	Março	CCD
Rodrigo	Produtor e Gestor de Projetos	Outubro	CCD

Fonte: Elaborado pela autora

As entrevistas que realizei não eram pautadas por um roteiro estruturado ou fechado de perguntas. Registrei inquietações da pesquisa na forma de perguntas – disponibilizadas no Apêndice D - totalmente flexíveis para aderir às situações subjetivas (ROCHA e ECKERT, 2008) do encontro entre entrevistado e entrevistador, tal qual se aponta no método etnográfico. Conforme reiteram Rocha e Eckert (2008), as entrevistas foram, então, conduzidas de forma livre, aberta, semi-guiada, repleta de trocas mútuas de conhecimento, de modo a buscar compreender o ponto de vista do informante sobre a organização, seus eventos e significados. Tal proposta aproxima-se de uma entrevista semi-estruturada (MINAYO, 2011) utilizada nas Ciências Sociais. Para Minayo (2011, p. 64), [...] esta entrevista “combina

¹² Parque Farroupilha - normalmente chamado de “Parque da Redenção” - localiza-se no bairro Bom Fim em Porto Alegre e constitui-se como um ponto de encontro de diversas “tribos” portoalegrenses.

perguntas fechadas e abertas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

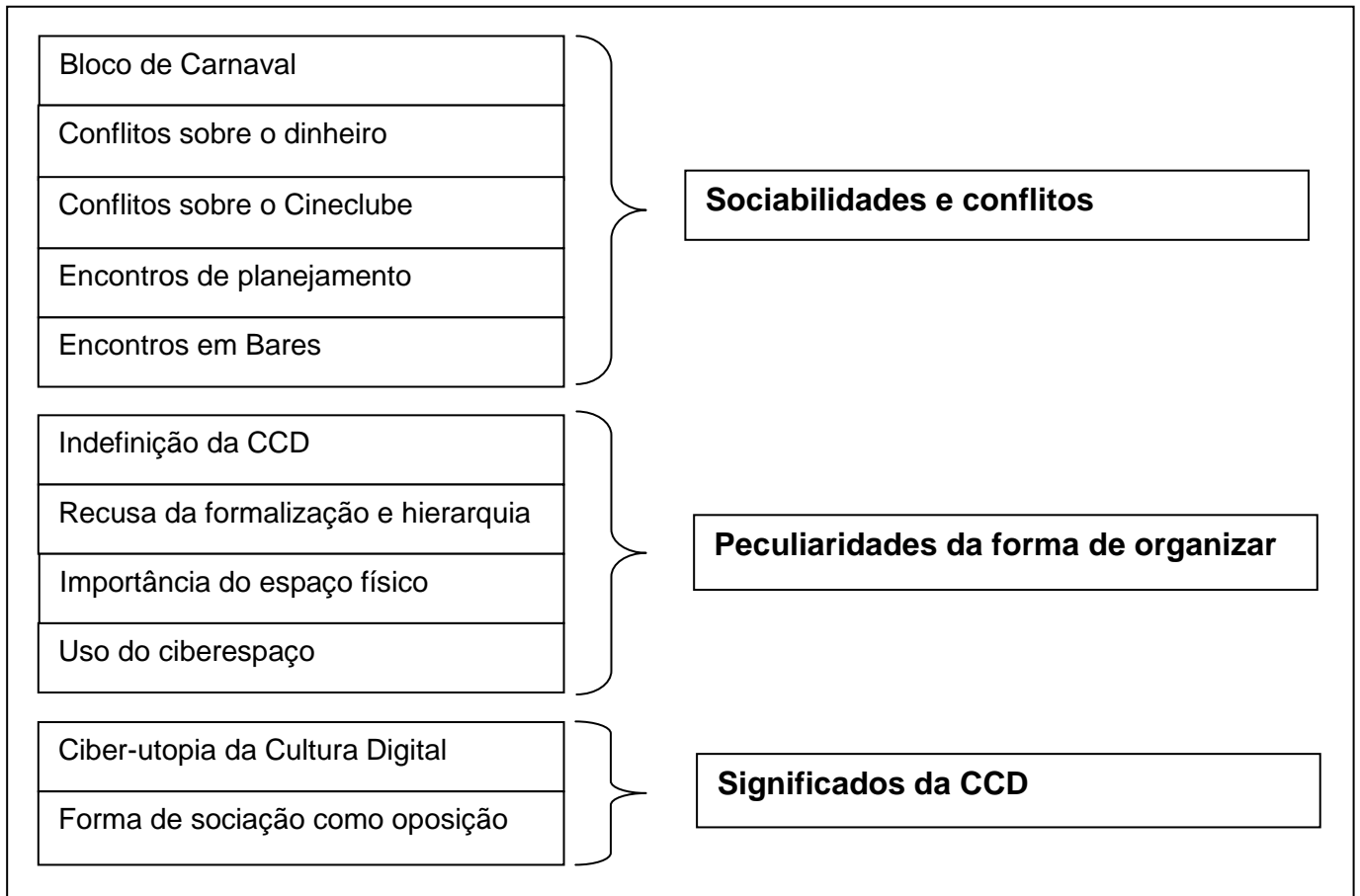
Após as entrevistas, transcrevi-as obedecendo às pausas, interrupções, hesitações presentes ao longo do relato, bem como anotei percepções minhas em diários de campo sobre os momentos de entrevista ressaltando a interação com os entrevistados.

1.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise trata-se do processo de interpretação que culmina com a objetivação da experiência em texto e que, necessariamente, remete aos aspectos intersubjetivos de “encontro etnográfico” em campo. Nesse sentido, a análise não é um mero levantamento de acontecimentos “objetivamente descritos”, tampouco se atém ao ponto de vista do “Outro”. Trata-se de uma dialogia que tem por base um dos pressupostos primordiais da etnografia: a diversidade ontológica ou, em outras palavras, as distintas concepções sobre a natureza das coisas sustentadas pelas pessoas com quem nós trabalhamos (CHUA e SALMOND, 2012).

À luz da proposta interpretativa de Geertz (2008) bem como dos objetivos do trabalho, a análise atentou para significados articulados pelos membros da CCD, que revelaram as seguintes categorias e subcategorias correlacionadas diretamente aos objetivos do trabalho.

Figura 2 - Categorias



Fonte: Elaborado pela autora

Para chegar a essas categorias, primeiramente, revisei todos meus dados de campo. Em cada registro, eu pontuava os aspectos que sobressaíam da vivência, sejam eles as interações de sociabilidade ou de conflito, a forma de organização ou os significados da CCD. Agrupei tais dados nessas categorias, de modo que pudessem resumir as manifestações cotidianas reveladas em minha vivência para expô-las ao longo das análises.

Tanto as categorias quanto as subcategorias são apresentadas sequencialmente ao longo do trabalho de acordo com os objetivos específicos. A única exceção está no item “uso do ciberespaço”, o qual aparece fora da sequência apresentada, dado que, antes de adentrar na descrição das formas, foi necessário introduzir os ambientes onde as interações ocorriam (capítulo 5). Neste ponto, diversos aspectos sobre o uso do ciberespaço já foram contemplados.

Respeitando o entendimento de que as formas devem ser descritas (MAFFESOLI 2010a, 2010b), e de que o pensamento de Simmel (2006) é caracterizado por certa plasticidade e mobilidade (WAIZBORT, 2000), a maneira de apresentação dos dados deve também ser dotada dessas características. Assim, por mais que existam essas categorias, todas elas se interpenetram ao longo do texto, a exemplo da questão do “dinheiro”, que permeia todo o trabalho.

Foi também necessário estabelecer diferenciações entre a natureza dos dados. Uma delas é a observação participante no ambiente físico presencial; outro tipo de dado é a observação participante no ambiente digital – apesar de o procedimento ser o mesmo, bem como a postura do pesquisador, o fato de ser coletado em outro espaço implica uma diferenciação; e, o terceiro dado é a entrevista. A inclusão dos diferentes dados obedece à caracterização de tempo, espaço e tipo de cada dado. Cabe pontuar que todos os dados apresentados são datados do ano de 2013.

O resultado dessa vivência, ao fim, deve constituir o todo da etnografia que, como perspectiva metodológica, consiste em uma descrição analítica dos dados de campo, tendo em vista as teorias que auxiliam no processo de análise. A dimensão cultural em processo é um dos subsídios para a análise que deve ter consistência teórico-metodológica.

Assim, cumpre destacar que as “lentes” que utilizo para estas análises advêm de meu quadro teórico apresentado nos capítulos seguintes, cujo enfoque está nas interações cotidianas através das “formas de sociação” de Simmel (2006), na noção de tribos contemporâneas de Maffesoli (2010a; 2010b; 2003a) e em aspectos da cibercultura de Lemos (2013), bem como de outros autores que auxiliam os principais. Sendo esta uma pesquisa qualitativa com viés compreensivo (MINAYO, 2011), a análise privilegiará a compreensão e interpretação dos significados articulados em determinados eventos, práticas e espaços que compõem o cotidiano da organização em foco. Para tanto, cabe aprofundar o embasamento teórico que sigo neste trabalho de modo a desvelar uma determinada forma de organização dinâmica, multifacetada, que apresenta analogias com tribos contemporâneas.

2 AS FORMAS DE SOCIAÇÃO DE SIMMEL: A FILOSOFIA DO DINHEIRO, AS SOCIABILIDADES E OS CONFLITOS

Todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal.

Georg Simmel. *Questões Fundamentais da Sociologia*

Dado o relativo desconhecimento da Filosofia e Sociologia simmeliana no campo de Estudos Organizacionais e sua possível contribuição para a área, cabe traçar um breve panorama de sua obra para, depois, aprofundar tópicos centrais que embasam o presente trabalho, quais sejam: as formas de sociação, a filosofia do dinheiro, a forma da sociabilidade e a forma do conflito, postos nessa sequência.

À figura de Georg Simmel atribui-se a fundação da Sociedade Alemã de Sociologia - juntamente de Max Weber e de Ferdinand Tönnies (FILHO, 1983). Georg Simmel teve o auge de sua vida intelectual, na virada do século XIX para o século XX, pautado por um estilo de escrita ensaístico pouco aceito à época (WAIZBORT, 2000), algo que repercute até hoje uma vez que esta é uma das razões de seu relativo desconhecimento.

Simmel escreve em um contexto de início do século XX na cidade de Berlim, e, portanto, cumpre ressaltar que suas análises estão sendo transpostas para outro momento, o atual, com suporte também de autores que são explorados adiante. Muitas de suas análises são herdeiras da filosofia de Nietzsche, de Kant, do romantismo de Goethe, apresentando também algumas relações importantes com pensadores como Henri Bergson (WAIZBORT, 2000).

Os estudos de Simmel foram bastante utilizados para compreender a cidade como um espaço complexo por excelência. Na figura de intelectuais da Escola de Chicago, o pensamento deste autor foi levado da Alemanha para os Estados Unidos na primeira metade do século XX. Assim, sua influência sobre a Escola de Chicago, em análises urbanas, é inegável (VELHO, 2005), principalmente, nas figuras de Everett Hughes, Robert Park e Louis Wirth. A Escola de Chicago direcionava-se à compreensão dos problemas sociais como imigração, marginalização, criminalidade, racismo, entre outros temas, que também se desenvolveram como estudos em sociedades complexas (OLIVEN, 2007).

Além destes, nota-se a influência de Simmel em Walter Benjamin, Theodore Adorno, Max Gluckman e Norbert Elias, este último analisado em profundidade por Waizbort (2001). Mais adiante, suas influências são vistas em autores como Howard Becker, Erving Goffmann, Michel Maffesoli e, no Brasil, em Gilberto Velho no campo da Antropologia das Sociedades Complexas. Muitas outras são as referências prévias e posteriores à Simmel, fundamentais para a análise de seu pensamento, que não irei aprofundar aqui por não se tratar do objetivo deste trabalho. Em

Waizbort (2000) - cujas interpretações também embasam esse trabalho - é possível encontrar grande parte das relações intelectuais de Simmel.

De certo modo, o desconhecimento deste autor vem do fato de que Simmel não se encaixava nos padrões de escrita da época em que escrevia – início do século XX - tanto pelo estilo em si, quanto pela variedade objetos escolhidos por ele. Atribuía-se ao pensador um espírito extremamente crítico e detalhista, de certo modo errático e assistemático apesar de, ao mesmo tempo, ser chamado de brilhante, sutil e dotado de análises surpreendentes e inovadoras (FILHO, 1983).

Para Souza e Oelze (2005), parece acontecer hoje com Simmel, o mesmo que ocorreu com Max Weber anteriormente: depois de um relativo esquecimento, as discussões sobre sua obra reascendem-se. Nos últimos quinze anos, o interesse pelo autor cresceu em razão de suas análises voltadas à vida cotidiana em suas manifestações aparentemente mais simples e banais. Conforme aponta Deflem (2003), Simmel é uma fonte de inspiração para análises que se digam pós-modernas a partir da primazia do estético, do relacionismo - ao invés do estabelecimento de dualidades estanques - da interdisciplinaridade, fluidez das formas que revelem manifestações transitórias. Apesar de Simmel ser um autor encarado como modernista, é possível transcender suas análises para o âmbito contemporâneo, como o faz Maffesoli (2010a; 2010b; 2003; 1988).

Interessava-lhe a transformação do mundo moderno, captada a partir de “instantâneos fotográficos”, quase literários, de particularidades das relações sociais. Assim, diversos foram seus objetos de análise: a coqueteria, a aventura, a sociabilidade, o conflito, a alimentação, os Alpes, o dinheiro, o estrangeiro – entre muitos outros - todos estes conduzidos a uma análise que retoma seu entendimento sobre a tragédia da cultura e a relação entre **formas de socição** e conteúdos da vida social.

Uma análise que se pretenda simmeliana deve ser dotada de uma mobilidade e plasticidade características de seu pensamento, uma vez que nele não cabem interpretações de causa-efeito. As interações são sempre mútuas, processuais, de modo que o olhar esteja direcionado para o movimento que está por detrás da fixidez e, inversamente, para as cristalizações de movimentos (WAIZBORT, 2000).

Quanto às apropriações de Georg Simmel na área da Administração ¹³, poucos são os trabalhos que se debruçam sobre suas reflexões. Este autor tem sido utilizado para desvendar as sociabilidades em organizações – juntamente com outros referenciais sobre este tema. Sem o intuito de representar a totalidade de trabalhos construídos sobre o tema, porém à guisa de exemplo, tem-se Fantinel (2012), Fantinel e Fischer (2010) - no âmbito de organizações como cafés - e Barros (2008), no que tange ao estudo das *lan houses*. Em periódicos internacionais da área, Simmel é bastante citado com referência ao seu trabalho sobre a Filosofia do Dinheiro. Porém, na maioria dos artigos, este autor é tratado de maneira acessória, sem que sejam feitos aprofundamentos de suas análises, com algumas exceções (LEHRER e AZAKAWA, 2003; NORDQVIST, 2011; STOHL e STOHL, 2011). Cumpre, ainda, destacar a utilização de Simmel no âmbito da Filosofia da Administração (MULLINS e MURPHY, 2012) e de estudos sobre consumo (HOLT e SEARLS, 1994).

O pensamento simmeliano pode apontar para contribuições no campo dos estudos organizacionais, não somente com suas análises sobre sociabilidades, ou sobre a Filosofia do Dinheiro, mas também em pesquisas sobre o conflito, o flerte, o estrangeiro, a moda, o individualismo, a arte, a religião, entre diversos outros temas que podem ou não estar localizados em organizações. Seu pensamento voltado aos objetos concretos é, por si somente, uma contribuição para observação de processos fundamentalmente cotidianos, oferecendo “lentes” de análise preocupadas em compreender mobilidades e cristalizações de processos culturais. Em todas suas reflexões, por mais variados que sejam os objetos, permeia o cerne em torno da ideia de **conteúdos e formas** vida social, aliadas a uma postura muito própria de pesquisa fundamentada no que se denomina “panteísmo estético” (WAIZBORT, 2000, p.75).

Panteísmo estético corresponde à atitude de Simmel frente às manifestações de seus objetos. Buscando exemplos microscópicos da realidade, relacionando-os à análise dos estilos de vida e a uma estética que transcendem tais manifestações, Simmel busca uma articulação com elementos que “duram”.

¹³ Todas as buscas por artigos realizadas no presente trabalho contemplam periódicos nacionais e internacionais a partir da classificação B2 pelo sistema *Qualis*, da CAPES, principalmente pelos campos “resumo” e “assunto”. No âmbito dos internacionais, não foram buscados todos os periódicos; o foco foram aqueles que tratam relações humanas e estudos organizacionais. Especificamente sobre Georg Simmel, vide Apêndice A.

Com sua forma de escrita “aventureira”, Simmel promoveu uma virada da Filosofia para os objetos concretos e para o ensaísmo (WAIZBORT, 2000). Uma das concretudes de suas análises pode ser vista na Filosofia do Dinheiro, como representativa de um mundo moderno saturado por exigências objetivas. Porém, antes de adentrar na Filosofia do Dinheiro, cabe explicitar o que Simmel entende por formas de sociação, dado que este é um elemento central do presente trabalho, bem como de seu pensamento como um todo.

2.1 FORMAS DE SOCIAÇÃO

À exemplo da pergunta de Kant “como é possível a natureza?”, Simmel (1910) questiona “como é possível a sociedade?”, mostrando suas filiações filosóficas neokantianas. A resposta para esta pergunta está nas interações: lentes pelas quais Simmel busca compreender como é possível a sociedade.

É através das interações de uns-com-os-outros, contra-os-outros e pelos-outros que se constitui uma sociedade. Ao processo fundamental para que tais interações sejam possíveis, Simmel dá o nome de **sociação**. As sociações são constituídas pelos impulsos dos indivíduos, seus interesses e objetivos – chamados por ele de “conteúdos” - que irão se abrigar em formas (SIMMEL, 2006). Em outras palavras, a sociação é a **forma** pela qual os conteúdos variados das pessoas desenvolvem-se, associam-se e formam uma unidade para serem realizados.

A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses [...] se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam (SIMMEL, 2006, p. 60-61).

As interações surgem de determinados impulsos ou finalidades: instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros que correlacionam os indivíduos. Em si mesmos, para Simmel (2006), tais conteúdos não são inteiramente sociais; porém, as formas pelas quais os indivíduos concretizam tais conteúdos (momentâneos ou não, conscientes ou não) são sociais. O olhar do pesquisador,

nesse caso, deve direcionar-se às formas que a sociedade cria para que os indivíduos estejam em interação, não estritamente aos seus conteúdos.

Waizbort (2000) mostra que o conteúdo para Simmel fica em segundo plano, uma vez que ele somente tem sentido enquanto relacionado a uma forma¹⁴ de sociação – ou seja, às maneiras de interação. De certo modo, Simmel confere certa autonomia à noção de processo frente aos seus conteúdos criando um procedimento dotado de mobilidade e de plasticidade, pois, uma vez que sua análise se desvincula dos conteúdos e centra-se no processo, Simmel abre um amplo espectro de possibilidades de análise. Esta postura metodológica de abordar o social permite que quaisquer objetos da sociedade sejam passíveis de interpretação à luz das formas.

Conforme diz Waizbort (2000), o entendimento de que tudo é passível de interpretação tem fundo na filosofia de Nietzsche e conduz o autor para uma gama de temas inusitados à época. Em seu texto sobre a Sociologia da Refeição, Simmel (2004) alerta que mesmo o menor, mais superficial e aparentemente insignificante tema pode ser interpretado culturalmente. É por isto que se entende o pensamento simmeliano como “aventureiro” (WAIZBORT, 2000), pois, adentra em diversos objetos de análise permeados por um mesmo cerne – as formas de sociação – que lhe permitem interpretar o real.

Não existem formas sem conteúdos e conteúdos sem formas, de modo que esta separação é para o autor uma abstração científica apenas. Os conteúdos são fatores da sociação somente quando transformam-se em uma maneira de ser e estar com os outros, contra os outros, para outros ou pelos outros, que toma uma forma no seio da qual determinados interesses podem ser realizados (SIMMEL, 2006).

Separar por abstração científica estes dois elementos, forma e conteúdo, que são na realidade inseparavelmente unidos; sistematizar e submeter a um ponto de vista metódico unitário, as formas de interação ou sociação, mentalmente desligadas dos conteúdos que só por meio delas se fazem sociais, me parece a única possibilidade de fundar uma ciência especial da sociedade como tal (SIMMEL, 1983, p. 61).

¹⁴ A noção de formas de sociação de Simmel é parte de uma distinção mais ampla que o autor faz entre sociologia geral, formal e filosófica. Neste trabalho, enfoco suas noções de “formas”. Para compreender tais distinções além das formas, tem-se Simmel (1964).

Wolff (1964), estudioso da obra deste pensador, aponta que, apesar das várias vezes em que Simmel fala de formas de socialização, é difícil chegar a uma definição; seria necessário buscar todos os textos do autor e justapô-los para definir um conceito. Assim, Wolff (1950) aponta que a “forma” é entendida como o elemento que, entre os outros relevantes para alguma situação particular, mantém-se relativamente estável, ao contrário da noção de “conteúdos” que, com as mesmas especificações, representa o relativamente variável. Também para Peres et al (2011) as formas podem ser compreendidas como “janelas estáveis” ainda que provisórias que auxiliam o olhar para fenômenos sociais.

Pode-se fazer uma relação dessas “janelas estáveis” com a noção weberiana de tipos-ideais, uma vez que as formas são antes abstrações e não podem ser encontradas puramente na realidade (PERES et al, 2011). As formas de socialização são constituídas por uma exacerbação de características presentes do curso da interação, o que faz Deflem (2003) especular que a noção de tipos-ideais seja diretamente inspirada na concepção simmeliana sobre as formas de socialização, dada a proximidade dos autores na época. Outras aproximações e distanciamentos entre a obra de Weber e Simmel encontram-se em Vanderberghe (2005) e Watier (2005).

Se as formas são cristalizações exacerbadas de movimentos, então, o que Simmel busca analisar são os modos pelos quais as socializações tornam-se formas de ser e estar com os outros. Tais socializações são, em suma, interações que operam como “lentes” para desvendar formas e movimentos que nela confluem. A análise das formas é, pois, uma análise de instantâneos em suspensão; de um processo que é captado em certo momento (WAIZBORT, 2000). A dualidade simmeliana é de fundo estético e congrega duas imagens do mundo: movimento e fixidez, as quais pretendem dar conta da multiplicidade da existência. Esta preocupação confere ao pensamento de Simmel um olhar relacional da existência que busca superar o dualismo indivíduo-sociedade.

Segundo Vandenberghe (2005) as formas de socialização analisadas por Simmel totalizam em torno de seiscentas, em toda sua obra. À guisa de exemplo, a **sociabilidade** é uma forma de socialização, bem como o **conflito**, pois são diferentes maneiras pelas quais os indivíduos satisfazem seus interesses, motivações ou, mais corretamente, conteúdos. Cumpre destacar que, quando Simmel (2006) fala em interesses, estes podem ser tanto conscientes quanto inconscientes.

Para que não se afirme que tudo é forma social, Simmel (2005d) aponta duas condições. É preciso que uma mesma forma de sociação possa ser observada em conteúdos diversos e que o mesmo conteúdo possa aparecer realizado em formas de sociação diversas que lhe sirvam de meio.

Não obstante, a distinção analítica que Simmel (2006) faz entre formas e conteúdos não fica restrita em si mesma. É a partir dela que o autor compreende a modernidade como uma saturação de objetivações em formas que transcendem o indivíduo. Inicialmente, as formas de sociação são criadas para satisfazer determinados conteúdos; porém, elas – as formas - podem transcender tais conteúdos que lhes deram origem e tornarem-se fins em si mesmas.

Ao processo de desvinculação das formas em relação aos seus conteúdos, Simmel (2006) chama de “autonomização”. Assim, quando este autor pontua que determinadas formas autonomizaram-se, significa que elas não mais são determinadas pelas motivações que lhes deram origem, mas, ao contrário, que inclusive as formas podem determinar os conteúdos da vida. Neste caso, o curso da interação é moldado para satisfazer uma determinada forma de ser e estar com os outros.

É esta análise que Simmel (2006) faz da ciência, por exemplo, ao dizer que a busca pelo saber tinha um sentido na existência das pessoas, mesmo de sobrevivência. Porém, quando essa busca passa a ser realizada com um propósito em si mesma, é sinal de que o conteúdo abrigou-se em uma forma (a ciência) que se autonomizou em relação aos seus conteúdos. A ciência, então, tornar-se-ia um fim em si mesma, de modo que, pouco a pouco, não mais o conteúdo define a forma, mas uma forma que se satisfaz em si mesma define o conteúdo. Em suas palavras: “[...] Tudo isso que antes adería à vida em sua seriedade, agora se subtrai a seu fluxo, à sua matéria, desapega-se da vida” (SIMMEL, 2006, p. 63).

A determinação dos conteúdos pelas formas é entendida por Simmel como um “jogo” que produz formas de nosso comportamento desejáveis para estar com os outros (SIMMEL, p. 62). Para se jogar determinada forma de interação, certos conteúdos são necessários, mostrando uma inversão da relação forma-conteúdo. Nesse sentido, ocorre uma crescente objetivação de formas pelas quais as pessoas interagem umas com as outras. Isto revela, para Simmel, a tragédia da cultura

moderna característica das grandes metrópoles, onde impera um estilo de vida saturado por exigências objetivas. A chave para compreensão dessa tragédia retratada por Simmel está na Filosofia do Dinheiro, abordada no item seguinte.

2.2 A TRAGÉDIA DA CULTURA E A FILOSOFIA DO DINHEIRO

Simmel foi um dos primeiros autores a notar as ambiguidades do estilo de vida moderno expressas na separação entre o que ele denomina de cultura subjetiva e cultura objetiva (SOUZA, 2005). A tragédia da cultura está representada na autonomização das objetivações humanas e das produções culturais que atuam sobre o indivíduo constringendo-o a preservar sua autonomia e liberdade frente a um contexto de crise para o qual Nietzsche já alertara (RUDIGER, 2002). Em outras palavras, esta autonomização das objetivações humanas representa para Simmel (2013) uma sobreposição da cultura objetiva em relação à cultura subjetiva.

Seu entendimento sobre tragédia da cultura faz parte de uma contradição entre a vida subjetiva do espírito e seus conteúdos que, uma vez criados e autonomizados, adquirem uma forma autônoma (SIMMEL, 2005b), a exemplo do dinheiro.

Os sujeitos são agora lançados no conteúdo e ritmo do desenvolvimento das indústrias e das ciências, das artes e das organizações, de modo indiferente ou contraditório em relação às exigências que teriam de realizar em favor de sua própria consumação, isto é, de seu cultivo (SIMMEL, 2013, p. 102).

Para Simmel (2005a), a intensificação da vida nervosa e a atitude *blasé* de resguardo frente à multiplicidade e fragmentação que a vida nos grandes centros urbanos traz, são os fundamentos psicológicos dos problemas mais profundos da vida moderna. Estes “brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade [...]” (SIMMEL, 2005a, p. 1). Trata-se de uma **resistência** do indivíduo frente à nivelção, massificação e inclusão em mecanismos técnicos que não atendem às subjetividades.

A tragédia moderna reside nesses sentimentos e reações postas frente às objetivações que o próprio homem criou e que assumem uma lógica independente de seus conteúdos iniciais. Porém, a noção de “tragédia”, em Simmel, não quer dizer um destino triste, mas sim um entendimento mais próximo da tragédia grega: como forças destruidoras mobilizadas contra um ser que, ele mesmo, as criou (SOUZA, 2005).

Novamente, a influência de Nietzsche (2007) se faz presente, uma vez que a perspectiva simmeliana sobre a vontade de o indivíduo transcender as objetivações que lhe constroem não deixa de ser o cultivo de um tipo trágico e dionisíaco nietzscheano capaz de ultrapassar resistências e transformar-se constantemente (APOLINÁRIO, 2008).

A crise que a cultura moderna engendra, para Simmel (2013; 2011), tem seu representante no elemento “dinheiro”, uma objetivação criada pelo homem que suscita a vontade de obtê-lo mais que as coisas que ele poderia comprar. Trata-se de um símbolo privilegiado da objetividade social que, muito embora não seja compreendido como causa, assume um papel central para compreensão do desenvolvimento da época moderna (BUENO, 2013).

Cumprido destacar que este tema também aparece nos trabalhos de Marx, Weber e Durkheim, porém de um modo diferente¹⁵ de Simmel. Dos três, Simmel era mais próximo de Weber, compartilhando com ele a preocupação com o entendimento (*verstehen*) do social. Deflem (2003) ainda entende que as análises de Simmel podem ser consideradas como uma fenomenologia do dinheiro a partir da experiência humana e, neste ponto, diferencia-se dos outros autores.

Miller (2013) resgata Simmel para falar sobre cultura material, reiterando que suas análises são alternativas à visão de Marx, possibilitando adentrar no tema “cultura” antes de “descer” às materialidades em si mesmas. A cultura é contraditória para Simmel (MILLER, 2013), e parece ainda mais quando a quantidade de coisas, formas e objetivações que circundam as pessoas aumenta demasiadamente, como na época moderna¹⁶.

O cerne das análises de Simmel (2011) sobre o dinheiro aponta para o desinteresse pela individualidade do Outro quando a economia monetária torna-se

¹⁵ Para explorar essas diferenças, tem-se o artigo de Deflem (2003).

¹⁶ Como aponta Miller (2013), para uma teoria da cultura com enfoque no material, a visão de Simmel apresenta muitas limitações, uma vez que a Antropologia mostra que esta faceta pode não ser restrita à modernidade.

mediadora das relações sociais. Por um lado, o dinheiro é um meio de relacionamento comum, efetuado no mesmo nível, em todos os lugares, permitindo tanto a reserva do indivíduo quanto a liberdade das trocas. Com ele, o indivíduo sente-se livre, independente e universalizado em uma determinada linguagem de comunicação (SIMMEL, 2005c).

Por outro lado, “muitas vezes uma tal liberdade significa ao mesmo tempo uma ausência de conteúdos da vida e um afrouxamento da sua substância” (SIMMEL, 2005b, p. 30). Com a preponderância do dinheiro nas relações, não se nota que os objetos da transação monetária têm aspectos que não podem ser expressos objetivamente e, com isso, o lado qualitativo das coisas e pessoas perdem sua importância. Como único valor vigente, o dinheiro faz com que o sentido da vida escape por entre as mãos, vulgarizando as interações, pois ele torna-se equivalente para tudo. “Esta é a tragédia de cada nivelção, dado que ela conduz, imediatamente o superior ao lugar do elemento mais baixo” (SIMMEL, 2005c, p. 31).

A transformação do mais heterogêneo em homogêneo é visto por Simmel (2005a) também como parte do fenômeno de uma arrogância *blasé* das classes financeiramente privilegiadas. Eis porque essas pessoas dispõem de um instrumento específico para substituir fins pelos meios de maneira que a pergunta qualitativa de algo se atrofia. O *blasé*, além de ser um resguardo psíquico da sociedade moderna frente à multiplicidade da vida urbana, é uma não-reação frente às diferenças e propriedades específicas dos objetos correspondente às sensações. Ao invés de corresponder à sensação, corresponde à nivelção objetiva.

Segundo Waizbort (2000), a análise simmeliana sobre o mundo moderno através da Filosofia do Dinheiro é uma análise sobre “estilos de vida” que representam, em suma, o modo como os conteúdos da vida são organizados, ou a forma pela qual se cristalizam as dinamicidades da vida social. Para Simmel, o estilo de vida moderno é um estilo de *movimento*. Através desta categoria, segundo Waizbort (2000), é possível observar um instantâneo do presente ou um momento do processo da cultura através de qualidades, tendências, disposições, efeitos e afinidades, compondo um fenômeno histórico.

Antes de Simmel, não era possível falar filosoficamente em “estilo de vida”. Esta noção - entendida por Waizbort (2000, p. 169) como uma “inovação terminológica” – trata-se de uma rearticulação das reflexões nietzscheanas sobre os mesmos fenômenos. Porém, enquanto que Nietzsche vê, no presente, o grotesco e

a barbárie, Simmel (2011) vê a ambiguidade e a anarquia de estilos, característica a da modernidade, onde o dinheiro existe como maior exemplo ambíguo transitando entre a fixidez e o movimento das formas sociais.

Na Filosofia do Dinheiro, Simmel entende que este pode tanto afastar quanto aproximar pessoas, o que remete a uma metáfora bastante utilizada por ele da “ponte e da porta”. Ele afasta ao mesmo tempo em que une, pois somente tornamos mais próximos do distante, na medida em que distanciamos o que está mais próximo (SIMMEL, 2011). Um exemplo desses movimentos de proximidade e afastamentos está na compreensão do autor de que o dinheiro pode facilitar a inserção das pessoas em círculos mais distantes, por outro lado, corroendo os laços mais próximos, como aqueles relativos à família (WAIZBORT, 2000).

“O dinheiro é, propriamente, nada mais que uma ponte aos valores definitivos, e não podemos morar numa ponte” (SIMMEL, 2005c, p. 33). Tal ponte, para o autor, torna-se o Deus, na medida em que o dinheiro é objeto de desejo e estado permanente da alma. Como expressão absoluta, onipotente e transcendente de todas as variedades, ele supera o singular e justifica “[...] a queixa já mencionada, de que o dinheiro seja o Deus da época moderna (SIMMEL, 2005c, p. 36)”. Os conteúdos, as motivações e interesses, são estabilizados, então, em uma determinada forma de ser e de estar com os outros, um alvo em si mesmo ou, em outras palavras, uma objetivação de subjetividades.

É vital destacar, entretanto, que o dinheiro – ou as materialidades, ou qualquer objetivação – não é intrinsecamente ruim ou boa. “Simmel foi um dos mais eloquentes teóricos das qualidades positivas do dinheiro” (MILLER, 2013, p. 96), exaltando as liberdades de sua abstração. Ou seja, a cultura é contraditória e o dinheiro como parte dela também o é.

Sendo o dinheiro um dos representantes das objetivações, e compreendendo que para Simmel – sob influência de Nietzsche – o indivíduo mostra sinais de uma resistência frente a tais expressões modernas, existem formas criadas para afastarem-se mesmo que momentaneamente do *ethos* moderno. Uma dessas formas de sociação, analisada por Simmel (1949) é a sociabilidade.

2.3 A FORMA DA SOCIABILIDADE

O conceito de sociabilidade é algo criado por Simmel para expressar uma maneira de ser e estar com os outros que privilegie o momento de sociação como tal, como uma afirmação da vida em seu aspecto mais banal que é estar-junto socializado. Para Simmel (1983), a sociabilidade é uma forma de sociação pela qual o indivíduo é capaz de agrupar-se em unidades que satisfazem seus interesses mais básicos: os da associação. Ou seja, para além de qualquer conteúdo, existe aquele que fundamenta uma sociedade, “a satisfação de estar junto socializado” (SIMMEL, 2006, p. 64). A sociabilidade como forma pura e lúdica de sociação é, para este pensador, representativa de um impulso de desvencilhamento das realidades outras da vida social meramente pela valorização do processo de sociação como tal.

Colocam-se de lado as motivações ligadas às finalidades objetivas da vida em razão deste afastamento. Contudo, apesar de falar em afastamento das realidades sociais, Simmel (2006) pontua que quanto mais perfeita é a sociabilidade, mais ela adquire da realidade um papel simbólico que preenche a vida de seus “jogadores”, fornecendo-lhes um significado que o racionalismo busca somente nos conteúdos concretos. Por esse motivo, à sociabilidade relega-se um papel de segundo plano, pois a racionalidade moderna procura nela um conteúdo concreto que dificilmente existe. O tipo de acusação e questionamento que se faz à sociabilidade, também é feito à arte a partir do mesmo ponto de vista racionalista.

É isso que na sociologia simmeliana explica a analogia entre arte e jogo. “Em ambos, as formas, que a realidade da vida desenvolve, fundam impérios autônomos em relação à vida.” (WAIZBORT, 2000, p. 451). Assim, a sociabilidade é uma forma idealizada, é a sociedade transformada em arte, cujos conteúdos só interessam na medida em que conduzem às formas, mantendo-a como tal.

O que a sociabilidade mostra é um jogo simbólico cujo charme estético revela a mais alta sublimação das dinâmicas da existência social. Em qualquer âmbito – religioso, artístico, científico, etc. – o ser é jogado novamente neste princípio cuja aparência meramente superficial possui uma relação intrínseca e totalizante da vida em seus fundamentos (SIMMEL, 1949). Este mundo da sociabilidade, sociologicamente ideal e acusado de vazio, para o autor revela, assim como a arte, os segredos da vida. Trata-se de um impulso de sociabilidade por meio do qual

experencia-se a realidade, porém, paradoxalmente sem experienciá-la, na medida em que estão momentaneamente suspensos os conteúdos. Desta forma, Simmel (1949) ressalta que são as pessoas mais objetiva e tecnicamente direcionadas ao mundo que tiram o maior proveito dela, pois a sociabilidade também surge como uma **inversão** das realidades onde os conteúdos são específicos e racionalmente realizados. Assim, “[...] O impulso da sociabilidade destila das realidades da vida social a essência pura da associação, do processo de associação como um valor e uma satisfação¹⁷” (SIMMEL, 1949. P. 255).

Não obstante, trata-se de um paraíso quase artificial, pois esse modo de socialização dificilmente realiza-se no mundo moderno em que a divisão social do trabalho diferencia demasiadamente os indivíduos para que eles possam ser “iguais” na interação. Assim, a sociabilidade, quando possível, se realiza no interior de uma determinada camada social, “quando os elementos que estão nela envolvidos pertencem a uma mesma camada” (WAIZBORT, 2000, p. 453).

A democracia que a sociabilidade permite é um ideal de igualdade, na medida em que não deve haver preponderância de um indivíduo em relação a outro. Essa exigência existe não como um imperativo ético externo (como ocorre em outras formas), mas como princípio intrínseco da própria forma que foi criada. No curso dela, também não se devem objetivar determinados conteúdos, dado que, no momento em que isso ocorre, não há mais a forma da sociabilidade como esse mundo lúdico, puro e ideal, mas uma forma outra, simplesmente mediadora das interações (SIMMEL, 2006).

Qualquer tensão material (neste ponto, pode-se relacionar à Filosofia do Dinheiro) é excluída dessa forma, em favor de uma estetização do “estar-junto”. Seria utópico pensar que o indivíduo adentra nessa forma “como ser humano” somente sem as atribuições da vida, mesmo materiais. O que ocorre é uma proposital inversão desse processo pelo retorno ao elemento mais básico de associação humana, um desejo de estar junto pela satisfação que isto provê aos indivíduos, algo possível de ser concretizado somente com uma estetização da vida que afaste de si as tensões do material.

Isso é possível, para Simmel (2006), pois a vida moderna está saturada dos conteúdos objetivos e das exigências práticas. Inversamente, na sociabilidade,

¹⁷ Tradução minha.

objetiva-se uma forma que é estilizada como interação entre iguais que são, ao mesmo tempo, especialmente honrados no curso da interação. É neste sentido que Simmel (1949) compreende a sociabilidade como algo “puro”, inverso de outros ambientes, um mundo artificial e lúdico, possível com a retirada de conteúdos objetivos, tal qual o próprio dinheiro. No “estar-junto” da sociabilidade estetizada, não se joga **com** a sociedade, joga-se **a** sociedade.

À luz de seu pensamento, deve-se compreender o que há de específico em determinado jogo social. Os **conteúdos** podem ser realizados de diversas **formas**, de modo que a questão não é a substância em si que está em jogo, mas o porquê de escolher determinada forma e não outra. Por exemplo, um indivíduo qualquer pode obter dinheiro de diversas maneiras, mas o fato de ganhá-lo na forma de um jogo de cartas mostra que, então, o que há de específico não é o dinheiro, mas a forma escolhida que, no caso do jogo, preserva-se em si mesma.

Como forma e como jogo, a sociabilidade – assim como o dinheiro – aproxima e afasta. Uma vez que a finalidade é o próprio jogo, ele é auto-reflexivo e exige que se “jogue junto”, pautando-se pelas “regras do jogo”, ou pelas regras da sociabilidade. Essas são regras que, na época de Simmel, associava-se ao *Ancien Régime*, cujos salões burgueses serviram de inspiração para suas análises sobre sociabilidade. Com a derrocada do regime, a partir da Primeira Guerra Mundial, este tipo específico de sociabilidade acaba, demonstrando o surgimento de um novo estilo de vida.

De acordo com Waizbort (2000), a derrocada dos salões para Simmel, mostra que, com o tempo, ocorre uma desvalorização das experiências que privilegiem a conversa tão somente. Assim, o que ele detecta não é “[...] propriamente a extinção dos salões, mas o desaparecimento da conversa” (WAIZBORT, 2000). Cabe ponderar que esse desaparecimento certamente não é da conversa como um todo, mas de um tipo específico que acaba por dar espaço a uma conversa mais “desinteressante” na visão de Simmel (2011) com a predominância do dinheiro intermediando as relações.

A sociabilidade se desloca, então, para instâncias mais privadas, como a **casa**, onde são conduzidos, por exemplo, seminários que agregam a forma da sociabilidade com o conteúdo da atividade intelectual. A sociabilidade passa, ainda mais, a ser uma forma redentora, no sentido de que nela suspende-se a ordenação moderna em crescimento, suspende-se determinada ordem social e uma lógica de

funcionamento pautada por exigências objetivas e demasiadamente racionais da vida. Cabe reiterar ainda que a suspensão, a inversão e a redenção que Simmel (1949; 2006) vê na interação da sociabilidade são momentâneas, fugazes, e de certo modo artificiais, pois, imerso em um estilo de vida da metrópole moderna onde imperam as exigências objetivas e a multiplicidade de estilos (2005a), a fuga e a resistência do indivíduo não é perene. Os outros ambientes não deixam de existir para que se concretize a sociabilidade, porém, o que interessa, nesse caso, é o processo, o curso da interação e a intenção de criar uma **forma** outra que possibilite ao indivíduo mesmo que momentaneamente resistir ao que lhe constrange.

A sociabilidade, entretanto, é apenas uma das formas de sociação entre diversas outras que Simmel analisou. Além dela, existe também a **forma do conflito**, ambas podendo ser encontradas em um mesmo grupo, pois o que ele chama de unidade é uma: “[...] síntese de pessoas, energias e formas em um grupo, na qual, a totalidade final é feita não meramente daqueles fatores que são unificadores de maneira ampla, mas também daqueles que são, de maneira ampla, dualistas”¹⁸ (SIMMEL, 1904, p. 491-2). À expressão de dualidades em interação, Simmel chama de conflito, um tipo de interação diferente da sociabilidade.

2.4 A FORMA DO CONFLITO

Uma das diversas formas de sociação analisadas por Simmel é o conflito, o qual, tanto quanto na sociabilidade, revela uma forma de as pessoas estarem juntas inclusive contra as outras. “Se toda a reação entre homens é uma socialização, obviamente o conflito conta como uma delas, dado que esta é uma das mais intensas reações e logicamente impossível ser restrita a um único elemento”¹⁹ (SIMMEL, 1904, p. 490).

“O conflito, ele mesmo, é uma resolução da tensão entre contrários” (SIMMEL, 1904, p. 490). Como diz o autor, que ela resulte em paz é apenas uma expressão evidente do fato de que o conflito é uma conjunção de elementos, uma oposição, pertencente a uma concepção maior. Repudiar ou dissolver relações sociais não é o

¹⁸ Tradução minha.

¹⁹ Tradução minha.

mesmo que um conflito, o qual mostra um fator “positivo” simplesmente pelo contraste. Assim, para Simmel (1904), o conflito não é aquilo que subtrai o que foi construído harmoniosamente; ele próprio é parte da construção que se faz no interior de uma determinada unidade.

De modo geral, diz o autor, é mais correto dizer que qualquer unificação histórica, seja de que natureza for, contém juntamente dos fatores de união, aqueles que primariamente aparentam estar contra ela. Um grupo “harmônico”, para o autor, não somente é algo empiricamente impossível como é algo que não demonstra fazer parte de um “processo da vida”. A sociedade necessita relações de harmonia e desarmonia, associação e dissociação, gostos e desgostos, de um modo tal que as expressões contraditórias ajam positivamente.

Para Simmel (1904), que os contrários reúnam-se em conflito, é um fato por si somente positivo, dado que de outra forma poderia não haver interação entre contrários, ou mesmo não se identificariam os opostos. O conflito, assim, permite a percepção de vitalidade e reciprocidade das relações, mesmo quando ele não aparece sob uma manifestação observável, permanecendo subjetivo e restrito. Conflitos aproximam e afastam pessoas, operando também como “ponte e porta”, tal qual o dinheiro. Entretanto, que ele exista, que se manifeste e que seja observável, trata-se em si mesmo de um modo de ser e estar com os outros.

Toda a relação entre homens se apresenta em termos de possíveis antíteses, sejam elas intelectuais, estéticas, simpáticas ou antipáticas (SIMMEL, 1904). Mesmo a hostilidade, em sua visão, pode surgir como uma manifestação “apaixonada” pelo embate. Em suma, o mesmo impulso no interior de um determinado grupo que leve à absoluta paz, pode levar ao embate, uma vez que para Simmel (1904, p. 506) o “*embodiment* do impulso que em primeiro lugar é bastante geral, também ocorre de formas muito peculiares, nomeadamente, o impulso de agir em relação com os outros”.²⁰

Desse modo, nota-se no pensamento simmeliano que, independentemente da expressão aparentemente conciliadora ou combativa de membros de um grupo, ambas fazem parte de uma unidade que contempla expressões divergentes, porém, sempre pautadas pela vontade de estar-junto pelo prazer da reunião e pela intenção genuína de estar uns **com** os outros, **pelos** outros e mesmo **contra** os outros.

²⁰ Tradução minha.

A intuição sensível de Simmel, visível em sua atenção para com os objetos considerados secundários – como as duas formas de sociação abordadas no presente trabalho - e a percepção da estetização da vida por meio dos eventos mais cotidianos dão ao autor a alcunha de uma sociologia estética e “formista” (DE LA FUENTE, 2007) da qual Michel Maffesoli, mais tarde, apropria-se - juntamente com outros referenciais da Filosofia, Antropologia e Sociologia - para refletir sobre uma sociedade pós-moderna em formação a partir de um *ethos* da estética, entendida etimologicamente como a faculdade de sentir e de experimentar no presente do vivido coletivamente (MAFFESOLI, 2010b). Esta forma pós-moderna de estar-junto uns com os outros é o enfoque de análise no item seguinte, principalmente, a partir de suas análises sobre “tribalismos contemporâneos”.

Conforme aponta Deflem (2003), o trabalho de Simmel pode ser apropriado para estudos culturais que abordem uma perspectiva pós-moderna. Contudo, cabe observar que a problemática de um indivíduo constrangido por uma saturação de exigências objetivas é algo que deve ser mantido quando se transpõem suas análises para outros âmbitos.

Georg Simmel é um dos antecedentes para os estudos que Michel Maffesoli propôs, os quais se diferenciam, fundamentalmente, em relação à época em que escrevem e às preocupações subjacentes. Maffesoli (2010a; 2010b; 2003a; 1988) está preocupado com a constituição de um *ethos* pós-moderno visto a partir de um resgate do trágico, lúdico e “dionisíaco” na sociedade ocidental. Assim, a noção de **forma** é transposta para a compreensão de expressões pós-modernas.

Maffesoli (2010a) também é influenciado por Nietzsche ao buscar discorrer sobre o dionisíaco no âmbito cotidiano. Este tipo de expressão é visto por Maffesoli, como contraposição do projeto individualista e impessoal moderno. É sobre isto que versa o item seguinte à luz da metáfora das “tribos”.

3 TRIBALISMO CONTEMPORÂNEO E AS MANIFESTAÇÕES DO “ESTAR-JUNTO”

Os valores dionisíacos contaminaram uma boa parte da mentalidade contemporânea.

Michel Maffesoli. *Saturação.*

Michel Maffesoli credits a Simmel muitas das inspirações de seus escritos, compartilhando, com ele, um estilo ensaístico e formista que busca aproximar, testar e arriscar sofrendo, assim, acusações semelhantes às aquelas já feitas à Simmel; uma delas, de frivolidade (BARROS, 2011). A obra de Maffesoli é bastante vasta, sendo impossível aqui abordá-la com completude. Desse modo, centrar-me-ei na discussão de uma noção fundamental: **o tribalismo pós-moderno**.

Antes de continuar, cabe uma breve digressão sobre a noção de pós-modernidade – objeto de críticas - que, neste caso, adquire importância. A tese central de Maffesoli (2010b) aponta para o entendimento sobre a pós-modernidade como um conjunto de categorias e sensibilidades alternativas às aquelas que prevaleceram na modernidade; estas últimas, representadas na nivelação do sujeito em termos de uma homogeneização e industrialização características da racionalidade instrumental. Para Maffesoli (2003), esta forma de ser e estar no mundo mostra sinais de saturação, de modo que contemporaneamente aconteça um “retorno” às expressões mais básicas, tribais e dionisíacas do cotidiano (MAFFESOLI, 2010a). A ideia de “retorno” é entendida como o aparecimento e reaparecimento de formas de estar-junto já existentes na história da humanidade, porém, ressignificadas no contexto contemporâneo.

Maffesoli (2010a) aponta que não pretende dar à pós-modernidade um estatuto de conceito, mas sim, simplesmente, de um entendimento sobre a relação entre ética e estética²¹ que se diferencia daquela estabelecida na modernidade. Não se trata de uma diferenciação econômica ou temporal que mostre uma ruptura clara entre modernidade e pós-modernidade, mas sim, do desvelamento de um viver-comum em formação.

Muito embora existam diferenças entre as abordagens, pode-se relacionar algumas das reflexões de Maffesoli à Harvey (1992) no que tange às características associadas ao moderno e ao pós-moderno. Para Harvey (1992), o pós-modernismo também aceita com grande facilidade valores referidos na modernidade como: o efêmero, o fragmentário, o caótico pautados pela flexibilização do regime de acumulação de capital.

²¹ Seu entendimento sobre “formas”, a exemplo de Simmel, pauta-se pela sensibilidade estética.

Quanto ao uso de Maffesoli na área da Administração, pode-se dizer que é quase inexistente. Para não dizer totalmente inexistente, alguns trabalhos²² referenciam Maffesoli, principalmente quanto ao seu livro *O Tempo das Tribos*, em foco neste trabalho. As análises de Maffesoli foram utilizadas, por exemplo, para compreender o comportamento de consumidores análogos às tribos contemporâneas. No presente trabalho, diferentemente, a intenção é visualizar uma determinada organização como análoga às neotribos a partir de suas peculiaridades. Ou seja, aproximando os elementos da metáfora da tribo com o cotidiano do campo empírico em foco.

Conforme aponta Rudiger (2002), a atenção ao cotidiano tão somente não revela necessariamente um novo domínio do conhecimento – já abordado por autores como Agnes Heller, Henri Lefebvre ou mesmo as obras produzidas no âmbito da Escola de Chicago no que se refere ao olhar para as produções cotidianas. O que se apresenta como novidade é a transvaloração filosófica do trágico – cujas bases estão na filosofia de Nietzsche - escrita de forma ensaística à luz das análises cotidianas. Maffesoli procura dar relevância às manifestações frequentemente esquecidas pelas Ciências Sociais como as rotinas, festas, sonhos, encantamentos ordinários e fraquezas que mostram o cotidiano “dionisíaco” do viver em sociedade (RUDIGER, 2002). Na filosofia de Nietzsche (2007), o princípio dionisíaco é aquilo que se compreende pela analogia da embriaguez que arrasta o indivíduo na potência artística da natureza. Onde o princípio da razão sofre uma exceção, o homem torna-se obra de arte, ele mesmo, em seu êxtase da festa, da aliança e do encantamento.

É na obra *O Conhecimento Comum* que Maffesoli (1988) lança as bases de seu pensamento em cinco pressupostos. O primeiro pressuposto - crítica ao dualismo esquemático - está posto no sentido de criticar a divisão de um olhar ora o racionalista, ora compreensivo da realidade. Entretanto, mesmo pontuando uma crítica ao dualismo, Maffesoli em toda sua obra sustenta-se no que ele chama de sociologia compreensiva. Essa compreensão articula-se no sentido de antes compreender do que julgar determinados fenômenos sociais. Parafraseando, trata-se da intenção de analisar as coisas como elas “são”, não como elas “devem ser” (MAFFESOLI, 2010a). Com isso, o autor busca afastar-se do que ele denomina de

²² Ver Apêndice A, onde estão referenciados trabalhos que utilizam este autor na Administração.

“moralismo intelectual” que observa o cotidiano com intuito de julgá-lo moralmente e enquadrá-lo em conceitos que por vezes não conseguem captar a polissemia da vida comum.

A crítica ao olhar dualista esquemático da realidade articula-se também como uma rejeição da divisão entre natureza e cultura, parte de um projeto iluminista de modernidade. Por este motivo, Maffesoli (1988) busca a noção de compreensão, oposta à de explicação, inserindo-se em um paradigma interpretativista. Deve-se fazer referência ao fato de que esta pretensão tem eco na sociologia weberiana, algo reconhecido por Maffesoli em suas obras.

Esse pressuposto nos leva ao segundo - o formismo gnosiológico - que postula a intenção de compreender as **formas**. É a partir deste ponto que se identifica uma clara referência às preocupações simmelianas quanto às formas de socialização. A intenção de Maffesoli ao resgatar a noção de formas de Simmel é a de simplesmente buscar desenhar e compreender as formas observando as intencionalidades em suas lógicas próprias, as quais não pretendem superar o contraditório, porém, utilizam-se dele para existir. Este formismo está posto na observação de formas que vão-e-vêm ao longo da história.

O formismo de Maffesoli (2005a, p. 238) encontra subsídios em Simmel, na medida em que ele pontua que “a forma [no sentido simmeliano] ²³ é antes de tudo um *a priori* que ordena as situações e as particularidades observáveis”. Relacionando motivações e maneiras de ser tanto racionais quanto sensíveis, Simmel entende a complementaridade dos elementos do dado social. Assim, o formismo permite convergir elementos heterogêneos das sociedades complexas do qual Maffesoli se utiliza para pensar a contemporaneidade.

Seu terceiro pressuposto, o relativismo axiológico, relaciona-se com os outros no sentido de buscar epifanizar o presente sem se pronunciar sobre como ele deveria ser (MAFFESOLI, 1997). O autor limita-se a fazer aparecer o rotineiro e as formas de estar-junto cotidianas. O quarto pressuposto, esteticismo formal, sustenta a vontade de fazer convergir o vitalismo que se apresenta no cotidiano com o vitalismo da escrita acadêmica sobre o social. Nesse sentido, Maffesoli (1988) critica o jargão tradicional acadêmico argumentando que ele se afasta do primitivismo coletivo em direção ao isolamento intelectual. Para notar o não-lógico, o não-racional

²³ Inserção minha.

e o arcaico das relações sociais, diz o autor, é necessário mudar a linguagem utilizada para representar o cotidiano.

O último pressuposto, pensamento libertário, é aquele com o qual o autor entende que se devem enxergar os desarranjos cotidianos, os excessos, as loucuras como bases de um entusiasmo profundo das paixões e emoções banais como expressões fundamentais da sociedade. Trata-se de um “imoralismo ético” (MAFFESOLI, 2003a) que permite ver as solidariedades de base. Este pensamento, engajado em um projeto libertário, refere-se à tentativa de Maffesoli (2003a) em ver a dissolução do individualismo e a saturação do projeto moderno por meio de expressões radicalmente opostas.

Maffesoli busca constituir, a exemplo de Simmel, um paradigma estético que possibilite apreender os processos de comunicação, de simpatia e de associação que, em suma, revelam a identificação do sujeito na intersubjetividade do mundo (SCHUTZ, 2012). A fenomenologia social de Alfred Schutz relaciona-se aqui com a proposta de um paradigma estético na medida em que ela - a estética - é, para Maffesoli (2005a), uma experiência compartilhada por pressuposto.

Cumprir fazer uma breve digressão sobre a noção de “identificação” que Maffesoli (2010a) propositalmente diferencia de “identidade”. Em sua tese, a noção de identidade, pautada pelas ideias de unidade e homogeneidade, deve ser substituída por noções que comportem a possibilidade da heterogeneidade e polissemia. Com isso, argumenta o autor, vive-se atualmente uma sensibilidade pós-moderna diferente do racionalismo moderno, sem, contudo, suplantá-lo, uma vez que a própria noção de heterogeneidade deve contemplar expressões opostas. Na base desta lógica de identificação, está a noção de “pessoa” que, em seu sentido etimológico, é alguém que veste máscaras e apresenta diversas facetas, mesmo contraditórias, que, assim, acaba por suplantando a premissa de uma unidade homogênea característica da “identidade”.

Tanto as reflexões de Simmel quanto de Maffesoli estão pautadas pela vida das formas no contexto estético da cidade e da vida urbana. Ao pensar tais conceitos no contexto organizacional, deve-se igualmente fazer jus à perspectiva formista atentando para os elementos estéticos articulados e significados cotidianamente. Entendendo que um princípio de organização remete a um princípio de sentido (MAFFESOLI, 2010a), buscar a compreensão das formas na

organização, nada mais é que buscar os sentidos que possibilitam determinada forma de organizar ser possível.

Ademais, para situar o trabalho de Maffesoli com outros teóricos da pós-modernidade, cumpre ressaltar que sua sociologia compreensiva foi associada em determinados aspectos aos diagnósticos de Bauman (1999) sobre o mundo contemporâneo. Contudo, apontam Sousa e Brenand (2012) que, apesar do caminho e tipos de análise assemelharem-se, os autores divergem nas conclusões extraídas de suas análises. Onde, na opinião de Sousa e Brenand (2012), o segundo vê a decomposição dos laços humanos, o primeiro aponta para a tentativa de realizar uma forma de estar-junto que busca retornar aos laços comunitários perdidos durante a modernidade. É sobre a formação desses laços que o item seguinte trata.

3.1 A METÁFORA DA TRIBO

O entendimento de Maffesoli (2010b) acerca de um “retorno” ao tribalismo na atualidade é uma noção que se pauta por alguns pressupostos: o relevo da dimensão comunitária, a saturação do conceito de indivíduo e a emergência do irracional presenteísta. Todas essas são noções que remetem à potência do “estar-junto”, acima de qualquer outro objetivo, o que por sua vez correlaciona-se à forma da sociabilidade simmeliana que, apesar de demonstrar uma interação aparentemente artificial, constitui-se como fundação da sociedade em sua forma mais pura.

O que Maffesoli (2010b) chama de tribalismo é uma metáfora, primordialmente. Teatralmente gregárias, as tribos pós-modernas renascem a ideia de comunidade antes estável, à luz de um *ethos* pós-moderno efêmero, afetual, contraditório e presenteísta. Este *ethos* remete ao passado barroco, como diz o autor, no sentido dos excessos, paixões, coletividades que representam para ele – na atualidade – uma derrocada do projeto individualista e racional de sociedade.

Maffesoli (2010b), em alguns momentos, associa as imagens dionisíacas e barrocas ao Brasil, a exemplo do Carnaval. No âmbito dos estudos organizacionais, Fischer (2007) também pontua o barroco como uma “pérola imperfeita”, uma

obsessão da forma, que caracteriza a hibridização brasileira e permeia as organizações - entendidas como espaços simbólicos.

Nesse sentido, Fischer (2007) coloca que, nos espaços de liberdade cerceada, buscam-se saídas e formas de enfrentamento do mundo, o que leva a observar outros tipos de organizações, não-convencionais e outras formas de construir as sociedades. Muito embora a autora estivesse caracterizando um esforço acadêmico em torno dos estudos de simbolismos organizacionais, estas reflexões podem ser transcendidas e aproximadas às tribos como organizações, dado que elas representam um projeto de oposição do cerceamento.

Também para Magnani (1992), a tribo é uma metáfora. A vantagem de encarar certo fenômeno como metáfora, para ele, é a de delimitar um problema para o qual ainda não há um enquadramento claro. Na etnologia, uma tribo é uma forma de organização da sociedade, constituindo-se como o primeiro objeto de estudo antropológico, de modo que a transposição desta ideia para uma sociedade complexa contemporânea, não deixa de revelar aspectos culturais que estão em pauta nessa reapropriação. O uso do termo “tribo urbana” denota o aparecimento de certo particularismo, um pequeno recorte exibindo símbolos e significados específicos (MAGNANI, 1992).

Sendo metáfora, a tribo evoca aspectos como o primitivo, selvagem e o comunitário substituindo a precisão do significado por imagens associadas livremente permitindo-lhe evocar referências bastante heterogêneas (MAGNANI, 1992). Um de seus primeiros significados, de acordo com Magnani (1992), é a designação de uma tendência **oposta** ao gigantismo institucional, oposta à impessoalidade, ao anonimato, possibilitando uma experiência no interior da tribo que busca agrupar os iguais em vivências comuns, estreitando laços pessoais e lealdades, bem como criando códigos de comportamentos particulares. Assim, as tribos podem evocar grandes aglomerações de pessoas, bem como outras pequenas, mais restritas, heterogêneas por fazerem parte não de sociedades estáveis e isoláveis no tempo e espaço, mas de uma “sociedade complexa moderno-contemporânea” (VELHO, 2003a).

Por último é preciso ainda levar em conta que até mesmo a particular ideia que vê na tribo indígena uma comunidade homogênea de trabalho, consumo, reprodução e vivências através de mitos e ritos coletivos, não se aplica às chamadas “tribos urbanas”: sob esta denominação costuma-se designar grupos cujos integrantes vivem simultânea ou alternadamente muitas

realidades e papéis, assumindo sua tribo apenas em determinados períodos ou lugares. É o caso, por exemplo, do rapper que oito horas por dia é office-boy; do vestibulando que nos fins de semana é rockabilly; do bancário que só após o expediente é clubber; do universitário que à noite é gótico; do secundarista que nas madrugadas é pichador, e assim por diante (MAGNANI, 1992, p. 50-51).

Essa ordenação de oposição está em consonância com o que diz Maffesoli (2010b). Para ele, as tribos pós-modernas representam uma forma de **resistir** à impulsão ordenadora normativa, de maneira a construir realidades alternativas que se afastem dos constrangimentos sociais. Essa resistência se expressa no desprezo por qualquer intenção de construir um projeto para o futuro, ordenador e planejador da realidade. No limite, as tribos mostram a errância, o nomadismo, o hedonismo popular, porém, sem constituir-se como um projeto articulado de oposição à institucionalização. Em outras palavras, paradoxalmente a forma tribal, enfrenta o instituído, sem, entretanto enfrentá-lo, uma vez que evita qualquer combate direto.

Esta rejeição do instituído relaciona-se com a tragédia da cultura de Simmel (2013), na medida em que, com a saturação das objetivações, o indivíduo vê-se em um vazio de significado da vida moderna, possível também pela preponderância do dinheiro intermediando as relações. Esse vazio niilista é contraposto pela tribo, na medida em que a ela representa uma forma de proteger-se do “nada existencial” e do vazio de significados que a vida moderna pode trazer. Conforme diz Nietzsche (2002), o homem tem horror ao vazio, e prefere querer o nada ao nada querer.

Ao objetivar uma determinada experiência no que Maffesoli (2010b) chama de “tribo”, acontece algo que pode ser observado nas análises de Simmel sobre as formas. Para Maffesoli (2010b), o tribalismo está se tornando um fim em si mesmo, assim como acontece quando as formas libertam-se de seus conteúdos e autonomizam-se. Desse modo, o estar junto com os outros – seja pelo conflito ou pela sociabilidade enquanto formas – poderia dar origem a outra forma, a da tribo: uma maneira pela qual os indivíduos associam-se permeados por uma lógica da razão sensível que tem na maneira de interagir uma oposição ao mundo moderno. Assim, não é necessariamente a narrativa discursiva de oposição que importa, mas como no cotidiano das interações, as tribos apresentam um modo de ser que se pretenda afastado da racionalidade moderna. Desse modo, a forma também é formante (MAFFESOLI, 2011), pois, existe uma intencionalidade posta na

constituição das tribos que as leva a esperar comportamentos que estejam de acordo essas intenções – ou conteúdos, na visão simmeliana.

O olhar voltado para este cotidiano que, na maior parte das vezes, é contraditório, revela as heterogeneidades da tribo contemporânea. Como pontua Maffesoli (2011, p. 62): “a ambiguidade indica, por oposição, que a vida comum é animada em profundidade por diversas correntes, contraditórias, opostas, e que se responsabilizar por ela implica consequências imprevisíveis”.

As imprevisibilidades das tribos contemporâneas causam uma estranheza acentuada por sua heterogeneidade e marginalidade, sendo vistas como “coisas do domínio dos irregulares e das “classes perigosas” ou outros “reprovados”” (MAFFESOLI, 2011, p. 81). Assim, contrapor o instituído homogêneo com a heterogeneidade frequentemente torna-se alvo de críticas, pois, simbolicamente, não há um discurso homogêneo para ser contraposto; há apenas expressões intersticiais, esparsas, efêmeras que buscam resistir em sua forma de ser.

Compreendendo que o cotidiano é repleto de multiplicidades, a noção de consenso torna-se mais “o resultado de um ajustamento “afetual” *a posteriori*, do que uma regulação racional *a priori*” (MAFFESOLI, 2010b, p. 230). Para ele, é neste ponto que a lógica racional esvanece, pois não dá conta de notar lógicas de interação afetuais oriundas de uma razão sensível, mesmo que essas formas de interações sejam oposições do instituído. Cumpre destacar o “não dar conta”, dado que esta é a mesma resposta que Simmel (2006) dá à possível constatação de que a sociabilidade não passa de uma manifestação trivial e secundária.

É por meio das “utopias intersticiais” que esburacam o tecido social que Maffesoli (2011) nota uma desestabilização da política institucionalizada pela modernidade, expressa em manifestações bastante “suaves”, aparentemente inócuas: “pode ser a abstenção, a astúcia, a ironia, a inversão carnavalesca e ainda muitas outras modulações” (MAFFESOLI, 2011, p. 78).

De fato, uma vez passada a efervescência, nesses períodos de distensão nos quais prevalecem os “princípios de realidade” política e econômica, “deve-se viver intensamente”. Para isso, de uma maneira que chamei de “quase consciente”, o corpo social parece acionar uma duplicidade antropológica: a conformidade escondendo uma abulia social, uma irresponsabilidade crescente. (MAFFESOLI, 2011, p. 78).

Pode-se fazer uma relação das análises de Maffesoli com Certeau (2002), na medida em que as táticas são também expressões intersticiais, em meio ao “lugar” do instituído, das programações culturais da estratégia. A tática, acontecendo golpe-por-golpe, também enfrenta e, assim como a metáfora da tribo, provoca reapropriações sem, entretanto, constituir-se em uma ação lógica e racionalmente coordenada para tal.

O desprezo pelo utilitarismo expressa-se aparentemente naquilo que não é lógico, como se fosse irracional, mas que guarda uma racionalidade pontuada pelo afeto e paixão e que não procura projetar-se no futuro. O sentido de aparente aqui remete ao livro “No Fundo das Aparências” (MAFFESOLI, 2010a) e representa aquilo que está na superfície, na banalidade das coisas que, entretanto, traduz-se no sentido básico da existência. Muito embora esta interação aparente ser fútil, é uma das formas mais fundamentais do social.

Como uma “família ampliada” (MAFFESOLI, 2010b, p. 124), o tribalismo não se remete à consanguinidade, tampouco pretende atender aos anseios da modernidade. Nesse sentido, o autor critica: “insistiram tanto na desumanização do desencantamento do mundo moderno, na solidão que este engendra, que não conseguem mais ver as redes de solidariedade que nele se constituem” (MAFFESOLI, 2010b, p. 126).

Assim, Maffesoli (2010b) aponta que, inspirado em Simmel, sua intenção é ver na **forma** o laço de reciprocidade tecido entre indivíduos. A partir de outro caminho teórico, isto também poderia ser visto a partir de relações de reciprocidade (MAUSS, 2003) sendo tecidas em relações de dar, receber e retribuir.

Nesse ínterim, as materialidades têm um papel fundamental por promoverem uma comunhão em torno de objetos que, por meio de seus simbolismos, adquirem um *status* místico. Entretanto, esse fenômeno não se restringe à materialidade. O que Maffesoli (2010b) denomina como “êxtase tribal” mostra uma predisposição por sair de um determinado âmbito e buscar a criação de elos com as outras pessoas, tribos e grupos, os quais podem ou não estar vinculados às materialidades.

Com a perda das referências com os valores do mundo moderno, a ordem é a da proximidade, e o tempo é o presente, por isso, de certa forma, banal. A agregação é justificada e entendida como uma ocorrência do desejo e do sentir em comum; trata-se de uma cultura do sentimento que possibilita a criação, formação e continuidade de comunidades *online* e *offline*, muitas delas em torno de um

“reencantamento do mundo”. Trata-se de uma parte da existência social do cotidiano, do não-dito, do residual que fundamenta a vida em sociedade e que “não se pode reduzir a uma simples lógica da dominação” (MAFFESOLI, 2010b, p. 54).

As tribos contemporâneas não se pretendem definitivas, mas provisórias apenas, vivendo um “instante eterno” (MAFFESOLI, 2003a) que revela maneiras de lidar positivamente com as desgraças sofridas (LIMA, 2008). As tribos podem ter um objetivo claro e uma finalidade, porém, não é isso que importa essencialmente, mas sim, a energia despendida para construção desse grupo como tal a ponto de transformar-se num fim si mesmo. A noção de trágico cotidiano é, então, permeada por uma efervescência efêmera que, na forma da tribo, resiste ao tédio da rotina e da padronização social. É nesse quadro que:

[...] se exprime a paixão, que as crenças comuns são elaboradas, ou, simplesmente, que se procura a companhia “daqueles que pensam e que sentem como nós” [...] Elas sublinham, principalmente, o aspecto insuperável do substrato cotidiano (MAFFESOLI, 2010b, p. 41).

Cumprido destacar que tais reflexões não deixam de representar um diagnóstico do **ritmo** contemporâneo. Tanto Simmel quanto Maffesoli notam a existência de um ritmo, característico dos estilos de vida de determinada época. Enquanto que, em Simmel (2011), este estilo é pautado pelo dinheiro e revela a forma da cidade grande, impessoal e *blasé*, em Maffesoli, o ritmo revela um estilo orientado para o presente que tem um fim em si mesmo, sem pretender criar grandes escatologias, prevendo um futuro progressivo (MAFFESOLI, 2011). É nesse sentido que, para este autor, as grandes narrativas totalizantes da realidade implodem, pois não dão conta de expressões fragmentárias.

A ética (laço coletivo) e a estética (sentir em comum) tribais deixam-se ver nas interações, bem como nas maneiras do grupo utilizar os espaços, de modo a constituir um *locus* da expressão do “estar-junto”. Existe, portanto, uma ligação da forma de interação com o espaço onde ela ocorre. Neste ponto, Maffesoli retoma a obra de Halbwachs (2006) em torno da “memória coletiva” ligada por uma sensibilidade construída em torno de um espaço específico que ultrapassa a atomização individual. Halbwachs (2006), herdeiro da Sociologia de Émile Durkheim, oferece reflexões importantes para a espacialização de uma experiência coletiva, da qual me utilizo aqui em consonância à noção de tribalismo em razão do senso de

identificação que o espaço confere ao grupo. “E isso nos lembra que talvez estejamos diante de uma estrutura antropológica que faz com que a agregação em torno de um espaço seja o dado básico de toda forma de socialidade²⁴. Espaço e Socialidade” (MAFFESOLI, 2010b, p. 211).

3.2 ESPAÇO E ENRAIZAMENTO DINÂMICO

A experiência sensível tribal de Maffesoli retoma Halbwachs (2006, p. 64) quando este aponta que “vibramos em uníssono” – em sociabilidades ou mesmo conflitos - também em torno de um espaço que representa a existência do grupo.

Para Halbwachs (2006), os grupos moldam o espaço a sua maneira conferindo a ele uma estabilidade dada pelos objetos que compõem este espaço. Como uma sociedade muda e imóvel, os objetos permanecem neste espaço caracterizando-o na medida em que eles próprios caracterizam o grupo. Quando o espaço e seus objetos mudam, muda o grupo; ele não é mais o mesmo e não tem mais a mesma memória coletiva. Por esta razão, a perda de um espaço representa uma ruptura do grupo, em certa medida, uma vez que ao modificar as materialidades, modifica-se o grupo. Na visão de Halbwachs (2006), o espaço pode ser o que há de mais estável em um grupo, pois ele representa as intencionalidades materialmente. Também o fato de um determinado grupo estar em certo espaço faz com que ele seja reconhecido por isso.

Inspirando-se em Halbwachs (2006), Maffesoli (2010b, p. 214) ressalta que “enquanto ligado ao seu lugar, um grupo transforma (dinâmica) e se adapta (estática). E, nesse sentido, o espaço é um dado social que me faz o que é feito”. Para ele, a comunidade de destino se fundamenta na responsabilidade comum e simbólica sobre um território. Contudo, cabe ressaltar que inscrição espacial do estar-junto tribal de Maffesoli (2001, p. 32) se traduz em um “enraizamento dinâmico”, retomando o princípio dionisíaco e a efemeridade que caracterizam o estar-junto contemporâneas. Nesse sentido, a estabilidade do quadro espacial pode andar lado a lado com os conflitos, desenraizamentos e permanências, todas elas,

²⁴ Dada a profusão de termos parecidos, porém, com enfoques teóricos diferentes, no Apêndice E encontra-se uma tabela para diferenciação de “socialidades”, “sociabilidades” e “sociações”.

manifestações que podem ser efêmeras em si mesmas. Pois, se a experiência comum é transitória, a materialização dessa experiência no espaço é tão transitória quanto. Assim, o espaço da tribo não é linear, e não atende à lógica da separação; ao contrário, ele pode ser constituído por um “caleidoscópio de contornos cambiantes e diversificados” (MAFFESOLI, 2010b, p. 237).

Como aponta Velho (2003), essa fragmentação não deve ser entendida como um estraçalhamento do indivíduo, pois o trânsito entre diferentes mundos e “províncias de significado” (SCHUTZ, 2012) é possível graças à natureza simbólica do social. Subjacente a isso está o “potencial de metamorfose” (VELHO, 2003, p. 29) do indivíduo que, ao acionar diversos códigos de diferentes contextos, reconstrói-se permanentemente. Para Velho (2003), a indeterminação da sociedade moderno-contemporânea evidencia mais claramente a complexidade e a multiplicidade que são características do social.

É possível relacionar este enraizamento dinâmico (MAFFESOLI, 2001) à noção simmeliana de que os indivíduos estão na intersecção de diferentes mundos, podendo a qualquer momento “transitar de um para outro, em função de um código relevante para suas existências” (VELHO, 2003, p. 26). Para Maffesoli (2010b), isso também é possível contemporaneamente com o auxílio da tecnologia, que expande as interações, possibilitando uma sinergia entre expressões cotidianas arcaicas e contemporâneas ao mesmo tempo.

Uma dessas expressões é a cultura digital, nascida da intersecção entre o cotidiano e a tecnologia digital, e que se mostra importante no caso deste trabalho, uma vez que o mote da organização em foco é a cibercultura.

4 A CULTURA DIGITAL E O CIBERESPAÇO: A RELAÇÃO DA TECNOLOGIA COM AS TRIBOS CONTEMPORÂNEAS

O ciberespaço serve como uma metáfora de processos centrais para a criação de comunidades humanas

Margareth Wertheim. *Uma História do Espaço de Dante à Internet.*

O termo cibercultura é a agregação da palavra “ciber” – da cibernética – com a palavra “cultura”. Pode ser entendida como uma expressão cotidiana em rápida expansão baseada nas redes telemáticas que estão criando não somente um “mundo” próprio, bem como um campo para interrogação intelectual que segue diversas possíveis interpretações (RUDIGER, 2013). A palavra cibercultura nasce para dar conta dos fenômenos que emergem com as novas tecnologias de comunicação. Para Rudiger (2013), cibercultura é uma expressão ao mesmo tempo histórica, prática e simbólica de cunho cotidiano.

Os questionamentos acerca dos meios digitais de comunicação começam principalmente com a popularização da *Internet* na vida cotidiana; cenário esse que desde 1990 vem crescendo com a exploração mercadológica do ciberespaço. Entretanto, desde 1964 são realizadas pesquisas sobre o universo da cibercultura (RUDIGER, 2013), sendo um tema que apresenta um conjunto bastante vasto de interpretações: mais pessimistas – que reiteram o dilaceramento dos laços sociais – ou mais otimistas – ou mais próximos de uma utopia da *Internet* em torno das liberdades individuais e transparência dos dados.

Conforme aponta Lewgoy (2009), não devem ser feitas generalizações nem de um lado, nem de outro. As particularidades encontradas no ciberespaço mostram cibernociabilidades que podem representar tanto um alargamento do espaço público, quanto uma concentração privatizada da esfera pública da *Internet*, dependendo do caso.

Neste trabalho, não sigo uma proposta nem otimista, nem pessimista. Em acordo com as perspectivas teóricas apresentadas anteriormente, me alio às reflexões principalmente de Lemos (2013) – que segue as proposições de Michel Maffesoli – e de autores como Justiça e Silva (2007) e Lévy (1996; 1999), sem pretender filiar-me às ciber-utopias. Além disso, busco referências de análises antropológicas sobre a *Internet* (SOLAGNA e MORAES, 2010) e ativismo *hacker* (COLEMAN, 2010), uma vez que estes são alguns dos conteúdos veiculados nos eventos da organização empírica em foco e que afetam sua forma de se organizar cotidianamente.

Quanto às abordagens sobre ciberespaço, *Internet* ou cibercultura²⁵, nos artigos brasileiros da área da Administração, ele é, em geral, visto como um

²⁵ Quadro disponível no Apêndice B.

apêndice, um suporte ou algo que “impacta” a organização ou as pessoas. Também é visto em função de sua utilidade para estudos de consumo e *Marketing*, na questão do comércio via *web*. Internacionalmente, a forma de abordar o ciberespaço apresenta algumas mudanças, tendo em vista a realização de trabalhos que buscam problematizar as relações que são travadas em organizações, tais como: o flerte *online*; estética e narrativas de programadores em meio digital; construção da imagem corporativa da mulher; solução de problemas de projetos mediante a colaboração *online* de grupos de trabalhadores entre outros.

Quando se discorre sobre o assunto das tecnologias de informação na Administração, muito se fala sobre “impacto”. Entretanto, a ideia de impacto das tecnologias de informação, sistemas de informação e do ciberespaço como um todo é inadequada se for tomada uma perspectiva “vitalista” desses espaços. Nesse sentido, Lévy (1999, p. 21) comenta sarcasticamente: “A tecnologia seria algo comparável a um projétil (pedra, obus, míssil?) e a cultura ou sociedade um alvo vivo...”. Para este autor, a ideia de impacto é uma metáfora que revela um esquema de interpretação sobre a realidade que opõe as técnicas de outro planeta, frias, sem emoção e valores humanos, à realidade social e cultural dotada de elementos que a técnica não possui. Nesse sentido, à luz de Lévy (1999) ver a *Internet* como algo que impacta é incoerente com uma perspectiva que pretenda direcionar-se aos usos e desusos cotidianos deste espaço.

Como comentam Sproul, Dutton e Kiesler (2007), a *Internet* é um fenômeno incontornável que modifica escopo, limites e fronteiras das interações sociais, de tal modo que as teorias tradicionais de organizações devem ser revisadas ou modificadas para compreender interações que não mais acontecem face-a-face. Nesse sentido, a interdisciplinaridade é fundamental.

Tendo em vista a magnitude do fenômeno que está em curso com o uso do ciberespaço e considerando que ele faz parte da realidade organizacional – muito embora não em todos os casos - as pesquisas que objetivam abordar este tipo de espaço como enfoque principal ou secundário ainda são, de certo modo, incipientes na Administração. É também por essa razão que o subsídio teórico para compreender o uso do ciberespaço está sendo buscado em outras áreas do conhecimento.

4.1 PERSPECTIVA CULTURALISTA DO CIBERESPAÇO

De acordo com Rudiger (2013), Lemos (2013) assume uma perspectiva culturalista do ciberespaço. Os estudiosos dessa vertente recusam-se a ver no computador um mero equipamento ou uma mera ferramenta de agregação de programas e redes telemáticas. Para além disso, pretende-se compreender a técnica como manifestação cultural envolta em símbolos e significados articulados cotidianamente.

Lemos (2013) relativiza o pensamento puramente tecnológico sobre o ciberespaço, pois sua projeção é também da ordem do imaginário com a qual se constrói a experiência cotidiana. Para Lemos (2013), o fenômeno técnico passa por diferentes fases que portam conteúdos culturais específicos; a fase atual seria permeada por uma forma de sociabilidade conjugada à cibercultura, uma vez que ela definir-se-ia como uma prática social ou um conteúdo significativo da contemporaneidade.

De acordo com sua perspectiva, contemporaneamente, a cibercultura se descortina como suporte de relações sociais também lúdicas. Com isso, Lemos (2013) pretende estar atento antes às formas de uso que os indivíduos dão ao ciberespaço, mais do que seu sentido teleológico.

Para Lemos (2013), o ciberespaço trata-se de um *locus* de jogo, de *flânerie* – retomando reflexões de Benjamin (1994) sobre o *flâneur* – ao invés de ser considerado um local puramente condicionado pela técnica ou pela razão instrumental. Lemos (2013) vê na navegação virtual uma reapropriação da vida urbana em suas bases lúdicas e comunitárias. Mesmo que de forma errática, o indivíduo passa a ver na tecnologia um mundo de possibilidades que é fruto da práxis humana. Em suma, pensar sobre o advento da cibercultura e do ciberespaço retoma um conflito antigo entre sujeito e objeto.

O surgimento de tribos que se agrupam em torno das possibilidades computacionais, como os *cyberpunks*, ativistas *hacker*, *zippies*, artistas eletrônicos e os *crackers*²⁶ (entre muitos outros) são exemplos do lúdico social que se estabelece em torno de materialidades tecnológicas ressignificadas, reinterpretadas e

²⁶ Ver glossário.

reapropriadas cotidianamente. Tais expressões reiteram usos do ciberespaço direcionados ao imaginário, fantasia, comunhão e formas de solidariedade (MAFFESOLI, 2003a). Entretanto, conforme ressalta Maffesoli (2003a), tais expressões não são necessariamente novas, pois expressam intencionalidades já vistas ao longo da história no imaginário do homem que vive em sociedade.

A sociedade da informação, portanto, pode até fazer crer que o mais importante são os seus jornais, televisões e rádios, mas no fundo o que conta é a partilha cotidiana e segmentada de emoções e de pequenos acontecimentos. Mesmo na Internet o aspecto interativo predomina sobre o utilitário. De alguma forma, o mais interessante é o grau zero de informação (MAFFESOLI, 2003b, p. 15).

A ação desses grupos é uma luta estética e lúdica mediada pelas possibilidades que o computador oferece, não por valores inalcançáveis. *Cyberpunk*, por exemplo, é uma tribo *underground* do mundo da computação. Para eles, a informação deve ser livre e ilimitada, e deve-se desconfiar das autoridades. A intenção dos *Cyberpunk* é se apropriar da racionalidade tecnológica moderna, moldando-a a sua maneira (LEMOS, 2013).

Uma discussão que perpassa as concepções sobre o mundo digital é a dicotomia real *versus* o virtual. No senso comum, os elementos associados ao uso do ciberespaço são definidos como virtuais, em oposição aos reais, concepção essa à qual Lévy (1999) e Wertheim (2001) se opõem. Para Lévy (1999), trata-se não de uma oposição ao real, mas ao atual, como duas maneiras de ser e estar no mundo diferentes.

O virtual é um complexo problemático, nó de tendências que acompanha uma situação, acontecimento, objeto ou entidade qualquer. Ele não é uma desrealização, mas uma mutação da identidade e de um centro de gravidade, de modo que, por exemplo, a empresa virtual não seja mais situada precisamente, dado que seus elementos são nômades e dispersos (LÉVY, 1996). “A virtualização, passagem à problemática, deslocamento do ser para a questão, é algo que necessariamente põe em causa a identidade clássica, pensamento apoiado em definições, determinações, exclusões, inclusões e terceiros excluídos” (LÉVY, 1996, p. 25). É por isso que, para Lévy (1996), a virtualização é sempre uma heterogênesse, um acolhimento da alteridade.

Esta dicotomia, por vezes, também é colocada em termos do *online versus offline*: palavras que representam respectivamente o estar conectado e o não estar conectado à rede mundial de computadores. Nesse caso, Miller e Slater (2004) entendem que não se deve fazer uma distinção metodológica ou analítica *a priori* entre um âmbito e outro. Antes, este é um aspecto contingencial da pesquisa. Ainda, na visão de Miller e Slater (2000), frequentemente, os usos da *Internet* podem reforçar laços de sociabilidade constituídos fora dele, o que contradiz a temeridade de que esses novos espaços esvaziam as relações sociais.

A única diferença notável da galáxia eletrônica, para Maffesoli (2010b), é a temporalidade das tribos que se organizam conforme as ocasiões que se apresentam. Muitas das tribos contemporâneas, então, se alimentam das práticas da cibercultura abrindo espaço para sociabilidades que se constituem em torno de diferentes espaços e materialidades; um deles, o ciberespaço. Como fala Benjamin (2012), cada sociedade tem seus tipos de máquinas correlatas à expressão cultural que lhes fazem nascer, bem como servem de “órgãos” da realidade nascente.

Para Lewgoy (2009), este mundo não é nem menos real, nem mais real, mas antes hiper-real, no sentido de um quase-objeto em processo de autonomização que passa a ganhar um estatuto próprio. Este estatuto emerge para Ingold (2000) na dissociação entre técnica e sociedade ao atribuir uma agência transformadora à técnica. Não se pode deixar de relacionar a noção de autonomização da técnica como uma possível faceta da tragédia que Simmel (2005b) aborda, no sentido de uma objetivação cada vez maior dos conteúdos da vida. A existência de uma cibercultura, e o culto de “trecos” (MILLER, 2013) da informática, mesmo que dotados de um significado “libertador”, a partir da visão simmeliana, são também contraditórios, podendo por outro lado, constranger o indivíduo.

Por sua vez, Justiça e Silva (2007) refletem que, ao se adentrar em uma comunidade na *Internet*, tem-se a impressão de estar em uma situação análoga a qualquer outra reunião, onde, entretanto, a comunicação é ao mesmo tempo assíncrona e síncrona (parte de muitos para muitos). O auxílio dos *emoticon*²⁷, acrônimos e outros símbolos são parte de uma estética da fala da *Internet* e parte de um sistema de trocas: de saberes, serviços, ideias, bens, entre outros. Para isso, é

²⁷ Este termo é uma junção das palavras *emotion* (emoção) e *icon* (ícone), em inglês, para representar a utilização de símbolos na *Internet* que expressam emoções.

necessário que cada um e cada comunidade tenham uma identidade neste mundo, que pode ser diferente da identidade sustentada no *offline*.

O ciberespaço pode ser entendido como espaço das conexões, da interactividade e neste sentido é quase um espaço mágico, onde o isolamento dá lugar à comunicação, sendo o individualismo substituído pelo tribalismo. Tal como a mentalidade mítica, em que os rituais têm a função de trazer para o presente um passado longínquo e explicativo do sentido da vida humana, um passado que se torna presente através dos rituais, funcionando estes como a conexão entre o humano e o divino, também no ciberespaço nos situamos num espaço diferente, sagrado, virtual. E enquanto espaço mágico, sagrado, o ciberespaço é mais atractivo do que os espaços físicos reais, que condicionam e limitam a acção humana. (JUSTIÇA e SILVA, 2007, p. 234).

Em acordo com as proposições das autoras nesta citação, pode-se entender que este é um novo ambiente, unificador de mundos distintos, onde se joga a sociabilidade (LEWGOY, 2009), onde novas e velhas habilidades habitam em interação e onde novas ferramentas podem se apresentar para processos sociais não tão novos. Assim, para além de uma visão utópica da cibercultura e do ciberespaço, deve-se ponderar que, embora seja verdade que este espaço permite a comunicação entre pessoas que poderiam não ter contato fisicamente, o nivelamento social não é tão universal quanto parece. Os “portais” do ciberespaço não estão igualmente abertos para todos (WERTHEIM, 2001).

Wertheim (2001) aponta que, historicamente, assim como as utopias que se apresentam nos discursos sobre ciberespaço atualmente, o mesmo já acontecera anteriormente com as cafeterias. As cafeterias encerravam a promessa de uma sociedade mais igual, onde as pessoas poderiam se misturar, entre nobres e comerciantes, disseminando notícias e jornais, algo surpreendente no século XVII. Hoje, os discursos sobre o ciberespaço reproduzem em grande parte essa mesma promessa, como se nele as liberdades fossem mais experimentadas e a disseminação do conhecimento mais eficaz. Wertheim (2001) aponta que essa esperança gerada pelos cafés foi efêmera e, com isso, a autora questiona se não estaria ocorrendo o mesmo com o ambiente do ciberespaço.

Sobre a questão da linguagem no ciberespaço, Silva (2007) entende que se trata de um retorno à oralidade, pois o modo de escrever é bastante próximo ao modo de falar. Essa escrita do oral combina-se com textos outros, imagens, animações, etc. e, principalmente, com códigos pelos quais as comunidades tornam-se inteligíveis. Para Silva (2007), as comunidades no ciberespaço têm algumas

características: prover certa continuidade espacial, possibilitar a agregação pelos interesses comuns que individualmente não seriam alcançáveis, e dar coesão.

Para Parente (1999), o digital se impõe como um novo meio de comunicação por si somente. Entretanto, não se deve superestimá-lo: o ciberespaço é apenas um novo espaço de representação, diferente de outros, impondo-se como um novo local de encontros da humanidade. Esses encontros podem revelar grupos que estão se constituindo em torno das possibilidades de comunicação da *Internet*. Um desses grupos, bastante importante na história do desenvolvimento das tecnologias de informação, é dos *hackers*.

Dado que a organização em foco (CCD) apresenta um viés ativista com ênfase na defesa da liberdade do conhecimento e transparência de dados públicos - sendo esses alguns dos conteúdos veiculados em suas atividades - cabe entender, para além da perspectiva culturalista sobre o ciberespaço, como surge a *Internet* e o que advoga a prática *hacker*.

4.2 UM POUCO DA HISTÓRIA DO HACKER

A criação e difusão das tecnologias de informação, da telemática possibilitaram um alto processamento e armazenamento de quantidades de informação em um curto espaço de tempo (CASTELLS, 2007). Este *boom* informacional se deu, para Solagna e Moraes (2010), em duas camadas. A primeira acontece com a estabilização de um padrão computacional a partir do desprendimento entre *hardware* e *software*. A fabricação de artefatos, os *softwares*, que articulados com os *mainframes* – computadores de grande porte lançados pela companhia *IBM* – possibilitou uma guinada de produção e vendas de *softwares* separados dos *hardwares*.

A segunda camada se trata de artefatos que possibilitam a comunicação intermáquinas, o que veio mais tarde a se constituir como a *Internet*. A precursora disso chama-se *Advanced Research Projects Agency Network (Arpanet)* que criara um protocolo de comunicação compatível entre as máquinas, o qual, posteriormente, fora migrado para o ambiente das universidades, no contexto estadunidense. A decisão de seus criadores por manter o resultado dessas pesquisas em domínio

público permitiu uma incorporação rápida da tecnologia nos anos que se seguiram (SOLAGNA e MORAES, 2010). Sua arquitetura aberta possibilitou que diferentes serviços se agregassem à rede, formando redes dentro da rede.

Na encruzilhada entre ciência, investigação militar e cultura libertária dos anos 1970 surgiu, então, a *Internet* (CASTELLS, 2007), onde diversas motivações mesmo opostas puderam transitar em protocolos abertos de comunicação (SOLAGNA e MORAES, 2010). Tornara-se característico desse modo de circulação de informação que o conhecimento fosse a principal fonte de produtividade de modo a agir sobre outras esferas sociais “fora da rede”. Conforme apontam Solagna e Moraes (2010), o *software*, como um bem intangível, embasa-se na inexistência de escassez produtiva, dado que sua reprodução tem custo quase igual a zero. A cópia digital, assim, produz um artefato idêntico ao original, de fácil reprodução e distribuição, algo que se tornara inerente às redes digitais.

Assim, o controle do mercado está fundamentado não na produção, mas em sua distribuição. Nesse ínterim, o aparato burocrático-legal – o *copyright* associado às políticas de controle governamentais – torna-se fundamental e leva a uma terceira camada: de comoditização do *software* enquadrado em legislações de propriedade intelectual. Esta propriedade é fruto de um trabalho imaterial (GORZ, 2005), de estruturação algorítmica, resguardada e vendida como mercadoria.

O regime de “*software* proprietário” é questionado por uma comunidade de especialistas, a partir da década de 1980, que propagava as liberdades para o *software*. Lançado por Richard Stallman, surge o movimento do *software livre* contrapondo-se às políticas de propriedade intelectual e reforçando uma ética de compartilhamento e colaboração (COLEMAN, 2010). Sua empreitada era de construir ferramentas de programação, utilitários e *softwares* escritos do zero, algo que somente foi possível com a colaboração de programadores trabalhando pela *Internet* (SOLAGNA e MORAES, 2010).

Os *softwares* construídos a partir do projeto *Gnu Not Unix* (GNU)²⁸ não se pretendem totalmente gratuitos, uma vez que a cobrança não é vedada, porém, também não é comum. As prerrogativas “morais” do *software* livre devem ser respeitadas: usar, copiar, alterar e redistribuir, uma vez que sua formação esteve embasada nesses pressupostos.

²⁸ Gnu não Unix. Ver glossário.

Para preservar esses pressupostos no *software* construído, criou-se uma licença de uso especial chamada *General Public Licence* (GPL)²⁹, a qual é parte das licenças denominadas *copyleft*³⁰: instrumento jurídico e político que reserva direitos ao usuário em detrimento do distribuidor, em uma lógica oposta ao regime de *software* fechado *copyright* (SOLAGNA e MORAES, 2010).

A reapropriação de algo para melhorá-lo, modificá-lo e exercer a criatividade é a base do *hacking*. Nesse sentido, a figura do *hacker* ganha cada vez mais visibilidade à medida que sua prática é incorporada na criação de *softwares* livres, abertos à modificação, sem estar praticando com isso um crime sobre a propriedade.

Para Lemos (2013), o *hacking* – a prática do *hacker* - é o maior símbolo da cibercultura. Este sujeito, nascido da contracultura dos anos 1970, representa um *outsider* (BECKER, 2008) no uso das tecnologias da informação. Ele toma o instrumento e a técnica para trabalhar criativamente nela, rejeitando a burocracia, instituições e o fechamento dos códigos de programas computacionais. Nesse sentido, o *hackeamento* de *softwares* e *hardwares* representa uma ação que não toma algo como dado, mas busca modificá-lo muitas vezes somente pela paixão do trabalho de reapropriação da matéria em si mesma. O fato de o *hacker* também não aceitar um código fechado, buscando aprimorá-lo e modificá-lo, trata-se de uma atitude libertadora através de seu trabalho.

A partir da visão de Lemos (2013), o *hacker* é um entusiasta ou alguém que está longe de uma visão estereotipada do sujeito anti-social e aficcionado pela microeletrônica. Ao contrário do especialista da modernidade, o *hacker* está mais próximo do *bricoleur* como um sujeito que sobrevive na pluralidade banal cotidiana. O *hacker* modifica e questiona os valores do sistema tecnocrático como uma forma de reapropriar-se de elementos culturais. As sociabilidades dele, desse modo, são construídas em torno da informática e da cultura digital, abrindo um círculo de relações que partilha desses significados. Não se deve confundir o *hacker* com o *cracker*, sendo este último, aquele que busca “quebrar os sistemas” de forma mal-intencionada.

É a partir da etnografia de Himanen (2001) – filósofo que estudou a comunidade *hacker* propondo que sua ética de trabalho é uma contraposição da ética protestante e capitalista apresentada por Weber (2001) – que compreendemos

²⁹ Em português: Licença Pública Geral

³⁰ Ver glossário.

o *hacker* como um entusiasta em primeiro lugar, podendo ou não estar conectado ao computador. E, assim sendo, a noção de *hacker* estende-se a outros âmbitos, como as ocupações urbanas da cidade propondo a ressignificação e reapropriação de algo dado.

O *hackeamento* de algo, portanto, pode ser levado ao âmbito dos produtos intelectuais (como um *software*), bem como de bens culturais, onde a questão da propriedade intelectual também se impõe. A crítica do *hacker* nesse sentido iniciou quando os códigos de programação foram fechados por empresas e submetidos às leis da licença de uso *copyright*, evitando que pudessem ser aprimorados coletivamente (COLEMAN, 2010).

Richard Stallman – inventor do conceito de *software livre* – argumentava, nesse ínterim, que antes havia condições de trabalhar na melhoria de códigos de programação coletivamente. Com o fechamento dos códigos por empresas que buscavam explorar os *softwares* comercialmente, os *hackers* não tiveram mais a possibilidade de aprimorar suas soluções de programação (COLEMAN, 2010). Deve-se ter em mente que isto representa uma grande perda para universo *hacker* uma vez que a cultura do *hacking* é definida também pela excelência na atividade de programação. Como ressalta Coleman (2010), Stallman dizia que seu mundo estava sendo destruído, o que o levou a publicar um manifesto contra a proibição do compartilhamento de códigos.

Sua proposta era a de promover melhoria de códigos de programação a partir do trabalho coletivo e aberto em que, mesmo existindo autoridades – principalmente pelo conhecimento técnico – contrapunha-se à propriedade intelectual. As propostas veiculadas com o manifesto de *software livre* reiteravam uma lógica de liberdade ao invés da restrição do *copyright* e buscavam resistir ao fechamento dos códigos, mesmo que hoje essa posição política – na visão de Coleman (2010) – seja mais reduzida, principalmente com a consolidação do *software* livre atualmente.

Mesmo no início desta breve trajetória, diversos *hackers* não se identificavam com o manifesto de Stallman (COLEMAN, 2010). Nesse sentido, Coleman (2010) questiona, então: o que fez com que a prática do *hacker* fosse associada a um estilo de trabalho colaborativo e aberto? Ou seja, como se consolidou a noção de uma “cultura *hacker*” para que hoje ela possa ser associada com algo além da programação em si?

Coleman (2010) atribui isso a um acidente social e político, chamado Linus Torvalds, um estudante de Ciências da Computação finlandês que, ao escrever um *software* para seu computador pessoal, passou a pedir ajuda às pessoas, deixando claro que se tratava de um *hobby* apenas. Como em um comportamento normal em fóruns da *Internet*, Linus gostaria de resolver os problemas técnicos de sua programação.

Graças à existência da *Internet* e dos computadores pessoais, voluntários de vários lugares do mundo enviavam sugestões de suas casas. O trabalho “em casa” praticado pelos *hackers* deu início – juntamente com outros fatores – à produção de conhecimento na esfera privada. Com diz Coleman (2010, p. 139), neste caso: “o caráter público demandou a produção privada dentro da esfera doméstica”, pois não era mais necessário deslocar-se à universidade para melhorar os códigos. Para Coleman (2010), este trabalho coletivo de anos deu condições para que as pessoas refletissem sobre o fato de que as virtudes do compartilhamento propagadas por Stallman faziam sentido na prática de trabalho *hacker*, pois era a partir da coletividade que o trabalho e as melhorias aconteciam. Isto pode ser compreendido também como parte de uma “economia do dom” ocorrendo na *Internet* (RHEINGOLD, 1993).

Esse fato tomou um sentido e uma dimensão muito maior. O sistema operacional *Linux* foi então registrado sob a GPL, o que em pouco tempo foi associado a uma política de resistência às empresas e ao modo de trabalho “fechado”. A proliferação de voluntários na época foi enorme formando um “ecossistema” social do *software* livre (COLEMAN, 2010).

As discussões sobre liberdades de uso de sistemas operacionais dos computadores ampliaram-se, então, para a questão da Propriedade Intelectual, de modo que não ficasse restrita ao *software*, mas pudesse expandir-se às artes, literatura, música e outras expressões culturais. Nesse sentido, o livro de Lessig (2008) busca descriminalizar o que ele chama de *remix*: reapropriações criativas sobre obras que foram “fechadas” pelo regime de Propriedade Intelectual *copyright*. Argumentava-se que nada é criado a partir do nada, uma vez que em qualquer criação humana acontece a reapropriação de elementos culturais para formular proposições, sejam elas artísticas, literárias, musicais ou acadêmicas.

Assim, o fechamento de obras pelos *copyrights* configurar-se-ia contrassenso, um não-estímulo à criatividade. A proposta de Lessig (2008) não se refere à retirada

dos créditos ao autor, mas apenas de que exista a possibilidade de reapropriação para criação de novas obras.

Desse modo, a arena de disputas aumentou e direcionou-se à questão da pirataria, uma vez que o ciberespaço possibilita a desmaterialização dos bens como CDs, filmes e livros. Assim, o livro *Copyfight* de Belisário e Tarin (20103) apresenta um compilado de discussões sobre estes aspectos controversos da pirataria, por exemplo.

Assim como no espaço público, onde se discutem as liberdades e restrições de uso, no ciberespaço o mesmo está ocorrendo com a temática da “neutralidade da rede” (WU e YOO, 2007). As espionagens pelo ciberespaço e as explorações do mesmo a partir de grandes corporações, pouco a pouco tem contribuído para provocar restrições nos usos da *Internet*, algo que a comunidade da cibercultura questiona a partir de um pressuposto de que a *Internet* não deve ser controlada por agências governamentais ou por empresas. A partir desse ponto de vista, portanto, não se deve “fechar” um espaço que foi concebido para ser aberto, anárquico, cuja estrutura é mais análoga a um rizoma (DELEUZE e GUATARRI, 2000) transformando-o em uma estrutura hierárquica e centralizadora.

Conforme aponta Himanen (2001), no caso do *hacker*, mais que o trabalho em si, o que pauta as relações sociais é a paixão pela liberdade, aperfeiçoamento e depuração de erros coletivamente. Pode-se fazer uma relação entre a proposta de trabalho *hacker* com a doutrina anarquista, tendo em vista que suas ideias básicas, com ênfase na liberdade e espontaneidade, excluem a possibilidade de uma organização rígida (WOODCOCK, 2010), atacando o princípio de autoridade. Na anarquia de Proudhon (1983), enfatiza-se a proposta de uma liberdade absoluta, que afasta as sociabilidades autoritárias (PASSETI, 2003).

Tais noções são articuladas, no campo empírico deste trabalho, em determinados espaços onde ocorrem eventos que versam sobre a cibercultura, entre outros assuntos. Para dar início às análises, então, introduzo no item seguinte os espaços onde tais discussões ocorrem, de forma a articular as teorias vistas até aqui com os dados de campo. Assim, centrar-me-ei na experiência vivida nestes ambientes de forma descritiva, ressaltando falas registradas em diários de campo, excertos de observações, bem como de entrevistas, todos estes, elementos articulados com as teorias.

5 ONDE AS FORMAS DE SOCIAÇÃO ACONTECEM

Essa comunidade pode ser dispersada, mas nem por isso deixará de estar organicamente solidária.

Michel Maffesoli. O Tempo das Tribos.

Com a intenção de interpretar o cotidiano tal qual ele se apresenta (MAFFESOLI, 1988), atentando para as formas de sociação (SIMMEL, 2006), associada às temáticas da cultura digital (LEMOS, 2013), cumpre delimitar onde tais expressões cotidianas podem ser acompanhadas. Tendo em vista que a CCD se constitui e se mantém na interlocução entre diferentes espaços, a noção de enraizamento dinâmico de Maffesoli (2001) se mostra profícua para compreensão de um espaço organizacional facetado.

Três foram estes principais espaços os quais descrevo brevemente contextualizando sua localização. A separação é apenas um recurso “didático” para melhor visualização das origens dos dados de campo, uma vez que simbolicamente, pode-se considerá-los como parte de um único espaço organizacional.

5.1 A SALA DA CCD NO CENTRO DE PORTO ALEGRE

É no centro histórico da cidade de Porto Alegre que se situou a sala da CCD durante o período em que realizei a pesquisa. O centro da cidade de Porto Alegre, por si somente, representa um local de multiplicidades, fragmentações espaço-temporais, ocupada por diversas “tribos urbanas” em lugares e tempos diferentes. Sua memória calcada nas “pedras da cidade” (BOSI, 2003) também mostra muito sobre os tipos de interação que ali ocorrem.

A rua onde a CCD está situada é a Rua da Praia – oficialmente denominada Rua dos Andradas - espaço de grande movimentação, considerado, pela historiadora Maria Luiza Martini (1997), como o primeiro espaço público e popular de Porto Alegre a partir do qual a cidade se expandiu. Como fala Cunegatto (s/d), a Rua da Praia agrega ao mesmo tempo o novo e o antigo, com casarões antigos ao mesmo tempo em que se configura como um cenário de metrópole urbana. Em um destes casarões, atualmente, situa-se um centro cultural³¹ que costuma promover eventos gratuitos das mais diversas áreas da cultura para o público portoalegrense. Neste local, encontrava-se a CCD, oficialmente, de setembro de 2012 a novembro de 2013.

³¹ O nome deste centro cultural está aqui suprimido.

Este centro cultural, apesar de não estar a céu aberto, configura-se um espaço público na medida em que, *a priori*, não há restrições para acessá-la. A sala da CCD situava-se neste espaço público, em um dos andares desta casa, onde outras “tribos” transitavam e ocupavam o casarão para realizar suas atividades, como os dançarinos que ocupavam diversos espaços, aos finais de semana, para treinar suas danças. Assim, muitas vezes, tais dançarinos tornavam-se motivo de conversa entre os participantes da CCD até que, pouco a pouco, ver pessoas dançando pelo outro lado dos vidros da sala tornou-se algo corriqueiro, digno de uma percepção *blasé* (SIMMEL 2005a) de indiferença à multiplicidade de expressões no entorno da sala.

Figura 3 - Dançarinos de fora da sala



Fonte: A autoria própria

Algo comum na sala da CCD era pular a janela para não contornar o vão que dividia a sala dos demais espaços do centro cultural que a abrigava. “As pessoas mais legais são aquelas que pulam a janela” (Excerto de diário de campo em 1º de julho de 2013), disse Leandro, certa vez, quando convidava novas pessoas para adentrar na CCD. Esta ação assume contornos de transgressão e de identificação do grupo, na medida em que era esperado daqueles que já conheciam a CCD que

pulassem a janela. Esta regra não-dita aparece, então, como um código através do qual se identificavam as pessoas mais próximas da CCD.

Figura 4 - Pulando a janela



Fonte: Casa da Cultura Digital (2013)

A sala circundada por vidros fazia com que víssemos todas as pessoas que passavam, e que, por sua vez, viam tudo o que fazíamos ali dentro. Por vezes chamada de “aquário”, a sala permitia que pessoas desconhecidas ficassem curiosas com o ambiente da CCD repleto de referências visuais, imagens coloridas e dizeres escritos nas paredes de vidro. Somava-se a isso o fato de que as pessoas normalmente ficavam em volta das mesas com seus computadores e vários cabos ligados nas tomadas, o que igualmente provoca curiosidade naqueles que transitavam pela casa.

As pessoas desenham no quadro negro da CCD e colocam cartazes coloridos que chamam a atenção de quem passa. Em quase toda a semana que eu comparecia à CCD, havia um novo desenho no quadro.

Figura 5 - Desenhos do quadro-negro



Fonte: Autoria própria

“Achei tudo muito colorido aqui, então, me chamou atenção e eu vim” – disse uma moça que passou e viu a CCD (Excerto de diário de campo em 11 de junho de 2013). Interjeições de surpresa eram constantes tanto por parte dos membros da CCD quanto de transeuntes do casarão. Para os membros da CCD, a surpresa advinha muitas vezes de repentinas intervenções musicais no térreo do casarão - a partir de onde era possível ouvir música ao vivo - ou de ensaios musicais de uma pequena orquestra que semanalmente fazia treinos em outro andar. Por parte dos transeuntes da casa, o espanto era a própria CCD que se configurava um espaço visualmente diverso dos demais, relativamente bagunçado e bastante colorido.

Assim, corriqueiramente novas pessoas transitavam pela CCD sem, no entanto, ficar. Famílias, casais, crianças ou pessoas sozinhas que se interessavam pelo espaço, adentravam e começavam a conversar com os membros da CCD. Alguns deles, muitas vezes, vinham à sala e lá permaneciam, mesmo que estivéssemos em reunião. Não era fácil para quem estava lá explicar o que é a CCD àqueles que nunca ouviram falar da mesma.

Além deste espaço, várias discussões que acompanhei ao longo da trajetória em campo ocorriam em um bar específico do centro de Porto Alegre, porém, não restrito a este.

5.2 O BAR NO CENTRO DE PORTO ALEGRE

Em um bar no centro histórico de Porto Alegre – cujo nome está aqui suprimido para preservar sua identidade - muitas vezes, estendiam-se as discussões da CCD sobre seus projetos, eventos, perspectivas de vida, opiniões diversas, onde também aconteciam as sociabilidades (SIMMEL, 2006; 1949). Nos meses de julho, agosto e setembro, principalmente, os momentos de sociabilidade da CCD eram muito intensos em diversos bares da cidade de Porto Alegre, alguns deles mais próximos da Rua da Praia. Entretanto, um deles especificamente, era frequentado pelos membros da CCD, de modo que, em quase todas as terças-feiras, comparecíamos neste local para tomar cervejas e ouvir música ao vivo: tango, *jazz* e MPB, principalmente.

Diversos significados estão envoltos no fato de estendermos as sociabilidades para outros ambientes. Assim como na sala da CCD existem códigos que mostram pessoas mais ou menos próximas, também o fato de participar destes momentos revela pessoas que estão mais próximas das atividades da CCD. “Estar-junto” na CCD não se limitava aos seus eventos “oficiais”, mas também àqueles marcados de última hora, sujeitos às modificações e incertos, que de certo modo sustentavam todas as ações que ocorriam fora desses momentos.

Além da sala e dos bares, outro *locus* configurava-se como muito importante para o cotidiano da CCD, visto que sua forma de organização também ocorria no ambiente *online*.

5.3 NO CIBERESPAÇO: O FACEBOOK

O espaço por excelência da cibercultura é o ciberespaço (LEMOS, 2013), considerado uma galáxia bastante vasta de comunidades, grupos, sites, etc. Porém, no caso do presente trabalho, foi focado um ambiente específico onde normalmente organizavam-se os eventos da CCD: o *Facebook*.

O *Facebook* é um sítio na *Internet*, criado em 2004 que se propõe a conectar pessoas - estejam elas geograficamente distantes ou próximas - e a ser um canal de

veículo de notícias para que as pessoas compartilhem e expressem o que importa a elas (FACEBOOK, 2013). Atualmente, por esta rede social, passam 757 milhões de usuários ativos diariamente, em média, sendo 81% deste uso, externo aos Estados Unidos e Canadá. No Brasil, estima-se que há 65 milhões de usuários, configurando-se o país onde esta rede mais cresce (TERRA, 2013).

Trata-se de uma rede que facilita a comunicação entre usuários, tornando-a mais rápida e não-dependente de uma aproximação geográfica. No Brasil, dado o grande alcance, especula-se que seu uso foi em grande parte incorporado nas rotinas cotidianas dos usuários (TERRA, 2013). Certamente, não se pode afirmar que o acesso seja irrestrito, porém, o aumento do uso do *Facebook* demonstra a incorporação de um modo de comunicação no cotidiano. Nele, é possível criar perfis individuais que remetam tanto às pessoas quanto às organizações e grupos de discussão abertos ou fechados. A título de exemplo, diversas instituições o utilizam como meio de divulgação de ações e de relacionamento com o consumidor.

Assim, a CCD dispunha de um perfil “institucional” - onde eram divulgadas suas ações ao público externo - bem como de um grupo fechado de discussões, onde os atuais integrantes da organização participavam das decisões, interações e sociabilidades *online*. Meu enfoque se deu neste grupo fechado onde discussões eram travadas, por vezes, iniciando processos que desembocariam na sala da CCD e no espaço público; ou, então, servindo como uma continuidade de ações que haviam iniciado fora do ciberespaço.

A existência do ciberespaço possibilitava uma forma organizacional não remunerada, uma vez que, em razão deste fato, não era possível que os integrantes da CCD estivessem sempre presentes fisicamente na sala. Assim, muitas interações eram virtualizadas, revelando um desprendimento do aqui e do agora (LÉVY, 1996).

A CCD se organiza através de meios digitais. E ali ela vai se autogerenciando. (Excerto de entrevista com Bruno em 5 de dezembro de 2013).

É um meio. Na verdade, se tu for parar pra pensar, todos os projetos tão rolando, e as ideias, todas elas envolvem um evento físico, ou debate, ou um evento de música, ou mesmo até tipo um call né. Uma teleconferência assim. Mas todas demandam um encontro. Então eu acho que acaba sendo um meio mesmo, um meio de divulgação, de conhecer as pessoas, de conseguir fazer os projetos acontecer (Excerto de entrevista com Heloísa em 17 de março de 2013).

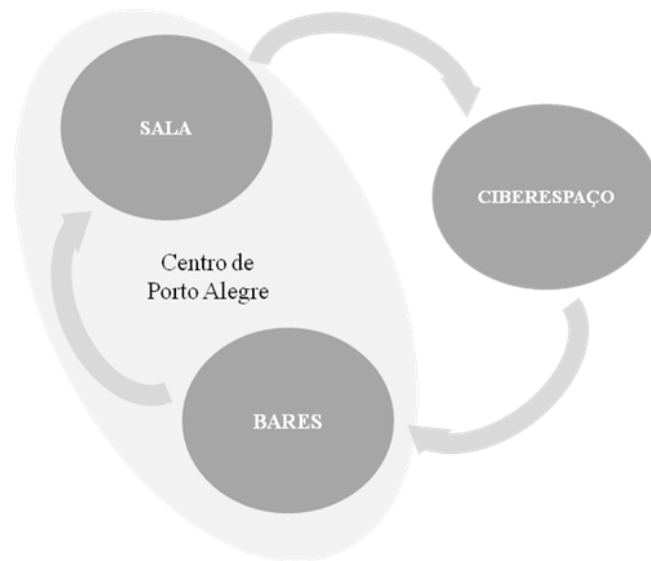
Esta visão expressa por Heloísa é uma das narrativas acerca do uso do ciberespaço na forma de se organizar. Outras apontam para o fato de que os usos do ciberespaço importam, principalmente, pela possibilidade de trabalho à distância. Para Antônia, segundo relatos informais, a exigência de um estar-junto presencial não estaria de acordo com a forma de organizar-se da CCD, pois não poderia haver uma imposição nesse sentido. Ademais, o uso do ciberespaço como meio de organização da CCD está relacionado com o fato de que muitos de seus integrantes tiveram contato com computadores e *Internet* desde cedo, assim como eu, o que facilitou a inserção neste espaço.

[...] eu venho de um processo de trabalho muito virtual e pra mim estar presente com a pessoa não quer dizer que a coisa não vá acontecer entendeu. Eu acho que a coisa... há momentos que tu tem que se encontrar, mas tem várias etapas que podem ser tocadas virtualmente. Não acho que tu tem que tá assim do lado da pessoa (Excerto de entrevista com Amanda em 7 de março de 2013).

É corriqueiro, na CCD, que ocorram afastamentos e aproximações de integrantes, muitas delas mediados pelo ciberespaço. Entretanto, seus usos não compreendem uma dimensão separada dos eventos “físicos”, dado que “o ciberespaço só existe se estiver apoiado na realidade das materialidades cotidianas” (REYES, 2005, p. 58).

Não obstante, buscando inspiração em Geertz (2008), deve-se questionar qual a importância de algo que está sendo feito, transmitido, dito ou mesmo não-dito. O uso do ciberespaço para a CCD – como meio organizador e divulgador – importa também como *locus* que idealmente se pretenda igualitário, pouco restritivo e aberto, onde se projetam intencionalidades como as do *hacker* (LEMOS, 2013), algo que será retomado no capítulo 8.

Figura 6 - Os espaços



Fonte: Elaborado pela autora

Tomando a noção de um espaço organizacional a partir de um ponto de vista cultural e simbólico, Chanlat (2006) aponta que o foco está na interpretação de comportamentos observados que revelam uma ordem simbólica. Na CCD, a observação desses comportamentos necessitava transgredir a sala, dado que se discutia e praticava-se a organização em um conjunto de espaços. Assim, o espaço organizacional da CCD constituía-se, efetivamente, onde suas ações ocorriam e suas discussões eram travadas.

Cumprir destacar, à luz de Maffesoli (2010b), que as tribos contemporâneas apresentam uma conjugação de elementos antigos e novos. O mesmo ocorre na CCD, na medida em que dois dos espaços utilizados configuram-se como ambientes relativamente tradicionais da cidade de Porto Alegre – os bares e o centro cultural – enquanto que o terceiro, o ciberespaço, está localizado na rede da *Internet*.

Os espaços onde os eventos desta organização ocorriam, serão retomados ao longo das descrições seguintes. Para tanto, começo com um evento emblemático da CCD, que importa explicitar na trajetória da organização, pois, a partir dele, certas discussões, sociabilidades e conflitos começaram a tomar corpo. Este evento é o bloco de carnaval, abordado em seguida.

6 ENTRE SOCIABILIDADES E CONFLITOS: O JOGO DAS FORMAS DE SOCIAÇÃO

E aqueles que foram vistos dançando foram julgados insanos por aqueles que não podiam escutar a musica.

Friedrich Nietzsche. *Assim Falou Zaratustra.*

Neste capítulo, enfoco a descrição de duas formas de sociação que conjuntamente mostram uma faceta da dinâmica organizacional da CCD. Compreendendo que o estar-junto expressa um “enraizamento dinâmico” (MAFFESOLI, 2010b), este pode se dar tanto por meio de sociabilidades quanto de conflitos. Nem somente a sociabilidade mostra como se constitui a CCD, e nem somente o conflito revela sua forma de ser. Ambos intercalando-se, expressam como a CCD se constitui e se mantém cotidianamente redirecionando-a, por vezes, para diferentes rumos, como em um jogo³² dinâmico, onde tanto uma forma quanto outra partem de conteúdos semelhantes.

Começo com um exemplo de sociabilidade constituída no âmbito urbano, um dos meios de manifestação das tribos contemporâneas (MAFFESOLI, 2010b), onde mais claramente, durante meu período em campo, pude notar o trágico, o barroco e uma lógica presenteísta se manifestando na maneira de organizar uma intervenção urbana. Após, mostro alguns exemplos de conflitos também informados por pressupostos semelhantes à sociabilidade, muito embora, a forma da interação em si seja diferente.

6.1 O BLOCO D’OLHA O PASSARINHO DO MÁRIO: O TRÁGICO DO CARNAVAL

Em fevereiro de 2013, um dos momentos mais marcantes da Casa da Cultura Digital ocorreu nas ruas do centro de Porto Alegre. A partir dele, dois aspectos discutidos na CCD – o que é a cultura digital e o que é a CCD – começavam a ocupar os encontros do grupo. É com este evento que inicia minha participação no campo, logo após as reuniões iniciais de janeiro de 2013.

Em 24 de janeiro de 2013 surgiu o bloco de carnaval “Olha o Passarinho do Mário”, em um dia bastante comum para a CCD, quando não havia muitas atividades sendo realizadas, pois as pessoas estavam retornando de suas férias. Por mais que tivessem acontecido reuniões, no início de janeiro, não havia muitas decisões tomadas sobre suas próximas atividades naquele momento.

³² A palavra “jogo” está sendo utilizada à luz de uma perspectiva simmeliana de um processo dinâmico pelo qual as pessoas interagem.

Neste dia à tarde, estávamos eu Luiz, Laura e Heloísa na CCD, conversando ao mesmo tempo em que conferíamos mensagens nos computadores através do *Facebook*. Heloísa e Luiz naquele momento tinham muita flexibilidade de horário, dado que seus outros trabalhos não aconteciam em lugares que lhes demandasse fixar horários. Laura, por sua vez, estava escrevendo sua tese de doutorado, porém, vinha à CCD participar dos encontros do grupo.

Em determinado momento, Heloísa, que estivera conosco conversando na sala da CCD, já havia saído, enquanto que eu, Luiz e Laura permanecemos conversando sobre “banalidades”: festas em Porto Alegre, acontecimentos interessantes ou mesmo os resultados dos últimos eventos da CCD, em 2012, os quais geram muitos conflitos entre quem participara na organização dos mesmos. A partir de uma interação típica da sociabilidade (SIMMEL, 2006; 1949), Luiz comentara sobre os blocos de carnaval de rua que estava surgindo em Porto Alegre. Era algo bastante curioso, para nós que conversávamos sobre isso, que muitos eventos culturais estavam acontecendo mais nas ruas do que em espaços fechados.

“Bem que a CCD poderia ter um bloco, né?”, disse Luiz complementando que realmente gostaria de fazer um carnaval de rua como os que acontecem em Belo Horizonte, mas que tinha receio de que poucas pessoas ficariam em Porto Alegre no Carnaval (Excerto de diário de campo em 24 de janeiro de 2013).

Comentei, então, que muitas pessoas ficam durante o carnaval em Porto Alegre, o que foi suficiente para começarmos a conversar mais sobre a ideia, até que Luiz disse a mim e a Laura: “e por que não?”. Rapidamente, iniciou-se uma imersão no projeto de um bloco de carnaval com diversas ideias que expúnhamos, bastante contentes de estarmos “vibrando em uníssono” (HALBWACHS, 2006). Pode-se dizer que poucos acertos foram necessários, naquele momento, pois mais importavam as ideias que estavam sendo criadas, algumas inviáveis e outras mais viáveis, que acabaram por formatar o bloco.

Ao dizer que eu estava dentro, Luiz levantou abraçou-me e sorriu. Laura disse que poderia ajudar buscando músicos para o bloco e eu assumi a incumbência de buscar caixas de som. Sem que determinássemos verbalmente, Luiz responsabilizou-se por comunicar o restante da CCD dessa decisão e oficializar o evento, uma vez que ele é alguém que está há mais tempo na CCD em comparação a mim e a Laura.

“E que nome?” – perguntamos eu e Laura para Luiz. “Quem sabe algo a ver com o verso do Mário Quintana. Eles passarão, eu passarinho. Aí já tem a ver com o símbolo da CCD que é um pássaro” disse ele (Excerto de diário de campo em 24 de janeiro de 2013).

Luiz e Laura ficaram bastante contentes com a ideia naquele dia e saímos da CCD com muitas programações e atividades pensadas. Porém, pode-se dizer que no momento que o projeto “entrou” no ciberespaço, sua organização tomou forma. A partir do dia em que foi decidida a realização do bloco de carnaval, outras atividades: como conseguir banda de música de carnaval, divulgar a ação via *Internet*, criar um evento também via *Internet* e respaldar a ação do bloco de carnaval frente aos demais participantes da CCD aconteceram, predominantemente, no ciberespaço, não se limitando ao grupo do *Facebook* onde as discussões ocorriam, uma vez que principalmente Luiz articulava contatos com seus amigos e conhecidos por *Facebook*.

A predominância do ciberespaço também ocorreu em razão de uma das características da organização, qual seja, a condição voluntária dos membros, o que implica que a CCD não seja a única atividade das pessoas e, portanto, nem sempre é possível estar fisicamente presente. Assim, as pessoas envolvidas na organização do bloco de carnaval buscavam seus contatos individualmente e depois repassavam seus resultados aos demais membros via *Facebook*. Quando a sala estava vazia, as discussões no meio *online* intensificavam-se.

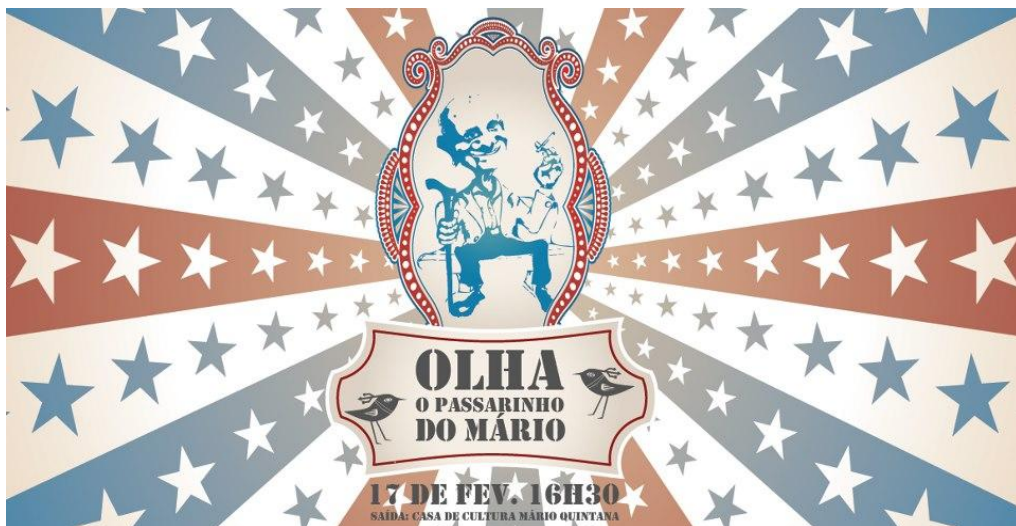
A partir do momento em que foi decidido realizar o bloco, Luiz passou a conversar com órgãos públicos e com uma associação local que pudesse auxiliar na organização do bloco de carnaval. Eu fiquei responsável por conseguir um megafone, atividade para a qual me voluntariei por entender que seria uma das poucas coisas que eu poderia fazer, já que não conhecia músicos de samba para tocar no bloco, nem conseguiríamos caixas de som por não termos luz elétrica disponível ao longo do percurso que fora traçado. Começava-se a estabelecer certa relação de reciprocidade (MAUSS, 2003), na medida em que a CCD sabia que eu realizava uma pesquisa, mas eu também poderia ajudá-los em vários momentos. Havia uma troca acontecendo, muito embora não fosse verbalizada.

Luiz criou uma identidade visual para o bloco e um evento específico pelo *Facebook* com o intuito de fazer a divulgação e chamar convidados para ir ao evento. Em 7 de fevereiro, Luiz escreveu no *Facebook* “O bloco tá na ruaaaa, bora

espalhar pro povo”, que foi seguido de várias “curtidas”³³ de conhecidos e amigos que por sua vez espalhavam a notícia para seus outros amigos.

Dado que a maioria das pessoas nunca ouvira falar deste bloco e a divulgação concretizou-se por meio de uma rede de amigos que existe tanto fora quanto dentro da *Internet*, pode-se dizer que momentaneamente ocorreu algo que Rheingold (1993) chama de *Gift Economy* (economia do dom), inspirado em Mauss (2003). Rheingold (1993) analisou a rede de reciprocidade que acontecia pela *Internet* entre pessoas que ajudavam umas às outras com informações gratuitas. Assim como relata Rheingold (1993), as relações se expandiram para pessoas desconhecidas, o que possibilitou, no caso do bloco, que este pudesse ser concretizado a partir de uma rede rapidamente mobilizada.

Figura 7 - Banner do Bloco



Fonte: Casa da Cultura Digital (2013)

Durante duas semanas – um tempo relativamente curto - ocorreram as preparações e, ao final desse período, a CCD contava com: duas bandas de música de carnaval, instrumentos de percussão e uma divulgação *online* que confirmou em torno de mil e duzentas pessoas, número que, aproximadamente, quadruplicou no dia do evento. O trajeto fora negociado juntamente com um órgão público da cidade,

³³ “Curtidas” faz referência à ação de “curtir” ou também dito “dar *like*” (em português: gostar) extremamente comum no *Facebook*. Esta ação mostra duas coisas: uma, que as pessoas estão cientes daquilo que foi divulgado e, outra, que não só estão cientes, mas gostam da ideia. Quando alguém faz isso, nesse ambiente, imediatamente outras pessoas que estão *online* ficam sabendo e podem acompanhar o evento.

responsável pelo transporte e circulação de veículos, de modo que o bloco não atrapalhasse determinados trajetos.

Luiz, em entrevista, relatou que atribui o sucesso do evento não somente às ideias, mas também à existência da *Internet* que possibilitou mais rapidez de contato entre as pessoas. Assim, em pouco tempo, o bloco saiu do ciberespaço e estava na rua, revelando uma intensa recursividade entre o *online* e o *offline* (REYES, 2005).

A gente tem sempre ideias muito megalomaniacas, a gente nunca para numa ideia pequena. E as coisas vão pra esse lado porque a ativação no meio digital é muito fácil. Todo mundo diz que vai, então isso espalha muito fácil. Eu esperava no “Olha o Passarinho do Mário” umas 500 pessoas, não esperava mais que isso. Umas 4000 pessoas passaram por ali (Excerto de Entrevista com Luiz em 8 de março de 2013).

Em 15 de fevereiro, dois dias antes da data planejada para o bloco de carnaval de rua, aconteceram imprevistos que o colocaram à prova: o não acompanhamento por parte das autoridades locais. “Me ligaram hoje, eles não vão mais acompanhar o bloco” (Excerto de diário de campo em 15 de fevereiro de 2013), disse Luiz, que contactou-me para informar e questionar minha opinião, bem como de todos os demais integrantes, em ambiente “virtual” (LÉVY, 1996).

Após uma intensa discussão no *Facebook*, onde mais de oitenta mensagens foram trocadas em menos de uma hora, decidiu-se por manter o bloco, porém, informando aqueles que haviam confirmado presença no evento de que não haveria mais o acompanhamento de autoridades locais. O risco de se transitar - sem acompanhamento de autoridades – com, aproximadamente, quatro mil pessoas em vias públicas movimentadas da cidade era grande.

Falei com prefeitura também, e um menino da prefeitura disse, vocês podem, podem fazer. A gente sempre indica que é bom que seja com a EPTC³⁴ junto, entretanto vocês tem a capacidade de fazer isso. Aí eu procurei no código, código civil brasileiro que diz justamente o que? Que tu não pode ficar parado em um local, obstruindo e tal. Tu pode estar em movimento e aí por isso que nós chamamos “as ruas são para dançar”, porque enquanto a gente estiver em movimento, não estamos infringindo nenhuma lei. E foi o que a gente fez. Aí a gente foi aberto, a gente assumiu isso, quando teve essa questão da EPTC, coloquei isso pro grande grupo pra votação, por que envolve a CCD, mas se alguém fosse preso esse alguém seria eu. Expus isso da mesma forma que coloquei pra todas as pessoas que participariam com a gente pra que as pessoas soubessem e tivessem a opção de participar de

³⁴ Empresa Pública de Transporte e Circulação

outro evento se não se sentissem seguros naquele evento. Mas tá tudo certo, a gente pode ocupar. To falando isso porque eu creio que isso seja um comportamento digital, tu compartilhas inclusive os problemas que tu tens.[...] A gente vai dizer eles não nos autorizaram. A gente fez o que deu pra fazer, mas vamos continuar saindo porque é nosso direito. Entretanto, se você não se sente seguro ou você é contra, você como participante, usuário, sei lá que nome dar, o folião, é o folião, você fica em casa, você fica dormindo. Vai em outro evento. Mas a gente vai sair (Excerto de Entrevista com Luiz em 8 de março de 2013).

O não aparecimento de autoridades não foi o único imprevisto. Em 16 de fevereiro, quando o número de convidados não parava de aumentar pelo evento criado no *Facebook*, Luiz ficou sabendo que a principal banda não estaria mais presente em razão de um jogo de futebol remarcado às pressas para o dia seguinte, onde ela deveria tocar. Novamente, por *Facebook*, sem reuniões presenciais na sala da CCD, foram discutidas as possibilidades sobre que fazer nesse caso, dado o tempo exíguo. Novamente, incontáveis mensagens foram trocadas entre os participantes da CCD. Como solução, Luiz passou a solicitar pela *Internet* que todas as pessoas confirmadas trouxessem qualquer coisa que pudesse fazer barulho. Ainda contava-se com integrantes de outra banda, entretanto, isso não seria suficiente para “fazer o som” que era necessário para a quantidade de pessoas confirmadas no evento.

Evans-Pritchard (2005) aponta que determinados acontecimentos importam para que sejam observados os tipos de solução que as pessoas dão aos problemas cotidianos. No contexto desta obra, a bruxaria é uma forma de explicação dos infortúnios e uma chave para compreensão da realidade dos Azande. A solução para os problemas que se interpuseram na CCD, nos dois momentos apresentados, passou pelo ambiente *online*, e, na maior parte das vezes, esta é imagética.

Então eu comecei a chamar as pessoas e dizer: levem as panelas, levem latinha de brita, leva o que tiver coisa pra fazer barulho porque é isso que a gente precisa. Aí claro, a gente conseguiu reunir uns 6 cabeças que tinham pelo menos aqueles instrumentos, se não a gente estaria perdido. E conseguimos reunir essas pessoas na boa vontade, colaborativo mesmo, que depois nos disseram, olha não esperávamos que fosse tão legal. E a gente foi ajudando eles na medida do possível, dando cerveja, tinha uma galera dando cerveja pra eles, a gente foi indo (Excerto de Entrevista com Luiz em 8 de março de 2013).

Figura 8 - Banner dos Instrumentos



Fonte: Casa da Cultura Digital (2013)

Na civilização da imagem (DURAND, 1980) e na cultura da tela (ECKERT e ROCHA, 2004), o visual assume papel fundamental para compreensão das formas de interação. Enquanto que a forma de apresentação é visual, a solução em si foi de descentralizar e chamar as pessoas para participar do “problema”, mesmo que muitas não soubessem dos imprevistos. Novamente, o compartilhamento rápido dessas imagens e os frequentes pedidos de ajuda da CCD pela *Internet* formavam uma rede de reciprocidade entre amigos e desconhecidos.

A alcunha “colaborativo”, então, foi associada ao bloco que, por esta razão, diferenciava-se dos demais blocos de rua melhor organizados de Porto Alegre, que dispõem muitas vezes de patrocínio, embora, não em todos os casos. A maneira de solucionar problemas, passando pelo imagético, pelo *online* e pelas relações de reciprocidade, revela de certo modo as possibilidades do ciberespaço. Não se pode dizer que sem este espaço não aconteceriam tais soluções; a diferença reside apenas no tempo que, em conjunção com códigos de comunicação da *Internet*, possibilitam mobilizar muitas pessoas rapidamente.

Entretanto, o objetivo final da CCD não estava no ciberespaço, mas fora dele. A organização um tanto “caótica” deste evento se deu pelo *Facebook* e continuou no espaço público. Júlia dissera no dia do bloco – domingo, dia 17 de fevereiro - que o clima estava desesperador e Luiz estava muito apreensivo. Quando cheguei ao

local, no centro histórico da cidade de Porto Alegre, especificamente na Rua da Praia, uma multidão aglomerava-se. Cada vez mais pessoas chegavam e muitas tomavam cervejas em volta da banda que começava a tocar. Poucos eram os integrantes da banda, o que, entretanto, era suficiente para que causasse bastante barulho pelas ruas.

Dado que o trajeto fora modificado incontáveis vezes pela *Internet*, poucos sabiam qual era de fato a rota estabelecida. Eu, Júlia e Laura perguntávamos ao Luiz qual era o roteiro enquanto ele pintava as pessoas com purpurina. Todo clima era de muita festa e não parecia haver muita preocupação em saber exatamente qual era o trajeto. Notei que, em volta, várias pessoas usavam etiquetas onde se lia “EPTC”, como uma brincadeira. Eram pessoas que se responsabilizaram por ajudar a conduzir a massa a seu destino, de certo modo, incerto. Elas estancavam o fluxo de trânsito colocando-se no meio da rua, algo que eu também passei a fazer, pois não havia tantas pessoas de “EPTC”. Nenhuma delas integrava oficialmente o grupo da CCD, mas haviam sido convidadas pelo *Facebook*, através das redes de sociabilidade.

Em seu livro “A Transfiguração do Político”, Maffesoli (2011), reitera que as oposições das tribos são, muitas vezes, de natureza intersticial, rompendo com o “estabelecido” por meio de brincadeiras, ironias e astúcias carnavalescas. Nota-se que não há um enfrentamento direto às instituições, neste caso, mas antes uma resignificação do problema adequada ao momento da “festa”.

A maioria das pessoas foi vestida com fantasias, máscaras, cartazes, dizeres, purpurinas no rosto e com instrumentos para fazer barulho. À medida que a festa avançava a tensão se dissipava, pois não ter uma das bandas não era mais um problema. Em suma, não parecia haver qualquer problema latente e pude ver que as pessoas pareciam muito contentes de estarem ali em um domingo à tarde.

Perto das cinco horas da tarde, perguntei ao Luiz a que horas ele achava que sairíamos. Luiz, então, falou com a banda e disse que era naquele momento mesmo. Com um palhaço desfilando com seu estandarte à frente, a banda começou a andar, e toda a multidão veio atrás. Não é possível precisar a quantidade de pessoas naquele momento, mas ultrapassava em muito a quantidade de pessoas confirmadas pela *Internet*. Assim, dançando e cantando versinhos de músicas antigas de carnaval, o bloco iniciou transitando pela Rua da Praia, ocupando toda a extensão da rua que naquele momento estava vazia.

Cumprir destacar aspectos do novo e do antigo das tribos (MAFFESOLI, 2010b) ocorrendo ao mesmo tempo. Segundo Franco (1998), as comemorações carnavalescas de rua parecem ter feito parte do povoado de Porto Alegre desde o início de sua formação. A ocupação do espaço público para celebração de uma festa originalmente pagã, portanto, não é nova. É necessário recorrer à história para compreender que, em Porto Alegre, o “entrudo” (KRAWCZYK, GERMANO e POSSAMAI, 1992) era uma das maneiras mais populares de brincar no carnaval. A partir do final do século XIX, entretanto, por meio de agremiações carnavalescas juntamente com um código de posturas de 1847 (WEBER, 1992), esta festa começou a ser abolida para dar espaço a um projeto de modernização de sociedade que se formatava localmente.

O projeto de modernização, que mais de um século depois leva às possibilidades do ciberespaço, retorna às festas mais tradicionais da cidade, ocorrendo no espaço público e celebrando um “estar-junto” Maffesoli (2003). Não é uma coincidência que algumas músicas cantadas no bloco de carnaval d’Olha o Passarinho do Mário sejam antigas. Ressignificadas pelo imagético e pelas possibilidades do ciberespaço, o resgate do trágico cotidiano acontece neste exemplo. Tanto para Simmel (2006) quanto para Maffesoli (2003), isto é possível, pois a sociabilidade lúdica é um elemento fundacional da sociedade.

No curso do bloco, sem que alguém determinasse ou impusesse, eu, Júlia e Laura juntamo-nos aos membros da “EPTC” e ajudávamos nos momentos em que o trajeto mudava. Quando alguém descobria qual era a próxima rua a seguir, perguntando ao Luiz, um passava a informação ao outro. Em entroncamentos e desvios de rota, posicionávamo-nos como cordões, dando-nos os braços, de forma que as pessoas entrassem em outra rua. Fazíamos sinais conduzindo o grande grupo, apressando-os quando era necessário atravessar grandes avenidas, como a Salgado Filho. Alguns motoristas nos olhavam de cara feia e outros riam achando muita graça de um bando de pessoas fantasiadas cruzando, em pleno domingo à tarde, a avenida Salgado Filho.

Nestes momentos, surgiam mais pessoas para ajudar a bloquear o trânsito e distribuir doces aos motoristas, agradecendo a eles pela espera, o que revela o estabelecimento momentâneo de uma relação de reciprocidade (MAUSS, 2003). Outros membros da CCD, como Antônia e Amanda passaram a distribuir doces e ajudar a multidão a passar em direção à rua Marechal Floriano Peixoto. No lugar do

Outro (CERTEAU, 2002), produziu-se um novo percurso, momentâneo, por meio de táticas que possibilitaram a reapropriação daquele espaço direcionado ao trânsito de veículos, não de pessoas.

Em determinado momento, surgiu uma autoridade oficial que ajudava a conduzir o trânsito na parte de trás do bloco. Quando ele estancou o fluxo de carros da avenida João Pessoa, muitos gritavam de alegria e outros o abraçaram, até que ele necessitou sair da motocicleta pra não cair. A movimentação do grupo foi fazendo com que surgissem novas pessoas que ajudavam a conduzir a massa naquele momento, enquanto anteriores resolviam deixar o posto por algum tempo.

Tal qual Certeau (2002) diz sobre o fato de que o usuário cria e recria trajetos em seu percurso, o trajeto do bloco também foi modificado ao longo do percurso. Deveríamos descer a rua Espírito Santo para depois atravessar a avenida Loureiro da Silva e chegar até a praça onde o grupo concentrar-se-ia. Entretanto, o grupo foi movimentando-se para a avenida João Pessoa, também de grande circulação.

Na avenida João Pessoa, novos cordões de pessoas e novas distribuições de doces aconteciam para que pudéssemos ser direcionados à rua André da Rocha. Ao longo do percurso, as pessoas gritavam para aqueles que estavam em suas sacadas ou janelas nos apartamentos, convidando-os a descer, ao som de marchinhas de carnaval e dança regada a cerveja que era vendida por vendedores ambulantes que acompanhavam o bloco. Por mais que o dinheiro não constituísse a organização do bloco de carnaval em si, ele fazia-se presente ao longo do trajeto na figura dos vendedores.

Assim, o grupo passava e criava um percurso “na caminhada” (CERTEAU, 2002), uma vez que a cada novo cruzamento, o percurso mudava a ponto de, em determinado momento, as pessoas não saberem mais qual a rota a ser seguida.

A não-previsibilidade é algo que afronta a racionalidade instrumental (MAFFESOLI, 2003a), pois, o que não pode ser controlado ou categorizado segundo parâmetros utilitários é inquietante. Em um primeiro momento, fiquei muito inquieta e preocupada com o fato de poder acontecer um acidente de carro ou algo grave pelo fato de milhares de pessoas estarem transitando em ruas movimentadas e sem saber ao certo a rota. Registrei isso em meus diários de campo, mas logo em seguida posso dizer que essa preocupação desapareceu e juntei-me à “vibração em unísono” (HALBWACHS, 2006) do grupo. Como diz Maffesoli (2003a), nesses

“instantes eternos”, o “eu” dissolve-se no “nós” pela celebração das festas, do excesso e do “barroco”.

Chegando ao ponto de destino, a festa continuou noite adentro e o megafone que eu comprara perdera sua função de condução do grupo e passava pelas mãos de várias pessoas que queriam cantar juntas. As ruas são a morada do coletivo”, diz Benjamin (1994, p. 194), enquanto discorre sobre o *flaneur*, cujo chão sagrado é a cidade - a paisagem urbana. O uso desta paisagem, da maneira que se deu, talvez não pudesse acontecer em outros momentos, além do Carnaval. Neste período de “inversão” (DAMATTA, 1997), revela-se um drama social descortinado em gestos, em vestimentas e no próprio ritual que agrega elementos e pessoas que possam estar simbolicamente separados.

Figura 9 - Pessoas fantasiadas



Fonte: Casa da Cultura Digital (2013). Autoria: Volt Project.

A realização do bloco d’Olha o Passarinho do Mário foi um momento muito importante, não somente pelo evento em si, mas, também pela visibilidade que ele trouxe à CCD como organização – tendo aparecido em jornais impressos e redes locais de televisão – além de ter atendido aos interesses que se articulam na organização.

Todo mundo quer um lugar melhor pra se viver. Todo mundo quer experimentar a cidade. Sabe? Por isso que a gente acaba indo muito pra rua. Esse amor pela rua, acho que é algo que soma aí bastante também. Apesar de a gente tá falando do digital... (Excerto de entrevista com Amanda em 7 de março de 2013).

O bloco foi uma forma encontrada de “ir à rua”, oposta aos momentos em que seus membros devem estar em seus trabalhos formais. Nascido de sociabilidades (SIMMEL, 1949), organizado no ciberespaço (LÉVY, 1999) e concretizado na rua - onde a sociabilidade também aparece situada no urbano (FRÚGOLI, 1949) - o bloco revela práticas antigas de se viver em sociedade, de sociabilizar, porém, ressignificadas como uma forma resistir à rotina e ao ritmo da cidade grande, impessoal e *blasé* (SIMMEL, 2005a), como diz Luiz:

E a fulana de tal, produtora cultural, ela disse: coisa maravilhosa tu andar num bloco de carnaval num domingo, no centro e ver essa arquitetura. Ninguém vem pra cá. E durante a semana com o fuzuê que tem na Andradas, tu não olha pro prédio e vê a arquitetura. Sabe? Então assim ó... tu começa a ressignificar a situação. Eu duvido que qualquer um que tenha passado pelo bloco ali, que tenha gostado ou não, não vá se lembrar, quando passar ali, ou que passar num outro dia mais calmo ali, que ele não vá olhar, que ele não vai lembrar dessa situação. Todo o portoalegrense ocupa a Redenção, mas tu começa a ressignificar teu sentimento com aquele lugar. Por isso que eu sempre uso a reocupação, o ressignificado, porque é diferente, é uma nova experiência. E a palavra experiência é muito importante. Eu entendo muito que quando a gente vai pra rua e tem uma nova experiência na rua, aí tu tem essa relação, que eu digo, mais essa história da experiência. Ninguém mais aguenta mais ter as mesmas experiências, a rotina, ninguém gosta de rotina. Se tu for ver, paira uma nuvem sobre a palavra rotina. Rotina é ruim, desgasta, gera stress, gera ataque cardíaco, a rotina tá muito ligada a isso. Vem isso primeiro na mente, não que seja, mas vem primeiro como uma reação. Quando tu tem uma experiência nova. Tu passa todo o dia pela Andradas, mas tu não passa todo o dia pela Andradas com um bloco de carnaval. Sabe? [...] Isso dá outra experiência e dá uma outra perspectiva de vida. Tu não te sente mais protagonista da tua cidade? Eu me sinto mais protagonista da minha cidade (Excerto de Entrevista com Luiz em 8 de março de 2013).

Porém, o fato de a cultura digital – por meio do ciberespaço - aparecer como um elemento organizador das atividades, tão somente, suscitou dúvidas e conflitos acerca das razões pelas quais a CCD deveria fazer este tipo de intervenção. *A priori*, a relação do bloco de carnaval com a temática da cultura digital não foi pensada por quem a propôs.

O entendimento sobre a cultura digital a partir deste evento advém *a posteriori*, como uma racionalização dos acontecimentos à luz dos conceitos que norteiam a CCD. Porém, tendo em vista a forma e as discussões que criaram o

evento, bem como sua condução, este se pautou mais pela vontade de “estar-junto” com mais pessoas, no espaço público, promovendo uma festa, do que um objetivo consolidado de propagação dos entendimentos sobre a cibercultura.

Tanto quanto a forma de organização do bloco de carnaval em si, este entendimento é fundamental para compreensão da CCD, uma vez que a vinculação com a cultura digital, muitas vezes, se dá posteriormente. Quando questionada sobre como se deu a criação deste bloco de carnaval, Júlia responde de forma espontânea:

Olha o Passarinho do Mário acho que foi uma coisa do tipo, “ah, tão acontecendo vários blocos na cidade, vamos criar o nosso também?” Alguém fala isso e tem alguém do lado escutando e fala “ah, então vamos”. Aí o outro concordou né (risos) e você fala, “pronto já temos um projeto”. [...] É sempre alguém lançando a ideia e alguém falando “olha que legal”. (Excerto de entrevista com Júlia em 11 de março de 2013).

Logo após a realização do bloco, discutia-se bastante o que é a cultura digital e o que ela significa para a CCD. Em outras palavras, onde se poderia enxergar a cultura digital nos eventos que a CCD promovia? O que o bloco de carnaval teria a ver com o mote da organização? Esses debates aconteciam também antes de janeiro – quando eu não estava presente – e, segundo relatos que obtive em entrevistas, normalmente ocorriam de modo muito conflituoso.

A gente tá debatendo isso muito. Justamente por causa dessa reunião de posicionamento da CCD, porque a gente tem que criar filtros que digam isso é um projeto que tem o DNA CCD só que como a gente não tem esse DNA definido, as coisas vão se perdendo. Ahm... não sei guria, eu acho que ele não teve o viés de cultura digital, mas ele teve mobilização, então, fez sentido ser a CCD que endossou (Excerto de entrevista com Heloísa em 17 de março de 2013).

E essa é uma coisa que também é uma divergência...não é divergência, mas assim eu fico toda a hora levando isso pra galera: pessoal, a CCD não é uma produtora de eventos. Não é. Se liguem. Acho muito bacana os eventos, acho que tem que ter os eventos da CCD, São Paulo faz a mesma coisa, acho muito legal, mas a minha percepção.... e por isso eu pergunto assim por que a gente tá fazendo esse evento? Qual é o link desse evento com a CCD? Por que a gente tá fazendo isso? [...] Porque essa pergunta vai surgir (Excerto de entrevista com Amanda em 7 de março de 2013).

Bruno relata-me mais tarde que, em sua opinião, o bloco participa de uma distensão dos conflitos da cidade além de representar a cultura digital sendo colocada no cotidiano urbano.

O bloco não participa dessa tensão. Muito pelo contrário, ele participa de um distensionamento da cidade. E é isso, entendeu? Só que ele só pode existir mesmo... esse agendamento das pessoas do bloco e irem ao bloco, por causa do meio digital. Porque o meio digital tá lá te dizendo no *Facebook* sobre o evento que tu tem nesse final de semana. E ele tá te agendando, só que ele faz isso baseado num algoritmo que diz que esse agendamento é melhor que o encontro de cartazes da RBS³⁵ entendeu? Tu pode ter sido convidado pelos dois, mas ele vai perceber. Só o meio digital permite essas coisas, porque ele vai calcular isso. Se usasse os meios analógicos normais de comunicação, não permitiria isso. Então, sim, um bloco tem muito a ver com a cultura digital (Excerto de Entrevista com Bruno em 5 de dezembro de 2013).

O que Bruno descreve remete à distensão que Maffesoli (2011) aponta, quando há uma desestabilização da razão moderna por meio de atividades lúdicas. O distensionamento da cidade é uma alteração de “ritmos” (SIMMEL, 2011) que, entretanto, no caso do bloco, ocorreu apenas em certo espaço-tempo. Faz parte da vida moderna da cidade grande, a sobreposição de ritmos e estilos de vida (SIMMEL, 2005a). Desse modo, o distensionamento e a relativa “resistência” que subjaz na ação bloco não produz rompimentos, mas apenas sobreposições.

As opiniões dos membros da CCD sobre o bloco não convergem para o mesmo lado. Alguns enxergam a cultura digital imbricada no fazer deste evento, outros não. Leandro, por sua vez, percebe, posteriormente, o bloco de carnaval como uma forma de aplicar, na prática cotidiana urbana, os conceitos de cultura digital, como *Copyleft* e *Hacker*.

A gente pode falar de cultura digital e pode entrar no escopo da ocupação das ruas que é uma coisa muito, tem sido trabalhado desde muito tempo, mas esse termo de ocupação tem ganhado repercussão em função dos abusos que algumas prefeituras e algumas questões tem feito com áreas da cidade, e tem ignorado completamente as pessoas que tem ido pras ruas por ter seus espaços públicos. E que sejam públicos mesmo, não sejam privatizados. Continuem sendo públicos. Isso é uma forma de ativismo nas ruas que de alguma forma se liga também à cultura digital também porque, não só pela questão da contracultura, mas também porque as ferramentas que foram utilizadas para as ocupações passam muito pela *Internet*, pelo *Twitter*, pelo *Facebook*, mas por outras formas também. Então é um lado que a própria cultura *copyleft*, da cidade *copyleft* de ser aberta, das pessoas poderem usar, remixarem e *hackearem* pra diversos usos. Isso é uma adaptação da cultura livre pra dentro da cidade. Então acho que é onde o gancho da ocupação também entra na cultura digital. (Excerto de entrevista com Leandro em 19 de novembro de 2013).

³⁵ Empresa riograndense de comunicações via jornal, televisão e rádio.

O *hackeamento* da cidade, nesse sentido, representa uma contraposição da norma instituída. À luz de Lemos (2013, p. 84) trata-se de interações “baseadas não na homogeneização ou na institucionalização e racionalização da vida, mas no ambiente imaginário, passional [...]”.

Independentemente dos variados discursos sobre a cibercultura e das diferentes significações que o bloco assume, sua concretização revela as maneiras pelas quais a CCD realiza seus eventos. A importância do bloco para os objetivos do presente trabalho é revelar formas de sociação que constituem e mantêm a CCD. Uma delas é a sociabilidade, na medida em que, em partes, origina os eventos e permeia sua realização, tanto ciberespaço, quanto no espaço público.

Também se articulam, em seu cotidiano, conflitos que mantêm as pessoas juntas em interação. Há, portanto, um jogo de formas intercalando-se - entre sociabilidades e conflitos – que, para além da interação em si mesma, mostra que a CCD pretende preservar algumas peculiaridades em sua forma de se organizar. Uma delas, e bastante importante, é a relação dúbia com o dinheiro – algo que em si mesmo é dúbio para Simmel (2005c).

O olha o passarinho do Mário foi a prova cabal de que a gente consegue fazer o que a gente quiser, com dinheiro ou sem dinheiro. Foi esse o significado do passarinho do Mário pra nós (Entrevista com Laura em 10 de março).

Ao final do período de realização do bloco de carnaval, algumas preocupações sobressaíam no cotidiano da CCD, pautando as entrevistas que realizei em março. Uma delas era a relação de seus eventos com a cibercultura, e, outra, a maneira pela qual a CCD organizava-se, aspectos esses que levaram o grupo a um conflito (SIMMEL, 1904). Trata-se do conflito mais preponderante até então.

6.2 O CONFLITO E A FILOSOFIA DO DINHEIRO

Logo após a realização das primeiras entrevistas, ausentei-me da organização, durante o mês de abril, tendo em vista a construção do projeto de dissertação, apresentado em maio de 2013. Portanto, o episódio deste item foi explorado com base em entrevistas e relatos posteriores, não a partir de minha vivência com a observação participante. Durante os meses de janeiro e fevereiro, uma das principais pessoas da CCD ao longo de 2012 ausentara-se: Valter, que estava em São Paulo. Em alguns momentos, Valter voltava a Porto Alegre, mas retornava a São Paulo na intenção de estabelecer-se definitivamente naquela cidade. Ele tivera um papel fundamental na criação da CCD, como expus no início deste trabalho, e nos dois eventos anteriores ao bloco de carnaval, que ocorreram em 2012, ambos concretizados na rua: *Cavalete Parade* e *24 horas*.

Tais eventos expuseram conflitos (SIMMEL, 1904) no grupo que viriam a ser resolvidos apenas no ano seguinte, em 2013. Na opinião daqueles que estavam presentes nos conflitos que ocorreram em abril de 2013, Valter tinha interesses que não eram compatíveis com o que os demais pensavam sobre a forma de organizar a CCD.

Tinha muito atrito, sabe? Tinha uma certa tensão de ideias entendeu? Tu já via ansiedade do Valter muito forte entendeu? E aí um dia eu propus um almoço, uma janta aqui em casa e isso tipo já na terceira semana. Tava eu o Luiz, a Heloísa e o Valter. Ele me olhou assim e disse “não”. Tipo ele não tinha relação e isso que fez ele sair no final das contas, não tem uma relação pessoal com as pessoas. Velho, ninguém mais quer trabalhar com alguém que não dê um bom dia de verdade. Oi, tudo bem de verdade. Tá todo mundo cansado de ir pro trabalho e ter que dizer oi, tudo bem? Tudo, tudo bem, tudo? Tudo sim, tudo bem, tudo, mas não tá tudo bem naquele dia entendeu? E tu não fala, porque a relação é impessoal. Mas se é na CCD hoje tu chega, bá não tá bem hoje, minha mãe tá me enchendo o saco no carro, e tu fala porque tu tem personalidade. As pessoas não querem mais isso. E a CCD é reflexo disso, dessa cultura. Essa é a Cultura Digital, essa é a cultura digital no âmbito de trabalho, de emprego né. Então, o afastamento foi acontecendo e como vai acontecendo os aprochegos, porque o Luiz queria fazer a janta. Estamos eu e o Luiz aí convivendo até hoje. O Luiz quis descer e tomar uma ceva comigo junto com a Laura. [...] Então, a questão é muito mais pessoal, se tu for ver por um lado é pessoal no sentido de permitir se relacionar pessoalmente com alguém. Tu pode ser chato, mas se tu permite as pessoas se relacionarem a ponto das pessoas dizerem “mas tu é chato!” E tu mantém, tá ligado? É isso, é permitir isso. E o Valter... tu não percebe isso nele (Excerto de entrevista com Bruno em 5 de dezembro de 2013).

A vontade de concretizar relações mais pessoalizadas, menos hierárquicas e mais abertas à criatividade das pessoas, passava pela questão do dinheiro e por algumas decorrências disso como: a necessidade de se formalizar, de estruturar processos e de reorganizar a CCD. Valter gostaria de rentabilizar a organização, de forma que ela sustentasse financeiramente seus membros para que pudessem dedicar-se integralmente à CCD. Na visão dos demais, isso fez com que pouco a pouco as relações parecessem mais hierarquizadas e centralizadas do que deveriam.

O conflito exposto em uma dualidade, como aponta Simmel (1904), neste caso, está representado no fato de ganhar ou não ganhar dinheiro com a CCD, juntamente com todas as decorrências que esta escolha acarreta. A discussão desses aspectos provocava brigas entre os membros, de modo que alguns se afastaram temporariamente da CCD.

Aí começava uma discussão, aí começava a gritar, era gritado. Aí eu simplesmente peguei meu computador e fui pro corredor, dei um tempo, voltei pra reunião. Guria, até então eu tava odiando qualquer reunião da CCD. Era sempre briga (Excerto de entrevista com Amanda em 7 de março de 2013).

Ele, sei lá, era uma maneira de sugerir, mas impondo o que ele queria fazer sabe? Então, a CCD era um reflexo dos desejos dele. Dos desejos profissionais dele. E a gente não se sentia confortável e não sabia o que tava incomodando e era isso. Quando ele saiu, a gente conseguiu identificar. Não tinha mais hierarquia, porque eu queria saber a opinião do outro, outro, do outro, todo mundo tinha, eram interesses mútuos. Todo mundo queria ouvir todo mundo e entrar em consenso. Tinha eleição, o que tu acha? E antes não havia essa democracia, sabe? (Excerto de entrevista com Antônia em 9 de novembro de 2013).

Em determinado momento, não satisfeitos com a forma de organização da CCD, todos eles reuniram-se um dia na sala para conversar à distância com Valter sobre aquilo que estava incomodando os demais membros da CCD. Segundo relatos posteriores, todas essas conversas foram muito conflituosas, mas importantes para a continuidade do grupo. O que incomodava era a preocupação exacerbada de Valter com a rentabilização, que provocava a criação de uma forma organizacional hierárquica, vertical de comando, oposta àquilo a que se propunha ser a CCD.

Isso foi o que causou o principal desentendimento até hoje da CCD, foi justamente que enfim, o Valter veio pra cá achando que a CCD poderia ser um tipo de coletivo que se viabilizaria e pagar as pessoas pra trabalhar com

elas. Pagar trabalhadores. Só que com o tempo eu acho que foi se revelando que era o único que acreditava nisso, das pessoas que trabalhavam na CCD que faziam parte e que fazem parte ainda hoje, porque não é uma coisa fácil de sobreviver. O fato de a gente não ter dinheiro e fazer as coisas sem dinheiro talvez seja visto mais como qualidade do que como defeito assim. Num primeiro momento. Porque a gente consegue fazer um monte de coisa que diversas empresas não conseguem fazer e sem colocar nenhuma grana nisso. A gente faz porque gosta e por não ter grana. Acho que a gente consegue agregar mais pessoas e passar mais credibilidade nos nossos eventos e oficinas e tudo mais. [...] Não tinha o mesmo perfil nosso assim, ele tinha essa ideia de querer lucrar, querer se aproveitar das ideias para ganhar dinheiro né. Era uma ideia que parecia que não fechava comigo nem com a maior parte da CCD. A gente não tava ali pra ganhar dinheiro, mas o Valter via assim. Então quando eu cheguei, tinha muitas divergências por causa disso. E ele também não sabia trabalhar de forma colaborativa, queria meio que ser chefe, assim. Não tem porque ali ele quer ser chefe dos outros, somente porque ele quer (Excerto de entrevista com Leandro em 19 de novembro de 2013).

Sendo assim, é necessário que outros sejam os espaços que lhes sustentem financeiramente, dado que o papel que a maior parte do grupo vê na CCD não é a de rentabilização. Não significa que como um todo o dinheiro esteja excluído, dada a impossibilidade disto acontecer, mas que existe um esforço em “formatar” a CCD para atender a alguns interesses. Porém, esse fato também revela algumas angústias:

A gente só não faz e se foca mais na CCD porque a gente precisa pagar conta. Então assim ó, o processo é bem complicado. A gente não se envolve mais porque tem que fazer outros projetos que paguem a conta. Ao mesmo tempo a gente não pode largar esses projetos pra se focar na CCD que poderia trazer uma remuneração pra gente porque as coisas são imediatas. Eu preciso pagar meu aluguel amanhã. Tipo, não posso parar, ah que lindo agora eu vou ficar na CCD um ano. Não dá entendeu? É uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo em que a gente não tem tempo pra se focar, sabe?... tu não consegue largar um osso pelo outro. É uma sinuca de bico. E tu fala com todo mundo e todo mundo gostaria de ficar fazendo sempre isso. Em todos os coletivos, todos passam por isso. (Excerto de entrevista com Amanda em 7 de março de 2013).

De acordo com Simmel (2011), não há nenhum símbolo mais claro para o caráter de absoluto movimento do mundo, entre proximidades e afastamentos, do que o dinheiro. Há momentos em que as pessoas estão mais afastadas ou mais próximas, dependendo de sua dedicação à CCD. Tais afastamentos e proximidades podem ser vistos tanto do ponto de vista da mobilidade das pessoas – indo e vindo – quando da organização em si, simbolicamente, indo e vindo da vida das pessoas. Normalmente, tais afastamentos ocorrem em função do dinheiro em sua presença ou falta.

Para a CCD, o dinheiro é diretamente associado a um tipo de relação que a maioria dos membros não deseja cultivar; ao menos, não naquele espaço. Assim, não é materialmente a presença ou ausência dele que importa, mas a tentativa de criar uma “forma” de ser e estar com os outros informada por pressupostos diferentes de empresas ou mesmo outras organizações sem-fins lucrativos. Esta rejeição – ou resistência – é relativa, em verdade, a uma forma de organizar-se e de trabalhar centralizadora e hierárquica que Valter assumia, na opinião dos demais. Após sua saída, o interesse completamente oposto se manifesta em comparação ao mundo empresarial:

Nós não temos regras. Não há nenhuma regra, na verdade. Nada, nada. Porque assim, cada projeto que acontece, ele acontece de uma forma diferente [...]. É assim que funciona e funciona bem. Não adianta trazer regras de empresa aqui porque não funciona (Excerto de entrevista com Júlia em 11 de março de 2013).

Muito embora Júlia reitere a inexistência de regras, existem padrões não-ditos de comportamento que guiam a CCD, muito embora não sejam encarados como regras. No limite, a determinação de não ter regras é em si mesma um imperativo, apenas invertido em relação a outros espaços pontuados em seus discursos.

Se toda relação entre os homens consiste de elementos de aproximação e elementos de distância (SIMMEL, 2011), na objetivação do dinheiro pode-se enxergar o mesmo. O dinheiro ordena o tempo e o espaço (SIMMEL, 2011) e, portanto, na medida em que há uma tentativa de não torná-lo o elemento mais preponderante das interações na CCD, há também uma reordenação que demonstra a intenção de pessoalizar, de aproximar esse círculo de pessoas e de produzir um tempo e espaço onde o estilo de vida moderno monetarizado não se sobressaia. Implícito na monetarização das relações, para Simmel (2011), está um ritmo característico deste estilo de vida acelerado que socializa os homens como estranhos (WAIZBORT, 2000). Ou seja, pode-se interpretar que, ao desmonetarizar a CCD, pretende-se alterar este ritmo que se expressa, principalmente, nas teias de relações cotidianas – as quais estão aqui invertidas em relação aos outros ambientes onde o dinheiro é o nivelador das interações.

Acho que hoje a gente tem uma aversão ao dinheiro, pela forma como ele é hoje. À forma como o dinheiro é conduzido hoje nessas relações, entendeu? [...] A CCD não tem que ser rentabilizada. Projetos dentro da CCD sim. Agora

estar dentro da CCD não deve rentabilizar ninguém. Nada. Muito pelo contrário, pra ti estar dentro da CCD tem que ter custos (Excerto de entrevista com Bruno em 5 de dezembro de 2013).

Cumpra, assim, questionar: por que a aversão ao dinheiro na CCD e não em outros ambientes? Dada a realidade de uma sociedade moderno-contemporânea (VELHO, 2003), não se pode dizer que exista uma aversão completa a este símbolo. Assim, a questão que se coloca não é em si mesma relativa ao dinheiro materialmente, mas simbolicamente: o porquê da objetivação de uma forma organizacional como essa, dado que haveria possibilidades de a CCD rentabilizar-se.

Deve-se fazer referência a Simmel (2013), já que em sua Filosofia do Dinheiro, entende-se que o caráter *blasé* de uma sociedade está vinculado à preponderância da monetarização das relações. Na medida em que existe um denominador comum das relações, um equivalente para as pluralidades, um fator de impessoalização, as individualidades reduzem-se frente a este elemento (SIMMEL, 2005c). A atitude *blasé*, além de ser um resguardo psíquico em face da multiplicidade das metrópoles (SIMMEL, 2005a), manifesta-se nas relações demasiadamente niveladas pelo dinheiro, pois, neste caso, as genuínas individualidades não teriam espaço de expressão.

Quando Bruno pontuou, em entrevista, que as pessoas não estão mais interessadas em relações superficiais e impessoais; quando Luiz ressalta que o bloco de carnaval produziu uma nova experiência com o espaço público; e, quando Leandro aponta que seu interesse é por relações não-hierárquicas, tudo isso, em consonância, faz com que possamos interpretar o episódio conflituoso da CCD como a tentativa de objetivação de um “estilo de vida” (SCHUTZ, 2012) diferente, na forma de uma organização. Para que este estilo concretize-se, foi necessário o afastamento de uma pessoa representando o afastamento de um elemento bastante concreto e a objetivação de uma forma organizacional em que o dinheiro não opere como nivelador das relações sociais.

Desse modo, se o que está “lá fora” é um bastião da individualidade, “aqui dentro” haveria um bastião da coletividade, do estar-junto e das experiências festivas, lúdicas, pessoalizadas pautadas por uma razão sensível (MAFFESOLI, 2010a; 2010b; 2003a, 1998) – tal qual mostrou o bloco de carnaval. Se “fora”

encontra-se o ambiente competitivo, “dentro da casa” haveria cooperação. Com frequência, este modo de ser é reiterado em seus discursos:

Esse ambiente corporativo competitivo, essa lógica desses caras não me serve. Eu não vou ir pra ser um cãozinho de guarda desses caras. Eu quero... e vamos combinar eu acho que a gente tá numa época que a gente nunca teve tantas possibilidades de criar e de fazer coisas diferentes. Absolutamente diferentes da área que a gente trabalha (Excerto de entrevista com Rodrigo em 22 de outubro de 2013).

A relação com dinheiro na CCD é dúbia. De um lado, não se quer a CCD como fonte de renda única; de outro, ele é necessário para efetuar algumas atividades. Em 2012, a CCD estabeleceu um “caixinha” em que cada um contribuía mensalmente para suprir gastos, como em associações sem fins lucrativos. Em 2013, a CCD também foi paga para realizar determinados eventos, o que não se reverteu para seus integrantes, mas para eventos futuros.

Aí surgiu a ideia do Valter do Festival 24 horas, era pra ser um grande festival que conseguisse pôr grana na CCD. Era isso. A desculpa...o grande nascimento do festival foi para injetar dinheiro e ser sustentável. Até porque também era uma preocupação muito grande que vinha da parte dele, como vamos ser sustentáveis? Ao contrário da Heloísa, por exemplo, que dizia que a gente não ia ganhar dinheiro com isso e que a gente tinha que ter outras formas de trabalho. E também. E da Antônia também que entendeu que seria uma casa que a gente teria que pagar pra fazer parte. E eu sempre defendi uma postura que isso³⁶ era em São Paulo. Aqui em Porto Alegre pode ser completamente diferente. Pode ser um espaço público que todo mundo entre, não pague nada, e como vai ser sustentável eu não sei, mas vamos tentar, vamos ver como vai o nosso modelo aqui (Excerto de entrevista com Luiz em 8 de março de 2013).

O receio de que a CCD seja fonte de renda preponderante revela o medo de que a organização não se preste mais à expressão da criatividade, individualidades e sociabilidades que nela ocorrem. Nela, há liberdade para realizar um bloco de carnaval de última hora, bem como outros eventos explorados adiante. No momento em que a forma de estar junto muda, também se modificam as liberdades possíveis.

Esses conteúdos se revestem de princípios da cultura digital. Tal qual no imaginário *cyberpunk*³⁷ em que a ideia do “faça você mesmo” permeia suas práticas e discursos (LEMOS, 2013), na CCD, este lema é ressignificado com a questão do dinheiro:

³⁶ “Isso” faz referência à forma de ser da CCD em São Paulo: formada por empresas da área de comunicação e tecnologia.

³⁷ Ver glossário.

É muito da cultura *hacker*, **faça você mesmo**. Você não tem dinheiro, não tem condições, mas pode fazer. A gente tá dentro do bloco com esse espírito da cultura *hacker* e eu acho que tem que estar dentro da CCD assim. E eu acho que de alguma forma tá porque a gente faz isso. Ou *do it together*³⁸ (Excerto de entrevista com Leandro em 19 de novembro de 2013).

Voltando um pouco no tempo, a CCD foi criada a partir de relações de sociabilidade e continua acontecendo desse modo. Essas relações que se estendem para fora de seus espaços agregam pessoas conhecidas e desconhecidas que integram esforços momentaneamente. Portanto, dado que a CCD não se rentabiliza completamente, nem seus participantes – até o momento atual – esta economia do dom (RHEINGOLD, 1993) e os laços de reciprocidade (MAUSS, 2003) são elementos que permitem a CCD existir e realizar suas atividades. Em muitos momentos, ouvi na CCD que seu maior capital são as relações que possibilitam articular grupos e pessoas.

Essa **forma** “sem regras”, com todas as ressalvas possíveis, e o modo movediço de ser, por mais que mantido intencionalmente assim, causa outros conflitos que leva o grupo a continuamente “discutir a relação”.

6.3 OS CONFLITOS DAS INDEFINIÇÕES DA CCD: DISCUTINDO A RELAÇÃO

As definições e indefinições da CCD podem ser representadas por um evento que se constituiu na forma de um conflito: o Cineclube. Trata-se de uma série de sessões de filmes com discussões sobre cultura digital. Esta série de filmes foi apresentada no evento chamado *Conexões Globais* - realizado em junho de 2013, em Porto Alegre - com algumas temáticas, por exemplo: um documentário sobre o grupo *The Pirate Bay*³⁹; outro sobre os crimes realizados por grandes conglomerados que controlam *copyrights*; um terceiro, sobre a prática do *remix* (ou *hackeamento*) no campo da música e das artes. Assim, antes da realização do primeiro Cineclube, Amanda comentava em entrevista:

³⁸ Em português: faça isso junto.

³⁹ Grupo sueco que disponibiliza arquivos de músicas e de filmes pela internet para que sejam feitos *downloads*. Fonte de grandes controvérsias jurídicas, este grupo segue sendo perseguido nos lugares onde instala seus servidores.

No sentido que vão ser exibidos filmes que tratam de *copyleft*, que tratam de compartilhamento, *peer-to-peer* sabe? Temas da cultura digital, assim. Apesar de eu achar que cultura digital abarca tudo, não só diretamente relacionado com ferramentas, eu acho importante falar sobre isso assim. Sabe? Acho que a gente por levantar essa bandeira da cultura digital, acho que a gente tem que discutir, a gente tem que debater, tem que levar o assunto adiante. Sabe? Quem é que tá falando sobre *copyleft* em POA? Quem tá falando sobre *creative commons*? ⁴⁰(Excerto de entrevista com Amanda em 7 de março de 2013).

Todos os filmes apresentados seguiam um enfoque bastante parecido de temáticas voltadas à cultura digital, os quais seguiriam sendo realizados durante o ano de 2013, até o momento de uma reunião em que o formato do Cineclubes foi questionado.

Júlia comentara por *Facebook*, ao final do mês de maio, que seria bom se a CCD voltasse a realizar reuniões de *status* de projetos como aquelas que eram realizadas em janeiro. Em menos de cinco minutos, aproximadamente seis pessoas manifestaram-se concordando com a sugestão. Algumas pessoas disseram que poderiam comparecer e outras que não, de modo que foi marcada a reunião para o dia seguinte, em 21 de maio na sala da CCD.

Luana, a nova integrante, estava começando a participar das reuniões naquele dia. Ela soubera da existência da CCD a partir de um amigo seu que era amigo de Luiz, ou seja, a partir de uma rede de relações que se estende para além da organização. Com isso, Luana veio em alguns eventos e começou a aproximar-se do grupo. Neste dia, ela participava de sua primeira reunião e Júlia, por sua vez, dizia que estavam precisando de *designers*, caso ela quisesse integrar a equipe. Luana, portanto, iria criar “as artes” para o Cineclubes: imagens de divulgação para o *Facebook* relativas aos filmes que seriam mostrados no evento *Conexões Globais*.

Tornou-se algo corrente fazer café quando estávamos na CCD, em reunião, ou apenas ocupando o local conversando, de modo que, quando mais pessoas chegaram, Júlia ligou a cafeteira para tomarmos café enquanto conversávamos. Heloísa desculpava-se por não poder estar presente fisicamente, mas dizia que virtualmente sabia de tudo que estava acontecendo: “o tempo pra eu me deslocar fisicamente é demais” (Excerto de diário de campo em 21 de maio de 2013).

Nesse momento, o ciberespaço atua como um articulador entre as proximidades e distâncias no cotidiano da organização. Dado que não são todos os

⁴⁰ Ver glossário.

membros que podem estar ao mesmo tempo juntos em todas as ocasiões, a categoria “virtual” (LÉVY, 1996) é entendida como uma possibilidade de aproximação de elementos afastados ou não-presentes. Assim, discutia-se, naquele momento, a linha tênue entre estar *online* e estar *offline*, uma vez que estar somente *online* implicava estabelecer um tipo de “estar-junto” (MAFFESOLI, 2010b) diferente, condicionado às limitações do ciberespaço.

Heloísa disse que havia ficado muito preocupada com a condução de alguns eventos rapidamente criados e planejados, porque “vocês surgiram com um evento assim do nada” (Excerto de diário de campo em 21 de maio de 2013), dizia ela referindo-se ao Dia da Cultura Livre ⁴¹. Heloísa dizia na ocasião que estava com planejamento *feelings* ⁴² e parecia ter uma preocupação maior com este aspecto do que os demais presentes na reunião. Por várias vezes, ela perguntara sobre a pauta da reunião, mas esta não existia. Ninguém havia preparado uma pauta para a reunião.

Luiz chegou quando começávamos a discutir quem da CCD estaria presente para acompanhar o andamento do Cineclubes durante o evento Conexões Globais, ao que Heloísa sugeriu que esse tópico fosse resolvido pela *Internet*, para não “gastarmos” tempo da reunião. Júlia questionou se eu poderia estar presente também acompanhando as atividades, e eu disse que sim. Porém, como todos concordam com a proposta de Heloísa sobre destinar esse tópico para o *Facebook*, os assuntos foram se modificando até que, novamente, tal qual na primeira reunião que participei da CCD, retomou-se o tema sobre o que é sua “unidade”. Heloísa comentava que sentia falta de algo que as pessoas compartilhassem de forma igual sobre a CCD, “algo como uma marca” (Excerto de diário de campo em 21 de maio de 2013). Leandro, por sua vez, discordava que uma “marca” fosse necessária, principalmente pelo aspecto empresarial que isso conferiria à CCD.

A sugestão de Heloísa era, então, realizar um “dia de planejamento”, em que a CCD poderia permanecer o dia inteiro pensando sobre tais questões. “Mas onde?” alguém questionou. Um tempo sem resposta permaneceu, pois eles gostariam de cozinhar e isso não poderia ser feito na sala da CCD. Como ninguém respondeu

⁴¹ Evento realizado em maio na CCD, abordado no capítulo 8.

⁴² Na *Internet*, comumente se utiliza a expressão em inglês “*feelings*” (sentimentos, em português) acompanhada do símbolo cerquilha (#) para representar algo que a pessoa está fazendo, interessada em fazer ou sentindo. Neste caso, Heloísa queria planejar melhor o evento que aconteceria.

nada, ofereci minha casa, se quisessem utilizar para realizar a reunião. Aparentemente todos aceitaram a ideia e ficou decidido assim.

Heloísa continuou, então, dizendo que a falta de uma identidade clara é um problema para convidar novas pessoas, pois eles não saberiam como introduzi-los na CCD. Ela comentou, então, sobre meu artigo – o qual eu havia dito que iria apresentar no dia do planejamento – dizendo que havia alguém ali que estava estudando a CCD e poderia ajudar nisso. Vi-me numa encruzilhada, pois não poderia dizer àquele momento que tinha uma resposta concreta para isso. Disse, então, que talvez o próprio fato de não existir uma identidade clara seja uma característica que represente a CCD.

A conversa continuava e Heloísa acreditava ser importante discutir esse assunto, pois ela não sabe se a “pilha” que hoje as pessoas têm em fazer os eventos irá continuar no ano que vem e, nesse sentido, seria interessante fazer um planejamento do ano para que as pessoas conseguissem se organizar Júlia, Leandro, Rodrigo, Luana e Luiz, que estavam na reunião, também concordaram que isso fosse discutido em um momento de planejamento a ser realizado no mês seguinte.

Laura, que se afastara da CCD para finalizar seu doutorado - e assim permanecera até o final de meu período de pesquisa – chegara à reunião trazendo vinho e cerveja. Ela sentou-se conosco e ofereceu-nos vinho e cerveja, ao que todos pegaram algum copo e aceitaram. A pauta seguia em frente e a oportunidade de participar de um edital enfrentava problemas na CCD, dado que a organização não é formalizada. “Pois é, voltamos a pensar na formalização depois disso, porque não podemos participar desse projeto sem isso – disse Júlia” (Excerto de diário de campo em 21 de maio de 2013).

Algumas pautas seguiram ainda até que Heloísa e Rodrigo foram embora, pois tinham outros compromissos. A reunião continuou, com vinho e cerveja, enquanto estávamos sentados em volta da mesa. O rumo da conversa modificou completamente quando Luiz levantou a questão de que, em sua opinião, o Cineclube estava muito elitista. “Elitista? Cara não entendo isso – disse Leandro” (Excerto de diário de campo em 21 de maio de 2013). Júlia entendia que não se trata de elitismo, mas da formação de um grupo mais seletivo e interessado em temas da cibercultura.

Uma intensa discussão se seguiu e o conflito acirrado de opiniões pautou o resto da noite que começou a ficar bastante cansativa para quem estava ali. Luiz argumentava que os Cineclubes com temáticas de *hardware* e *software* como Arduíno ⁴³, por exemplo, eram assuntos muito específicos que não atingiam grande parte da população e, portanto, não colaboravam tanto para disseminação da cultura digital. Luiz entendia que era necessário abrir o espectro de opções de filmes de modo a incluir mais tipos de pessoas. “Por que não mostramos um filme LGBT?” ⁴⁴ (Excerto de diário de campo em 21 de maio de 2013).

Leandro dizia que considerava este um assunto excelente, porém, alguém deveria assumir a responsabilidade por essa tarefa. Júlia buscava apaziguar os ânimos dizendo que não é possível fazer tudo ao mesmo tempo e que poucos Cineclubes foram realizados até então para ter tantas críticas. Mesmo assim, o conflito retornava ao ponto inicial, às mesmas questões que deram início às discussões. Luiz achava necessário discutir que tipo de público a CCD gostaria de atingir: se é mesmo um público elitista como o atual que participava dos Cineclubes. Os ânimos acirravam-se de novo e eu comentara que talvez fosse uma boa ideia levar a discussão para o tal dia do planejamento que aconteceria em breve. Todos concordaram, porém, a discussão reiniciou quando Laura disse que viu o cartaz do último Cineclube pelo *Facebook* – sobre Arduíno - e resolveu não vir porque não entendeu nada. Isso, por sua vez, “apimentou” mais ainda a discussão que seguiu por bastante tempo. Não havia mais vinho nem cervejas, de modo que as pessoas começavam a ficar irritadas e a retomar eventos do passado.

“Qual a relação de um Cineclube LGBT com a cultura digital? – questionou Júlia a Luiz” (Excerto de diário de campo em 21 de maio de 2013). Luiz disse, então, que entende que as duas temáticas são oriundas da contracultura, uma vez que ele compreende a cultura digital como um comportamento contracultural – visão essa explorada por Lemos (2013). Por outro lado, Leandro e Júlia viam a cultura digital associada aos elementos do digital, necessariamente, perpassando o ciberespaço. Laura voltava à questão de que os Cineclubes estavam muito elitistas, algo que nem Júlia, nem Leandro concordavam.

Esse episódio é apenas um exemplo do que se costuma chamar na CCD de “DR” (Discussão da Relação), algo muito comum para representar discussões em

⁴³ Ver glossário.

⁴⁴ Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis.

relacionamentos amorosos que, na CCD, é ressignificado quando se discute sua definição, o dinheiro ou as formalizações: três tópicos que iniciam conflitos.

Acho que a gente meio que adora DR, sabe? Discute a relação, discute, discute... mas na medida certa, assim (Excerto de entrevista com Antônia em 9 de novembro de 2013).

A gente tá sempre discutindo a relação. Sempre discutindo a nossa forma de se organizar. É uma coisa assim muito louca – dizia Júlia no bar em que estávamos naquela noite, dando ao entender que este é um ponto positivo da CCD (Excerto de diário de campo em 3 de dezembro de 2013).

A discussão já se tornava circular e retornava sobre os pontos que anteriormente já haviam sido esclarecidos e discutidos. Mantinha-se a forma da discussão, a forma do conflito, em si mesma neste momento (SIMMEL, 1904). A reunião chegara ao ponto em que as motivações já haviam transcendido para uma forma de interação que estava mantendo-se por si somente. O “estar-junto” (MAFFESOLI, 2010b), nesse momento, também representa uma interação conflituosa que não se caracteriza como uma sociabilidade, mas antes, uma forma de sociação a partir da divergência, vista sob um ponto de vista simmeliano.

Não se pode deixar de notar que os momentos de “DR” são vistos positivamente, por mais que, na ocasião que demonstrei, os ânimos aparentassem sobressaltados e nervosos. Portanto, não somente através de momentos de sociabilidade, mas também dos momentos de conflito, as formas de sociação atendem às motivações que são do exercício de uma pluralidade. Pode-se entender que, se as discussões tornam-se circulares, sem fim e pouco chegam a um resultado, está em curso uma forma que, momentaneamente, autonomizou-se e mantinha-os unidos ali pela divergência, tal qual Simmel (1904) explica sobre essa forma de sociação.

Naquele momento, as pessoas finalmente estavam cansadas e nada havia sido decidido na reunião. Parecia haver um consenso sobre o fato de que outro tipo de Cineclube poderia ser realizado, mas não se sabia quando, nem como. Pouco a pouco, depois de trocar e-mails estabelecendo uma data, de Luiz conseguir um filme e obter pessoas para discutir a temática LGBT, criou-se um novo Cineclube, com o mesmo formato, porém, com conteúdos diferentes. Os cartazes abaixo, utilizados para divulgação via *Facebook*, foram criados por Luiz e divulgados em meio *online*

por todos os membros da CCD, convidando amigos e conhecidos para participarem dos eventos.

Figura 10 - Cineclube Aqueles Dois



Fonte: Casa da Cultura Digital (2013)

Figura 11 - Cineclube Go Fish



Fonte: Casa da Cultura Digital (2013)

Como ressalta Simmel (1904), repudiar ou dissolver relações sociais não é o mesmo que um conflito, o qual mostra um fator “positivo” simplesmente pelo contraste. Assim, o conflito não é aquilo que subtrai o que foi construído harmoniosamente; ele próprio é parte da construção que se faz no interior de uma

determinada unidade que demonstra expressões contraditórias. A compreensão que Simmel (1904) faz sobre o conflito, como parte positiva de uma unidade, é uma rearticulação das reflexões de Nietzsche sobre as destruições e criações humanas. A destruição de alguma ideia é seguida pela criação de outra, como no caso do Cineclube.

Ainda não era clara a relação do tema LGBT com a cultura digital para todos, entretanto, isso não parecia se configurar um problema para a CCD. Alguns dias antes do primeiro Cineclube LBGT, quando em um dos inúmeros encontros na sala da CCD resolvemos ir a um bar tomar cervejas, Leandro falava: “As pessoas que façam suas próprias interpretações” (Excerto de diário de campo em 21 de agosto de 2013). Entre cervejas e música no bar, discutíamos a fala que Luiz e Júlia fariam em uma rádio de Porto Alegre anunciando o Cineclube.

A forma de encarar este problema e a resolução que se deu a ele foi de despreocupação, o que levou naquele momento Júlia, Luiz, Bruno, Leandro e eu, que estávamos no bar, a questionar: então, o que é a CCD?

Com o fato de que eles irão à rádio falar sobre o Cineclube LGBT, começaram brincadeiras sobre o que é a CCD. “É um coletivo”, alguém disse no Odeon. “Ah, coletivo é ônibus né, vocês sabem...”, disse Leandro. “Ele não gosta do nome coletivo”, riu Luiz. “Sério, por que vocês tão discutindo o nome da gente?” Bruno perguntou. Luiz começou a brincar mais ainda e disse que iria dizer que a CCD “é a nossa história, é nossa vida”. Ninguém disse afinal o que é a CCD, mas Júlia mais se aproximou de uma resposta concisa quando disse: “a CCD é um grupo de pessoas que se junta pra falar de Cultura Digital”, e depois ela acrescenta: “só que cada um acha uma coisa diferente da cultura digital” (Excerto de diário de campo em 21 de agosto de 2013).

Porém, cabe compreender os significados envolvidos na decisão de mudar o assunto dos Cineclubes para algo que não apresenta consenso com relação à cultura digital. Ou seja, por que realizar um Cineclube sobre temáticas LGBT na Casa da Cultura Digital? O fato de não compreender *a priori* sua relação com o mote da organização e, nem mesmo definir a organização, pode demonstrar que esta se presta a algo mais que a disseminação da cultura digital em um sentido estrito.

Após o bloco, discussões, conflitos e a realização de Cineclubes, aconteceram duas reuniões onde a proposta era que se discutissem alguns assuntos pertinentes sobre o futuro da CCD. Esses momentos são abordados no item seguinte.

6.4 A RAZÃO SENSÍVEL DA TRIBO: AS SOCIABILIDADES CONSTITUINDO E MANTENDO A CCD

- Não vamos sair? Estou tão acostumado que a gente sai nas sextas-feiras – disse Leandro (Excerto de diário de campo em 19 de julho de 2013).

Este pequeno excerto pretende demonstrar uma faceta da organização, qual seja, a **forma de sociação** da sociabilidade, que busco compreender a partir de sua importância para a manutenção de uma organização como a CCD. Quando de minha entrada em campo, eu não havia percebido a relevância das sociabilidades da CCD, de modo que modifiquei este olhar ao longo do período em campo. Enquanto que anteriormente, ressaltai um evento de sociabilidade constituído no espaço público para outras pessoas – não somente membros da CCD – neste caso, observa-se a sociabilidade como uma dinâmica de forma de sociação que constitui e mantém a CCD internamente.

6.4.1 As reuniões pós-Cineclube

Quando houve a reunião redefinição do Cineclube, apontou-se que a unidade da CCD não era clara e, principalmente, Heloísa expressava certo descontentamento com esse fato. Deste modo, naquele momento, decidiu-se realizar uma reunião de “planejamento” onde pensaríamos sobre esta ideia de unidade e sobre o que almejava ser a CCD.

Algumas pautas de discussão foram deixadas para essa reunião. No entanto, até a última hora, não se tinha certeza de onde aconteceria, quem iria, com que transporte e quando iríamos ao supermercado, pois a intenção era almoçarmos juntos. Em princípio, o evento aconteceria na minha casa, mas, mesmo isso estava sujeito às mudanças. Fiquei preocupada durante a semana, pois, um dia antes do encontro, ainda não havia nada preparado.

Um dia antes, em 15 de junho de 2013, de última hora, Antônia perguntou por *Facebook* quem estaria presente no dia seguinte. De maneira um tanto caótica, o evento começava a ser organizado para que no dia seguinte nos encontrássemos no centro de Porto Alegre e depois fôssemos à reunião. Enquanto isso, eu e Antônia também trocávamos vídeos engraçados da *Internet* que serviam de pauta para

nossas conversas na sala da CCD. Alguém falou, sem que eu pudesse notar de onde vinha o discurso, que “não dá pra se concentrar hoje na CCD”, pois havia muita gente, muitos risos e conversas.

No dia seguinte, em um sábado, algumas pessoas que haviam confirmado sua presença não puderam comparecer, porém, o encontro ocorreu mesmo assim. E dado que havia reduzido o número de pessoas, poderíamos realizá-la em um lugar mais central da cidade onde o espaço era menor: na casa de Antônia. Eu, Leandro, Júlia, Antônia, Heloísa - e, um pouco depois, Bruno - participamos da reunião. Antes de chegarmos a sua casa, fomos ao supermercado comprar insumos para o almoço que seria feito por Leandro. A ida ao supermercado foi muito engraçada e rimos bastante sobre o que comprar, o que fazer de almoço, entre outros assuntos.

Chegando à casa de Antônia, logo notei uma frase escrita em uma parede que também estava escrita no vidro da sala da CCD: “Nossa matéria-prima são nossas ideias”. Quando havia questionado Júlia sobre isso em março, em entrevista, ela havia dito:

Sim, concordo que a matéria-prima da CCD é ideia. Por mais absurda que ela seja. Aí depois disso, é organização (Excerto de entrevista com Júlia em 11 de março 2013).

Enquanto conversávamos, Heloísa me abraçou e disse que estava feliz em me ver com eles, ao que eu retribuí na mesma intensidade. Abrimos um vinho e o almoço demorou bastante tempo para ficar pronto, de modo que até lá muitas conversas ocorreram: manifestações, namoro, estudos, o movimento *Occupy*⁴⁵, a miopia dos brasileiros sobre a América Latina – em suas opiniões – e festas. Finalmente, o almoço ficou pronto e continuamos tomando vinho e conversando até que Bruno chegou e integrou-se às conversas.

Continuamos falando sobre sonhos e eu comentei que frequentemente tinha sonhos estranhos. Antônia ria quando eu contava dos tais sonhos e um assunto puxava outro até que Júlia comentou como se sentia a mais velha do grupo. Ríamos bastante sobre qualquer coisa e quando o almoço terminou, eu cogitei que iríamos falar sobre os assuntos para os quais nos propúnhamos para esse dia.

⁴⁵ Em português: “ocupar”. Movimento que se espalhou por diversas capitais do mundo sugerindo que fossem ocupados os espaços públicos em protesto à distribuição econômica e social desigual. Seu *slogan* “Somos os 99%”, buscava representar que a vida de 99% da população era decidida por 1%.

Começara o jogo de futebol do Brasil na televisão e alguns se sentaram na cama de Antônia, outros no sofá, enquanto que eu e Júlia em cadeiras. Ficamos sentados em roda falando sobre o jogo e, quando entediados sobre este assunto, falamos sobre música. Leandro colocou músicas do Tom Zé para ouvirmos no computador que estava sobre a mesa. Uma intensa discussão, então, começou sobre a música tropicalista enquanto comíamos chocolates. Desta discussão surgiu a ideia de fazer um Cineclube sobre música. Tal qual em outros momentos, as ideias de projetos – as “matérias-primas” - surgiram a partir de momentos de sociabilidade.

Já passava três horas desde o almoço e estávamos falando sobre desenhos animados da infância até que Antônia colocou um determinado filme no computador para rodar, o que levou-nos às discussões nostálgicas sobre o período da infância. Quando já passava quatro horas, eu começava a me questionar por que estávamos ali reunidos. Eu entendia que aquela seria uma reunião para falar da CCD e que estávamos falando sobre outras coisas. Pouco a pouco fui percebendo que não havia uma divisão entre assuntos CCD e assuntos não-CCD, pois toda aquela dinâmica era parte do que se constitui o grupo.

Heloísa, então, tomou a frente e chamou as pessoas para ver uma apresentação que a CCD tinha em setembro de 2012 e que, inicialmente, falava sobre o que seria sua “unidade”. Heloísa dizia que esta era uma apresentação muito incipiente, pois, na época, se sabia menos sobre cultura digital do que hoje. Júlia, por sua vez, entendia que seria interessante fazer uma retrospectiva sobre um evento chamado 24 horas, realizado em dezembro de 2012. Muitas foram as conversas sem um rumo claro e Heloísa expressava seu receio de que a CCD pareça tão confusa que ninguém queira se aproximar.

Pouco a pouco, fui percebendo que era daquela miríade de tópicos que surgiam ideias de projetos e eventos para a CCD; notei que mesmo a CCD, em si mesma, era apenas um dentre os assuntos, e que o fato de demorar tanto para falar da CCD revelasse que, possivelmente, não era essa a intenção principal do encontro. Antes disso, privilegiava-se o encontro pela vontade de estar-junto com pessoas que fazem parte de um círculo de relações muito próximo, partilham de gostos e interesses semelhantes, sendo um deles e o mais importante a própria CCD. Não era um “peso” falar sobre a CCD, de modo que a reunião parecia divertida para os que estavam ali, apesar de, em muitos momentos, haver discussões acirradas de opinião.

Então a gente sempre discutia a relação, sem ter esse peso de discutir a relação. E aqui eu vejo a mesma coisa, não tem uma saída que a gente não discuta a CCD. Mesmo que a gente vá pra uma festa, como foi quinta passada, a gente vai ficar falando da CCD, sempre. Isso é bom, fortalece, a gente tá sempre discutindo o assunto. Tem essa coisa de vida igual a trabalho e todas essas ideias aí. A separação é muito difícil né (Excerto de entrevista com Antônia em 9 de novembro de 2013).

Todos tomavam parte de alguma forma, inclusive eu, que era chamada a dar opinião em vários momentos. Heloísa quis estabelecer um conjunto de palavras que pudesse definir a CCD, mesmo que fossem variadas. Assim, quando a tarde já havia passado e escurecia, foi criada a “Nuvem de Tags” para representar algumas palavras que identificam a CCD. Para chegar à imagem, cada um comentava algum aspecto que considerava central da CCD e que a definia. Depois disso, esses itens eram agrupados por semelhanças.

Figura 12 - Nuvem de Tags



Fonte: Casa da Cultura Digital (2013).

A conversa retomava discussões sobre o evento *24 horas* e como ele fora importante para que a CCD “evoluisse” em direção a um modo de ser menos conflituoso. Entendia-se que essas sociabilidades foram possíveis também em razão da saída de Valter, dado que antes elas não aconteciam nessa intensidade.

Discutia-se naquele momento também os próximos passos da CCD. “Regados” ainda a vinho, planejavam-se as próximas ações, datas e responsáveis pelos Cineclubes e Oficinas da Cultura Digital que aconteceriam em agosto. Muitas

eram as ideias e propostas para o restante do ano de 2013, de modo que mais um encontro seria necessário. Sobrava assunto e faltou tempo para concretizar uma “pauta” que não existia de fato. Existia algo como um proto-planejamento que não era assim chamado, pois remeteria à forma de ser empresarial. Entretanto, minimamente sabia-se que cada evento tinha um responsável principal, datas e tarefas a serem concretizadas, em que cada um tomava parte conforme suas disponibilidades. Em muito, esta organização aproxima-se da autogestão (MOTTA, 1981), tendo em vista o imperativo da tarefa e da responsabilidade sobre a mesma, ao invés de uma divisão pela hierarquia, que na CCD é rejeitada.

Quando já era hora de ir embora, continuamos conversando ainda por mais tempo, agora sobre namorados e, após, sobre o mundo das artes, que Júlia conhece profundamente. Não, necessariamente, intercalavam-se sociabilidades e “assuntos da CCD”, pois um surgia recursivamente a partir do outro. Assim, a forma da sociabilidade (SIMMEL, 1949; 2006), não é algo que ocorre em paralelo, em momentos determinados para isso - contingentemente ou não - mas, mesmo em meio aos momentos pensados para não serem *a priori* de sociabilidade. Por outro lado, esta forma também não está nos interstícios, pois, ao contrário, é fundante da CCD.

A segunda reunião, agendada pelo *Facebook*, ocorreu em 28 de julho e deu continuidade às pautas que haviam iniciado no momento anterior. Desta vez, ela ocorreu na casa de Heloísa onde almoçamos novamente e havia mais pessoas presentes. Novamente, as conversas variavam bastante de tópicos como no momento anterior, muito embora o tipo de assunto fosse outro também pelo momento que viviam as pessoas da CCD.

As pautas seguem, fluem sem muito direcionamento, exceto algumas intervenções de Heloísa e de Luiz, principalmente, para lembrar-nos de algum ponto que devemos tocar na conversa. Amanda que contava um pouco de sua vida, dilemas, percepções, sobre o fato de estar sem trabalho fixo agora e começou a falar sobre o que ela acha ser uma “crise de propósitos”. Acho que a gente vive uma crise de propósitos, sabe? – disse Amanda um pouco antes. Em outro momento, na CCD, ela já havia dito que acha que a gente não se identifica mais com esses modos de trabalho comuns (Excerto de diário de campo em 28 de julho de 2013).

Laura, que no momento de minha participação na CCD estava mais distante, em razão do término de suas atividades de doutorado, também comentara sobre a variedade de assuntos da CCD.

Acho que sobra, não falta comentário. Gera-se um tema e sobra comentário. Então, quando tu vai olhar um assunto que é bastante pertinente, tem tanta coisa tanta coisa que tu te perde nos comentários. O pessoal divaga, repete coisa que já foi dita e tu acaba ficando tonta com tanta coisa. Acho que as pessoas não tem muito foco discutindo as coisas, elas divagam muito (Excerto de entrevista com Laura em 10 de março de 2013).

Heloísa, então, complementava durante a reunião que a CCD não é sua prioridade, que está afastada e gostaria de estar mais presente no ambiente *online* acompanhando as movimentações e intervindo quando acha necessário. Amanda, então, diz que se identifica com o que Heloísa pontua. Júlia e Leandro, por sua vez, consideram a CCD central em suas vidas. Quem mais está com dilemas relata suas percepções, mas logo os tópicos mudam novamente.

Principalmente, Heloísa trazia a questão de a CCD ocupar mais o espaço físico da sala e buscar formas de rentabilização. Júlia, entretanto, expressava que tem medo da entrada de dinheiro na CCD e do que a necessidade de estruturação pode fazer, no sentido de mudar seu modo de trabalho. Para tanto, Leandro sugere que a CCD divida-se em duas se for o caso de rentabilizar. Por sua vez, Luiz comentava que era necessário ter em mente que nunca fora um objetivo da CCD se tornar uma “mega-instituição”; a intenção é de permanecer pequeno.

Quando questionei se em uma possível divisão entre rentabilizar-se e não rentabilizar-se, não acabaria havendo uma preponderância da participação das pessoas em um formato e não outro, Heloísa disse: “Acho que a gente se auto-regula. Quando tem alguém que sai muito do formato CCD, a gente dá um jeito de reordenar”. Fomos ao sofá, depois de passar o dia comendo e tomando chimarrão, quando já passava das cinco horas da tarde. Lá, Luiz dizia que poucas pessoas estavam indo presencialmente à CCD, ao que eu comentei algo como: “o que será da CCD?”.

“Sim Carol, mas sabe, eu acho que isso faz parte de uma coisa orgânica. Entram pessoas, saem pessoas, temos uma grande circularidade, mas a CCD continua. – diz Luiz - A gente não fica cobrando as pessoas, elas tem que achar legal vir na CCD, é como uma auto-regulação, se não tem gente interessada no projeto, ele não vai pra frente e deu”. É isso que basta na CCD, se não tem interesse das pessoas e se não vai pra frente, é porque as pessoas não querem fazer e isso deveria bastar. De alguma forma, Luiz dizia que eles queriam esse espaço para que não fosse seu trabalho oficial e tradicional, e que fosse um lugar onde eles pudessem trabalhar sem seguir um modelo fechado. Acho que a CCD é como um “desvio” das coisas que impõem uma racionalidade que eles não querem seguir (Excerto de diário de campo em 28 de julho de 2013).

Além dessas discussões, foram decididos alguns assuntos importantes como as oficinas sobre Cultura Digital - o próximo grande evento da CCD - a ocupação da sala com mais frequência e o lançamento de outro evento chamado *Gambilab* – o laboratório de gambiarras – com o objetivo de *hackear* coisas, equipamentos eletrônicos, inclusive móveis, e que seria realizado periodicamente na sala da CCD. Foram definidas ações, responsáveis, datas e outros tópicos que seriam articulados via *Internet*. Normalmente, essas definições mais estanques continuavam sendo resolvidas pelo ciberespaço, enquanto que o momento presencial prestava-se a discutir questões mais amplas da CCD.

Depois de acabar a reunião, já em casa, eu acompanhava as discussões no ambiente *online*, onde Luiz lançava um logotipo para o *Gambilab*, de modo que pudéssemos opinar. Também discutíamos um programa de televisão que estava passando, quando alguns de nós estávamos conectados ao mesmo tempo. As sociabilidades, naquele dia, continuaram intensamente no ambiente *online*, aproximadamente, até às duas horas da madrugada.

As sociabilidades, nas duas situações, são recorrentes como expressão de uma “razão sensível” (MAFFESOLI, 2010c) que permeia o fazer da CCD. Para além dos assuntos objetivos, existe uma razão que faz com que as pessoas estejam juntas para discutir tais assuntos e que se torna mais visível quando há demonstrações do prazer em associar-se como tal.

Hoje o que junta as pessoas acho que é principalmente o afeto. E nem todas tem o mesmo interesse assim. Nem todas tem interesse em cultura digital eu acho, mas pela oportunidade de tu poder fazer parte daquilo sabe? E pelas pessoas que estão ali, pelo laço que se criou, se mantém e vai. Tem umas né que atuam mais que outras né, mas eu acho que ainda vai por um bom tempo assim. Principalmente pelo laço [...] O que me mantém colada na CCD são os laços (Excerto de entrevista com Antônia em 9 de novembro de 2013).

Ao compreender que nem todas as pessoas tem um interesse claro pela cultura digital em um sentido estrito, abre-se possibilidade para buscar compreender as razões de existência de uma organização como essa. Este afeto que pode ser compreendido como uma manifestação das emoções (LE BRETON, 2009), as quais são relacionais e implicam uma interação de pessoas que sentem afetivamente os acontecimentos de uma forma culturalmente informada.

A gente não se reúne só pra trabalhar, até porque o trabalho é sempre uma, a gente não sabe o quanto tá trabalhando ou o quanto tá se divertindo. A gente tá tomando cerveja e falando da CCD. Ao mesmo tempo que tem um compromisso a gente gosta de fazer isso. Então é uma relação dupla que se tem. E essa amizade, a partir desses pontos em comum, a gente também acabou desenvolveu projetos comuns de vida eu acho. [...] E eu acho que são termos que são... a partir desses termos em comum e dessa amizade que se criou, eu acho que são ideias que se tornaram comuns. Então, eu acho que hoje parece mais difícil que isso seja... que isso desapareça assim. A não ser que alguém precise trabalhar e tenha que largar totalmente a CCD ou vai viajar, mas acho que enquanto a gente tiver em Porto Alegre, a ideia da CCD vai permanecer porque já tem laços fortes o suficientes pra manter essa amizade e esses projetos de vida meio comuns assim (Excerto de entrevista com Leandro em 19 de novembro).

Conforme aponta Simmel (1949), a sociabilidade é difícil entre pessoas de diferentes círculos. Disso pode-se depreender que o reconhecimento de Leandro acerca do fato de que existem “projetos” de vida (SCHUTZ, 2012; VELHO, 2003) parecidos na CCD, demonstra certo alinhamento em torno da ideia de que vida e trabalho não são instâncias separáveis, principalmente porque a CCD não é encarada como uma forma “tradicional” de trabalho. Neste modo de ser, a sociabilidade muitas vezes prepondera como uma manifestação simbólica da “saturação” (MAFFESOLI, 2010c) que eles identificam em outros ambientes. Não se pode deixar de relacionar as expressões cotidianas da CCD - como a da sociabilidade - com o fato de que se discute, em seus eventos, a saturação de modos de trabalho demasiadamente racionais-instrumentais que não privilegiem manifestações da razão sensível apontada por Maffesoli (1998), nem as expressões da criatividade (INGOLD e HALLAM, 2007).

Cabe reiterar que a razão sensível da tribo, para Maffesoli (1998), remonta à noção de comunidade, de “vibrar em unísono” (HALBWACHS, 2006) em direção a um sentimento comum, algo que, em sua opinião, o racionalismo não dá conta de compreender. A valorização desse ordinário cotidiano, que aponta Maffesoli (1998), relaciona-se ao que Simmel (1949) discorre sobre a sociabilidade, uma vez que nela, a racionalidade, que busca objetivos determinados, não encontra nada senão uma manifestação trivial e superficial. Essa superficialidade, entretanto, em seu modo de ser, pouco a pouco vai revelando a CCD como um modo de conviver coletivo – e, além disso, de estar junto - decorrente de saturações de outros ambientes.

Minha participação tornava-se maior à medida que eu participava desses momentos de convívio em grupo e, por outro lado, a presença de pessoas que não

faziam parte desses momentos, diminuía na CCD. As sociabilidades mostravam-se como um “termômetro” que revelava os mais presentes e os mais “estrangeiros” (SIMMEL, 1983), mais e menos comprometidos com o andamento da CCD, respectivamente. Alguns desses momentos aconteciam em bares de Porto Alegre - não restritos a estes – como buscarei demonstrar.

6.4.2 “A gente só funciona por causa desses momentos”: entre cervejas, músicas e conversas

Durante o mês de julho, quase em todas as terças-feiras comparecíamos a algum bar da cidade no centro histórico. Já nos meses de agosto, setembro e outubro, em quase todas as quartas-feiras - além de algumas terças-feiras - saíamos em bares, após as oficinas sobre Cultura Digital, abordadas no capítulo seguinte. Em novembro e dezembro, já ao final de minha interação em campo, tais encontros reduziram-se em razão da quantidade de tarefas que as pessoas mais presentes da CCD tinham de realizar fora do âmbito desta.

Muitas vezes, a forma da sociabilidade (SIMMEL 2006; 1949) acontecia na sala da CCD, porém, era normalmente nos outros espaços que esta se expressava de modo mais veemente. A CCD nasceu de momentos de sociabilidade e continuava “sustentada” por esta, na medida em que se dizia que era, em grande parte, em razão desses momentos que “o coletivo” continuava existindo, como disse Júlia, certa feita: “eu digo que a gente só funciona porque fala todas essas merdas. A gente só funciona por causa desses momentos”. E Luiz acrescentou: “com confiança entre a gente né. Precisa disso” (Excertos de diário de campo em 3 de dezembro de 2013).

Em nossas idas aos bares, muitas vezes se “discutia a relação”, de modo que compreendi que as interações da CCD expandiam-se para além das atividades que eram realizadas em sua sala. Era também nesses momentos que pude notar mais claramente manifestações de uma lógica presenteísta e sensível da tribo (MAFFESOLI, 2003a; 1998).

Em 16 de julho - quando começaram nossas frequentes visitas aos bares - discutíamos na sala da CCD como aconteceriam as Oficinas sobre Cultura Digital que começariam no mês seguinte e se estenderiam até outubro, o próximo grande evento da CCD. O esforço de divulgação feita no ambiente *online*, em poucos dias,

completou as vagas da turma, o que os deixou contentes. O dia passava, chegava a noite, de modo que Leandro perguntou.

- Vocês querem ir no Odeon? – pergunta Leandro a nós. Logo depois chegou Luiz e decidimos ir ao Odeon – Acho que tu vai gostar Carol, tem tango hoje – disse Leandro. Logo depois Júlia disse quando saíamos:
 - Deveríamos ter feito um monte de coisas hoje, mas não fizemos metade – diz Júlia rindo. As pessoas gostam de estar ali e conversar. Já no Odeon, sentamos os quatro (pois, Bruno não quis nos acompanhar) em volta de uma mesa e pedimos cerveja ao som de Tango. Estava lotado e logo depois chegou uma amiga do Leandro que perguntou quem éramos nós. Eu estava prestando atenção no tango, de forma que Luiz fez as honras das apresentações. Luiz disse que Júlia é produtora cultural, descobriu a CCD pelo evento 24 Horas e quis ficar. Luiz foi um dos fundadores da CCD. Leandro veio à CCD, pois participava da CCD em São Paulo. Quanto à fala que Luiz fez de mim: “A Carol pesquisa a CCD pro mestrado dela, mas se apaixonou pela CCD” – e Luiz fez uma imagem de coração com as mãos. O detalhe da fala de Luiz é para o “mas”, pois não é suficiente estar ali, tem que gostar. Isso Leandro já havia dito em outra ocasião e, assim, eu começo a notar que as opiniões são mais convergentes que as ações concretas na CCD. A amiga de Leandro questiona o que nós fazemos ao que Luiz explica a CCD dizendo que é um coletivo de pessoas interessadas em disseminar a cultura digital. Ela também pergunta quais são nossos backgrounds acadêmicos, ao que Leandro explica que todos nós somos de diferentes áreas e que isso é muito legal em comparação à CCD SP que só tinha jornalistas. “Conseguimos fazer todas essas diferenças se arranjamem – disse Júlia - Cada um tem um background diferente e isso é muito legal. A gente tá aqui porque gosta do que faz”. A discussão continua e entra a pauta do dinheiro, pois Júlia diz: “A gente ainda continua bem entre nós porque não entrou dinheiro na jogada. Quando entrar, a CCD vai mudar” (Excerto de diário de campo em 16 de julho de 2013).

Na forma da sociabilidade, existe uma pretensão de igualdade, a partir da qual todas as diferenças se esvaem (SIMMEL, 2006), onde o jogo ocorre entre iguais que são diferentes, de modo a congregar tais diferenças em torno de um mesmo “estilo” de ser e estar com os outros. Como exemplo do que reitera Júlia neste excerto de diário, demonstrando a existência de certa utopia pela igualdade na CCD, também a sociabilidade acontece desse modo, estilizando uma pretensa igualdade.

Em certo dia Luiz disse, sagazmente: “primeiro a gente fala de coisas sérias, depois de relacionamentos, e depois sempre acaba em assunto de sexo” (Excerto de diário de campo em 18 de setembro de 2013). Naquele momento, eu comentara seriamente com eles: “vou incluir isso no meu trabalho”, ao que todos riram.

Em certos momentos de sociabilidade, eu procurava deixar claro que muitas coisas ditas por eles eu usaria em meu trabalho porque considerava importante para a compreensão da CCD, e como forma também de lembrá-los sobre minha

identidade de pesquisadora. Eu sentia de certa forma um “baque” nos momentos que eu reiterava isso, pois minha interação era muito próxima a ponto de ser confundida e, portanto, eu buscava mecanismos para não me tornar “nativa”.

Tamanho era o “baque” que certa feita, em 23 de outubro de 2013, quando eu comentava em um restaurante com Júlia e Leandro que, em breve, estaria me distanciando do campo, Leandro comentara: “então tu só tá aqui com a gente por causa disso?” (Excerto de diário de campo). Essa pergunta fez-me refletir por bastante tempo sobre minha interação em campo, pois eu dissera naquele momento que, obviamente eu estava fazendo uma pesquisa e esse era meu compromisso, mas também, com a mesma intensidade, eu gostava de estar junto com eles. Não sei se convenci, mas foi uma resposta sincera e passei a acreditar a partir daquele momento, reunindo meus dados de campo, que a expressão do “estar-junto” tribal (MAFFESOLI, 2010b) também me influenciou.

A ausência de uma forma objetiva de retorno, como dinheiro, para eles, parece demonstrar que a contrapartida deve ser justamente das sociabilidades aproximando-os de uma forma “pura” e idealizada (SIMMEL, 2006), constituinte de uma forma de organizar. Em outras palavras, se não há dinheiro, deve haver sociabilidade para mantê-los junto realizando trabalhos que “gostam”. Esta pode acontecer em torno de materialidades relacionadas à cibercultura.

Em 31 de agosto, enquanto aconteciam encontros aos sábados do *Gambilab*, Luiz, Júlia, Leandro e Luana, a nova *designer*, e eu estávamos na sala da CCD durante a tarde vendo as gambiarras eletrônicas que Leandro estava envolvido com outro grupo que havia se aproximado da CCD, os *Matehackers*⁴⁶. Um deles havia trazido seus equipamentos para a CCD, entretanto, mais conversávamos no ambiente do que realizávamos as gambiarras.

Subjacente à realização de um *Gambilab*, estava a vontade *hackear* (LEMOS, 2013) e de reapropriar-se de equipamentos com o intuito de transformá-los à sua vontade à exemplo do imaginário *hacker* em torno da ideia de “controlar sua própria vida” (LEMOS, 2013). Como um *bricoleur*, o *hacker* conduz sua prática, intervindo no equipamento, nas coisas, nas ideias, nos códigos de programação ou mesmo, de um modo mais amplo e simbólico, no espaço público.

⁴⁶ Clube de *hackers* portoalegrenses.

A cultura hacker ela entra na cultura do ferramenteiro de tu desenvolver a gambiarra que tu precisa ali. Ter conhecimento pra isso. E sim, eles entram nessa cultura. De uma forma mais artística e mais social, menos técnica, de hardware, mais comunicação digital. [...] É sair do padrão de fazer assim e fazer assado. Faz de outro jeito, com as condições que tu tens. E isso também vai pela questão de conforto. Os hackers programadores geralmente dizem, pra que tu vai inventar a roda? (Excerto de entrevista com Bruno em 5 de dezembro de 2013).

De acordo com Flusser (2011), o homem passou do momento *faber* para o *ludens*. Este último seria uma espécie de trabalhador da contemporaneidade, um manipulador dos símbolos característicos de um mundo codificado que joga e brinca contra o programa para tentar esgotá-lo. Para esse autor, “funcionário” é quem está “em função” do aparelho, imerso no sistema. Quando se superam as engrenagens do sistema, ele deixa de ser funcionário e passa a ser um “ser-humano” (FLUSSER, 2011).

Pode-se interpretar que a reutilização da máquina, tal qual aponta Flusser (2011), é um exemplo da reapropriação de símbolos do *hacking* aplicada para além da programação em si, como algo que representa um jogo (SIMMEL, 2006), dado que são conteúdos que se tornaram formas de interagir com os outros. O *hacking* pelo *hacking*, seja ele relativo ao aparelho, à organização ou ao espaço público, pode ser encarado como um jogo que se autonomiza de seus conteúdos. Nesse sentido, através objetivação conferida pelo aparelho, joga-se um jogo de *hackeamento*, tanto pelo prazer de *hackear*, quanto pelo sentido de sentir-se parte criativa daquilo que se utiliza no cotidiano.

Esse “tesão” – para utilizar um termo comum na CCD - pela materialidade, entretanto, não é igualmente compartilhado. Assim, Luiz, visivelmente desinteressado naquele assunto, disse que iria para um bloco de carnaval de inverno que estava ocorrendo no bairro Cidade Baixa em Porto Alegre. Luana que também não estava muito interessada nos assuntos de hoje, acompanhara Luiz.

Quando as sociabilidades em torno dos equipamentos eletrônicos - algo típico de uma expressão de tribos contemporâneas (MAFFESOLI, 2010b) - esgotava-se naquele dia, Leandro, Júlia e eu fomos a um parque ao lado do gasômetro encontrar-nos com um grupo de músicos que se aproximara da CCD. Compramos cervejas e fomos assisti-los em um parque próximo. De algum modo, lá iniciaram conversas sobre o papel que a CCD tem na vida das pessoas e Leandro contava sobre o porquê de ter vindo a Porto Alegre.

Ele disse que não teria vindo também se não tivesse uma CCD aqui. Além do doutorado, Leandro estava ali pela CCD. “Uma das coisas que pesou muito pra eu vir foi a CCD daqui” – ele disse. Leandro dizia que não viera só para fazer o doutorado, mas também para trabalhar com coisas legais, com pessoas legais e a CCD serviria bem a esse propósito. Júlia, por sua vez, disse que é muito difícil voltar a um molde de trabalho de oito horas por dia quando se testa um modo diferente de trabalho em que vida profissional e pessoal estão completamente mescladas. Ela disse que hoje já pensaria duas vezes em sair de Porto Alegre por causa dos vínculos que criou aqui, por causa da CCD e das pessoas que conheceu, também por causa do seu trabalho. Júlia comentou que tem seus ônus o fato de ser uma profissional liberal e fazer seu horário, mas ela prefere assim, pois pode sair à noite até tarde com quem quiser, acordar tarde e virar a madrugada fazendo suas coisas. Mas assim, as fronteiras entre trabalhos são mais tênues. Leandro disse que “acontece que nosso trabalho é também divertimento e não tem essa separação”. Ele continuou dizendo que durante o trabalho na CCD eles sempre falam sobre coisas outras que não são a CCD e o mesmo acontece nas conversas de um bar: as conversas não são sempre de uma coisa ou de outra, elas se mesclam e começam a enevoar as fronteiras (Excerto de diário de campo em 31 de agosto de 2013).

Muito embora a separação entre momentos de trabalho e momentos de sociabilidade seja enevoadada, cumpre apontar que, no ponto de vista “nativo”, a CCD não é um clube de amigos ou um grupo aparentemente despreocupado:

A CCD aqui não é clube, a gente se reúne, se gosta, mas a gente não tem essa relação de final de semana que tem muito no Garoa⁴⁷ de se reunir em torno de interesses como clube. A gente tem uma questão profissional ali, tem um comprometimento de oficina, de reuniões, de eventos (Excerto de entrevista com Leandro em 19 de novembro de 2013).

Depois da realização de um Cineclube, fomos, então, a um bar, onde que Laura – que estava desaparecida há algum tempo– reapareceu para confraternizar conosco e convidar-nos para participar do *Morrostock*: um festival de música cujo nome alude ao *Woodstock* – conhecido festival de música realizado em 1969 nos Estados Unidos, representativo de um “estilo de vida” e das insatisfações de uma época. O advento de um evento como esse, para a CCD, estava bem associado à ideia de uma festa, do “lúdico tribal” de estar junto (MAFFESOLI, 2010b) novamente em grupo.

Com essa nova possibilidade, uma repentina empolgação tomou conta da CCD que começou a se preparar para participar do *Morrostock*, na segunda semana de outubro, na cidade de Sapiranga. A ideia de viajarmos juntos para outro lugar,

⁴⁷ Garoa é o nome de um espaço *hacker*, autodenominado “clube”, que se situa em São Paulo.

colocar barracas e montar uma programação em torno da cultura digital, durante o evento, tomou conta das discussões, novamente, com cervejas e música, além de pizza.

Cumpre notar que o reaparecimento de pessoas em momentos de sociabilidade também revela o papel que a CCD tem para diferentes pessoas. Laura não estava interessada na Cultura Digital como algo estrito e voltado às tecnologias; antes, ela sente-se ligada à CCD pelos laços criados em torno de uma ideia que, para alguns, serve como pano de fundo. Nesse sentido, Laura aparece como “estrangeira” (SIMMEL, 1983) na CCD.

Na semana seguinte, então, Luiz criou um *banner* para divulgar pelo *Facebook* que a CCD estaria realizando atividades no *Morrostock*.

Figura 13 - Banner do Morrostock



Fonte: Casa da Cultura Digital (2013)

Em 12 de outubro, fui ao *Morrostock* encontrar-me com Luiz, Bruno, Júlia e Leandro que já estavam lá acampados. Dirigi-me ao local com um ônibus e depois um táxi, carregada de coisas em direção a uma fazenda localizada na cidade de Sapiranga (no estado do Rio Grande do Sul). Outras pessoas não puderam comparecer nesse dia, apesar de demonstrarem interesse quando convidados por *Facebook*.

As ideias eram muitas e as pessoas pareciam felizes de estar ali. Assistíamos aos *shows* de bandas de música e estávamos na maior parte das vezes juntos, passeando pela fazenda, onde milhares de pessoas estavam acampadas. No meio

das conversas, surgiam intensas discussões sobre o futuro da CCD, o que seria do ano que vem e também da semana que vem, quando algumas reuniões acumulavam-se. As oficinas sobre cultura digital – exploradas adiante – também estavam em vias de finalização e planejava-se ali como isso aconteceria.

As atividades planejadas para o *Morrostock* acabaram não acontecendo, o que eu imaginara que aconteceria, pois aquele momento não se pautava pela intenção em trabalhar em determinado evento. Entretanto, algumas pessoas aproximavam-se de nós, no meio do parque, pois Bruno havia colocado uma placa. Júlia e Leandro imediatamente pediram minha máquina fotográfica para tirar uma foto e “postá-la” no *Facebook*, anunciando que estávamos lá.

Figura 14 - No parque do Morrostock



Fonte: Autoria própria.

Eu não havia entendido exatamente de onde surgira essa reunião, mas aparentemente Bruno conversara com algumas pessoas no próprio evento que estavam interessadas em criar um observatório climático a partir de *hackeamento* de dados *online*. A pauta previamente definida, então, foi modificada ao longo dos dois dias que permanecemos lá.

A partir deste evento, passei a afastar-me mais da CCD com o intuito de realizar entrevistas nos meses de novembro e dezembro. Notei a necessidade disso a partir do momento em que minha presença era “intimada” em campo. Júlia dizia

para eu participar de uma reunião que aconteceria na Prefeitura de Porto Alegre na semana seguinte. Eu não poderia participar por incompatibilidade de horários, entretanto, a ocasião revelara o início de meu processo de afastamento, que não ocorreu tão rapidamente, pois ainda restavam as entrevistas para realizar.

Novamente, no *Morrostock*, Júlia, Luiz, Leandro e Bruno comentavam, inspirados pelas percepções de Júlia que:

[...] o que faz sermos como somos, ao contrário de empresas e outros coletivos, é a inexistência de dinheiro envolvido nas relações. “Pois é, talvez o dinheiro macule as relações” disse Leandro. “Acho que é uma boa tu botar isso no teu trabalho” - ele continuou dizendo que leu algo sobre efemeridades e que a CCD é muito isso. “Talvez um dia ela deixe de existir e está tudo bem, serviu aos seus propósitos no tempo que existiu” – disse ele. Júlia, por sua vez, diz que fica receosa, pois gostaria que a CCD continuasse, mas não sabe o que vai ser daqui a 3 anos por exemplo. Luiz não vê problema nisso, pois entende que a CCD é orgânica, mais pessoas virão, com mais projetos, talvez eles mudem e é assim mesmo que acontece. Talvez ela feche, talvez não, mas o que importa é o hoje. Júlia diz que provavelmente daqui a alguns anos ela não vai poder se dedicar à CCD, também os outros pensam assim (Leandro e Luiz), mas a lógica segue mais ou menos o “foi bom enquanto durou”. Leandro vê a CCD como uma organização efêmera que tem um papel de informar a sociedade, quase jornalístico. Eles criticam empresas que pegam esses nomes como “rede” e “colaboração” e fazem tudo oposto, colocando hierarquias, etc. o que não teria a ver com tais conceitos. Júlia disse, e os demais pareceram concordar, que a CCD não é um projeto de longo prazo para eles hoje, mas pode vir a ser para outras em outros momentos. “Talvez o bom seja continuar pequeno mesmo” – disse Leandro, para quem menos é mais (Excerto de diário de campo em 12 de outubro de 2013).

A grande frequência com a qual a CCD integra os momentos de sociabilidade demonstra que ela mesma é ao mesmo tempo forma e conteúdo das discussões. A CCD é pauta de discussão de sociabilidades, pois ela mesma é o jogo, metaforicamente, tal qual a forma da sociabilidade que existe pela vontade de mantê-la como tal, pura, imaculada e distante das racionalidades vigentes, onde imperam relações profissionais.

Se o que importa é o hoje, vive-se o “instante eterno” (MAFFESOLI, 2003a), mais preocupado com a exacerbação de sentimentos do viver em conjunto do que com as exigências impostas por outros ambientes aos quais a CCD busca opor-se. Já na virada do século XIX para o século XX Simmel (2006, p. 70) pontuava que a “vida moderna está saturada de conteúdos objetivos e exigências práticas”. Vista, contemporaneamente, esta crítica não é nova, portanto; nova é sua prática, concretizada na forma de um grupo que se alimenta de noções da cultura digital.

O excerto de diário de campo acima introduz o capítulo seguinte que explora mais profundamente discursos sobre a forma da CCD de se organizar e trabalhar nos preparativos de seus eventos. Não busco abordar todas suas características, mas antes peculiaridades que são objetivadas organizacionalmente. Para produzir este “instante eterno” (MAFFESOLI, 2003a), bem como os jogos de sociabilidade e conflito que se retroalimentam, a CCD intencionalmente transforma-se, ela mesma, em uma **forma** preservando um modo de ser para que esses conteúdos sensíveis possam ser expressos.

7 PECULIARIDADES DA FORMA DE SE ORGANIZAR DA CCD: NOMADISMO, HORIZONTALIDADE E ESPAÇO

Nada é seguro, a priori, nada é sabido de uma vez por todas, mas tudo se ajusta passo a passo.

Michel Maffesoli. *A Transfiguração do Político.*

As formas de sociação mostradas no capítulo anterior remetem às sociabilidades e aos conflitos que constituem e mantêm a CCD em um jogo de interações. Por vezes, ele revela um ou outro modo de estar-junto, mas ambos recursivos, dado que conflitos surgem de sociabilidades e vice-versa. Contudo, esta forma de interagir, organizacionalmente, não se restringe aos jogos de sociabilidades e conflitos, dado que este “jogo” pode acontecer em qualquer outro grupo, muito embora o elemento em torno do qual as pessoas estão reunidas possa não ser a cibercultura.

Alguns “imperativos”, pautados por valores compartilhados, conduzem a forma pela qual os membros da CCD estão juntos trabalhando em seus eventos. Uma dessas peculiaridades, revelada à luz de um conflito, trata-se da relação dúbia que existe com o dinheiro: algo necessário, mas, em algum nível, afastado como motivação do “estar-junto” na CCD. Este aspecto é revelador de outras peculiaridades que permeiam o modo da CCD organizar-se, pois não é o elemento material do dinheiro que importa em si mesmo, mas, sim, a relação que as pessoas traçam dele com as formalizações, a hierarquia e a falta de criatividade.

Assim, além da peculiaridade do dinheiro e do jogo das formas de sociabilidade e conflito, a CCD demonstra uma vontade de manter-se indefinida, de não realizar formalizações e rejeitar hierarquias, opções que estão enfocadas no próximo item. Começo, então, explorando essa pouca restrição no que tange à definição da CCD. Depois, mostro os discursos de rejeição às formalizações e hierarquias e, por fim, que toda a fluidez da CCD necessita de uma “cola” que se dá, em grande parte, no espaço físico.

7.1 UMA FORMA QUE ABRIGA DIVERSOS CONTEÚDOS: O NOMADISMO IDENTITÁRIO E SUAS DECORRÊNCIAS

Após os conflitos que ocorreram na primeira metade do ano de 2013, pouco a pouco, a organização passa a ser um *locus* que acomoda diversas expressões nem sempre concatenadas; pouco a pouco, acomoda interesses que nem sempre convergem para os mesmos conteúdos; e, pouco a pouco, revela entendimentos diversos sobre o que seja a CCD e o que seja Cultura Digital. Nesta organização,

busca-se manter uma determinada forma de ser e estar com os outros - e contra os outros - onde tudo pode mudar, menos ela mesma neste modo de ser. Há, portanto, uma razão para não ter definido claramente a CCD até, então, no presente trabalho.

E quando tu descobrir que a gente não tem organização? – perguntou-me Leandro quando eu explicava o que estava fazendo ali. (Excerto de Diário de Campo em 3 de maio de 2013).

Esta dita ausência de organização está muito mais vinculada a um discurso que pretende manter a CCD aberta e plural, do que propriamente uma ausência do fenômeno de estar organizado realizando algo. Entretanto, mantendo-se demasiadamente aberta, tem-se a impressão – como diz Leandro – de que a CCD não pratica organização, o que não procede, se for observado cotidianamente o arranjo das oficinas, palestras, cineclubes e eventos artísticos da CCD que, embora sejam permeados pela sociabilidade, não constituem essa forma de sociação em todos os momentos.

Dizendo-se desorganizada – mais do que praticando essa desorganização - é possível “acomodar” diferentes interesses e entendimentos, pois - em uma dinâmica organizacional cotidiana - não se restringiriam as expressões individuais. Cumpre, então, retornar à Filosofia do Dinheiro de Simmel (2011; 2013), uma vez que sua visão alinha-se à noção que a maioria dos participantes tem do dinheiro. A partir de Simmel (2013), depreende-se que, quando o dinheiro está presente intermediando as relações, as individualidades subtraem-se em função de uma nivelção objetiva. Inversamente, pode-se interpretar que, quando ele está ausente – mesmo que parcialmente - as individualidades parecem se expressar mais em vontades e interesses que apontam para direções diversas como no caso do Cineclube, o qual pode referir-se a temáticas diferentes.

A sensação de indefinição da CCD que expus nos primeiros contatos se estendeu ao longo de toda a experiência de campo. Quando questionei o grupo em entrevistas sobre o que é a CCD, foi unânime o fato de que sua definição é difícil, movediça, praticamente inexistente. Coloco algumas percepções abaixo, cada uma advinda de pessoas diferentes e que demonstram discursos muito semelhantes sobre a “unidade” da CCD.

Não tem. Talvez esteja começando a ter um norte, mas não claro assim. Eu não sei se tem um norte claro hoje. Acho que o bacana aqui é ter um leque

aberto. É uma das coisas que eu acho legal. Não é uma coisa.... por exemplo, sindicato vai ter aquela bandeira daquele ano e tal. Aqui não, aqui a gente pode fazer um evento sobre transporte coletivo, outro sobre arte, sobre *hardware*, outro sobre *software* livre, o leque é muito abrangente. E todos tem algo em comum [...] E na CCD eu noto que se tu pegar duas pessoas iguais, eu te dou um prêmio. Eu acho isso fantástico. Não que isso não cause problema, constrangimento, não cause ruído na linha, digamos assim. Acho que sim, mas noto as pessoas valorizando a diferença entende? (Excerto de entrevista com Rodrigo em 22 de outubro de 2013).

Mas pra responder o que é a CCD, eu vou dar uma risadinha antes (risos). Não tem, como eu vou explicar isso? Não tem. Tu não tem uma explicação assim. Tu tem que começar assim pra já dizer pra pessoa, ó vai ser longo, tá ligado? Vai ser longo, tu quer continuar? Por que é isso, minha definição de CCD... seria o que eu falei desde o início até agora (risos). Não tem como botar, cara. Não tem. Eu vou ter que voltar dentro do meu cérebro e ver tudo que eu já falei até agora pra não me contradizer. E é muito possível que eu vá me contradizer em algum momento sobre isso. Não. Não tem definição. (Excerto de entrevista com Bruno em 5 de dezembro de 2013).

Não precisa de definição. Eu acho que a definição limita né. A gente é diferente a cada mês que passa. Tipo era uma coisa e é hoje outra, a gente é diferente do passado, nosso comportamento com relacionamentos é diferente do passado. A gente não é sempre a mesma coisa. Como é que eu vou me definir? [...] As coisas mudam, as coisas são mutantes e a CCD também. Não tem porque definir. A CCD é o que ela é daquele jeito. Ninguém nunca vai ter um rótulo, CCD tal coisa, um *slogan*. Acho que não combina *slogan* com a CCD [...] E aí, mas gostava da ideia assim de não ter regra, sabe? De não ter.. de ser bem livre assim a coisa (Excerto de entrevista com Antônia em 9 de novembro de 2013).

Cumprido destacar que a não-definição está em consonância com o que Lévy (1996) aponta sobre a virtualização necessariamente pôr em causa a noção de identidade clássica. Este pensamento apoiado em definições, determinações e exclusão não serve à lógica de funcionamento da CCD, também porque ela representaria a inobservância de alteridades. “Por isso a virtualização é sempre heterogênesse, devir outro, processo de acolhimento da alteridade” (LÉVY, 1996). A virtualização da CCD ocorre, portanto, não somente no que tange à não-presença física mediada pelo ciberespaço, mas, também, metaforicamente, no que tange à sua indefinição.

Apontando para a mesma direção, Maffesoli (2010a) reitera a falência de uma lógica da identidade, a qual é verificada aqui na medida em que a organização busca uma explicação de si mesma que comporte a possibilidade da heterogeneidade e polissemia. Para Maffesoli (2010b), em substituição à “identidade”, seria possível falar de “identificação” cujo embasamento está na noção de “pessoa” que veste máscaras e apresenta diversas facetas, mesmo

contraditórias, que, assim, acaba por suplantar a premissa de uma unidade homogênea característica da “identidade”.

Quando Maffesoli (2001) fala sobre festa, ele diz que sua estrutura consiste em não saber o que está para acontecer, dado que ela é essencialmente aventureira. Em diversos momentos, o que impera é justamente esta noção de aventura que adquire contornos do trágico: “Consiste nisso a originalidade do destino trágico. Nada está garantido, e, entretanto nos “acazos objetivos” rituais cotidianos podem surgir dos acontecimentos de consequências imprevisíveis” (MAFFESOLI, 2001, p. 116).

O fato de os participantes da CCD tanto reiterarem a não-definição - e a praticarem, por exemplo, no curso de um bloco que carnaval cujo trajeto muda a todo momento - torna-se uma peculiaridade de sua forma de se organizar informada por princípios diferentes dos quais, de um ponto de vista racional-instrumental, seria comum ver em um formato organizacional.

Contudo, tendo em vista que a CCD dispõe de uma definição escrita no universo do ciberespaço tanto em um *site* quanto no *Facebook*, o que sobressai, nesse caso, é o esforço por manter a não-definição e encarar-se como “nômade”, mesmo que existam elementos definidores. Como diz Maffesoli (2010b), o que importa não é o objetivo dessas tribos, mas o esforço e processo para mantê-la como tal.

A variação não é mais do que uma outra maneira de falar da procura quando ela não seja talvez progressista, mas muito progressiva. Ou seja, se ela não tem finalidade precisa, a ação de sair a caminho, o desapego, o fato de estar sempre arriscando são os aspectos essenciais do princípio vital (MAFFESOLI, 2001, p. 126).

A sociologia de Maffesoli, novamente, relaciona-se à filosofia de Nietzsche, na medida em que a ideia de tribalismo representa uma reação ao niilismo: uma forma de proteger-se do “nada existencial” e do vazio de significados que a vida moderna pode trazer. Conforme diz Nietzsche (2002a), o homem tem horror ao vazio, e prefere querer o nada ao nada querer. Assim, a variação serve a uma busca que talvez aconteça pela própria busca em si mesma, sem objetivos racionalmente delimitados, como expressa o excerto abaixo:

Tá todo mundo querendo aprender junto, sabe? Ninguém sabe muito bem que que é o que, pra onde a gente quer ir. Eu sinto que a gente na verdade...

nós somos umas pessoas perdidas, mas com desejo de se encontrar sabe? A gente quer chegar em algum lugar, a gente quer. Porque assim, uma coisa é ser perdido e continuar na perdição. A gente sabe, a gente tem bem consciência que a gente as vezes bate cabeça e não sabe pra onde vai, o que fazer, e deu. [...] Cara, tu não leva nada daqui né? Não leva joias, não leva prataria, apartamento, carro, tu não leva nada. Mas, no final o que vai valer a pena mesmo, o que conta, são todas essas pessoas e experiências que a gente viveu e conheceu (Excerto de Entrevista com Amanda em 7 de março de 2013).

Tomando por base a concepção de tribos de Maffesoli (2010b), é justamente esta variação que se apresenta, de forma presenteísta, lúdica, desapegada e aventureira. Em suma, tais aspectos representam características análogas a um “nomadismo” (MAFFESOLI, 2001) que se mostra metaforicamente na CCD. *A priori*, todos esses interesses que são ao mesmo tempo individuais (pois, são trazidos por pessoas específicas) e coletivos (pois, são aceitos como temáticas que permeiam a cultura digital) acomodam-se em uma forma de sociação criada para contemplá-los. Isso apresenta algumas decorrências organizacionais, como a rejeição de determinados processos administrativos.

Frequentemente, ressaltam-se em seus discursos a comparação com elementos que seriam comuns em um ambiente empresarial. Quando questionado se a CCD deveria ter algo como um “planejamento”, Leandro prontamente rejeita essa ideia que já fora expressa em outros momentos.

Do jeito que a CCD é hoje, ela não tem que ter nada. Não dá pra ter que ter alguma coisa. É um processo que vai vir ao natural assim. Então, no momento que a gente tiver que se formalizar para cumprir alguma coisa, pode ser um problema. As coisas tem que ser de forma orgânica, sei lá, não sei se o termo é esse. Tem que vir em função de um desejo ou de um projeto específico assim. [...] Mas não dá pra dizer.... eu sou super contra botar missão, visão essas coisas... a gente tem o que nos une, são esses conceitos, essas coisas em comum que são muito vagas e que no momento que forem explícitas e definidas elas perdem sentido. É a mesma coisa... no momento que a gente for ter que dizer isso, assim, parece que a gente tá impondo. A gente é assim porque a gente é e tal (Excerto de entrevista com Leandro em 19 de novembro de 2013).

De certo modo, a aversão a tais processos comuns na área da Administração se impõe mais em relação às palavras e ao que elas representam, do que propriamente uma rejeição à prática em si de buscar planejar, uma vez que certos procedimentos se tornam necessários na criação de eventos pela CCD. Um deles é estabelecer certos parâmetros em termos dos quais os eventos possam ser realizados: datas, horários, participantes, responsáveis, programação etc., mesmo

que abertos às modificações. Todas essas definições acontecem e são organizadas via ciberespaço. Assim, minimamente, existe certo planejamento sendo realizado, de modo que importa discutir não em si mesma essa prática, mas, o porquê de estar sendo rejeitada, mesmo quando é praticada.

Como exemplo, tem-se o quadro negro da CCD onde são registradas, programadas e planejadas suas ações. A fotografia abaixo mostra a primeira versão do quadro que permaneceu sendo aprimorado até minha saída de campo.

Figura 15 - Quadro-negro

PLANO		
JUL - FISL	OFICINA (27) OPEN DESIGN	
AGO - OFICINAS CCMS	CINECLUBE (15)	OFICINA (24) OPEN DESIGN
SET - OFICINAS CCMS	CINECLUBE (19)	RODADA (28) HACKER
OCT - OFICINA MÚSICA	CINECLUBE (24)	24h PLANEJADO
NOV - OFICINA MÚSICA	CINECLUBE (21)	
DEZ - OFICINA MÚSICA	24 HORAS	

Fonte: Autoria própria

Este quadro fora montado em um momento conflituoso em que Leandro, Júlia, Rodrigo e Luana falavam, na sala da CCD - em um sábado, marcado justamente para ter essa conversa - que eles pareciam muito desorganizados. Havia uma insatisfação no fato de que a tentativa de manter a organização demasiadamente aberta fazia com que em vários momentos muitos se afastassem e parecessem pouco comprometidos com a CCD. Júlia dizia naquele dia: “é por amor, mas ele pode acabar” (Excerto de diário de campo em 29 de junho de 2013). Leandro, por sua vez, dizia naquele momento que “isso aqui é um trabalho pra ser legal, não é pra gente ficar cobrando ninguém”.

Depois de uma discussão sobre esses aspectos - que já se tornava circular tal qual nos conflitos recorrentes da CCD- sugeri, no meio da reunião, que a CCD fizesse um quadro para expor todas as suas atividades, datas e responsáveis, já que a questão que se impunha era uma grande quantidade de oficinas, cineclubes e encontros pensados e razoavelmente planejadas para acontecer, mas que os levava a uma confusão sobre quando aconteceriam e que tarefas deveriam ser cumpridas.

“Ué, vamos lá” – disse Leandro, ao que eu e Júlia levantamos e começamos a desenhar o quadro, que naquele momento ficara muito “poluído”. Durante a semana seguinte, Luiz, que gostou da ideia, redesenhou o quadro para ficar mais “apresentável”, com suas habilidades de *designer*.

Na tentativa de criar um ambiente aberto à criatividade, onde as individualidades poderiam se expressar mais genuinamente que em outros espaços, sem constrangimentos de controles e autoridades, a momentânea insatisfação de seus participantes revela que essa expressão genuína também trouxe decorrências negativas em suas opiniões: o grupo tornou-se demasiadamente fluido. As fronteiras do que é CCD e do que não é, de quem faz parte e de quem não faz, e mesmo da separação entre sociabilidade e trabalho são enevoadas. Ainda que essa fluidez seja intencional, não significa que não leve aos conflitos.

Quando se rejeita algo como a ideia de “planejamento”, a ideia de “controle”, não são esses processos em si que estão sendo rejeitados, mas o que eles representam para um grupo que gostaria de se afastar de elementos semelhantes a um modo de trabalhar – em seu ponto de vista – empresarial. Simmel (2005b; 2005c), Maffesoli (2010b; 2011) e Lemos (2013) oferecem compreensões para isso todos a partir de um mesmo cerne. No ponto de vista de Simmel (2005b), o homem criou tantas objetivações de suas formas de estar com os outros que elas acabam sobrepondo-se às subjetividades, constrangendo o indivíduo que busca manter sua unidade psíquica frente às fragmentações do mundo moderno. A isso ele chama de cultura objetiva: formas criadas que se tornaram fins em si mesmas e acabam voltando-se contra seu criador.

É a esta consequência extrema de nossa situação artística que o futurismo chegou: a apaixonada vontade de expressão de uma vida que não se acomoda mais às formas transmitidas, mas que ainda não descobriu formas novas e, por isso, quer encontrar sua pura possibilidade na negação da forma – ou numa forma quase tendenciosamente abstrusa [...] (SIMMEL, 2013, p. 106).

Negam-se formas na CCD - simbolizadas pelo mundo empresarial e corporativo - e, com isso, quer-se criar outra forma a partir da negação. Entretanto, como diz Simmel (2013), esta negação pode levar a uma forma quase abstrusa, obscura, com pouco nexos e pouca ordem. O “nomadismo identitário” e a recusa de planejamento são, em suma, negações de formas. A tragédia simmeliana não tem fim, pois, as objetivações entendidas como supressão do indivíduo não cessam de acontecer, dado que a solução encontrada é negar através de novas objetivações.

À luz de Maffesoli (2010b; 2011), a tribo é uma resistência estética que passa pelo lúdico, pela exacerbação da sociabilidade e por uma razão sensível. É uma forma e uma metáfora que tem, no simples fato de existir e produzir associações, uma reação às saturações modernas, por exemplo, na fuga dos “grilhões institucionais” (MAFFESOLI, 2001, p. 128). Para Lemos (2013), isso pode ser visto na figura do *hacker* alguém que se reapropria da técnica criando outras e exercendo algo como uma bricolagem. Na CCD, a bricolagem revela-se na justaposição de imagens do que seja uma empresa corporativa e do que a CCD deveria ser em oposição. Uma forma necessita da outra, mesmo que apenas como uma imagem da alteridade que permite a construção de uma forma pretensamente oposta.

De outro ponto de vista, a partir de Simmel (2005a), a arte representa a oposição extrema à divisão do trabalho e, portanto, à perda do sentido subjetivo das coisas. A arte, para Simmel (2005a), é aquilo que advém da interioridade de seu criador, a expressão da *persona*, provendo uma objetivação do sujeito na forma da obra, ao contrário da divisão do trabalho que impede a coesão final do sujeito naquilo que é produzido. Para Rodrigo, por exemplo, tais variações temáticas, rejeições de definição e de qualquer aspecto que possa restringir o sujeito, são possíveis, pois a CCD tem a ver com arte.

Porque tem a ver com arte. Acho que a questão da arte é que acaba abrindo N possibilidades. Até porque a cultura e os saberes são construídos a partir da arte, mesmo que leve um tempo até se consolidar, eu acho que a arte é uma das maneiras de construir cultura e saberes e maneiras de... vou usar um palavrão que tu deve saber, seriam epistemologias novas, algo assim. Uma nova maneira de enxergar isso na volta. E pra isso, pensar coisas diferentes, até questionar direito autoral, a questão de eu pegar uma ideia tua, trabalhar em cima e não dizer que é minha, mas dizer ó é da Carol, eu mexi e virou isso aqui, entende? (Excerto de entrevista com Rodrigo em 22 de outubro de 2013).

A tentativa de manter-se relativamente indefinida pode ser associada ainda à característica do improvisado de algo que está sempre “sendo feito” ou que não está pronto (INGOLD e HALLAM, 2007). Especialmente, isto se revela em imagens de cartazes colocados na sala da CCD.

Figura 16 - Cartaz⁴⁸



Fonte: Autoria própria.

Para Maffesoli (2001), este “estar sendo feito” relativamente nômade é análogo a uma “aventura”, que, por Simmel (2005e), é considerada uma sociação. A aventura é algo temporal: tem início e fim, talvez não previamente determinado, porém, revelando um jogo que se joga com a perspectiva de sua finalização. O nômade ou aventureiro, por sua vez, é um indivíduo que representa o favor do acaso e considera uma vida possível de ser condicionada por este acaso, como um imperativo que lhe move.

Então é isso. Tá sempre aberto e isso é muito dinâmico assim e também tem uma questão, eu acho que a CCD.... Eu via nas conversas que eu tinha com a Júlia, eu via a CCD muito com prazo de validade. Eu não acho que essa natureza fluida que a gente tem, movediça, consiga permanecer por muito tempo, porque a gente tem que ter tesão de fazer as coisas juntos. É o

⁴⁸ Cartaz confeccionado pelo “Coletivo Transverso” de Porto Alegre, cedido à CCD.

principal combustível. E no momento que a gente não tem mais, acabou assim. E pra gente conseguir manter esse tesão alto a gente tem que estar fazendo coisas a todo o momento. E talvez depois a gente não vai conseguir ter esse combustível (Excerto de entrevista com Leandro em 19 de novembro de 2013).

Rejeitar definições claras, manter uma forma abstrusa e aberta ao devir é apenas uma das peculiaridades da CCD. Manter esse “jogo” organizacional indefinido requer outras recusas. Manter o “tesão” por trabalhar em atividades lúdicas e não-remuneradas, passa também pela questão da hierarquia e das formalizações, elementos que direta ou indiretamente permitem certo “nomadismo” para a CCD.

7.2 “NÃO EXISTE CACIQUE NESSA TRIBO”: A REJEIÇÃO DAS FORMALIZAÇÕES E HIERARQUIAS

Em julho de 2013, discutíamos a possibilidade de a CCD participar de um edital na área da cultura. Para tanto, havia sido marcada por *Facebook* uma reunião na sala da CCD para conversar sobre o tal edital. Como ocorre na maioria das vezes, a conversa principal para a qual estávamos lá custou a começar.

Júlia comentou, então, que fazer um projeto desses exigiria definirmos alguns princípios básicos da CCD, algo que o nunca ninguém quis fazer. Outro problema do projeto é o fato de que a CCD não tem um CNPJ⁴⁹ e isso implica que cada pessoa tenha que usar um PJ próprio ou que outra entidade assumas as atividades que a CCD (como contratada faria). A ginástica para viabilizar isso é enorme, tudo porque os membros da CCD não querem montar um estatuto social e definir princípios. Por isso eu perguntei:

- Mas não é mais fácil fazer uma associação e criar um CNPJ?

Leandro tirou os olhos do computador e disse rapidamente com veemência: não toca mais nesse assunto. Dá um “xizinho” nele [fez um sinal de fechar janela do computador] e não volta a tocar – Leandro, ao que eu e Júlia rimos. Bruno apenas continuava a mexer em seu computador e Rodrigo ainda não estava lá.

- A gente já discutiu muito isso. É que um CNPJ impõe à gente uma estrutura que a gente não quer ter – disse Júlia - Vai ter um diretor, um presidente.... a gente sempre esbarra nisso. A gente não quer ter essa estrutura que vai nos barrar (Excerto de diário de campo em 25 de julho de 2013).

⁴⁹ Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

No item anterior, aponte a vontade de os membros da CCD definirem-se a partir da indefinição, como um modo de manterem-se abertos aos vários conteúdos, movediços e nômades. Como decorrência, isso impede a CCD de participar de editais públicos – mesmo que não impeça seus membros, individualmente, dado que alguns possuem constituição empresarial própria.

As decorrências organizacionais do “nomadismo” são inúmeras, desde a questão financeira até a fluidez das fronteiras organizacionais, que ora transforma pessoas em “estrangeiros” (SIMMEL, 1983) - alguém que, no sentido dado por Simmel, faz parte do grupo, mas, ao mesmo tempo, não o integra totalmente, afastando-se e aproximando-se dependendo da ocasião – ora as aproxima, conforme sua “identificação” (MAFFESOLI, 2010a) em relação aos eventos e projetos da CCD.

Assim, quando eu cheguei aqui na CCD tinha ideia de formalizar a CCD e eu sei que isso é delicado porque tem a questão da horizontalidade. Porque tem diretor, alguém tem que ocupar formalmente alguns cargos chave. E eu acho que isso ia dar um tipo de responsabilidade maior para as coisas. Entende? Como se a gente fosse virar gente grande. E num primeiro momento não, não, não sei o que, não to afim. Um dia eu percebi aqui assim, talvez em alguma conversa que eu não tava. Tipo, não não não. Formalizar não. Porque eu acho que aquilo ali sim nos daria um. Talvez seja muito cedo ainda, talvez não tivesse sido aquele momento ali, mas eu não tenho dúvida de que a CCD pra evoluir e pra virar gente grande vai ter que se tornar pessoa jurídica.

- E por que o medo da formalização, na tua opinião?

Não sei. Acho que deixa a coisa mais solta, mais livre talvez. Acho que esse termo encaixa um pouco melhor. Acho que talvez o pouco formal deixe a coisa mais livre e seja a base, porque realmente eu sei que é delicado. (Excerto de entrevista com Rodrigo em 22 de outubro de 2013).

Não é coincidência o fato de que as pessoas que mais se preocupam com planejamentos, métodos sistematizados de trabalho e com a formalização da CCD, vejam-se mais afastadas que os demais. Diversas podem ser as razões articuladas em um discurso para justificar tal fato, mas, fundamentalmente, se não existe aproximação, não existe identificação e, portanto, na lógica de Maffesoli (2010b), em algum momento, não se concretiza o “estar junto” tribal como um todo no grupo. Este é antes um fenômeno que contempla as pessoas mais identificadas com o modo de ser aberto.

Neste sentido, cabe ponderar o porquê de um “estilo” de trabalhar preponderar em detrimento a outros, uma vez que existe uma divergência clara de opiniões que não entram em conflito direto. De certa forma, é aceito este modo de

ser e as pessoas que mais se identificam com ele, aproximam-se. Disso depreende-se que a pluralidade da CCD e seu nomadismo identitário importam na medida em que sustentam uma forma de organização. No limite, o fato de existirem opiniões que defendem a existência de um CNPJ e de processos mais planejados mostra que a pluralidade total, contudo, não está contemplada, nem abrigada na “forma”. Ela é parcial justamente para a CCD poder manter-se como tal.

E, portanto, se esta pluralidade total de opiniões não está contemplada na organização, se algum discurso prepondera em relação a outro, se algum conteúdo sobressai é porque a organização que se apresenta pauta-se por alguns valores, que podem ser apenas inverso a outros – presentes em outros ambientes organizacionais – mas, ainda assim, demonstrando uma ordem que está acima do caos completo. Conforme aponta Levi-Strauss (1976), toda a classificação é superior ao caos. Por mais que a CCD diga-se caótica, desorganizada e movediça, a própria percepção de si mesma nesses termos revela uma classificação.

O medo da formalização não deve ser visto em si mesmo. Antes, a formalização, a criação de um estatuto de associação e um CNPJ são símbolos que revelam o inverso do que pretende ser a CCD. Ao se tornar formalizada, impõe-se oficialmente uma hierarquia, o que, conseqüentemente, em seus pontos de vista, cria verticalidades nas decisões cotidianas. O medo é das conseqüências que essas imposições podem ter para uma determinada maneira de trabalhar com os outros, que inclui intensas sociabilidades.

É, nesse sentido, que a imposição das formalizações representa um tolhimento das liberdades, que aqui não devem ser vistas sob uma perspectiva do “liberalismo”, mas antes, de uma perspectiva anarquista, como o quer Bruno, por exemplo:

Então, sim, tem diferenças práticas de política, mas a ideologia que a gente segue acaba sendo a mesma de todos, que é essas coisas de cultura digital, de liberdade, de anarquismo. Um anarquismo utópico que não existe, que é a ideia da gente conseguir construir uma sociedade anarquista que consiga usar os meios digitais para se auto-gerenciar (Excerto de Entrevista com Bruno em 5 de dezembro de 2013).

A noção de liberdade anarquista em sua vertente proudhoniana é ao mesmo tempo uma rejeição à sujeição dos homens perante outros, e entendida como um atributo essencialmente organizador da realidade (PROUDHON, 1983), de tal modo

que não seja necessária a autoridade de um governo que controle, autorize ou corrija o comportamento dos cidadãos. A rejeição às formas de autoridade não-coletivas é expressa em direção ao Estado. Porém, pensando tal noção proudhoniana para o âmbito organizacional, mesmo que não dirigida ao controle estatal, ela pode se expressar na rejeição à hierarquia, entre outros aspectos.

A preocupação que Bruno expressa não é compartilhada por todos, embora a maioria veja no ambiente digital a possibilidade de transcender formas de trabalho centralizadoras, dado que a própria constituição da rede da *Internet* é rizomática (LEMOS, 2013). O ciberespaço, para Lemos (2013), é uma interface entre o profano e o sagrado, uma manifestação do reencantamento pela tecnologia que leva às hierofanias: quando algo de sagrado se revela (ELIADE, 2010). Este “sagrado” das redes digitais – que, de certo modo, mostra utopias direcionadas a um *locus* não tão aberto quanto se quer – na CCD tenta ser “transposto” a uma realidade organizacional, a um modo de trabalho análogo às próprias redes: abertas, descentralizadas, rizomáticas, com pouca ou nenhuma hierarquia.

Estávamos na sala da CCD e chegou uma pessoa pela janela perguntando: quem é o diretor ou presidente? Eu gostaria de falar com ele. Bruno atendeu a pessoa e disse: moça, aqui não tem diretor ou presidente. E ela revidou: então eu queria falar com o coordenador. Bruno respondeu: também não tem coordenador. Se tu quiser pode falar comigo mesmo. Seguiu-se então a conversa entre a moça e Bruno. Mas, aparentemente, a moça não entendeu o que Bruno quis dizer (Excerto de diário de campo em 08 de maio de 2013).

Entretanto, o fato de a maioria dos integrantes da CCD expressar rejeição à autoridade não significa que inexista certo controle, dado que ele pode estar disperso expressando-se implicitamente. Também não significa que não existam autoridades investidas para realização de determinadas tarefas. Este tipo de coordenação existe cotidianamente quando se determinam responsáveis pelas tarefas. Porém, a diferença reside na espontaneidade que investe a autoridade não por uma função *a priori*, ou pela estrutura, mas, normalmente, pela tarefa que se impõe ao grupo, reiterando aspectos da “autogestão”, cuja base é anarquista (MOTTA, 1981). Na CCD, a hierarquia é sinônimo de autoridade e, assim sendo, dificilmente se identifica esta última, pois a imagem da autoridade está suprimida na utopia de uma horizontalidade total das relações do grupo.

Ao analisar organizações chamadas de alternativas, Rothschild-Whitt (1979), aponta que uma das suas principais características reside na questão da autoridade

que, neste caso, embasa-se não no indivíduo, mas na coletividade como um todo, algo que vem ao encontro daquilo que ocorre na CCD. A autoridade não deixa de existir na organização coletivista, ela apenas é informada por um princípio diferente, pois seu processo de decisão aproxima-se do consenso e da tentativa de homogeneidade. Assim, as formas de gestão são rearticuladas com outros pressupostos.

Assim como na anarquia, diz Rothschild-Whitt (1979), a organização de certo modo busca implodir hierarquias, pois todos os membros participam dos problemas e das soluções em um mesmo nível. Assim, não seria necessária a sujeição de um sobre outro, e a tarefa executada impor-se-ia na liberdade de ação do homem (PROUDHON, 1983).

Acho que se tivesse uma hierarquia muito rígida não seria legal. Mas dentro da organização teve alguma hierarquia de quem coordenava, quem fazia era o Luiz ele tava mais a par de tudo. Ele que movimentou todas as coisas. Mas era uma hierarquia flexível. Hierarquia totalmente democrática. Ele levantava as questões e não impunha nada (Excerto de dissertação com Antônia em 9 de novembro de 2013).

Hoje não tem hierarquia na CCD. Hoje não. Já tinha, já teve e hoje não tem. Pode ser que a pessoa ache que tenha (risos). Prefiro que não tenha. Não sei se isso é possível tá? Sendo bem sincera, mas prefiro sem. Desde janeiro assim, eu acho. Mas assim, dentro daquela ideologia do que a gente acha como sociedade. É possível uma sociedade sem hierarquia? Nós somos uma mini sociedade (Excerto de entrevista com Júlia em 5 de março de 2013).

O esforço por manter essa forma exige de seus participantes um comprometimento para com as atividades da CCD. Porém, esse comprometimento não é igualmente distribuído, o que leva Leandro a dizer, certa feita, em um bar próximo à CCD, onde fomos após uma reunião na sala: “É tudo voluntário. A gente não ganha nada, mas é como se ganhasse. Só que tem que ter comprometimento” (Excerto de diário de campo em 28 de junho de 2013). Esta observação de Leandro acontecia no momento em que a CCD realizava o chamado *Hackday*⁵⁰ do Transporte Público, evento onde poucos integrantes da CCD compareciam, ao contrário do público externo que se avolumava na sala. Leandro e Júlia, principalmente, responsáveis por essa atividade que se estendeu ao longo de um mês, diziam-se sobrecarregados, pois o *Hackday* exigiu uma intensa dedicação

⁵⁰ Em acordo com pressupostos *hacker* (LEMOS, 2013), este evento propunha-se a buscar informações sobre o transporte público de Porto Alegre e disponibilizá-las à população na ocasião das manifestações do ano de 2013.

dentro e fora da sala da CCD (inclusive no ciberespaço), ao mesmo tempo em que suas outras atividades, de outros trabalhos, continuavam ocorrendo. Porém a angústia não era exposta aos demais.

Conforme falou Luiz: “Não existe cacique nessa tribo” (Excerto de entrevista em 8 de março de 2013). Não existe um cacique, nem se quer ter um, por mais que isso cause conflitos e os faça despendar muitos esforços para manter uma forma como tal.

A digressão deste item pretende mostrar que muitos aspectos mudam na CCD, desde eventos, até seus membros, porém pouco muda a forma, conquanto esteja informada por pressupostos, tais como mantê-la “pura e imaculada”.

O que eu acho que pode acontecer também é a gente não macular a CCD com um CNPJ, por exemplo, e sempre usar artimanhas pra isso. Quando precisa de alguma coisa a gente vai usar um outro CNPJ, daqui a pouco a gente cria um outro CNPJ de empresa, e deixa a CCD pura ali. Deixa quieta ali. É uma ideia, não sei se funcionaria também né (Excerto de entrevista com Leandro em 19 de novembro de 2013).

Cumpram-se destacar que, para Simmel (2006), a sociabilidade é uma forma pura, dado que nela diluem-se os conteúdos da vida pela formação de uma socição lúdica onde seus participantes seriam “iguais”, ao menos naquele momento. Não se pode dizer que a CCD seja, ela mesma, uma forma da sociabilidade, pois, mesmo transitória, existem conteúdos que se sobressaem. Porém, a tentativa de aproximação com esta forma demonstra, tal qual na sociabilidade, o interesse de afastar as tensões objetivas, do material, do dinheiro, das formalizações institucionais que, neste caso, estão postas na maneira de organizar atividades.

Embora tudo pareça muito fluido e “movediço” – para citar uma palavra usada na CCD – o nomadismo encontra alguns limites no espaço físico. A tribo é espacialmente localizada, mesmo que, por vezes, se desterritorialize (MAFFESOLI, 2010b).

7.3 SAINDO DA CASA DA MÃE: IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO FÍSICO PARA UMA FORMA MOVEDIÇA

A utilização da sala da CCD, no centro cultural localizado na área central de Porto Alegre, sempre fora temporária. Desde o início do estabelecimento da CCD, era sabido que um dia a sala não estaria mais disponível. Entretanto, os integrantes não sabiam ao certo quando seria esse dia. Após a metade do ano de 2013, Júlia soubera que a CCD sairia da sala e repassou a informação para os demais em conversas presenciais tanto na sala, quanto nos bares. Em outubro, quando a iminência da saída era imediata, resolvi permanecer por mais um mês em campo, antes da realização de algumas entrevistas, para observar como aconteceria esse processo.

Quando conversava com os membros da CCD, no início de minha pesquisa, em janeiro e fevereiro, notava que sua presença na sala da CCD era intensa, porém, em seus discursos informais, reiterava-se o fato de que a maior parte da organização acontecia mesmo no ambiente *online*. Ao longo do tempo, este fato começou a se inverter: a presença das pessoas na sala era menor – em razão do pouco tempo que alguns dispunham a partir do meio do ano – e, pouco a pouco, via-se a importância de uma “cola física” nas práticas cotidianas.

No momento em que a CCD soube não teria mais sua sala à disposição, mesmo que estivesse sendo pouco utilizada, isso provocou muita preocupação para seus membros. Para uma organização que se dizia mais *online* que *offline*, este é um fato curioso, de modo que julguei necessário abordá-lo em entrevistas e em conversas informais.

Agora, olha essa sala aqui que astral. Não, olha o lugar que a gente tá cara. De graça. E isso realmente eu acho que em termos de impulsionar um projeto que ta começando, foi decisivo. E acho que agora a gente tem que começar a caminhar. Ah, seria como, guardando metáfora, que nem quando eu morava na casa da minha mãe e saí. Aí eu que tive que fazer as coisas, todas, desde super, lavar louça, varrer e tal, tu entende? Eu acho que agora a gente vai sair da casa da mãe. Acho que a gente vai cair na real agora. Porque aqui é uma zona de conforto. Bah, se esse lugar não te dá conforto eu não sei o que dá conforto. Entende? Por isso que eu acho desafiadora essa nova etapa (Excerto de entrevista com Rodrigo em 22 de outubro de 2013).

Porque apesar da gente trabalhar muito no digital, essas reuniões periódicas que a gente faz, e a gente ter um nosso canto pra gente ter essas tranqueirinhas aqui é uma espécie de cola entre as pessoas. O espaço físico

é a cola que mantém o virtual. As pessoas iam acabar dispersando. Um é a cola do outro. Ou um é a cola e o outro são as pecinhas (Entrevista com Laura em 10 de março de 2013).

É neste ponto que a CCD não pode ser considerada uma organização totalmente virtualizada (LÉVY, 1996), nem totalmente nômade (KIVINEN, 2006). A noção de “organização nômade” – elaborada por Styhre (2003) com base na filosofia deleuziana – sem centro e constantemente em movimento não se aplica como um todo à CCD. Antes, a CCD serve mais a uma elaboração de organização como tribo que se territorializa e desterritorializa em diferentes momentos (MAFFESOLI, 2010b).

Seu nomadismo é metafórico, referente às definições – ou indefinições - aos conceitos, aos usos e desusos, mas não ao espaço propriamente. A CCD não é um não-lugar (AUGÉ, 2012), pois estabeleceu para si um espaço relacional e identitário, por onde passam as pessoas e as práticas deixando marcas territorialmente situadas. A CCD, possivelmente, vê-se e quer-se mais nômade do que realmente o é.

Nesse sentido, as reflexões de Halbwachs (2006) muito servem para compreensão de uma dinâmica comunitária “tribal” – mesmo daquelas envoltas em sociabilidades digitais. Com este autor, é possível compreender que o espaço é moldado pelo grupo à sua maneira, e que tal forma de ser confere um sentimento de estabilidade, justamente pela materialidade de um ambiente moldado para que seus participantes identifiquem-se com ele.

Para Halbwachs (2006), o espaço pode ser aquilo que há de mais estável no grupo. No caso da CCD, a existência de uma “cola” espacial confere certa estabilidade, a ponto de a perspectiva de sua perda causar estremecimentos. Em uma organização onde sua própria definição é movediça, aparecem e desaparecem membros, surgem inúmeros projetos diferentes e onde cada um entende algo diferente sobre cultura digital, o espaço é o que há de mais estável, pois, sempre se soube que, na hora de “discutir a relação”, era a sala que ofereceria tal suporte.

Também se torna necessário relativizar uma impressão frequentemente associada ao ciberespaço como acelerador comunicacional. Para Leandro, por exemplo, estar junto conversando, faz com que algo que demoraria muito mais tempo para ser resolvido no *Facebook*, seja em poucos minutos solucionado com a “presença carbônica”.

E o espaço também ajuda porque têm coisas que precisam ser faladas de forma pessoal eu acho. De forma física, não binária. Acho que sim, a presença, por mais que exista presença carbônica... a gente precisa da presença carbônica pra algumas coisas. Agiliza muito. Uma saída que a gente tem, uma conversa e agente vai tomar uma cerveja, vai comer um negócio e fica quatro horas junto e conversa milhões de coisas que a gente precisaria de horas, dias às vezes pra conversar na rede, porque a gente fica fazendo várias coisas ao mesmo tempo (Excerto de entrevista com Leandro em 19 de novembro de 2013).

Muitas foram as conversas sobre este episódio que marca a CCD como o devir de uma ruptura. Depois dos conflitos iniciais com Valter, este momento é um dos mais significativos para a CCD. À luz de Halbwachs (2006), pode-se depreender que, quando um espaço muda, o grupo muda também. E neste ponto, reitero o que já foi exposto de outras formas, no sentido de que nem tudo é nômade, nem tudo é movediço; em si mesma a forma, em um sentido simmeliano, cristaliza-se em meio às transitoriedades.

Entretanto, no momento em que muda o espaço, mesmo esta forma - como estética do estar junto - pode mudar. Os receios, então, que tais modificações impõem ao grupo não são relativos às suas mobilidades “programadas”, já pensadas para serem como tal – como a falta de definição da organização. Na CCD, tudo muda menos a forma pela qual as mudanças ocorrem e sua lógica de organização. Porém, quando estas últimas dão demonstrações de mudança, então, tem-se o devir de uma ruptura no grupo, que pode ou não concretizar-se.

Com a mudança de um lugar gratuito e repleto de facilidades, para outro ainda incerto onde as facilidades diminuem, a discussão do dinheiro volta a tomar corpo, pois de algum modo a CCD deverá sustentar-se para continuar existindo. E, sendo assim, a CCD deve enfrentar um de seus maiores “tabus” que é a colocação do dinheiro em meio às relações do grupo. Como disse Leandro, certa feita, em um bar de Porto Alegre: “o desafio é a gente conseguir fazer o que faz com dinheiro. Será que isso é possível?” (Excerto de diário de campo em 25 de outubro de 2013).

Um pouco antes disso, em 12 de setembro, quando estávamos eu, Júlia, Leandro e Luiz em um bar, comentávamos sobre as perspectivas de um novo espaço e o receio de que a CCD pudesse acabar. Júlia, por sua vez, dizia que isso dependeria de quão unidos os membros da CCD estariam, pois, “o que nos mantém é que a gente gosta de estar junto, mais do que ganhar dinheiro. As pessoas se dão

bem juntas e na real é por isso que a CCD continua” (Excerto de diário de campo em 12 de setembro de 2013).

Em 2 de outubro, após um dos dias de Oficina das quartas-feiras, eu, Amanda, Bruno, Leandro, Luiz, Júlia e Luana discutíamos a mudança da CCD. Amanda sugerira que a CCD poderia ser nômade e ficar transitando por vários espaços diferentes, ao que Luiz retrucou dizendo que não, pois o nome “casa” – da Casa da Cultura Digital – remete ao imaginário de algo encontrado fisicamente e que a CCD não poderia perder essa identificação.

“O lugar faz a ligação [...] Daí a importância simbólica de um termo como “casa” que, em seu sentido principal remete a esse abrigo comum, onde se pode ter segurança e proteção” (MAFFESOLI, 2010c, p. 104). Certamente, isso é percebido pela CCD, na medida em tanto seu nome quanto seus anseios remetem à necessidade de uma “cola espacial” que congregue suas multiplicidades.

Bruno, em seguida, comentara que “somos o único coletivo que não tem custos e isso é bom”. Porém, havia uma sensação de isso não permaneceria por tanto tempo. A “aventura” (SIMMEL, 2005e) da CCD, o jogo da forma de se organizar – com ela e por meio dela – poderia acabar, assim como a forma da aventura um dia também acaba.

É a mesma coisa que sair de casa. É a mesma coisa, se a gente for pensar. Tipo, até em coisas banais como horário. A gente não tem horário mais. Aqui nós tínhamos horário, só que agora nós temos custos e aqui nós não tínhamos custo. É amadurecimento assim, a CCD tá se tornando adulta, é isso. Não tem muito... vai ser uma coisa dura, conseguir dinheiro pra botar Internet, reformar reboco, fazer fiação, encanamento, mas vai ser divertido. (Excerto de entrevista com Bruno em 5 de dezembro de 2013).

Pouco a pouco, surgia nos discursos uma impressão de nostalgia para com o espaço que ainda não havia sido perdido, mas, em breve, não seria mais ocupado pela CCD. O estremecimento do grupo com a possibilidade de perda do espaço físico demonstra alguns aspectos fundamentais: que as cristalizações do nomadismo estão inscritas espacialmente; que a virtualização da CCD em suas práticas organizativas é um fato parcial imposto também como decorrência de um modo de se organizar voluntário; e, por último, que o estar-junto, as sociabilidades, a cola das interações – em sendo uma das motivações de existência da CCD – não pode ser completamente digitalizada. Entretanto, com a iminência da perda de um

espaço físico, o grupo pode encontrar outras “colas”, mesmo no ciberespaço, porém, não restrito a este, dado que os encontros presenciais são necessários.

Buscando inspiração em Geertz (2008), deve-se questionar qual a importância de algo que está sendo feito, transmitido, dito ou mesmo não-dito. Para tanto, os valores compartilhados e expressos em uma determinada forma de se organizar demonstrados até aqui, devem ser correlacionados com as temáticas da cultura digital e com os significados que ela assume para os participantes, além do que já foi exposto.

8 SIGNIFICADOS DA CASA E DA CULTURA DIGITAL: UMA FORMA DE SOCIAÇÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Para os *hackers*, a cibercultura vai questionar os valores do sistema tecnocrático, como uma forma de apropriação social dionisíaca.

André Lemos. *Cibercultura*.

Até este ponto, descrevi as formas de sociação do conflito e da sociabilidade, bem como as peculiaridades da CCD em seu formato de se organizar e trabalhar. Entretanto, tendo em vista os objetivos do presente trabalho, além da descrição das formas, é necessário compreender intencionalidades que subjazem nessas expressões. Nesse sentido, refiro-me a dois aspectos: o arcabouço conceitual da cultura digital, que informa determinadas práticas, e o papel que a CCD ocupa na vida daqueles que a integram.

O objetivo deste item é mostrar que mesclando conceitos da cibercultura alinhados aos significados que a CCD tem para os membros, esta objetiva uma forma de sociação que se pretende oposta a outras. Ao final, busco trazer que contribuições possíveis de serem transpostas para os Estudos Organizacionais.

8.1 A OBJETIVAÇÃO DE UMA CIBER-UTOPIA

Todo mundo tem uma leve rebeldia dentro da CCD, enfim (Excerto de entrevista com Antônia em 9 de novembro de 2013).

Para iniciar, cabe retomar as noções de Lemos (2013, p. 319) em torno do *hacking*, como uma ação emblemática da cibercultura cuja intenção é “controlar nosso destino”. No imaginário *cyberpunk*⁵¹, entende-se que a noção de um futuro racionalmente projetado não faz mais sentido e que as grandes metanarrativas da sociedade desabaram. Para estas figuras, a informação deve ser livre, o acesso aos computadores ilimitado, deve-se desconfiar das autoridades e, na medida do possível, “fazer você mesmo”. O que um computador faz, para o *hacker*, é criar condições de uma democratização e de liberdades de informação de modo a questionar os valores de um sistema tecnocrático (LEMOS, 2013).

Por mais que se entenda que os “portais” do ciberespaço não estejam igualmente abertos para todos (WERTHEIM, 2001), a existência de uma utopia como tal é um revelador social. Como aponta Wertheim (2001), assim como no início da criação dos ambientes das cafeterias existia uma utopia que não se concretizou, talvez no caso do ciberespaço também o mesmo esteja ocorrendo.

⁵¹ Ver glossário.

Assim, quando a CCD realiza eventos informativos sobre cultura digital, estas intencionalidades estão colocadas em seus discursos, conteúdos veiculados e formas de expressar-se. De acordo com os eventos da CCD, a noção de cibercultura passa pela prática *hacker*, entendida mais como metáfora, do que como uma alteração de códigos de computador, dado que não é isto que acontece nas atividades da CCD. Nesse sentido, todos os eventos públicos durante o ano de 2013 de algum modo reiteraram esses discursos, *a priori* ou *a posteriori*.

Um desses eventos foi o Dia da Cultura Livre, realizado em maio, o qual se propôs a agregar diversas expressões artísticas que fizessem reapropriações de outras obras, *softwares* ou qualquer produto intelectual que pudesse ser *remixado*, ou *hackeado*. Tal evento inspirava-se no fato de que ele ocorria simultaneamente em outros lugares do mundo, sendo que, em Porto Alegre, nunca havia sido realizado. A CCD propunha este evento juntamente de outro grupo de Porto Alegre chamado *Matehackers*, que se aproximara para realizar atividades em conjunto.

A gente fez um dos eventos sobre isso, o Dia da Cultura Livre, que a gente propôs uma discussão sobre isso. Que seria uma... a gente fala, uma cultura a favor do compartilhamento, e a partir do conceito de software livre de poder ser remixado e compartilhado por essa mesma licença, que o software livre pode fazer, também a cultura seria isso. Seria cultura aberta que tu pode pegar um produto, uma música e transformar de acordo com os teus interesses. Então, essa ideia da cultura livre acho que também permeia o que a gente trabalha como cultura digital, e por sua vez a cultura livre tem muito a ver com contracultura e ativismo. Quando tu fala disso tu fala de algo que é contra o *copyright*, que são todos os direitos reservados, e se tu vai fazer um.. um levantamento histórico dos movimentos que foram contra o *copyright* no século XX, são movimentos que pregavam uma cultura livre muito antes desse termo ser popularizado, ou sei lá o *punk* nos anos 70 era anti-*copyright* (Excerto de entrevista com Leandro em 19 de novembro de 2013).

Duas semanas antes do evento, em reunião, Leandro dizia que é difícil fazer um evento sobre isso, pois é mais fácil falar sobre cultura digital e cultura *hacker*, porém, “cultura livre” poderia ser qualquer coisa. Amanda, Leandro, Júlia e Antônia, por sua vez, diziam que este dia deveria ser uma discussão sobre re-apropriações de obras artísticas, sobre re-ocupações e re-utilizações. Música, literatura, artes plásticas e cênicas, então, entrariam nessa proposta. Para tanto, Amanda sugeriu que houvesse oficinas sobre licenças livres, como o *Creative Commons*, o GPL e outras formas de licenciar obras criativas pelo regime *copyleft* e não do *copyright*. A partir de então, uma intensa discussão aconteceu sobre o fato de que isso não é

importante para artistas, pois como diz Júlia, eles pouco buscam outra forma de rentabilizar-se que não seja pela venda direta das obras.

Naquele momento, não havia ainda muitos artistas para fazer parte da programação do evento. Assim, Júlia e Amanda foram ao *Facebook* solicitar ajuda para sua rede de conhecidos pela *Internet*. Naquele momento, discutiu-se que, se a CCD tinha um problema, não havia mal em divulgá-lo pedindo ajuda, pois a política de fazer de conta que uma organização não tem problemas – parecendo externamente perfeita - não se aplicaria a eles.

“Alguém aí conhece artistas nas seguintes áreas: MÚSICA, ARTES VISUAIS, CINEMA E DESIGN, que criam e disponibilizam suas obras permitindo a terceiros que usem, estudem, distribuam e melhorem estes trabalhos. É pra participar do Dia da Cultura Livre.” (Excerto de Diário de Campo em 5 de maio de 2013).

Como todos os eventos públicos da CCD, este fora divulgado pelo *Facebook* por meio de um *banner online* confeccionado pela *designer* Luana, o qual fora disponibilizado no grupo para que todos pudessem comentar, criticar ou sugerir modificações.

Figura 17 - Dia da Cultura Livre



Fonte: Casa da Cultura Digital (2013)

No dia do evento, em 18 de maio de 2013, várias tribos juntaram-se na CCD, em torno de diferentes temáticas. Comecei ajudando Júlia e Leandro a arrumar os espaços dentro e fora da CCD para recepcionar artistas e visitantes que viriam. Lá, já estavam os *Matehackers* organizando as sessões que iriam apresentar e Miriam – outra pessoa que se aproximara da CCD - que expunha seus trabalhos educativos e artísticos em um aparelho feito a partir de lixo eletrônico. Em sua camiseta lia-se “A placa é mãe, mas quem comanda somos nós” (Excerto de diário de campo em 18 de maio de 2013).

Ainda aconteceriam durante o dia: uma oficina sobre Licenças Livres – como *Creative Commons*, GPL⁵² e outras; uma oficina sobre *design* com *software* livre; uma palestra sobre o Partido Pirata no Brasil; uma feira sobre as revistas *Fanzines*⁵³; apresentação da Mídia Móvel S.A. (MIMOSA), um computador feito de lixo eletrônico que adquire certo *status* de pessoa, utilizado para realizar atividades educativas em comunidades de baixa renda; e, palestras relacionadas aos temas da cibercultura. Muitos visitantes passavam por ali, de diferentes “tribos”: da música, das revistas, dos *hackers*, dos entusiastas, dos artistas visuais, cada qual com um interesse diferente reunido sob o “guarda-chuva” da cultura digital.

Figura 18 - Palestra sobre licenças livres



Fonte: Autoria própria

⁵² Ver glossário

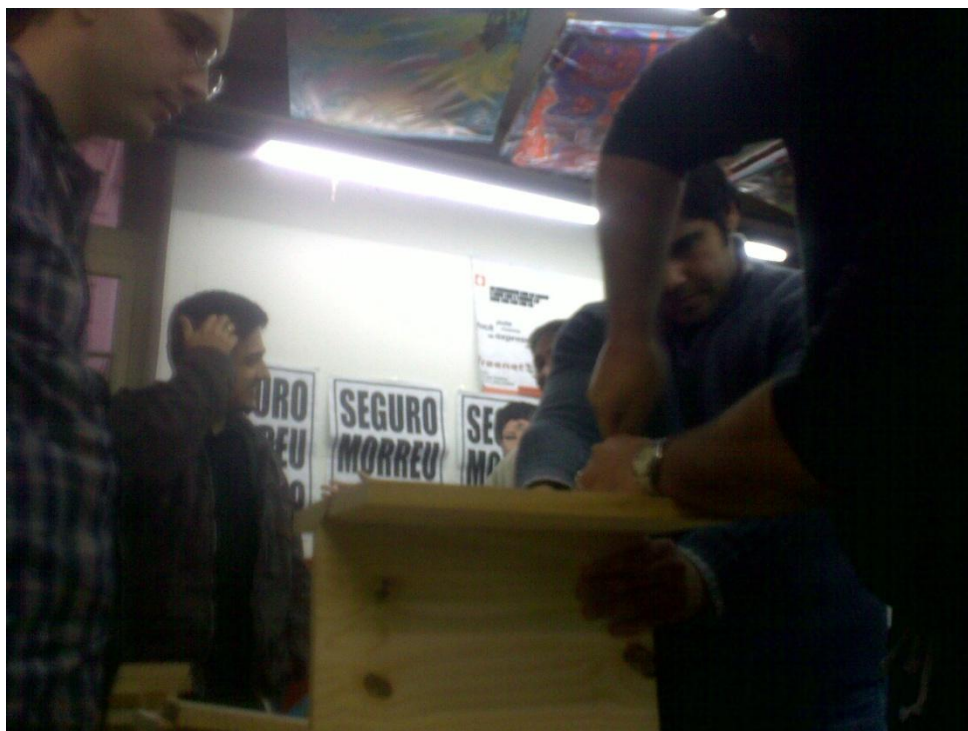
⁵³ Ver glossário

Figura 19 - Apresentação da MIMOSA (Mídia Móvel S.A.)



Fonte: Autoria própria.

Figura 20 - Oficina de *Design* com ferramentas livres



Fonte: Autoria própria

Figura 21 - Discussão sobre música e processo criativo



Fonte: Autoria própria

Por mais que várias tribos estivessem ali presentes, de áreas diferentes, todas elas compartilhavam interesses em comum: pela re-apropriação, pelo *remix*, seja ele relativa à música, às artes visuais ou à computação. O “vibrar em unísono” (HALBWACHS, 2006) ocorria não por um tema em específico, mas pela forma de se relacionar, de organizar o evento e pela maneira de conduzir os mais variados interesses dentro de uma mesma proposta de “cultura livre”.

Segundo Oliven (1982, p. 62): “[...] apropriação de expressões de outros grupos e sua recodificação e introdução num outro circuito no qual estes elementos são dotados de novo significado e, portanto, utilizados de forma a afetar o seu significado original”. Desse modo, a própria noção de *hacking* modifica ao ser incorporada por outros grupos, como a CCD, onde não são realizadas programações computacionais – atividade básica de um *hacker* – mas, mesmo assim, utilizam-se seus conceitos.

Ou quando a gente fala de hackeamento, a gente tá fazendo as pessoas refletirem sobre o que são os direitos autorais, o creative commons que a gente quer fazer uma oficina sobre isso, porque ainda é muito nebuloso, tem muitas regras, todo mundo acha que é oba-oba, mas não é. Então, de novo, a

gente tá falando, construindo, questionando e não tem resposta. Eu acho que quando tu protesta, tu tá tendo uma resposta muito clara. Tu te questiona, mas quer essa resposta, quer esse objetivo. Acho que a cultura digital provoca e se provoca também. Eu não tenho uma resposta concreta (Entrevista com Luiz em 8 de março de 2013);

Luiz comparava as ações da CCD com protestos que estavam iniciando no momento daquela entrevista em Porto Alegre, alegando que esta ação tem uma forma de agir e uma oposição muito clara, diferentemente da CCD que buscaria questionar com arte e provocações culturais. De certo modo, a abertura e variação de temas possíveis de serem trabalhados pela CCD são atribuídas ao conceito de cultura digital que daria conta de abarcar expressões que possam ser contraditórias no interior de uma mesma organização.

De acordo com Lemos (2013), muitas dessas expressões, caracterizadas pelo autor como pós-modernas, têm a intenção de provocar a ideia de que computadores deveriam ser ferramentas de liberdade, utilizando a tecnologia como meio para construção existencial do aqui e agora presenteísta. Esta é uma das “bandeiras” da CCD.

Posso dizer que sim... é uma bandeira de pessoas que querem questionar, mas de maneira articulada, fora de partido político, de sindicato, porque são instituições de poder que acabam virando mecanismos ideológicos de manipulação, não que a CCD não possa virar isso (Excerto de entrevista com Rodrigo em 22 de outubro de 2013).

Por outro lado, pode-se correr o risco de atribuir tanta importância a algo chamado de “cultura digital” e à técnica por si somente, que estas tenderiam a se tornar fins em si mesmas, como sugere Simmel (2006; 2013). As utopias presentes nos discursos sobre a cibercultura levam por vezes a uma exacerbação das possibilidades do ciberespaço e da própria técnica como libertadoras.

Em 14 de agosto, iniciaram as Oficinas da Cultura Digital, presencialmente na sala da CCD, que se estenderam até final de outubro. Desde o início do ano, tais oficinas eram planejadas para serem abertas ao público de forma gratuita. Assim, quando, em julho, as inscrições foram abertas e divulgadas pelo *Facebook*, em apenas dois dias, as vagas esgotaram-se, o que deixou os ministrantes das oficinas CCD muito felizes: Leandro, Luiz, Júlia, Amanda e Bruno, cada um responsável por determinadas temáticas que estavam divididas em dois módulos.

A lista de assuntos divulgada compreendia:

- a) Introdução à cultura digital: conceitos básicos;
- b) *Software* Livre, cultura e ética *hacker*;
- c) A linguagem dos computadores;
- d) *Remix*, pirataria e plágio;
- e) *Hackerspaces & Hardware* Livre: a revolução dos “fazedores”;
- f) Propriedade intelectual na rede;
- g) Como utilizar os conceitos de cultura livre no seu projeto cultural;
- h) Articulação e Mobilização de projetos pela *Internet*;e
- i) Aplicativos em *gadgets*⁵⁴ com sistema *IOS* e *Android*.

A organização destes itens, bem como a disposição ao longo do tempo e sua divisão entre os ministrantes, tomou bastante tempo das pessoas. Organizado por discussões em e-mails e no *Facebook*, o evento concretizava-se todas as quartas-feiras à noite na sala da CCD. Ao longo das aulas, um “clima” bastante ameno tomava conta da sala, qualquer um sentia-se à vontade para interromper uma explanação, discutia-se bastante durante e ao final das apresentações, algumas pessoas passavam a aproximar-se da CCD com essas oficinas, interessados em fazer parte da organização. Muitos diziam que se sentiam impressionados com a quantidade de atividades “legais” que a CCD já havia realizado em pouco tempo.

Por se tratar de algo fixo em meio a tantas indefinições, tal evento provinha uma possibilidade concreta para que pessoas mais distantes da CCD ou mais presentes apenas em ambiente *online*, se “materializassem” e participassem das oficinas também para aprender aqueles conteúdos. Luana, que há pouco havia entrado na CCD, dizia: “nossa, to aprendendo muito com isso aqui” (Excerto de diário de campo em 28 de agosto de 2013).

⁵⁴ *Gadgets*: em português, “geringonça”. Refere-se aos dispositivos eletrônicos portáteis: *IOS* e *Android*, sistemas operacionais, respectivamente da empresa *Apple* e *Google*.

Figura 22 - Terceira semana de oficinas



Fonte: Autoria própria.

Registrei em meus diários de campo algo que me impressionou no primeiro dia de oficinas, quando cada um dos ministrantes apresentara-se e também solicitava aos participantes que se apresentassem.

Todos os ministrantes apresentaram-se dizendo que haviam demitido seus chefes e que agora trabalhavam por conta própria. Leandro ainda, ao final das apresentações, que esse é muito o lema da CCD. Por isso a CCD não tem chefe, não tem coordenador e não quer essas formas tradicionais de trabalho. Curiosamente ou não, a maioria dos participantes que se apresentaram também diziam que não estavam satisfeitos em seus trabalhos e vieram buscar novas ideias, conhecer a CCD, entender o mundo digital e assim por diante. Outros se empolgavam e diziam que não se interessavam em seguir uma carreira normal que pessoas normais seguem. Alguns se identificavam como “lado-b”. Em suma, quase todos reiteraram de alguma forma que estão cheios e fartos de seus trabalhos e por um momento achei que ocuparíamos mais uma hora tendo falando sobre insatisfações advindas de outros ambientes. Na CCD, essa tensão dissolvia-se. As pessoas dissolviam-se e pareciam contentes de poder expressar esses fatos (Excerto de diário de campo em 14 de agosto de 2013).

Não é coincidência o fato de que as motivações dos indivíduos por estarem na CCD e “inverterem” lógicas de outros ambientes encontra sustentação em um arcabouço conceitual do *hacking* ou da cibercultura de um modo amplo. Tanto os conceitos servem à forma, quanto a forma aos conceitos. Assim, a cibercultura, a forma de se organizar e as motivações de seus participantes estão em consonância.

Quando questionado sobre o papel dos conceitos da cibercultura para a CCD, em entrevista, Bruno responde que: “Sem esse pano de fundo não existiria, não teria relação. São duas coisas juntas. Sem dúvida” (Excerto de entrevista com Bruno em 5 de dezembro de 2013).

Os conceitos veiculados na CCD perpassam as peculiaridades desta e dão suporte para os “conteúdos” (SIMMEL, 2006), na medida em que versam sobre vontades libertárias do ser humano. Ora, o ideal de liberdade do homem fundamentado em uma vida comunitária autogerida não é novo. Proudhon (1983) já expunha tais ideais no século XIX a partir da doutrina anarquista. Dessa forma, cumpre destacar que, por meio da cultura digital, objetiva-se contemporaneamente uma crítica que não é nova, porém, está ressignificada nas possibilidades da tecnologia, possivelmente, mostrando sinais de uma recorrência da vontade de “libertar-se” e de exercitar o potencial criativo sobre as materialidades ou conceitos.

A objetivação de uma forma organizacional para isso tampouco é algo novo, dado que outros são os modelos de organização – como determinados movimentos sociais, por exemplo – que em muitos casos contém em si uma crítica sobre o *status quo*. Assim, tomando por base a definição da CCD mais comumente dita - ser uma organização que busca difundir a cultura digital - pode-se depreender disso que existiriam inúmeras formas, no sentido simmeliano, de concretizar esta intenção. A CCD poderia ser um clube tão somente, uma empresa privada, uma Organização Não-Governamental, poderia se concretizar apenas em encontros nas casas de seus participantes, entre outras possibilidades que não cabe explorar aqui. Portanto, à luz de Simmel (2006), cumpre questionar: por que as pessoas escolhem esta forma de associar-se e não outras?

8.2 A ORGANIZAÇÃO COMO UMA FORMA DE SOCIAÇÃO DE OPOSIÇÃO: SATURAÇÕES E RE-CRIAÇÕES

Ela [a CCD] ⁵⁵ é algo especial pra mim. Mas ela existe em vários outros lugares com pessoas diferentes, executando de formas relativamente

⁵⁵ Inserção minha

diferentes [...] E aí tu entra numa outra pira que é o trabalho. Que é a forma como as pessoas trabalham e tal, que é a pira da CCD (Excerto de entrevista com Bruno em 5 de dezembro de 2013).

A CCD ocupa um papel relevante na vida daqueles que mais participam dela. Essa maior participação revela simplesmente uma adesão a sua forma de ser. Se há pessoas mais próximas que outras se identificando com a CCD é porque ela apresenta uma “unidade” (SIMMEL, 1904) a partir da qual seus membros podem identificar-se como mais ou menos próximos.

Esta unidade, mesmo movediça, apresenta semelhanças com outros tipos de grupos (MAFFESOLI, 2011, p.162) mais ou menos organizados: clubes de amigos, de igreja, de colegas que podem realizar também eventos artísticos e culturais em torno de esportes, música, pintura ou mesmo de *hardwares* e *softwares*. Principalmente, tomando-se como ponto de partida as **formas da sociabilidade e do conflito**, não haveria grandes diferenças da CCD em relação a esses outros grupos ou mesmo com relação a um grupo primário: a família. Maffesoli (2010b; 2011), de certo modo, aponta esse fato quando reitera a necessidade de observar a “razão sensível” e o “estar-junto” em qualquer grupo de qualquer camada social. O dionisíaco não seria, então, restrito a determinados âmbitos, dado que – à luz de Friedrich Nietzsche – trata-se de uma afirmação da vida, primordialmente. Caso as sociabilidades e conflitos fossem suficientes como formas, por si somente, os encontros em bares e festas seriam também suficientes para o grupo. Porém, não o são.

Assim sendo, se isso que tanto Simmel (2006; 1949) quanto Maffesoli (2010a; 2010b) chamam de “elemento fundacional da sociedade” concretiza-se em outros ambientes, por que as pessoas exercem estas formas na CCD?

Eu acho que é um ambiente agradável pra todo mundo, que a gente consegue se expressar trabalhando. Que a gente consegue ser o que é realmente, *in natura* ali. Em outros lugares não é possível (Excerto de entrevista com Antônia em 9 de novembro de 2013).

E eu noto nas pessoas aqui, uns mais outros menos, a coisa de buscar sentido aqui. A gente não vai mudar o mundo, e todo mundo sabe disso aqui no fim das contas. Mas todo mundo tem aqui um espaço pra sonhar e realizar (Excerto de entrevista com Rodrigo em 22 de outubro de 2013).

As peculiaridades da CCD expressas na relação dúbia com o dinheiro, na recusa das formalizações e hierarquias, bem como na criação de utopias – que se

concentram em discursos sobre a cibercultura – estão para além das formas de sociabilidade e conflito. Ademais, a CCD serve a conteúdos que evocam oposições e resistências. A intenção dos membros não é, necessariamente, a de exercer o “estar-junto” apenas, mas sim, de exercê-lo de determinado modo, que inclua uma forma de se organizar, mesmo que apresentada sob uma faceta diferente.

No meio da noite, quanto estávamos no Odeon, Luiz disse que seu trabalho está um tédio. Por que? - alguém perguntou. Porque em alguns momentos lhe dão muitas coisas para fazer e ele fica sobrecarregado. Em outras não lhe dão nada para fazer e ele tem que buscar outras coisas para trabalhar. Ele sente que sua capacidade de trabalho é um tanto subaproveitada e que, por vezes, a relação hierárquica não deixa as pessoas expressarem sua criatividade (Excerto de diário de campo em 17 de setembro de 2013).

Como reitera Leandro (abaixo), a CCD é criada para ser um local em que se possa trabalhar com “coisas e pessoas legais” sem as tensões que são comuns em outros espaços. Novamente, nos dois relatos abaixo nota-se certa angústia sobre o fato de ter de “negociar” (VELHO, 2003) com âmbitos vistos como radicalmente diferentes.

E acaba que a gente vicia em trabalhar com essas pessoas porque é sempre legal. O trabalho é legal e com pessoas legais, é uma coisa que a CCD é também. E acaba se transportando pra alguns outros lugares. E quando não é isso, chama atenção. Por exemplo, a academia seria a antítese do que é a CCD né. E por isso às vezes é tão difícil de lidar com academia. Eu lido com uma estrutura totalmente anárquica, movediça aí eu tenho que ir pra academia estudar uma coisa que é caótica, movediça dentro de uma estrutura rígida, formal que eu tenho que prestar contas, tenho que falar tudo que eu faço, tem que fazer relatórios de tudo, e é difícil de manter essas duas coisas (Excerto de entrevista com Leandro em 19 de novembro de 2013).

Essas pessoas são muito velhas, são muito velhas pra cultura. Vem de um mundo que a produção era o que ia salvar o mundo e não sei o que. A produção não vai salvar o mundo e eles acreditavam muito nisso. E hoje a gente sabe que não é a produção que vai salvar o mundo. Não é tornando as cidades industriais que a gente vai salvar a sociedade, tá ligado? [...] A ruptura era daquilo, porque eu acreditava que eu ia ser diretor de *Marketing* em empresa... Meu, eu tinha outra visão de vida e de trabalho. E a ruptura foi isso, nada daquilo era estimulante, eles sempre prometem isso né. Mas nada daquilo é estimulante, porque eu não faço mudança nenhuma, eu só to batendo tecla, entendeu? Eu não to fazendo mudança nenhuma. Então, nada daquilo era estimulante o suficiente. E isso faz eu querer sair disso, assim. De querer desconectar dessa coisa, porque eu fui criado com a ideia de que era pra ser executivo, é uma coisa pô, legal. E quando to entrando lá, já não é tão legal ser executivo. Os maiores executivos do mundo não fazem nada de divertido, nada de legal pro mundo (Excerto de entrevista com Bruno em 5 de dezembro de 2013).

Pode-se notar a significação da CCD, por parte de seus membros, também como uma oposição a outros ambientes. Para Rodrigo e Antônia, revela-se um espaço para sonhar e realizar criatividades, para buscar um sentido que para eles não é possível em outros lugares. Para Leandro e Bruno, como uma antítese, respectivamente, da academia e de empresas “tradicionais”.

Mesmo em espaços, como por exemplo, organizações não-governamentais e movimentos sociais são propagadas hierarquias e relações formalizadas, impessoais, monetarizadas, dado que existem também exigências estatutárias fazendo com que as atividades sejam menos fluidas e abertas que na CCD. Não somente em organizações isto se impõe, mas a ideologia da gestão como um todo se expande das empresas e toma âmbitos particulares como as relações familiares. Nesse sentido, a noção de “gestão como doença social” (GAULEJAC, 2007) traz reflexões importantes para compreender um *ethos* corporativo que permeia a sociedade. É esse estilo de vida e trabalho que está tentando ser contraposto na CCD.

O que há de diferente, portanto, é o esforço despendido para que a CCD se formate como uma forma de ser análoga à **metáfora da tribo**, com suas resistências, sensibilidades e sociabilidades. Como reitera Magnani (1992), a tribo evoca uma tendência oposta ao gigantismo institucional, à impessoalidade, ao anonimato, possibilitando uma experiência no interior dela que busca agrupar os iguais em vivências comuns, estreitando laços pessoais (MAGNANI, 1992).

A CCD só é interessante e legal porque é pequena né? [...] E quando a gente cresce demais, cria uma estrutura mais pesada, mais difícil de mover. Então eu acho que o tamanho que a gente tá hoje é bem, bem bom assim (Excerto de entrevista com Leandro em 19 de novembro de 2013).

Ela também evoca uma resistência à impulsão ordenadora normativa que se expressa no desprezo por qualquer intenção de construir um projeto para o futuro, ordenador e planejador da realidade (MAFFESOLI, 2012b).

É que eu sou uma pessoa que não projeta nada muito. Eu projeto no máximo.... se eu tenho um plano de vida ele vai no máximo até 31 de dezembro. Depois é um mistério. E isso faz parte do budismo⁵⁶ né. Amanhã

⁵⁶ Para Maffesoli (2003), a adesão às filosofias e religiões orientais é também indicativo da saturação moderno-ocidental.

eu não sei, posso morrer. Então eu não consigo projetar a CCD (Excerto de entrevista com Antônia em 9 de novembro de 2013).

Retomando um conceito básico, para Simmel (2006), uma forma de sociação é maneira pela qual os indivíduos em razão de seus interesses se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual os conteúdos se realizam. Transpondo esta noção para o caso analisado, o fenômeno organizacional em si mesmo tornar-se-ia uma forma de sociação. As utopias da forma de ser da CCD revelam que ela mesma, como organização, pode ser considerada uma forma de sociação, dado que é por meio dela – e não de outras formas – que as pessoas buscam trabalhos “legais” que as realize, as satisfaça e possibilite expressarem-se.

Os conteúdos, por sua vez, apontam para uma necessidade de expressar-se de maneira mais livre e criativa, onde possam trabalhar, porém, de um modo diferente, informado por determinadas peculiaridades.

É uma mão. É uma mão, tipo, a gente não tá sendo pago pra fazer nada. Por isso, a gente faz porque quer mesmo, porque a gente acredita e porque a gente tem interesse e vontade de levar adiante e de não deixar uma ideia morrer né. Isso em todas as ideias. As oficinas na quarta. Sei lá, a gente poderia muito bem ficar quieto sabe? Pra que ficar procurando pulga pra se coçar sabe? Por que fazer uma oficina toda quarta? Quarta tu não vai poder ficar dormindo. [...] Ninguém mandou fazer um bloco de carnaval. Foi a gente mesmo que quis (Excerto de entrevista com Luana em 22 de outubro de 2013).

Assim, a criação de uma forma é concomitante à negação de outras, mesmo que parcialmente. Tanto para Flusser (2011) este é o retrato da situação insustentável do homem - que, para contrapor-se às formas, cria outras - quanto para Simmel (2013), que interpreta esse fato como: [...] “a apaixonada vontade de expressão de uma vida que não se acomoda mais às formas transmitidas, mas que ainda não descobriu formas novas e, por isso, quer encontrar sua pura possibilidade na negação da forma” (SIMMEL, 2013, p. 106).

Se a metáfora do tribalismo representa uma reação ao niilismo (MAFFESOLI, 2003a) - como proteção do “nada existencial” e do vazio de significados que a vida moderna pode trazer - a busca pela satisfação e de um lugar para expressar-se configura-se como uma tentativa de criar outras formas de sociação. Trata-se de um “devir”, na medida em que o cotidiano é uma aventura (MAFFESOLI, 2010a) e o homem busca a afirmação da vida por meio da expressão do trágico (NIETZSCHE, 2007).

Este trágico também é do jogo artístico de criação de destruição, de coesão e separação acontecendo organicamente (NIETZSCHE, 2002b). Como fala Araldi (2007, p. 35):

Nietzsche visa à construção de uma nova compreensão de organização, que admite o caos como estofo insuprimível para criação [...]. A vontade artística da potência é, desse modo, a sua tentativa mais elaborada de suplantar o modelo teleológico do organismo.

Assim, quando Simmel (2013), pontua que formas estão sendo negadas e criadas, trata-se de um pressuposto nietzscheano observado microscopicamente na organização. Notar esses princípios em ação mostra, à luz das perspectivas teóricas deste trabalho, que o indivíduo resiste e busca continuamente sua expressão negando e inventando formas de trabalho ou modos de expressar-se, por vezes, novos ou não tão novos, mas que importam pelo esforço despendido em negar e construir a alteridade.

Não obstante, deve-se relativizar isso que Simmel (2013) denomina “negação da forma” no contexto da CCD, pois essa negação é restrita. A CCD é realizável do modo como é atualmente apenas porque outras formas – as “negadas” – lhe sustentam financeiramente. Novamente, aparece o “jogo” simmeliano aqui, não como um atributo da sociabilidade ou do conflito, mas amplamente, como negociação de diversos mundos ou províncias de significados (SCHUTZ, 2012; VELHO, 2003). Em uma sociedade moderno-contemporânea e complexa, a negação do dinheiro, formalizações e grilhões institucionais, possivelmente, não se concretize como um todo; o que ocorre é uma “negociação” (VELHO, 2003) entre “mundos” que se interpenetram.

Essa negociação é necessária, dado que o indivíduo não está completamente “livre”, seja com ou sem dinheiro. Simmel (2011) exaltava as características libertadoras do dinheiro, no sentido de permitir desvinculações e certas liberdades, mas também de impor constrangimentos outros. Do mesmo modo, a concretização de uma forma que deliberadamente não remunere as pessoas – isso, pois, haveria condições de rentabilizar a CCD – inversamente, também provê certas liberdades e outros constrangimentos.

Assim, as liberdades e constrangimentos acontecerão em qualquer um dos cenários, sobrando para o indivíduo sua capacidade de transitar por entre esses

âmbitos. A noção simmeliana de que o indivíduo é um ponto de cruzamento de mundos expressa-se também nas formas de sociação, pois a contraditoriedade da cultura (SIMMEL, 2013) se mostra nesse jogo de formas: entre sociabilidades e conflitos, entre proximidades e distância do dinheiro, das formalizações, hierarquias e utopias – da cibercultura – dado que estes elementos continuarão existindo em outros âmbitos. Em outras palavras, joga-se com estilos de vida e trabalho diferentes, transitando por entre fronteiras simbólicas (VELHO, 2003). A multiplicidade pós-moderna (MAFFESOLI, 2010a; 2010b) e a sobreposição de estilos (SIMMEL, 2005a), neste caso, é vista, em uma realidade organizacional que nega outras, porém necessita delas para existir.

O entendimento de que a organização é um *locus* para observação de expressões culturais relaciona-se à noção das formas de sociação como “janelas” relativamente estáveis (PERES et al, 2003) pelas quais compreende-se o real. Se a organização e as formas de sociação podem ser aproximadas, este exemplo empírico deve servir para reflexões sobre outras organizações, e, mais diretamente, sobre modos de gestão, dado que aquilo que está sendo rejeitado remete muito a uma forma de trabalho “tradicional” e ao *mainstream* da gestão, embora isto ao que a CCD se afasta também não possa ser homogeneizado.

8.3 QUE POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES ESTE EXEMPLO EVOCA PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS?

Neste item, pretendo sugerir alguns questionamentos, reflexões e proposições suscitadas, sem, necessariamente, elaborar generalizações diretas do caso, dado que isso seria incongruente com a proposta do trabalho, que pretende antes descrever do que prescrever. Porém, podem ser feitas algumas observações, cada uma delas, relativa aos conceitos trazidos no trabalho.

Primeiramente, quanto à **noção de formas** (SIMMEL, 2006): pode-se buscar compreender a organização como uma forma de sociação. Este aspecto trata-se de um desdobramento teórico-empírico do trabalho cujo intuito não foi explorar profundamente, porém, apenas indicar a possibilidade de entender as formas de sociação não somente constituindo a organização – como a sociabilidade e o conflito

– mas, além disso, caracterizando o fenômeno organizacional como tal. Nesse sentido, cumpre realizar mais interpretações simmelianas de outras realidades organizacionais.

Abrir a possibilidade de compreender o fenômeno organizacional como uma forma de sociação, pode permitir ver expressões múltiplas do “estar organizado”: relacionadas aos estilos de vida, a uma estética do estar-junto, remuneradas ou não, permeadas diretamente ou não pela sociabilidade, criadas ou não para serem antíteses de outras formas. Isto dependerá do que está sendo expresso cotidianamente. As interações, especificamente, neste trabalho, estão sendo aproximadas às tribos (MAFFESOLI, 2010b) que, normalmente vistas no âmbito urbano de forma ampla, podem estar, além disso, constituindo universos organizacionais.

Assim, secundariamente, tem-se a **noção de tribos pós-modernas** de Maffesoli (2010b), uma metáfora utilizada neste trabalho para “ler” interações cotidianas. Para além deste exemplo específico, cumpriria questionar se há outras tribos urbanas constituindo organizações e, assim, compreender os motivos desta forma de sociação ser escolhida em detrimento de outras. O que modificaria em uma tribo, como a que descreve Maffesoli (2010b), quando ela busca ser uma organização? Que tipo de gestão estabelece para si? E, principalmente, os pressupostos do lúdico, trágico e dionisíaco tribal continuariam expressando-se do mesmo modo?

O exemplo de organização, mais próxima de um coletivo como o é a CCD, não sendo comumente compreendida como “tradicional”, produz de certa forma uma “leitura divergente” (VELHO, 1974, p. 27) de organização. Assim, cumpre ponderar se as mesmas interpretações feitas sobre formas de sociação e tribos contemporâneas podem ser realizadas em outros ambientes, mais comuns na Administração. É possível enxergar, por exemplo, a metáfora da tribo em outros espaços organizacionais?

Em terceiro, acerca das reflexões **sobre a cibercultura e o ciberespaço**: este exemplo revela também a necessidade de se olhar com mais propriedade para a *Internet* em Estudos Organizacionais, tendo em vista a atenção aos trabalhos e processos organizacionais que ali ocorrem. As sociabilidades, neste espaço, podem revelar-se tanto quanto as práticas organizativas. Interações que antes eram vistas presencialmente podem ser problematizadas também no ciberespaço, porém,

atentando para as diferenças que isso acarreta tanto em termos metodológicos quanto analíticos.

Retomando, Sproul, Dutton e Kiesler (2007), sobre a necessidade de compreender a *Internet* nos processos organizativos, este é um fenômeno incontornável que modifica escopo, limites e fronteiras das interações sociais, de tal modo que as teorias tradicionais de organizações devem ser revisadas ou modificadas para compreender interações que acontecem de formas diferentes.

Em quarto, e remetendo ao último objetivo específico do trabalho acerca das **significações da CCD**, cumpre destacar que a metáfora da tribo compreende também a expressão de um resgate do “trágico” em contraposição ao *ethos* moderno (MAFFESOLI, 2010b). Esta não é uma ação institucionalizada para tal, antes se mostrando nas formas de sociação e no modo de interagir cotidiano, do que em objetivos racionalizados. A tentativa de resistência brota em contraposição à massificação e reitera “a pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade [...]” (SIMMEL, 2005a, p. 1).

A vontade de construir realidades alternativas não é nova, portanto. Na CCD, ela expressa-se em torno de elementos do digital, discursos do ativismo *hacker* e da cibercultura, o que demonstra ressignificações e rearticulações dessas resistências em torno de novos elementos técnicos. Subjacente a isso está a contraposição aos processos administrativos de controle e à lógica racional-instrumental (MAFFESOLI, 2011) característica do mundo corporativo⁵⁷ que, mesmo fluido, impõe determinado estilo de vida ao qual os integrantes da CCD buscam se afastar.

Assim, quando as resistências ocorrem, expressas na dúbia rejeição do dinheiro, da hierarquia e das formalizações, não são necessariamente estes elementos por si somente que estão contrapostos, mas, sim, toda uma lógica administrativa impessoal que permeia a sociedade ocidental, dado que ela não é restrita ao espaço físico da empresa.

Que algo como a CCD exista e seja praticada é um revelador social para o campo da Administração, no sentido de que processos de gestão estão sendo rearticulados de formas diferentes. Dado que, por exemplo, a noção de planejamento não é excluída como prática, completamente, mas como

⁵⁷ Por exemplo, pode-se citar a “quantofrenia”, à luz de Gaulejac (2007), como representativa da lógica racional-instrumental da gestão.

representativa de um estilo de trabalhar, a forma, em si, pode ser de uma tribo contemporânea com as características apontadas por Maffesoli (2010b), mas que, colocada como organização, rearticula características de outras formas organizacionais. Nesse sentido, cumpre questionar até que ponto são negadas lógicas outras; até que ponto são “negadas” as formas; e, se o que a tribo faz, em um plano organizacional, não é, em verdade, uma sobreposição de estilos.

Nesse sentido, o diagnóstico de Simmel (2013), feito há aproximadamente cem anos atrás, não parece mudar muito: notam-se sobreposições de estilos de viver e de trabalhar, de ritmos e de objetivações do material. Também se tenta criar negações de formas que podem revelar, em verdade, antes rearticulações, mais que negações.

Algo que é notado por Georg Simmel e Michel Maffesoli em um contexto amplo, e em momentos diferentes, pode ser visto no *locus* organizacional pela saturação de discursos e práticas que são ressignificados. Essa dita saturação revelada nos discursos e práticas da CCD é de espaços de demasiado controle – mesmo que implícito – de hierarquias pouco estimulantes, de processos de trabalho pouco criativos, de uma desatenção para com as pessoas e, em suma, de uma determinada forma de organizar o trabalho, onde o lúdico e dionisíaco (MAFFESOLI, 2003) pouco se expressem. O *modus operandi* coletivo da CCD revela uma tentativa de suprir isso de uma maneira talvez efêmera, paralela e dúbia, mas que importa pelo esforço despendido para criar uma realidade como tal (MAFFESOLI, 2010b).

Sem buscar recair demasiadamente em uma dualidade, além dos Estudos Organizacionais, no que tange ao exercício administrativo, pode-se apontar que o desafio para a CCD direciona-se a sua manutenção em médio prazo, o que implicará mudanças em sua forma de ser. De outro ponto de vista, o fato de pessoas estarem buscando a satisfação de sua expressão em ambientes como esse, também pode mostrar que os espaços “tradicionais” da Administração não suprem tais anseios.

Como reitera Fischer (2007), nos espaços de liberdade cerceada, buscam-se saídas e formas de enfrentamento do mundo que, por vezes, podem estar concretizadas em organizações não-convencionais, mostrando outras possibilidades de construção de uma sociedade. Assim, foi necessário, ir ao diferente, ao *outsider* (BECKER, 2008) e buscar uma forma criada para ser oposta, mesmo parcialmente, para compreender aspectos aos quais a Administração deve atentar e agir, tendo em vista seu papel “aplicado” no mundo.

Não se trata de mitigar espaços como a CCD, mas de, a partir deles, compreender que o ser humano se expressa também em seus modos dionisíacos (MAFFESOLI, 2010b), e que suprimir isso, faz crescer talvez novas (ou nem tão novas) formas de se expressar, organizacionalmente ou não. Não pretendo, com isso, supor que haverá um modelo organizacional capaz de contemplar todos os anseios de sociabilidades, de conflitos, do dionisíaco, do lúdico e de formas de estar-junto, mas, sim, que o estudo de organizações, a Administração e, especificamente, a Gestão de Pessoas têm um papel importante na constituição de um universo laboral contemporaneamente.

Ademais, o exemplo evoca que o indivíduo inventa e reinventa modos de convergir o “sonho”, a “realização” e a satisfação junto com o trabalho, mesmo que este se apresente de uma forma peculiar, não-remunerada, abstrusa, por vezes, provocando até angústias. Embora a negociação de estilos de vida e os trânsitos por entre fronteiras simbólicas seja característica do social (VELHO, 2003) – e as multiplicidades de formas façam parte disso - esta ação, colocada em ambientes que divergem, pode novamente levar às saturações, não por causa de um estilo de vida em específico (como o moderno, tal qual o vê Simmel), mas pela multiplicidade de estilos de viver e de trabalhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de concluir o trabalho, retomo, neste item, primeiramente os objetivos específicos e, após, o objetivo geral. Antes disso, à luz de Geertz (2008), é importante considerar que as interpretações são incompletas e, assim, mais sugerem possíveis caminhos do que revelam posições estanques sobre a experiência vivida.

O primeiro objetivo específico apontava para a descrição das dinâmicas de sociabilidades e conflitos cotidianos como formas de sociação simmelianas. Assim, atentei aos detalhes dessas formas para compreender como elas se apresentam e o que revelam como significados. Ambas em conjunto, sociabilidade e conflito, intercalam-se mostrando que, por vezes, a sociabilidade é uma solução de conflitos, dado que nela dissipam-se as tensões. Não existe somente uma ou somente outra, mas sim, um “jogo das formas” que cristalizam proximidades e afastamentos ao mesmo tempo. Outras podem ser as formas de sociação presentes na CCD, porém, neste caso, a sociabilidade e o conflito, mais sobressaíram dos dados de campo.

Muito embora, em todas as relações sociais existam expressões de sociabilidade e conflitos (SIMMEL, 1949; 1904), não é em todos os espaços que essas duas expressões intercalando-se constituem uma forma de ser e estar com os outros. Em geral, as atividades da CCD surgem das sociabilidades e conflitos e, mais além, a própria organização surgiu de interações de sociabilidade. Ao longo da experiência em campo, essas duas formas muitas vezes exacerbavam-se, mantendo o “estar-junto” do grupo, em uma realidade não-remunerada. Entretanto, as pessoas não estão juntas apenas para essas formas, pois, além disso, elas procuram trabalhar em um ambiente “legal com pessoas legais” onde sua criatividade possa ser expressa. Entende-se, na CCD, que esse desejo tem uma vinculação direta com uma forma de organizar que apresente algumas características.

Isso leva ao segundo objetivo que aponta para a descrição das peculiaridades da forma de organizar, as quais concentrei em quatro aspectos: a relativa indefinição da CCD; a rejeição de formalizações e hierarquias; a importância do espaço físico presencial; e, os modos de uso do ciberespaço. Estas são algumas das características da CCD e, nesse sentido, foi realizado um recorte nos dados de

campo para apresentar tais peculiaridades, pois revelam elementos que diferenciam a CCD em sua forma de ser.

A dimensão da cibercultura, certamente, alinha-se a tais peculiaridades. Há uma recursividade entre essa temática e a organização das atividades que buscam ser análogas à própria Rede – na concepção dos integrantes da CCD – aberta, plural, descentralizada e rizomática (LEMOS, 2013).

Existem decorrências positivas e negativas para CCD tomando por base essas peculiaridades. Positivas, pois, em primeiro lugar, elas não são acidentais, não são aspectos contingenciais; pelo contrário, são características pensadas para definirem a CCD. Nesse sentido, elas fazem parte de uma unidade que contempla expressões contraditórias, plurais e abertas ao devir. Como evidenciam alguns relatos, a CCD é um meio de expressão criativa da *persona* que em outros espaços não é possível de acontecer.

Negativas também, pois existem problemas decorrentes da fluidez organizacional, como o fato de que nem sempre ser possível contar com as pessoas para realizar atividades, pois elas vêm e vão da CCD; não sendo claros seus limites – ou não “programados” para serem claros – e não remunerando as pessoas, esta atividade pode até assumir um papel relevante em suas vidas, porém, dificilmente será o principal. A expressão das individualidades e subjetividades em um *locus* onde se tenta “desviar” ou “fugir” do *status quo* moderno, porém, sem de fato negar as outras formas, acaba exigindo uma “fragmentação” da vida do sujeito que deve equilibrar-se em atividades que lhe remunerem e outras atividades que não lhe remunerem. Isso reforça o caráter de pós-modernidade que implicam enraizamentos dinâmicos (MAFFESOLI, 2003) e a grande mobilidade das relações sociais.

Entretanto, é característica do social que existam tais fragmentações simbólicas, revelando um sujeito transita por vários mundos e planos que se interpenetram (VELHO, 2003). A questão é que, além disso, as formas que estão sendo contrapostas são muito diferentes umas das outras – comparando-se a CCD com os ambientes que provém sustento às pessoas. Embora esse não tenha se configurado como um dos objetivos do trabalho, pode-se apontar, de modo incipiente, para uma angústia das pessoas com o fato de buscarem equilibrar-se em

vários mundos.

Desse modo, quanto ao último objetivo específico, a CCD pode contemplar expressões criativas muito diferentes umas das outras, dada sua pluralidade. Podem ser realizadas oficinas de *software* e *hardware*, discussões políticas sobre controles de Propriedade Intelectual, sobre prática *hacker*, cineclubes de temáticas diversas, na mesma organização, onde é realizado um bloco de carnaval articulado via ciberespaço.

O que faz com que isso aconteça em uma mesma “unidade” (SIMMEL, 1904) é tanto a forma de ser da CCD, quanto o fato de que todas essas pluralidades estão permeadas por um desejo de expressão de si. Esses indivíduos escolhem a CCD e a formatam para que justamente essa pluralidade possa acontecer. Assim, aponto para o objetivo principal do trabalho que era compreender e descrever a maneira pela qual se constituem e se mantêm as formas de sociação da CCD.

A constituição das formas de sociação se dá por conteúdos (SIMMEL, 2006), os quais remetem à significação que a CCD tem para seus participantes. A manutenção delas se dá pela existência de um cerne em torno do qual se pode dizer que há uma maneira para que conteúdos variados dos indivíduos desenvolvam-se e associem-se – sendo esta a definição das formas de sociação. Esta forma é análoga às tribos contemporâneas (MAFFESOLI, 2010b), por apresentar características que podem ser correlacionadas, muito embora, estejam sendo vistas em um plano organizacional. Assim, uma das conclusões do trabalho aponta para a possibilidade de verem-se certas organizações contemporâneas como tribos.

O fato de buscar compreender uma organização como tribo pode mostrar que para além da existência de sociabilidade e conflitos como formas, a organização – a CCD ou qualquer outra - em si mesma, possa ser vista como forma de sociação. Essa elaboração depende de estudos posteriores, sendo aqui apenas uma possível decorrência teórico-empírica.

Por fim, como já exposto, este trabalho representou uma ida e uma descrição do “diferente” – tomando por base, principalmente, organizações comparadas pelos próprios integrantes da CCD. Assim, se essa expressão reitera um esforço de distensionamento da racionalidade-instrumental moderna (MAFFESOLI, 2010b; 2011), pode ela ser encontrada em ambientes *mainstream* da gestão?

Dado que se vive em uma sociedade de organizações (PERROW, 1991) – algo que, para Simmel (2005c), seria mais um indicativo da tragédia da cultura -

cumpra questionar se a heterogestão (MOTTA, 1981) e a Gestão de Pessoas tem algum papel no fato de que a expressão da criatividade, da *persona* e dos elementos fundantes da vida (MAFFESOLI, 2010^a; SIMMEL, 1949) estão sendo realizados como “fugas” dos grilhões institucionais (MAFFESOLI, 2001, p. 128), concretizados ou não na forma de uma organização, vistos ou não como tribos.

Com base em uma interpretação simmeliana, o fato de existir uma forma a mais, pós-moderna, para problemas não tão novos, representa mais uma objetivação, mais uma cristalização de conteúdos e mais expressões da mesma tragédia. Mesmo que a CCD, em suas peculiaridades, possa ser relativamente diferente, os problemas que ela esconde são muito comuns, cotidianos e já conhecidos. Tal qual a tribo que congrega imagens contemporâneas e antigas (MAFFESOLI, 2010^b), os questionamentos, resistências e problemas da CCD também o fazem.

Nesse sentido, a contribuição do trabalho não foi direcionada às conclusões que revelam aspectos já reiterados anteriormente sobre a saturação do indivíduo, mas o caminho que o grupo escolheu, a capacidade de ação dele e a descrição cotidiana de uma forma de estar com os outros. Trata-se da solução que as pessoas dão às insatisfações para com as relações impessoais, o papel do dinheiro nessas interações, os constrangimentos da criatividade e a vontade lúdica de uso do espaço público, por exemplo. Se por meio da CCD veem-se questões sociais mais amplas, nela, em si, pode ser visto o tipo de solução encontrada, mesmo que momentâneo, dado a CCD é percebida como tendo um “prazo de validade”.

Disso, é possível concluir que existem organizações criadas e pensadas para serem “inversões”, mesmo que parciais, e que o sujeito nega formas, cria outras, transita por entre todas elas, buscando se expressar em seus aspectos mais dionisíacos, lúdicos, banais e mesmo despreocupados. É necessário, como reitera Maffesoli (2010^a), prestar atenção ao que demonstram as formas; é importante observar aspectos que estão para além da eficiência administrativa, pois nisso descortinam-se soluções para problemas que as pessoas enfrentam cotidianamente, seja ou não no âmbito organizacional.

REFERÊNCIAS

- APOLINÁRIO, J. A. F. O sentido do trágico e a efetividade do criar para além: Nietzsche e a plasmação dionisiaca. **Revista Trágica – estudos sobre Nietzsche**. v.1, n. 2, 2008.
- ARALDI, C. L. Organismo e Arte na Filosofia de Nietzsche. **Revista Philosophica**, v.29, Lisboa, 2007.
- AUGÉ, M. **Não Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. (Tradução: Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira). São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARROS, E.P. Maffesoli e a “investigação de sentido” – das identidades às identificações. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.44, n.3, 2008.
- BARROS, E.P. A metáfora do apocalipse: uma leitura de Michel Maffesoli. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.47 n.2, 2011.
- BARROS, C. Apropriações da Tecnologia Computador em Lan Houses Populares: Entre Sociabilidade e Navegações Coletivas. In: EnANPAD. **Anais**, Rio de Janeiro, 2008.
- BAUMAN, Z. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BECKER, H. **Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BECKER, H. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BELISARIO, A.; TARIN, B. **Copyfight, Pirataria e Cultura Livre**. Rio de Janeiro: Azogue Editorial, 2013.
- BENEITO-MONTAGUT, R. Ethnography goes online: towards a user-centered methodology to research interpersonal communication on the internet. **Qualitative Research**. v.11, n.6, p. 716-735, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história. São Paulo: Brasiliense. 2012.
- BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas III**: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOSI, E. Memória da cidade: lembranças paulistanas. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 47, 2003.

BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. de M., AMADO, J. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CALDEIRA, T. P. do R. A Presença do Autor e a Pós-Modernidade em Antropologia. **Novos Estudos – CEBRAP**. N. 21, 1988.

CASA DA CULTURA DIGITAL. Disponível em: <https://www.facebook.com/ccdpoa>. Acesso em: 10 dez 2013.

CASTELLS, M. **Sociedade em Rede**: a era da informação – economia, sociedade e cultura. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAVEDON, N. R. **Antropologia para Administradores**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CHANLAT, J.F. Space, Organisation and Management Thinking: a Socio-Historical Perspective. In: CLEGG, S. R.; KORNBERGER, M. **Space, Organizations and Management Theory**. Dinamarca: Liber & Copenhagen Business School Press, 2006.

CHIESA, C.D.; CAVEDON, N.R. Entre Lugares e Não-Lugares: etnografia da Casa da Cultura Digital no Espaço Público e no Ciberespaço. In: EnANPAD, Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** set 2013.

CHUA, L.; SALMOND, A. Artifacts in Anthropology. In: FARDON, R. *et al.* **The SAGE Handbook of Social Anthropology**. Thousand Oaks: Sage, 2012.

CLIFFORD, J. **A Experiência Etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

COLEMAN, E.G. Revoluções Silenciosas: o irônico surgimento do software livre e de código aberto e a constituição de uma consciência legal hacker. In: LEAL, O. F.; HENNEMANN, R.; SOUZA, V. de. **Do Regime de Propriedade Intelectual: estudos antropológicos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

CUNEGATTO, T. **Etnografia na Rua da Praia**: estudo antropológico sobre cotidiano, memória e formas de sociabilidade na Rua da Praia/RS. In: Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Brasil. S/d.

DAMATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DE LA FUENTE, E. On the Promise of a Sociological Aesthetics: from Georg Simmel to Michel Maffesoli. **Distinktion – Scandinavian Journal of Social Theory**. n.15, 2007.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol 1. São Paulo. Editora 34, 2000.

ECKERT, C., ROCHA, A. L. C. da. Escrituras hipermidiáticas e as metamorfoses da escrita etnográfica na era das textualidades eletrônicas. In: **Coloquio Internacional “Imagen y Ciencias Sociales” Repensando investigación y sociedad en Latinoamérica**, Buenos Aires, Argentina, 19 al 21 de abril, 2004.

ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FACEBOOK. **Newsroom**. Disponível em: newsroom.fb.com. Acesso em: 28 dez 2013.

FANTINEL, L. **Os significados dos espaços e as sociabilidades organizacionais**: estudo de um café em Salvador. 2012. 247 f. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

FANTINEL, L.D.; FISCHER, T.M.D. Novos Espaços De Sociabilidade Urbana Contemporânea: Um Estudo Sobre Os Cafés. In: EnANPAD, **Anais**, Rio de Janeiro, 2010.

FISCHER, T. Símbolos da Brasilidade e *Ethos* Barroco: Territórios Acadêmicos e Emergência Tribal. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. **Simbolismo Organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.

FILHO, E. de. M. Formalismo Sociológico e a Teoria do Conflito. In: SIMMEL, G. **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

FLUSSER, V. **Filosofia da Caixa Preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Annablume, 2011.

FRAGOSO, S.; RECUERO. R.; AMARAL, A. **Métodos de Pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FRANCO, Sergio da Costa. **Porto Alegre**: Guia Histórico. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.

FRÚGOLI Jr., H. **Sociabilidade Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GAULEJAC, V. **Gestão como Doença Social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LTC, 2008.

GEERTZ, C. **Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1997.

- GORZ, A. **O Imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.
- GREY, C.; STURDY, A. Friendship and Organizational Analysis: Toward a Research Agenda. **Journal of Management Inquiry**, v. 16, n. 2, p. 157-172, 2007.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HIMANEN, P. **The Hacker ethic and the spirit of the information age**. New York: Random House, 2001.
- HOLT, D.B.; SEARLS, K. The Impact of Modernity on Consumption: Simmel's Philosophy of Money. **Advances in Consumer Research**. v. 21, p.65-69, 1994.
- INGOLD, T; HALLAM, E. Creativity and Cultural Improvisation: an introduction. In: INGOLD, T; HALLAM, E. **Creativity and Cultural Improvisation**. Oxford, England: Berg Publishers, 2007.
- JUSTIÇA, P.; SILVA, A. A Comunicação mediada por computador no tempo do ciberespaço: uma perspectiva antropológica. In: RIBEIRO, J. da S.; BAIRON, S. **Antropologia Visual e Hipermedia**. Porto: Afrontamento, 2007.
- KEANE, C. Don't Ask, Don't Tell: Secrets--Their Use and Abuse in Organizations. **Journal of Management Inquiry**, v. 17, n. 2, p. 107-110, 2008.
- KIVINEN, N. Constructing Nomadic Organisations ins Virtual Spaces? In: CLEGG, S. R.; KORNBERGER, M. **Space, Organizations and Management Theory**. Dinamarca: Liber & Copenhagen Business School Press, 2006.
- KRAWCZYK, Flávio; GERMANO, Íris; POSSAMAI, Zita. **Carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre. Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- LE BRETON, D. **As Paixões Ordinárias: Antropologia das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LEHRER, M.; AZAKAWA, K. Managing Intersecting R&D Social Communities: A Comparative Study of European 'Knowledge Incubators' in Japanese and American Firms. **Organization Studies**, v.24, n.5, p. 771-792, 2003.
- LEMOS, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- LESSIG, L. Remix: **Making Art and Commerce Thrive in the Hybrid Economy**. London: Bloomsbury Academic, 2008.
- LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Nacional, 1976.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LEVY, P. **O que é o Virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LEWGOY, B. Os Cafés na Vida Urbana de Porto Alegre (1920-1940): As transformações em um Espaço de Sociabilidade Masculino. **Illuminuras**, v. 10, n. 24, 2009.

LEWGOY, B. A invenção da (ciber) cultura: virtualização, aura e práticas etnográficas pós-tradicionais no ciberespaço. **Revista Civitas**. Porto Alegre, V.9, n.2, 2009.

MAFFESOLI, M. Michel Maffesoli: a pós-modernidade se orienta para “algo de anarquista”. Entrevista por Eduardo Portanova Barros. Traduzida por Ana Taís Martins Portanova Barros. **Em Questão - Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**. v. 19, n.2, jul-dez, 2013.

_____. **A Transfiguração do Político:** a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **No Fundo das Aparências**. Petrópolis: Vozes, 2010a.

_____. **O Tempo das Tribos:** o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

_____. **Saturação**. São Paulo: Illuminuras: Itaú Cultural, 2010c.

_____. O Paradigma Estético. In: SOUZA, J.; OELZE, B. **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora UNB, 2005a.

_____. **À Sombra de Dionísio**. São Paulo: Zouk, 2005b.

_____. **O Instante Eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. São Paulo: Zouk, 2003a.

_____. A Comunicação Sem Fim (teoria pós-moderna da comunicação). **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 20, 2003b.

_____. **Sobre o Nomadismo:** vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Le mystère de la conjonction**. Paris: Fata Morgana, 1997.

_____. **O Conhecimento Comum**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n.49, São Paulo, jun 2002.

MAGNANI, J. G. C. Discurso e representação ou De como os *baloma* de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, R. **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MAGNANI, J. G. C. Tribos urbanas: metáfora ou categoria? **Cadernos de Campo**, revista dos alunos de Pós-Graduação em Antropologia da USP, v.2, n.2, p. 49-51, 1992.

MALINOWSKI, B. K. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of the World System: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, 1995, p. 95-117.

MARCUS, G. E., CUSHMAN, D. Ethnography as texts. **Annual Review of Anthropology**, II, v. 11, 1982, p. 25-69.

MARTINI, M. L. **Corredor Cultural**: a Rua da Praia. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEDEIROS, A. **Hackers**: entre a ética e a criminalização. Florianópolis: Visual Books, 2002.

MILLER, D. **Trecos, Troços e Coisas**: estudos antropológicos sobre cultura material. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

MILLER, D.; SLATER, D. Etnografia on e off-line cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 21, p. 41-65, 2004.

MILLER, D.; SLATER, D. **The Internet**: an ethnographic approach. Oxford: Berg, 2000.

MILLS, C. W. **Sobre Artesanato Intelectual e Outros Ensaio**s. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 30.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOCELLIM, A. D. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **Plural - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**. São Paulo, v. 17, n. 2, 2011.

MOTTA, F.C.P. **Burocracia e Autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MULLINS, M.; MURPHY, F. CDOs – The Zenith of Monetisation: Some ideas from Simmel's Philosophy of Money. **Philosophy of Management**, v. 11, n.1, 2012.

NIETZSCHE, F. **O Nascimento da Tragédia**. São Paulo: Escala, 2007.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

NIETZSCHE, F. **A Gaia Ciência**. Curitiba: Hemus, 2002b.

NORDQVIST, M. Understanding strategy processes in family firms: exploring the roles of actors and arenas. **International Small Business Journal**. v. 30, n.1, p.24-40, 2011.

OELZE, B. A percepção das essências em Simmel – um estudo metodológico. In: SOUZA, J.; OELZE, B. **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora UNB, 2005.

OLIVEN, R. G. **A Antropologia de Grupos Urbanos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEN, R. G. **Violência e Cultura no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

PARENTE, A. **O Virtual e o Hipertextual**. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. **PontoUrbe**, fevereiro.

PERES, F. F.; DURÁN, P. R. F.; ALBUQUERQUE, N. P. M. A “Sensibilidade” de Simmel: notas e contribuições ao estudo das emoções. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. v. 10, n. 28, 2011.

PERROW, C. A society of organizations. **Theory and Society**, v. 20, p. 725-762, 1991.

PROUDHON, J. **Textos escolhidos**. Seleção e Notas de Guérin, D. Porto Alegre: L&PM, 1983.

REYES. P. **Quando a rua vira corpo: ou a dimensão pública da ordem digital**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

RHEINGHOLD, H. **The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier**. Cambridge: MIT Press, 1993.

RIBEIRO, D. **Diários Índios**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa: a configuração do tempo da narrativa de ficção**. v.2. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J. e GUAZZELLI, C. A. B. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. **O Tempo e a Cidade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

ROTSCHILD-WHITT, J. The Collectivist Organization: an alternative to rational-bureaucratic models. **American Sociological Review**, v. 44, pp. 509-527, 1979.

RUDIGER, F. **As Teorias da Cibercultura: perspectivas, questões e autores**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.

RUDIGER, F. **Civilização e barbárie na crítica da cultura contemporânea: leitura de Michel Maffesoli**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

SCHUTZ, A. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, A. M. P. Ciberantropologia: o estudo das comunidades virtuais. In: RIBEIRO, J. da S.; BAIRON, S. **Antropologia visual e hipermidia**. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

SIMMEL, G. **O Conflito da Cultura Moderna e Outros Escritos**. Organização de Arthur Bueno. São Paulo: Senac, 2013.

_____. **Philosophy of Money**. 4.ed. New York: Routledge, 2011.

_____. **Schopenhauer & Nietzsche**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011b.

_____. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. **Mana**. v.11, n.2, 2005a.

_____. O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, J.; OELZE, B. **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora UNB, 2005b.

_____. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, J.; OELZE, B. **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora UNB, 2005c.

_____. O problema da sociologia. In: SOUZA, J.; OELZE, B. **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora UNB, 2005d.

_____. A Aventura. In: SOUZA, J.; OELZE, B. **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora UNB, 2005e.

_____. Sociologia da Refeição. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 33, jan-jun 2004.

_____. **La Aventura**. Barcelona: Península, 1988.

_____. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, p. 182-8, 1983.

_____. **The Sociology of Georg Simmel**. New York: Free Press, 1964.

_____. The Sociology of Sociability. Translated by Everett Hughes. **American Journal of Sociology**. V.55, n.3, 1949.

_____. How is society possible? **American Journal of Sociology**. v.16, n.3, 1910.

_____. The Sociology of Conflict I. **American Journal of Sociology**. v.9, n.4, 1904.

SOUSA, N. J. de; BRENAND, E. G. de G. Ser/ estar junto juvenil na contemporaneidade: um olhar de Bauman e Maffesoli. **Comunicação, Mídia e Consumo - ESPM**. São Paulo, v. 9, n. 24, 2012.

SOUZA, J. A Crítica do mundo moderno em Georg Simmel. In: SOUZA, J.; OELZE, B. **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora UNB, 2005.

SPROUL, L.; DUTTON, W.; KIESLER, S. Introduction to the special issue: Online Communities. Special Issue. **Organization Studies**, v. 28, n. 3, 2007.

STOHL, C; STOHL, M. Secret Agencies: The Communicative Constitution of a Clandestine Organization. **Organization Studies**. v.32,n. 9, 2011.

STYHRE, A. Nomadorganisationer [Nomadic Organizations]. In: ERIKSSON, D. **Det oavsedda ledarskapet**. [The unintended leadership]. Lund: Academia, Adacta, 2003.

TERRA. **Internet**. Brasil é o país onde o uso do Facebook mais cresce. Disponível em: <http://tecnologia.terra.com.br/internet/brasil-e-o-pais-onde-o-uso-do-facebook-mais-cresce>. Acesso em 10 dez 2013.

VANDERBERGHE, F. **As sociologias de Georg Simmel**. Bauru: Edusc/Belém: Edufpa, 2005.

VELHO, G. **Subjetividade e Sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. Reflexões sobre a Escola de Chicago. In: VALLADARES, L. do P. **A Escola de Chicago**: impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. Observando o familiar. In: NUNES, E. D. O. (Org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

_____. **Desvio e Divergência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.

WAIZBORT, L. **As Aventuras de Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2000.

WAIZBORT, L. Elias e Simmel. In: NEIBURG, F; PONTES, H.; SOUZA, J.; WAIZBORT, L.; MICELI, S. **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Edusp, 2001.

WATIER, P. **Georg Simmel, sociológico**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**. n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WEBER, B. **Códigos de Posturas e Regulamentação do Convívio Social em Porto Alegre no Século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado, 1992.

WERTHEIM, M. **Uma história do espaço de Dante à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WOLFF, K. **The Sociology of Georg Simmel**. New York: The Free Press, 1964.

WOODCOCK, G. **História das Ideias e Movimentos Anarquistas**. v.1. Porto Alegre: L&PM, 2010.

WU, T.; YOO, C. Keeping the Internet Neutral? Tim Wu and Christopher Yoo Debate. **Federal Communications Law Journal**. Indianapolis, v. 59, n. 3, 2007.

GLOSSÁRIO

Arduíno - Uma plataforma de prototipagem eletrônica de *hardware livre* que permite sua modificação pela criação de ferramentas acessíveis e de baixo custo que podem ser utilizadas tanto por artistas quanto por amadores.

Código fonte – É o próprio *software* em uma linguagem próxima à utilizada pelo homem, cognoscível ao homem, mas não às máquinas, guardando em si todas as instruções e lógicas do mesmo. É apenas após seu tratamento para convertê-lo na linguagem da máquina, que se torna um código binário, deixando de ser passível de entendimento humano.

Cracker – Alcinha dada ao indivíduo que quebra sistemas de segurança ilegalmente ou sem ética. Diferentemente do *hacker*, o *cracker* é identificado como um vândalo.

Copyright – Chamado de direito autoral, trata-se de um rol de direitos de autores sobre suas obras intelectuais: por exemplo, literárias, artísticas ou científicas.

Copyleft – Termo criado em oposição ao Copyright com o trocadilho de *right* (direito) e *left* (esquerdo), de maneira a representar um oposto. Trata-se de uma forma de utilizar a legislação de direitos autorais com o intuito de retirar barreiras de uso, difusão e modificação das obras intelectuais. O *Copyleft* tem a regra básica de permitir que um usuário possa copiar e distribuir a obra com a premissa da disseminação do conhecimento. Neste regime de direitos autorais, não se proíbem as vendas, porém abre-se possibilidade de distribuição não-comercial das obras intelectuais. Diversas são as licenças criadas sob a noção de *Copyleft*, para diferentes tipos de obras.

Creative Commons – Organização não-governamental cujo objetivo é trabalhar para expandir as obras criativas por meio de licenças que permitam seus usos, compartilhamentos e reapropriações com menos restrições que o Copyright, estando sob a égide do Copyleft.

Cyberpunk – Indivíduo ou imaginário da cibercultura em torno da figura do punk ligado às tecnologias computacionais. Trata-se de um sujeito *underground* da informática que muito serviu às ficções científicas. O lema do cyberpunk é: o futuro não faz mais sentido e as grandes metanarrativas desabaram. A informação deve ser livre e o acesso aos computadores, total.

DJ – “Disc Jockey”: artista que seleciona, mescla e modifica composições musicais, normalmente em festas.

Facebook - um sítio na *Internet*, criado em 2004 que se propõe a conectar pessoas - estejam elas geograficamente distantes ou próximas - e a ser um canal de veículo de notícias para que as pessoas compartilhem e expressem o que importa a elas.

Fanzine – Abreviação de *Fanatic Magazine* (Revista de Fanáticos). Trata-se de uma publicação impressa de baixo custo, uma manifestação midiática relacionada ao público jovem, contracultural, que pode abordar os mais variados temas, conforme o interesse do editor: anarquia, universo *punk*, veganismo, feminismo, música, cinema, quadrinhos, entre outras.

GNU – GNU, que significa Gnu Não é Unix. Trata-se do nome para um sistema de software compatível com o Unix, escrito para que pudesse ser fornecido gratuitamente para todos os que desejam utilizá-lo como sistema operacional em seus computadores.

Googlegroups – Grupos de e-mails da empresa Google que possibilita a troca de mensagens entre os membros de determinado grupo.

Hacker – Indivíduo entusiasta, longe de uma visão estereotipada do sujeito anti-social aficcionado pela microeletrônica. Ao contrário do especialista da modernidade, o *hacker* está mais próximo do *bricoleur* como um sujeito que sobrevive na pluralidade banal cotidiana. O *hacker* modifica e questiona os valores do sistema tecnocrático como uma forma de reapropriar-se de elementos culturais. As sociabilidades dele, desse modo, são construídas em torno da informática e da cultura digital, abrindo um círculo de relações que partilha desses significados.

Linux – Sistema operacional criado por Linus Torvalds. Até hoje, o principal sistema operacional concorrente da empresa *Microsoft*. Seu código fonte é disponibilizado sob a licença GPL – uma licença *copyleft* – a qual permite que o usuário estude, modifique e distribua o sistema nos termos da licença.

Online – Tradução: em linha. Palavra oriunda da língua inglesa para representar algo que está sendo realizado, divulgado ou dito de forma instantânea na *Internet*. Quando alguém diz que está *online*, significa que está disponível para contato e troca imediata de dados em tempo real.

Offline – Tradução: fora da linha. Palavra oriunda da língua inglesa para representar algo que está sendo realizado, divulgado ou dito fora do ambiente da

Internet. Representa alguém ou algo que está desconectado da rede de computadores, ou mesmo que o computador não está ligado à rede.

Software Livre – Obra de programação destinada para uso em computadores pessoais, ou de organizações e empresas, que busca respeitar as liberdades de uso na adaptação do programa para suas necessidades por meio da disponibilização do código-fonte.

Virtual – Não se trata de uma instância oposta ao real. O virtual é um processo de questionamento do descolamento do aqui e agora. Toda a forma de leitura ou interpretação é um processo de virtualização.

Zippie – Trata-se do indivíduo que busca a relação entre a tecnologia e o espiritual, buscando reforçar os laços comunitários. A palavra é um acrônimo para: *Zen Inspired Pagan Professionals*: Profissionais Pagãos Inspirados pelo Zen.

**APÊNDICE A – ARTIGOS QUE ABORDAM SIMMEL OU MAFFESOLI NA
ADMINISTRAÇÃO**

Periódicos Nacionais – Simmel e Maffesoli	Sem registros		
Periódicos Internacionais - Simmel	Ano	Volume/ Número	Título e Autores
Advances in Consumer Research	1994	V.21	The Impact of Modernity on Consumption: Simmel's Philosophy of Money (HOLT, D.B.; SEARLS, K.).
Journal of Management Inquiry	2007	V. 16/N.2	Friendship and Organizational Analysis: Toward a Research Agenda (GREY, C.; STURDY, A.).
Journal of Management Inquiry	2008	V.17/N.2	Don't Ask, Don't Tell: Secrets--Their Use and Abuse in Organizations (KEANE, C.)
Organization Studies	2003	V.24/N.5	Managing Intersecting R&D Social Communities: A Comparative Study of European 'Knowledge Incubators' in Japanese and American Firms (LEHRER, M.; AZAKAWA, K.)
International Small Business Journal	2011	V. 30/N.1	Understanding strategy processes in family firms: Exploring the roles of actors and arenas (NORDQVIST, M.).
Philosophy of Management	2012	V.11/N.1	CDOs – The Zenith of Monetarisisation: Some ideas from Simmel's Philosophy of Money (MULLINS, M.; MURPHY, F.).
Organization Studies	2011	V.32/N.9	Secret Agencies: The Communicative Constitution of a Clandestine Organization (STOHL, C; STOHL, M.).
Organization Studies	2011	V.32/N.5	Originality through Imitation: The Rationality of Fashion (ESPOSITO, E.).
Organization Studies	2011	V.32/N.5	Fashion in Organization Theory: An Empirical Analysis of the Diffusion of Theoretical Concepts (BORT, S.; KIESER, A.).
Human Relations	1972	V.25/N.1	On the number in a group (LINDSAY, J. S. B.)
Human Relations	1971	V.24/N.4	Organizational Boundaries and Inter-organizational Conflict (ALDRICH, H).
Human Relations	1952	V.5/N.2	Aggressive Attitudes of the "Stranger" as A Function of Conformity Pressures (ZAJONC, R.B.)
Periódicos Internacionais - Maffesoli	Ano	Volume / Ano	Título e Autores
Journal of Consumer Research	2005	V.31/N.4	Consumer Culture Theory (CCT): twenty years of research (ARNOULD, E.J.; THOMPSON, C.J.)
Organization	2005	V.12/N.1	Uncovering the Semiotic in Organizational Aesthetics (HANCOCK, P.)
Organization	2004	V.57/N.5	'MOT your life': Critical management studies and the management of everyday life (HANCOCK, P.; TYLER, M.)
Organization Studies	2002	V.23/N.1	Essai: On Paragrammatic Uses of Organizational Theory – a provocation (GABRIEL, Y.).

APÊNDICE B – ARTIGOS QUE ABORDAM CIBERCULTURA OU CIBERESPAÇO NA ADMINISTRAÇÃO

Periódicos Nacionais	Ano	Volume / Número	Título e Autores
Revista de Administração da Universidade de São Paulo	2011	V. 46/ N. 2	Do repertório de comportamentos do consumidor: retaliação e vingança no ciberespaço (ALBUQUERQUE; PEREIRA; BELLINI).
Organizações e Sociedade	2009	V. 16/ N. 51	Articulações organizacionais em redes de políticas públicas no ciberespaço: o caso da política de difusão social de TICs em Porto Alegre e Curitiba (PROCOPIUK; FREY).
Organizações e Sociedade	2011	V. 18/ N. 58	O gerente-ciborgue: metáforas do gestor “pós-humano” (TURETA; TONELLI; ALCADIPANI).
Organizações e Sociedade	2013	V. 20/ N. 64	Lealdade em compras <i>online versus offline</i> : reflexões sobre os fatores relevantes (GOUVÊA; OLIVEIRA; NAKAGAWA).
Revista de Administração Mackenzie	2005	A. 6/ N. 3	Gestão de sistema de informação acadêmica: um estudo descritivo da satisfação dos usuários (SENGER; BRITO).
Revista de Administração Contemporânea	2006	V. 10/ N. 1	Avaliação de treinamento a distância: reação, suporte à transferência e impactos no trabalho (CARVALHO; ABBAD).
Revista de Administração de Empresas	2000	V. 40/ N. 4	O Comércio Eletrônico Evolui e Consolida-se no Mercado Brasileiro (ALBERTIN).
Revista de Administração de Empresas	2003	V. 2/ N. 2	Navegabilidade e Inclusão Digital: Usabilidade e Competência (SILVINO; ABRAHÃO).
Revista de Administração de Empresas	2006	V. 46/ N. 4	A Institucionalização do Governo Eletrônico no Brasil (MEDEIROS; GUIMARÃES).
Revista de Ciências da Administração	2002	V. 4/ N. 7	Gestão das marcas no ciberespaço: uma reflexão sobre a atuação da enciclopédia britânica (STRINGHETTI).
Revista de Ciências da Administração	2000	A. 2/ N. 3	A Administração dos Cibertributos (OLIVO).
Cadernos EBAPE	2009	V. 7/ N. 1	Pesquisa acadêmico-científica nas instituições de ensino superior: do faz-de-conta à realidade do mundo digital (AMARAL; NUNES).
Revista de Administração Pública	2009	V. 43/ N. 2	Acessibilidade dos sítios web dos governos estaduais brasileiros: uma análise quantitativa entre 1996 e 2007 (FREIRE; CASTRO; FORTES).
Revista de Administração Pública	2008	V. 42/ N. 3	Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia (PINHO).
Revista de Administração Pública	2007	V. 41/ N. 4	Fatores-chave de sucesso no treinamento corporativo a distância via web (JOIA; COSTA).
Pretexto	2010	V. 11/ N. 2	A gestão de serviços dos telecentros de santa catarina a partir da percepção de negócio de seus gestores (MONDO; SANTOS; COSTA; DIAS).

Pretexto	2007	V. 8/ N. 3	Análise do comportamento de consumo virtual e acesso a internet de mães brasileiras (CARVALHO; JAMIL; ALVES; CARVALHO).
Revista Eletrônica de Administração			Sem registros

Periódicos Internacionais	Ano	Volume / Ano	Título e Autores
Human Relations	2007	V. 60 / N. 4	Emotion online: Experiences of teaching in a virtual learning environment (GILMORE; WARREN).
Human Relations	2003	V. 56 / N. 7	Cyberspace as potential space: Considering the web as a playground to cyber-flirt (WHITTY; CARR).
Human Relations	2006	V. 59 / N. 6	Aesthetics, performativity and resistance in the narratives of a computer programming community (CASE; PINEIRO).
Journal of Management Inquiry	2006	V. 15 / N. 4	Bursting Bubbles : What the Internet Could Have Meant to Strategic Management Academia (AREND).
Journal of Management Inquiry	2012	V. 21 / N. 1	The Internet is Not Necessarily the Scholar's Friend (PROSERPIO).
Organization Studies	2007	V. 28 / N. 3	Applying Common Identity and Bond Theory to Design of Online Communities (REN; KRAUT).
Organization Studies	2007	V. 28 / N. 3	Backstage with the Knowledge Boys and Girls: Goffman and Distributed Agency in an Organic Online Community (ROSS).
Organization Studies	2009	V. 30 / N. 9	Collective Development in Open-Source Communities: An Activity Theoretical Perspective on Successful Online Collaboration (HEMETSBERGER; REINHARDT).
Organization Studies	2007	V. 28 / N. 3	What Goes Online Comes Offline: Knowledge Management System Use in a Soft Bureaucracy (VAAST).
Organization Studies	2007	V. 28 / N. 3	Beyond the Call of Duty: Why Customers Contribute to Firm-hosted Commercial Online Communities (VIERTZ; HUYTER).
Organization	2008	V. 15 / N. 5	The (D)evolution of the Cyberwoman? (GUSTAVSSON; BARBARA CZARNIAWSKA).
Organization	2004	V. 11 / N. 5	Web Woman: The On-line Construction of Corporate and Gender Images (GUSTAVSSON; BARBARA CZARNIAWSKA).

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa conduzida por Carolina Dalla Chiesa, mestranda em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientada pela Prof.^a Dr.^a Neusa Cavedon, objetiva compreender as práticas cotidianas, organizacionais, os espaços praticados e as relações sociais presentes na Casa de Cultura Digital de Porto Alegre, tendo em vista as contribuições empíricas e teóricas para Administração e estudos organizacionais. Esta pesquisa envolve observação direta, participante, inclusive no ciberespaço, entrevistas com membros da organização e será conduzida durante o ano de 2013. Os dados são registrados com base nestas observações e incluem as fotografias cedidas pelos membros da organização.

Eu, _____ (nome), _____
_____ (nacionalidade), _____ (estado civil), carteira de
identidade nº _____, CPF nº _____,
consinto em participar voluntariamente da pesquisa descrita neste documento. Também permito que meu nome pessoal seja utilizado na pesquisa e, como membro da Casa de Cultura Digital, permito que o nome da organização seja mantido no original, desde que para fins de pesquisa e publicações acadêmicas. Estou ciente de que, a qualquer momento, posso me retirar da presente pesquisa mediante solicitação à pesquisadora.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2013.

Ass: _____

APÊNDICE D – QUESTÕES NORTEADORAS DAS ENTREVISTAS

- 1) Como você conheceu a CCD?
- 2) Por que veio a ela?
- 3) O que o (a) motivou a permanecer?
- 4) O que você faz hoje na CCD?
- 5) O que é a CCD?
- 6) A CCD tem um objetivo?
- 7) O que você considera ser a Cultura Digital?
- 8) Como a CCD organiza seus eventos?
- 9) Quais são os espaços onde a CCD trabalha?
- 10) Qual é o papel da Internet na organização desses eventos?
- 11) Existem hierarquias na CCD?
- 12) Como é sua relação com as outras pessoas?
- 13) Que papel tem a CCD em sua vida?
- 14) No que a CCD é diferente de outros espaços que você transita?
- 15) Qual você acredita que é o futuro da CCD?

APÊNDICE E– QUADRO DE TERMOS USADOS NO TRABALHO

Termo	Definição	Autor que o utiliza
Sociação	Trata-se do processo fundamental que caracteriza as interações sociais. É a forma pela qual os conteúdos variados dos indivíduos desenvolvem-se, associam-se e formam uma unidade no seio da qual determinadas motivações e interesses são realizados. As sociações podem ser realizadas de formas distintas. Sociabilidade, conflito, jogo, flerte são alguns exemplos de formas de sociação.	Georg Simmel
Sociabilidade	É apenas uma das formas de sociação analisadas por Simmel. A sociabilidade representa uma forma lúdica e “pura” de sociação, onde o indivíduo satisfaz-se somente pelo prazer de um processo associativo como tal. A sociabilidade como forma de sociação representa uma “suspensão” das ordenações objetivas modernas. Nela, suspendem-se exigências objetivas e tensões do âmbito material.	Georg Simmel
Socialidade	Termo usado para designar experiências da ordem do sensível, da estética como uma faculdade do sentir, do imaginário, do lúdico, em suma, de uma vida social não redutível às relações objetivamente racionais ou mecânicas. Este termo é utilizado também para representar a saturação de uma ordem moderna, deixando entrever a formação de um <i>ethos</i> pós-moderno do trágico dionisíaco. A noção de socialidade pode contemplar expressões da sociabilidade.	Michel Maffesoli